

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE LETRAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LITERÁRIOS

Willy Carvalho Coelho

# Incomensurável comum

Políticas da escrita em Graciliano Ramos

Belo Horizonte

2014

Willy Carvalho Coelho

# Incomensurável comum

Políticas da escrita em Graciliano Ramos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, para obtenção do título de Doutor em Teoria da Literatura e Literatura Comparada.

Linha de Pesquisa: Literatura, História e Memória Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Wander Melo Miranda.

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

2014

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

	Coelho, Willy Carvalho.
R175m.Yc-i	Incomensurável comum [manuscrito] : políticas da escrita em Graciliano Ramos / Willy Carvalho Coelho. – 2014.
	224 f., enc.
	Orientador: Wander Melo Miranda.
	Área de concentração: Teoria da Literatura e Literatura Comparada.

1. Ramos, Graciliano, 1892-1953. – Memórias do cárcere – Crítica e interpretação – Teses. 2. Política na literatura – Teses. 3. Literatura e história – Teses. 4. Memória na literatura – Teses. I. Miranda, Wander Melo. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD : B869.33



Tese intitulada *Incomensurável comum: políticas da escrita em Graciliano Ramos*, de autoria do Doutorando WILLY CARVALHO COELHO, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras da UFMG, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Estudos Literários.

**Área de Concentração:** Teoria da Literatura e Literatura Comparada/Doutorado

**Linha de Pesquisa:** Literatura, História e Memória Cultural

Aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Wander Melo Miranda - FALE/UFMG - Orientador

Prof. Dr. Roberto Alexandre do Carmo Said - FALE/UFMG

Profa. Dra. Heloísa Maria Murgel Starling - FAFICH/UFMG

Profa. Dra. Ivete Lara Camargos Walty - PUC/MG

Profa. Dra. Elizabeth Santos Ramos - UFBA

Prof.ª Dra. Graciela Inés Ravetti de Gómez

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da UFMG

Belo Horizonte, 14 de março de 2014.

Prof.ª Dra. Graciela Inés Ravetti de Gómez  
Pós-Graduação em Estudos Literários  
FALE/UFMG

Para o  
Miguel Carvalho Coelho de Oliveira

O conjunto global da linguagem é incognoscível.

Ferdinand Saussure, *Curso de Linguística Geral*

“La théorie c’est bon, mais ça n’empêche pas d’exister”.

Sigmund Freud, *Charcot*

Não se percebeu devidamente até agora que a relação ingênua entre o ouvinte e o narrador é dominada pelo interesse em conservar o que foi narrado. Para o ouvinte imparcial, o importante é assegurar a possibilidade da reprodução. A memória é a mais épica de todas as faculdades.

Walter Benjamin, *O narrador*

Trata-se de redescobrir o sangue que secou nos códigos, e, por conseguinte, não, sob a fugacidade da história, o absoluto do direito: não reportar a relatividade da história ao absoluto da lei da verdade, mas, sob a estabilidade do direito, redescobrir o *infinito da história*, sob a fórmula da lei, os gritos da guerra, sob o equilíbrio da justiça, a dissimetria das forças.

Michel Foucault, *Em defesa da sociedade*

## Agradecimentos

A escrita de uma tese é testemunha de múltiplos encontros, e eles parecem exceder ao poder da memória. É outra maneira de dizer: sempre restará, no presente estendido, um evento que escapa à letra. Alguns encontros condicionam o trabalho. Se você o está lendo, isso quer dizer que os planos traçados anteriormente foram bem sucedidos. Gostaria de expor a importância daqueles diálogos que se desenrolaram até a composição desta tese.

Wander Melo Miranda é uma das pessoas a quem eu gostaria de agradecer especialmente. O encontro com ele se deu num tempo agora distante. Ele foi um *outro* texto que eu lia quando me preparava para dar continuidade à minha formação. Encontrei-o posteriormente na função de avaliador da dissertação que redigi para a conclusão do mestrado. Fui seu aluno no doutorado e recebi com alegria a notícia de que seria ele quem me orientaria na construção do próximo trabalho. Agradeço por tudo que aprendi com o texto, com as aulas, com o retorno que transmitia as primeiras impressões sobre os esboços que lhe apresentava. Agradeço pela leitura minuciosa e iluminadora. Agradeço por acolher meu projeto de pesquisa e pela liberdade. Cumprimento-o por estar ao meu lado na batalha permanente que constitui a política da teoria. Cumprimento-o por fazer da orientação um espaço verdadeiramente político.

Outros nomes se impõem na rede afetiva da memória. O encontro com cada uma dessas pessoas deixa marcas no texto: uma perspectiva sobre o tempo, a atenção caprichosa demandada pela linguagem, o cuidado que se deve ter com a reversão da teoria em dogma, entre outros aspectos.

Encontrei-me com Vera Lúcia Andrade num agora distante ano de 2004. O evento foi decisivo para eu levar em frente o desejo imperfeito de apostar nesse projeto. A ela agradeço por ter me ensinado a ler na conformação de um nome próprio o destino de uma personagem.

A recepção de Marcus Vinícius de Freitas na UFMG me traz à lembrança sobretudo a ideia de acolhimento. Deparamo-nos inicialmente na banca de exame da seleção de mestrado, onde ele tentava, sem muito sucesso, encenar o papel de um arguidor meio carrasco. Fui seu aluno, ele me orientou na pesquisa e na escrita da

dissertação. O que falta ao Marcus no tocante ao talento para a encenação de personagem alheio, sobra-lhe na maestria com que conduz suas aulas, assim como na honestidade com que dirige seu projeto e a relação intelectual com os orientandos.

A presença de Reinaldo Marques e de Roberto Said se destacou durante a estruturação deste trabalho. O contato em aula e o diálogo posterior na etapa de qualificação do projeto foram decisivos para a reorganização da escrita. A compreensão da memória como espaço de embate político e a consciência da propriedade reflexiva da literatura – entre muitos outros temas – são produtos do diálogo propiciado pelos encontros em aula e textos. Provavelmente cada um saberá identificar o influxo da discussão. Como diz o bom clichê dos agradecimentos ou das apresentações – em toda sua verdade –, o que porventura houver de incompleto ou equivocado no que se apresenta é de inteira responsabilidade deste que escreve.

Ainda no ambiente do Pós-Lit (UFMG) gostaria de ressaltar a importância do diálogo com alguns professores durante a pesquisa. Da mesma forma que os anteriores, os efeitos da discussão em aula se fazem presentes, e essenciais, na elaboração da tese. Sendo assim, esta escrita deixa-se vaziar pelos detalhes: aquele fecho de aula sem fim claro, a explicação colateral de um conceito até então hermético quando se tratava de um tema adjacente, a hesitação estudada por saber que não há resposta para tudo, ou seja, o contato com várias formas singulares de ver. Torno público o prazer e a honra de ter sido aluno dos professores Silvana Maria Pessôa, Myriam Ávila, Luís Alberto Brandão, Georg Otte, Ram Mandil, Elisa Vieira e Élcio Cornelsen.

Por fim meu agradecimento especial aos membros da banca examinadora. Agradeço às professoras Elizabeth Ramos, Heloísa Starling, Ivete Lara Walty e ao professor Roberto Said. Agradeço pela leitura respeitosa e pelas questões inteligentes elaboradas durante a avaliação.

Cumprimento informar que este trabalho foi subvencionado por instituições nacionais de fomento à pesquisa – CAPES (através do Programa REUNI) e CNPq. Assim, ele ainda testemunha sobre um período da história da educação brasileira em que a organização e o funcionamento das instituições públicas de ensino são efetivamente uma realidade, pelo menos no que diz respeito à educação de nível superior e à formação de pessoal para esse nível de ensino.

## Resumo

Esta tese propõe a investigação e a leitura teórica do texto de Graciliano Ramos. A hipótese sobre a relação entre a escrita de Graciliano e a teoria de aspecto crítico orienta a pesquisa. Por conseguinte, a argumentação que se segue tem o objetivo de esclarecer tal conjectura. Esta se fundamenta na premissa do espelhamento de questões provocado pelos diferentes modos de discurso. O foco do questionamento incide sobre a relação do indivíduo com a linguagem e sobre temas relacionadas à vida em comunidade.

A circunscrição do uso da memória pela escrita é o ponto de partida do trabalho. Proponho, em etapa subsequente, a crítica da abertura à reflexão, propiciada pela literatura, que se volta sobre a ideia de política e sobre a noção de racionalidade.

*Memórias do cárcere* (1953) é o texto central do exame. A análise da obra abrange, além disso, fragmentos de outros trabalhos, como os romances iniciais, e a fatura de *Infância* (1945). Tomando esse enfoque é possível notar que a narração forma uma espécie de mônada. Apresenta-se com sua emergência a temporalidade múltipla da história. De março de 1936 (data da prisão de Graciliano), a narrativa circula por tempos condicionados pela reminiscência. Tal categoria permite, por sua vez, o escrutínio da confluência dos regimes da experiência individual e da experiência de uma história comum. Da mesma forma que a falta de revisão do romance concluído recentemente (*Angústia*, 1936) é uma constante, depara-se com as lembranças do tempo da migração, para o Rio de Janeiro, na juventude (1914), e ainda com a prorrogação do “estado de guerra” durante o governo de Getúlio Vargas (1936). Em seu processo composicional, o texto dispõe uma “coleção de imagens”; recortadas e imobilizadas no *agora* da escrita, elas servem ao fim patente da investigação. A força metafórica das imagens desperta o pensamento.

A concepção topográfica da escrita como espaço político arregimenta para a função de interlocutores preponderantes Walter Benjamin, Michel Foucault, Jacques Rancière, Giorgio Agamben e Georges Didi-Huberman. O desdobramento tanto da questão política quanto da questão do poder traça o diagrama dos temas que o enfoque interdisciplinar operacionaliza. Ele compreende: a relação entre subjetividade e

linguagem; racionalidade, dessubjetivação e política; reconstituição da experiência como embate pela memória; memória como metonímia da palavra e do espaço sensível na comunidade; política como jogo da argumentação; relações de poder, estratégias de controle e estratégias de resistência; escrita, língua, *uso* como categoria, potência e campo de possibilidades.

## Abstract

This thesis presents research and theoretical reading of the text Graciliano Ramos. The hypothesis about the relationship between writing and Graciliano critical aspect theory guides the research. Therefore, the argument that follows is intended to clarify this conjecture. This is based on the premise of mirroring issues caused by different modes of discourse. The inquiry is focused on the individual's relationship with language and on topics related to life in community.

The circumscription of memory usage by writing is the starting point of the work. I propose, as a subsequent step, the opening to critical reflection on the idea of politics and about the notion of rationality, provided by the literature.

*Memórias do cárcere* (1953) is the central text of the examination. The analysis of the work covers, in addition, fragments of other works such as the early novels, and invoice *Infância* (1945). Taking this approach it is possible to note that the narration forms a monad. Presents itself, with its emergence, multiple temporality of history. March 1936 (date of arrest Graciliano), the narrative circulates times conditioned by reminiscence. This category will, in turn, the scrutiny of the confluence of the regimes of individual experience and the experience of a common history. Just as the lack of review of the recently completed novel (*Angústia*, 1936) is a constant, is faced with the memories of the time of migration, to Rio de Janeiro, in youth (1914) , and with the extension of "state of war" during the government of Getúlio Vargas (1936). In his compositional process, the text offers a "collection of images"; jagged and immobilized in writing now, they serve the purpose of patent research. The metaphorical power of images awakens thought.

The topographical conception of writing as political rallies for the preponderant role interlocutors Walter Benjamin, Michel Foucault, Jacques Rancière, Giorgio Agamben and Georges Didi-Huberman. The unfolding of both the political issue as the issue of power draws the diagram of the themes that the interdisciplinary approach operationalized. It comprises: the relationship between subjectivity and language,

rationality, and political desubjectivation; reconstitution of experience as a struggle for memory, memory as a metonymy of word and responsive space community; politics as a game of argumentation; relations of power, control strategies and resistance strategies, writing, language use as a category, power and field of possibility.

# Sumário

Apresentação 15

1. *Reconstituição de fatos e juízo* 20

1.1. Notícias do Brasil e o empuxo para o internacionalismo 27

1.2. Lembranças do *Coletivo* 29

1.3. Tradução do rébus, *memória-artefato* 33

1.4. Linguagem-comunidade, política, poder 40

2. *Incongruências e subterrâneos* 46

2.1. *Viagens*, deslocamentos, dessubjetivação 49

2.2. Autor, sujeito, função 54

2.3. *Locus* espectral de enunciação ou Do uso estratégico do discurso 60

2.4. Qual experiência? 68

2.5. Subterrâneos e indícios da *ordem nova* 81

3. *Coletivo com dissenso* 91

3.1. Imagem, *aisthesis*, o comum, palavra, *logos* 93

3.2. *Praça Vermelha*, assembleia, *Coletivo*, política 106

3.3. *Coletivo*: República dos *aristoi* e dos *oligoi*? 110

3.4. Massa, multidão, sufrágio, consenso, demagogia 121

3.5. Desejo, *dissenso*, democracia 138

4. Estratégias I: *ordem do discurso*, escolas e prisões 148

4.1. *Infância*, o visível e o dizível, a escola 158

4.2. <i>Lobisomens, religião e polícia</i>	162
4.3. <i>Letras, escravidão, lesões causadas pelo alfabeto</i>	171
4.4. <i>Provisão de sonhos, Literatura, amor e Laura</i>	176
4.5. <i>Estado de exceção, Colônia Correccional</i>	183
4.6. Outros indícios da <i>ordem nova</i> , protobiopolítica tupinambá	192
5. Estratégias II: o uso e a potência da língua	199
5.1. O uso estratégico da subjetivação: o homem que <i>faz livros</i>	201
5.2. <i>Experimento sem verdade</i> , memória, potência, história	207
Referências bibliográficas	213

## Apresentação

Julguei ser importante esclarecer antecipadamente a significação paradoxal que o título deste trabalho sugere. Afinal correria o risco de subscrever essa espécie de novo valor sem ponderar as ideias de comunidade e de medida com que ele se relaciona. Para isso é indispensável atentarmos a noção, temporariamente oculta, de memória. Esta apresenta, pois, o enquadramento da comunidade que estabelece os limites do texto. Como se perceberá, tal noção, além disso, metaforiza a função da escrita, assim como apresenta o conjunto formado pela linguagem. No que diz respeito à medida, faz-se necessário lançarmos mão de um operador que nos sirva de moldura e que seja capaz de dar contorno aos parâmetros em questão. Assim, a ideia de “litígio” atrai para si e se liga sub-repticiamente à noção de política, permitindo esclarecer dessa maneira os inconciliáveis que são agrupados na noção de memória ou de discurso. Tenho a consciência de que litígio pode remeter a um contexto de disputa jurídica. Adianto, pois, que a associação dessa ideia com os materiais de que a literatura lança mão desloca-a de um centro legislador. Além do mais, a discussão que se desenvolve está imbuída da necessidade de pensar, ainda que através de lampejos, sobre as condições em que é gerada a estrutura da *ordem*, e é claro, das relações desta com a escrita literária.

Assim, algumas questões se colocam. De que ordem é essa “falta de medida comum” que se impõe com a pretensão de generalidade? Que relação ela mantém com a memória? De que memória se trata?

Nesta altura da história da literatura nacional, é bem certo que o nome de Graciliano Ramos dispense apresentação. O escritor alagoano nascido, em 1892, numa cidadezinha incrustada no sertão é hoje, consensualmente, ao lado de Machado de Assis, que o precedeu, e de Guimarães Rosa, surgido depois, um pilar que sustenta essa história. Ele guarda com os companheiros o reconhecimento do exercício da escrita como arma crítica do seu tempo e de sua terra. A relação íntima com a língua e com os mecanismos através dos quais ela opera é uma espécie de requisito básico que possibilita tal crítica. Sem fazer concessão a qualquer instância mediadora, o exercício se equilibra num perigoso desvelamento de si e dos outros. Por vezes ele suscita certo masoquismo, além do intento de destruição do edifício da cultura. Fica-se com a

impressão de que não há proposta exequível de crítica que não parta da reavaliação da ideia de valor.

Consideremos por ora a noção de um “incomensurável”. Tal noção está relacionada à ideia de litígio, que se introduz sorrateiramente. Assim, litígio mantém sua acepção de disputa, de contenda, e se vê deslocado da ancoragem do exclusivo significado jurídico. É como se no embate apresentado pela escrita se suspendesse estrategicamente a ordenação que prescreve a distribuição dos discursos em relação aos corpos que podem eventualmente assumi-los. Adianto-me um pouco, dizendo que a ideia de “falta de medida comum”, identificada como condição genérica de todo coletivo, faz advir uma configuração de raciocínio paradoxal, uma aporia. No tocante à situação política, o fato impossibilita o estabelecimento de um critério, um valor permanente e consensual, capaz de resolver a argumentação contínua que a caracteriza. Seria dispensável lembrar que trato de uma realidade abstrata, um plano teórico, mas penso ser justo não negligenciar ou dividir essa consciência com o leitor. Afinal, imagino que gostamos de pensar, é a ideia corrente de nosso tempo, que vivemos numa democracia consensual. E assim se dá, pelo menos em sua forma jurídica. Regime esse que escamoteia a aporia constituinte da racionalidade da política. Digo isso porque o tema da democracia é um assunto com que nos ocuparemos.

E quando o que está em jogo, o que toma a forma desse espaço político é a memória?

Bem, o que me motivou foi o desafio de apreender, num lance metainterpretativo, a engrenagem em movimento da metáfora. Nesse caso, o uso maquinado por ela na conformação que a ideia de memória assume aqui. Agora posso tentar esclarecer uma das questões postas no começo.

Não apresento nestas páginas a discussão sobre o gênero memorialístico. Poupo o tempo do leitor que busca o esclarecimento a respeito da especificidade do uso da memória na literatura. Ainda que dialogue com uma fortuna crítica da obra de Graciliano, e que seja impossível ignorar sua natureza linguística, concebo-a num campo de confluências que divide com a noção de experiência a característica da complexidade. Nesse ponto de junção operado pela memória se encontram a materialidade das coisas que compõem um acontecimento, o processo de reminiscência dos eventos – plasma de imagens, afetos e palavras – e a escrita. Tendo a acolher a designação de campo cultural como uma eficiente roupagem atual para o que se apresenta. Entre outros aspectos, está em jogo uma relação originária – noção que deve

ser entendida numa perspectiva genealógica –, ou seja, trata-se da relação entre o visível e o dizível. E aí se impõe mais uma questão: que critério medeia o fluxo do sentido? Sim, parece-me que, ao tratar de literatura, não há outra maneira de elaborar o raciocínio sem a tecnologia do discurso e dos operadores ligados a ele, como a enunciação, o enunciado, e ainda que estrategicamente a noção de autor e de sujeito.

Reiterando proposição paradoxal, o *sujeito* é o efeito mais claro e distinto do exercício do poder.<sup>1</sup> É ele quem escora e se presta a relatar a sujeição imposta por um mecanismo contingencial de controle. É ele, ainda, que nos encaminha para o terreno da linguagem. É óbvio, mas vale a pena reforçar: o relato não pode abrir mão do discurso. A dependência dele é como a da vida, na forma que a conhecemos, em relação à água. Ao mesmo tempo, o sujeito parece ser a alternativa que temos à disposição para realizar qualquer crítica que esteja comprometida com a noção de política.<sup>2</sup> A política é constituída de potencialidades enunciativas, e delas não pode abrir mão sem deixar de existir. Perceba que há uma deliberação em ignorar a ideia que dissocie a crítica do plano político. Vale lembrar que estamos num terreno em que a ciência da linguagem, mesmo tendo deixado de ser o modelo *princeps* (unitário, e sistemático) de todo exame do objeto cultural, criou uma discursividade tão poderosa quanto o inconsciente freudiano e a questão infraestrutural marxiana. Afinal, é ainda nos ecos da “imagem acústica”<sup>3</sup>, um momento feliz e poético de definição conceitual no ensino de Saussure, que se desenvolve grande parte de nossos apontamentos. Penso que não seja frívolo lembrar a importância do empenho que formalizou a categoria da enunciação, proposta por Benveniste, bem como o deslocamento não menos potente que Foucault realiza com o par de operadores com que apreendemos o discurso.

Como pensar a relação entre memória e política tendo como base as ferramentas oferecidas pela linguagem?

Aqui é necessário retomar a noção de *sujeito*. É uma resposta provisória para tentar se aproximar da questão seria algo desse tipo: o envolvimento do sujeito, ou de alguns sujeitos, numa “guerra” travada no campo de batalha onde se busca a imposição de seu relato. Em outros termos, poder-se-ia pensar numa espécie de *assembleia virtual*. Na nossa atividade, as simplificações sempre contaram com a má fama. Mas talvez o

---

<sup>1</sup> FOUCAULT, 1995, p. 240.

<sup>2</sup> AGAMBEN, 2008 a, p. 147.

<sup>3</sup> Na teoria de Saussure, o algoritmo que representa o signo linguístico compõe-se do “conceito”, definição do “significado”, que é função do significante, a “imagem acústica”, identificado como o conteúdo “psíquico” da linguagem.. Cf. SAUSSURE, 2006, p. 79-81.

resumo não esteja tão distante da proposta que associa as noções de litígio, de memória e a ideia de incomensurabilidade. Ideia que me permite estender essa espécie de prefácio à descrição das partes que compõem o trabalho.

Como se manifesta a “falta de medida comum” na confluência dos elementos mencionados acima?

O percurso da análise deste texto busca entender como se dão as maneiras pelas quais se apresentam essas incongruências, incompatibilidades e desentendimentos. Levando em conta a apresentação metafórica da memória como o espaço em que se dá um combate em torno do discurso, as partes do texto se organizam da seguinte maneira.

De início, partindo do exame do capítulo de apresentação de *Memórias do cárcere*, tentei extrair dos motivos e do método sugeridos pelo autor o meu plano de leitura. Dele dependiam a circunscrição do uso da memória de que pretendia lançar mão, além do levantamento dos tópicos que se relacionavam com a tese inicial, esta emparelhava memória e política.

O segundo capítulo foi dedicado a criticar a reflexão sobre a propriedade do sujeito operada pela escrita. Esta teria como base a apresentação dos eventos de despersonalização identificados pelo narrador. O caminho adotado foi o da reavaliação da natureza da categoria “autor” e de sua relação com a ideia de sujeito. Fazendo eco às teorias do descentramento do sujeito na modernidade, Graciliano reitera, nas páginas de suas memórias, a condição “subterrânea” e de “incongruência” que marca a subjetividade.

A noção de *dissenso* foi a estratégia conceitual que utilizei para propor a leitura do episódio que relata a prisão no Pavilhão dos Primários da Casa de Detenção. Dessa vez foi no contexto da política que busquei apresentar o arranjo metafórico utilizado pelo autor. O desentendimento, ou o dissenso, é por excelência a marca do incomensurável da política. É a característica de sua racionalidade. Esse foi o tema do capítulo três.

O sujeito da escrita da memória é, pois, um sujeito inserido num combate. A compreensão da política como jogo da argumentação, e também como continuidade, por outros meios, da guerra, encaminhou a leitura para o encontro entre política e poder. Assim, os capítulos que se seguem foram estruturados com o fim de criticar como a escrita pensa a questão do poder. No primeiro tópico das *Estratégias I*, tentei apresentar a concepção de poder com que lidava. Tinha, além disso, o intento de mostrar a repercussão da ideia através do recorte de textos de Graciliano. Apoiado na premissa de

Foucault, de que toda relação de estratégia utilizada pelo poder teria sua contrapartida numa forma de estratégia de resistência, desenvolvi o tópico das *Estratégias II*. Este me serviu, além do mais, como o dispositivo para a demonstração das teses que desenvolvi durante a análise e a crítica do texto.

Cabe, por fim, uma explicação a respeito do uso da ideia de experiência. Essa noção, cada vez mais central para a crítica literária, mostrou-se o liame capaz de atar (relacionando-as) a problematização da subjetividade à reflexão a respeito da racionalidade política, entendida como a ordem que expressa o social. A atenção à múltipla natureza sensível e discursiva da experiência permite compreender a também múltipla propriedade – incomensurável – da memória. Toda e qualquer experiência individual é inexoravelmente atravessada, em pontos diversos, por tangentes advindas do curso histórico comum. Ou seja, adotam contornos diferentes através do ângulo de determinada paralaxe. Da mesma forma que o relato autobiográfico, ou o discurso em primeira pessoa de forma geral, fornecem-nos chaves eficientes para a compreensão de uma época e de um contexto específicos, tal discurso não pode ser compreendido sem a avaliação do ambiente discursivo comum que o gerou.

Penso ter pouca utilidade a reprovação do fato de que tento conciliar dialéticos e benjaminianos, teóricos que criticam a noção de sujeito e teóricos da psicanálise, enfim, herdeiros de um propalado pós-estruturalismo e defensores de uma nova teoria da história e de uma nova teoria da política. Argumentaria esclarecendo que me aproximo daquele que elabora teorias e imagens que despertam as coisas que meus sentidos conseguem dar contorno. Tais recursos ajudam a formar o dispositivo para a leitura da matéria que compõe o real. Além do mais, a disposição crítica fundada na armação de uma cena agônica, de combate entre vozes diferentes, é sobretudo o reconhecimento da escrita de Graciliano como relevante instrumento de reflexão sobre o ser vivente e sobre a política. Quanto às demais companhias, ouço-as com calma, julgo-as com calma. (Porém, não há condenação). Omito que lhes uso para o fim exclusivo de tentar esclarecer como se dá minha invenção de imagens e de conceitos. O desejo que me move é a crítica.

## 1. *Reconstituição de fatos e juízo*

Nesta reconstituição de fatos velhos, neste esmiuçamento, exponho o que notei, o que julgo ter notado. Outros devem possuir lembranças diversas. Não as contesto, mas espero que não recusem as minhas: conjugam-se, completam-se e me dão hoje impressão de realidade.

Graciliano Ramos, *Memórias do cárcere*

Em distintas ocasiões, Graciliano lançou mão de imagens inusitadas para se referir à atividade do escritor. Na narrativa de *Infância*, ele emparelha sub-repticiamente a lembrança que capta o avô paterno, no fabrico das urupemas, e a batalha dele próprio com as letras. Fica a impressão de que não conseguiu relevar o menosprezo com que a família lidava com a condição do parente tido como meio amalucado. Em outra circunstância, ele sugere a afeição da suposta habilidade de deitar os sentimentos alheios no papel à atividade anímica dos médiuns. Interpreto o enunciado como o sarcasmo contra a espiritualização chinfrim que tomava conta de parte da produção literária no seu tempo. Através da memória do jornalista que lhe arrancou uma entrevista nada convencional, vêmo-lo a prescrever uma espécie de conduta para o aspirante ao mundo das letras.<sup>4</sup> Dessa vez, a imagem que lhe serve de parâmetro é a do trabalho dificultoso das lavadeiras nos riachos de uma província alagoana, que provavelmente só existia em sua memória. A descrição se prende ao cumprimento das várias etapas constituintes da tarefa. Ressalta, ademais, o manejo hábil dos instrumentos e a decisão de dar o trabalho por finalizado apenas no momento em que o material estivesse pronto para ser posto à demonstração.

Penso se enganar aquele que vê em Graciliano somente a preocupação de elaborar a imagem de condescendência ou a declaração de empatia forçada em relação ao marginalizado. Sua motivação parece ser de outra ordem. O próprio autor faz referência explícita a uma espécie de “obstinação concentrada”, que precede e regula

---

<sup>4</sup> SILVEIRA, 1998, p. 281-285.

tanto a atividade artesanal do avô quanto o arranjo das palavras e das frases, ocupação de grande parte de sua vida. Sabemos que esse tipo de ascese profana não garante qualquer redenção: o nível da existência em que ela opera é a vida real e concreta, como a das lavadeiras das Alagoas. Portanto, a lucidez com que percebe o plano de imanência da vida é que me parece uma relevante pista para justificar as imagens, tão diferentes e ao mesmo tempo similares. Mas algo mais se encontra em jogo no exercício estudado de indiferença em relação ao mundo. E só assim podemos incorporar, subscrevendo a estratégia irônica da proposição, a alegoria do trânsito livre, entre o mundo em que vivemos e o outro mundo, de que gozam as almas. Nesse caso, a fabricação dos cestos rústicos na caatinga, a lavagem de roupas nos riachos provincianos e a suspensão da fronteira entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos têm o poder de desarticular o tempo. Com evidente pendor contra a ideia utilitária do tempo, absorvida e configurada no contexto da produção moderna, penso que a proposta de quebra da linearidade temporal guarda implicações diversas para a leitura do texto de Graciliano. A coordenada do tempo me interessa aqui na medida em que a discussão a seu respeito possa lançar luz sobre a compreensão do uso da memória pela escrita.

Pois bem, os exemplos acima têm como solo comum o trabalho que a palavra opera na tradução da amálgama pela qual se apresenta a reminiscência. E sabemos bem, a literatura de Graciliano pode ser tomada como um campo importante de crítica dessa experiência, tão cotidiana quanto banal. E a relevância dada à palavra nesse percurso beira os limites do sintoma. De outra maneira, não se poderia entender o enunciado: “A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer”.<sup>5</sup>

O pronunciamento sobre a atividade da escrita é fato que se repete no texto de Graciliano. O interesse pela palavra e seu efeito é a marca da maneira de compor do autor. Ao relacionar o uso da palavra à assunção de uma posição estratégica, rechaçando a utilização alienada da língua, Graciliano faz da escrita o palco de um drama comum. Através dela se encena a relação entre um ser vivente, a linguagem e o mundo. Será possível pensar de fato a existência de fronteiras entre os entes? A reflexão sobre o ofício do escritor se dissemina pelas raras entrevistas que concede, pelos textos redigidos para a imprensa e mesmo pela obra ficcional e memorialística.

---

<sup>5</sup> RAMOS *apud* SILVEIRA, 1998, p. 284.

À palavra cabe a iluminação. O acesso a ela funda a tradição de nossa forma de racionalidade. O contexto do surgimento da filosofia é marcado, sobretudo, por sua revalorização. No plano do saber, o *logos*, em sua manifestação da palavra viva, reinará como modelo por um bom tempo. Mas é principalmente na vivência da política, na cidade antiga, que o domínio sobre seu manejo se torna algo cada vez mais relevante.<sup>6</sup> No entanto, a luz da palavra parece se efetivar num brilho intermitente. Tem sido essa a lição da crítica, da teoria e de uma filosofia que se puseram a refletir sobre o efeito do projeto moderno. Tal conjuntura já trazia em si a ideia correlata da revolução das estruturas do pensamento, que espelhava, pois, a transformação social por que passavam os Estados-nação. Ao mesmo tempo em que se comemorava o esclarecimento de zonas obscuras, percebia-se, em germe, os limites da razão, assim como o uso de sua força em prol do domínio. Um efeito notável no terreno da discussão epistemológica foi a revalorização da atividade estética. A natureza ambivalente de seu regime de conhecimento predispôs uma silenciosa movimentação nas bases do saber. Uma revalorização que trazia em si a carga negativa que suscitou o colocar em suspenso o valor da verdade, propagado pela modelo da poética e pela teoria da representação. Através desta, a arte literária, por exemplo, apresentaria apenas uma forma de conhecimento falsificado. O critério a dirigir esse julgamento seria respaldado numa hierarquia que tem como base a noção de essência de determinada coisa e a ideia de cópia genuína e de cópia falsificada, o simulacro. Segundo essa lógica, entre a coisa e a palavra capaz de apresentá-la em seu teor de verdade, o indivíduo se encontra a mercê de níveis e de qualidades de imagens diversas. O processo dialético levaria em última análise à essência da coisa, à *ideia* que a precede.<sup>7</sup> Que tipo de proposta a “revolução estética” traz consigo? Entendendo a estética como o campo de conhecimento da experiência da possibilidade sensorial, a prática e a crítica que dela derivam reconhecem o saber como algo que se produz na dessemelhança de uma montagem do visível e do enunciável, ao contrário da postulação da verdade que necessita ser revelada. O pensamento reconhece e celebra, assim, no que é sensível, na imagem, por exemplo, um não-pensamento, que também fala do mundo.<sup>8</sup> Coloca-se a “verdade” representativa em questão e se propõe ir além de uma simples “gnosologia inferior”, como Baumgarten

---

<sup>6</sup> Cf. GIANNOTTI, 2011, p. 21-35.

<sup>7</sup> Essa discussão pode ser observada nos ensaios de Derrida e de Deleuze, que me serviram de base. Cf. DERRIDA, 1991; DELEUZE, 1974.

<sup>8</sup> Uso o termo “revolução estética”, e me baseio em seu comentário, proposto por Rancière. Cf. RANCIÈRE, 2009, p. 25-33.

identificava originalmente a natureza do caráter da estética, entendida como teoria da arte.<sup>9</sup>

É necessário esse caminho para entendermos a asserção de Graciliano que se refere à função da palavra. Sendo assim, ela comunga com a propriedade do ato crítico. O brilho que a palavra produz em seus escritos conforma as imagens que nos transportam ao real do texto. Insinua-se, nesse movimento, a relação tensa entre a palavra e a imagem.

Subscrevendo uma concepção estética de arte literária, pretendo analisar a cena da escrita da memória empreendida por Graciliano. Sirvo-me desse material para realizar a crítica; ou seja, da manifestação da palavra muda e tagarela demais, proponho a hipótese acerca da invenção de um espaço político onde é armado o litígio das imagens e palavras. Esse trânsito, ou essa relação entre *logos* e *phatos*, definem a propriedade da memória. Ela serve ao narrador, e me serve aqui também, como o dispositivo que aciona o pensamento.

Reiterando a proposta do regime estético, Rancière se refere ao uso da imagem pela crítica. Ele define exemplarmente a conjunção do sensível e do inteligível:

A cena não é a ilustração de uma ideia. É uma pequena máquina-ótica que nos mostra o pensamento ocupado em tecer os laços que unem percepções, afetos, nomes e ideias, o pensamento que se ocupa em constituir os laços que tecem essa comunidade sensível, assim como a comunidade intelectual em que ela se torna pensável.<sup>10</sup>

É do lado da legibilidade propiciada pela imagem da escrita que se inscreve o propósito deste trabalho. Partindo da máquina-ótica posta em movimento pela palavra, tomamos contato com lances importantes da vida do autor e com momentos relevantes da história do século 20 no Brasil.

Logo no início das *Memórias do cárcere*, Graciliano desenvolve considerações a respeito da narrativa que desenvolverá. Os comentários sugerem uma espécie de teoria da memória. A enunciação pretende esclarecer o procedimento da escrita que define o

---

<sup>9</sup> DUARTE, 2013, p. 27.

<sup>10</sup> Não por acaso, Rancière informa a inspiração do título do novo livro (*Aisthesis*) tendo como base *Mimesis*, de Erich Auerbach. Além do mais, o filósofo sublinha a distinção entre os “regimes de identificação da arte” derivados de cada um dos termos: o regime estético no primeiro, e a representação da realidade no outro. RANCIÈRE, 2013, p.11. (Tradução minha).

projeto de composição do livro. A epígrafe que inicia este tópico capta o momento em que o autor ensaia a crítica do próprio texto, pela noção de *reconstituição de fatos velhos*.<sup>11</sup> É a deixa para se pensar o uso da memória na escrita de Graciliano. O intento da “reconstituição de fatos” conforma a ação no plano da busca pela objetividade. Mas logo se sabe que a perspectiva é apenas um dos locais de onde o narrador enuncia. A adjetivação dos fatos com o termo “velhos” é fundamental para marcar a natureza do juízo crítico, operado por uma subjetividade. Ainda que a escrita das *Memórias* problematize essa noção, não há dúvida de que a qualificação de “velho” é ação do sujeito que narra. Como veremos, são nesses sutis meandros linguísticos que o narrador vai empreender uma relevante crítica do tema da subjetividade e de sua interdependência da linguagem e do contexto social. O sujeito que reconstitui a memória inscreve seu discurso no mundo tomando o “presente” da escrita como a origem do “tempo”.<sup>12</sup> O ato lhe possibilita transitar por outros níveis da história – tanto pessoal quanto coletiva. Daí deriva a ciência de que a propriedade desse sujeito é eminentemente linguística.<sup>13</sup> Emulando com Lacan, diria que ele ocupa, na verdade, o espaço da *linguisteria*.<sup>14</sup> O informe que segue a adjetivação eliciadora da ideia de tempo ratifica a impressão: o que virá exposto é fruto da seleção de um ponto de vista particular, ou o julgamento pessoal a respeito da pertinência das lembranças. Configura-se uma memória em construção. O corolário do que se constata é: a escrita da memória apresenta uma experiência singular, distinta da noção de experiência vivenciada.

A análise que empreendo deve recair então sobre a confluência dos registros temporais da memória e dos regimes de sensibilidade da experiência. Interessa-me, portanto, o exame do material que sobreviveu na lembrança do narrador, bem como a avaliação do evento da escrita dessa lembrança. Percebe-se que o arranjo do dispositivo de leitura toma a memória como agenciadora das coordenadas da narrativa. A injunção se dá no espaço dos discursos sobre o indivíduo em comunidade e a respeito da relação com a linguagem.

Em nenhum outro ponto da obra de Graciliano é tão claro o intento de lançar mão da memória como recurso de avaliação coletiva. Vale lembrar que o percurso literário do autor é marcado pelo uso da memória. Dá-se assim desde os romances em

---

<sup>11</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 36.

<sup>12</sup> BENVENISTE, 2006, p. 85.

<sup>13</sup> AGAMBEN, 2008 a, p. 93-138.

<sup>14</sup> LACAN, 1985, p. 25.

primeira pessoa, lidos preponderantemente por uma chave autobiográfica.<sup>15</sup> Fato que não deve estranhar, pois são textos configurados próximos da ideia de “confissão”.<sup>16</sup>

Qual a propriedade da memória no livro da cadeia? A questão é oportuna para dar início à tentativa de esclarecimento da relação sugerida entre a experiência vivida, a memória e a experiência da escrita.

A memória é um conceito-chave. Parafrazeio a proposição de Le Goff. No capítulo dedicado ao tema, de *História e memória*, o autor nos conscientiza da dimensão interdisciplinar que envolve a categoria.<sup>17</sup> Tendo sua base demonstrável no córtex cerebral, a memória se generaliza como objeto de investigação por um movimento metaforizante. Assim, além da atividade de “conservação” e de transmissão de informações, que envolvem aspectos psicológicos, neurofisiológicos e psiquiátricos<sup>18</sup>, ela se afigura como objeto simbólico e cultural. Essa é a perspectiva pela qual ela é vista aqui. Levando o fato em conta, entendo que a relação entre passado e presente, assim como a necessidade de refletir sobre as vivências individual e coletiva, através das quais se operacionaliza a reconstituição do passado, não se limita ao campo acadêmico dos historiadores.<sup>19</sup>

Num exercício descritivo, pode-se dizer que a memória se configura como mecanismo que produz efeitos variados no que concerne ao manejo das lembranças. Talvez ela seja apreendida de forma mais eficiente pela ideia do processo, ou da relação entre eventos, responsáveis por retomar, no presente, fatos acontecidos em pontos distintos do passado. O efeito da memória se relaciona diretamente à organização adotada pelos elementos que a constituem. Eles se imbricam numa rede que comporta tanto imagens, emoções, palavras, quanto o sujeito que assume a voz da enunciação. É ele quem circunscreve, através do discurso a si mesmo ou a outrem, a narrativa

---

<sup>15</sup> Penso aqui em textos que realizaram a análise conjunta dos romances. A questão é depreendida com facilidade, sobretudo na crítica pioneira do autor. Cf. CANDIDO, 2006, p. 17-128; LINS, 1977, p. 136-167, No percurso crítico, a noção é relativizada. Letícia Malard conjuga análise textual e avaliação do contexto ideológico. Noutro momento, a questão autobiográfica é problematizada. E passa a ser avaliada numa perspectiva que abarca o escopo da produção num contexto cultural mais amplo. Assim, é vista como recurso composicional. O trabalho de Wander Melo Miranda é o exemplo. Cf. MALARD, 1976, p. 30-63; MIRANDA, 1992, p. 43-58. Luís Bueno retoma a leitura dos romances pautando sua análise, de certa maneira, às avessas da noção; a chave analítica é o aspecto da representação da alteridade. Cf. BUENO, 2006, p. 597-664.

<sup>16</sup> Refiro-me à “confissão”, pensada por Foucault, como matriz “discursiva” da “escrita de si”. Trata-se de uma forma da “tecnologia do eu”, que tem origem em tempos antigos, no Ocidente. Cf. FOUCAULT, *Escrita de si*, p. 128-160; FOUCAULT, 1999, p. 300-312.

<sup>17</sup> LE GOFF, 1992, p. 423-430.

<sup>18</sup> LE GOFF, 1992, p. 423.

<sup>19</sup> Cf. CORNELSEN; VIEIRA; SELIGMANN-SILVA, 2012, p. 9.

inteligível cujo objetivo é a tradução desses elementos. No momento da enunciação, o sujeito da memória se localiza num específico ponto histórico, político e estético, fato que ficará mais claro no decorrer da análise. Daí se pode pensar nos níveis individual e coletivo da memória. O relato das *Memórias*<sup>20</sup> conjuga exemplarmente esses níveis. Ressalta-se o aspecto coletivo pelo fato de se explicitar a intenção de transmitir as lembranças da vivência na prisão. Como se verá, utilizo conscientemente o termo “coletivo” muitas vezes associado à atividade da narrativa e da memória. A disposição faz jus à escolha e ao uso do vocábulo pelo próprio autor. Ele é explorado tanto numa perspectiva metonímica, expressando o conjunto dos presos num determinado local de prisão, quanto numa perspectiva metafórica, representando o espaço político instaurado pela escrita da lembrança. Mas o conceito “memória coletiva”, como proposto por Halbwachs<sup>21</sup>, apresenta problemas éticos e epistemológicos.<sup>22</sup> Ainda por razões de enquadramento epistemológico, por assim dizer, a propriedade da memória com que lido aqui se aproxima mais da formulação “memória cultural”.<sup>23</sup> Nessa perspectiva, a memória se desdobra em sua base “neuronal” na abertura da investigação do ambiente da cultura, campo marcado pela interdisciplinaridade. Não se trata mais do “enquadramento” ou do consenso, subscritos pelo discurso “oficial”, que erige “monumentos” e negocia uma identidade para a nação.<sup>24</sup> A memória cultural se sustenta no material linguístico que conforma os artefatos culturais ao longo das gerações; ela se vale “dos arquivos das tradições culturais, do arsenal das formas simbólicas, do ‘imaginário’ dos mitos, das ‘grandes narrativas’, das sagas e lendas, das cenas e constelações, que, no tesouro das tradições de um povo, sempre estão vivos ou podem ser redescobertos”.<sup>25</sup> Porém a organização desses arquivos agora é pensada a partir de um plano que exclui a hierarquia, possibilitando assim a incorporação da voz daqueles que historicamente não eram reconhecidos como sujeitos. Vale ressaltar que esse é o diapasão adotado por Graciliano.

---

<sup>20</sup> Adoto, a partir deste ponto, a forma *Memórias*, grafada em maiúscula e em itálico, para me referir ao título *Memórias do cárcere* (1953).

<sup>21</sup> LE GOFF, 1992, p. 472.

<sup>22</sup> Michael Pollak aponta a negligência do autor em perceber a “força quase institucional”, a “duração”, e a “continuidade” da memória coletiva, que assume, assim, uma espécie de “imposição, uma forma de dominação ou violência simbólica”. Pollak ressalta, como contraponto à disposição de “enquadramento” da memória, as formas de “memória subterrânea”. Informa, ainda, que, apesar de o fenômeno da disputa da memória sempre se relacionar ao contexto de dominação, ele não se limita à imposição do Estado em relação à sociedade civil, acontecendo, por vezes, o embate entre “grupos minoritários” e a “sociedade englobante” que se cerca de mais poder de coesão. Cf. POLLAK, 1989, p. 3-5.

<sup>23</sup> Cf. ASSMANN, 2008, p. 17-50.

<sup>24</sup> POLLAK, 1989, p. 3-4.

<sup>25</sup> ASSMANN, 2008, p. 24. (Tradução minha).

Tendo em foco o capítulo introdutório das *Memórias*, dou início à apresentação dos temas depreendidos do texto. O seu caso particular incita a reflexão sobre o intento de intervir na configuração da memória do presente. Sabemos que Graciliano dá início à redação do livro dez anos após a ocorrência dos eventos apresentados na história, sua publicação ocorre algum tempo depois, em 1953. Talvez um saldo positivo desta crítica seja a constatação de que a presença dessa memória continua bem ativa na organização social e cultural de nosso país.

Uma questão elementar para o começo: de que trata a narrativa?

## 1.1. Notícias do Brasil e o empuxo para o internacionalismo

É sabido que as *Memórias* narram a experiência vivenciada pelo autor na prisão. À época, Graciliano ocupava o cargo de secretário da Instrução Pública do Estado de Alagoas. O argumento histórico sugere, como motivo da detenção, o contato com grupo político subversivo; fato que não pôde ser constatado.<sup>26</sup> A prisão submete o autor ao compulsório exílio de sua terra, levando-o a vários locais de encarceramento em Recife e no Rio de Janeiro. Os acontecimentos da história cobrem um tempo que vai desde as ameaças veladas, recebidas nos dias antecedentes à prisão, em 3 de março de 1936, a um dia provavelmente próximo da saída do cárcere, em janeiro de 1937. Mas o relato que engloba as lembranças de dez meses corridos de cárcere não se limita à crônica do dia a dia na cadeia.

No capítulo introdutório, o narrador se propõe a enumerar os impedimentos que atrasaram a decisão de narrar, bem como os motivos que o fizeram se resolver a contar os incidentes carcerários. Ele aponta a distância de dez anos entre o evento do cárcere e o início da escrita.<sup>27</sup> Sabemos que as memórias serão redigidas e revisadas lentamente, até pouco antes da morte do autor. Entre os fatores que obstavam sua decisão, Graciliano aponta a falta das notas tomadas durante a cadeia. Elas precisaram ser dispensadas em momentos de dificuldade. A apreensão de lançar personagens vivas no papel também fazia o escritor hesitar. Ele soma ainda à lista certa desconfiança de sua

---

<sup>26</sup> PÓLVORA, 2007, p. 223-225.

<sup>27</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 33.

força e de sua competência para realizar a tarefa. E antes de o leitor imaginar algum lance de falsa modéstia, arremata alegando que o argumento se tornará claro no desenrolar do texto. É provável que tentasse neutralizar aquela expectativa em relação a um relato verídico.<sup>28</sup>

Os motivos da resolução de narrar são mais sugeridos do que relatados. Assim, o leitor deve manter a atenção flutuante para poder captá-los através da rede de motivação que extrapola a questão a respeito de que tratam as memórias.

Dispensando o tema da censura política, no tocante à produção de arte durante os anos que formam o fundo da história, Graciliano enuncia o famoso trecho em que se refere à liberdade restrita, mas factual, daquele que se metia a fazer literatura.<sup>29</sup> O autor lembra que as livrarias expunham “libelos terríveis contra a república novíssima, às vezes com louvores dos sustentáculos dela”.<sup>30</sup> Não seria justo caluniar “nosso pequenino fascismo tupinambá”, dizia.<sup>31</sup> Afinal, ele não impedia escrever, “apenas nos suprimiu o desejo de entregar-nos a esse exercício”.<sup>32</sup>

O testemunho das circunstâncias políticas e históricas é, sem dúvida, um tema importante nas *Memórias*; mas, por si só, não explica o poder de expressão de que foi dotada a obra. A prioridade para o concreto e para o método composicional quase empírico está presente na narrativa sobre a cadeia. É a opção adotada por Graciliano desde o primeiro livro, e pode ser captada aqui e ali nas dicas e opiniões literárias dadas a pessoas próximas.<sup>33</sup> Sim, as *Memórias* se fazem, paradoxalmente e apesar desse fato, o importante antidocumento de um período fundamental da história do país e do século 20. O uso singular da memória, que aponta para uma refuncionalização do gênero memorialístico, subscreve a noção de antidocumento.<sup>34</sup> Antidocumento que não deixa de portar, até o presente, os escombros de uma falsa ideia de formação cultural progressista. “Nosso pequenino fascismo tupinambá” mostra ironicamente o acerto do

---

<sup>28</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 33.

<sup>29</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 34.

<sup>30</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 34.

<sup>31</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 34.

<sup>32</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 34.

<sup>33</sup> Um bom exemplo são as dicas captadas nas cartas endereçadas à mulher, Heloísa, em 1º e em 30 de dezembro de 1935, e à irmã, Marili, em 24 de novembro de 1949, em que o autor comenta os exercícios literários realizados pelas moças. Cf. RAMOS, 1992, p. 156-159 e p. 212-213.

<sup>34</sup> Em *Corpos escritos*, Wander Melo Miranda comenta “a liberação do texto à subserviência da objetividade” e “a sua contraposição à ideia de cópia identificadora do real”. Cf. MIRANDA, 1992, p. 107. Em ensaio que aborda a Coleção Archivos de textos da literatura latino-americana, o crítico reitera a natureza da narrativa das *Memórias*, que “reverte a expectativa documental da leitura, então transformada em memória compartilhada, livre, portanto, do jugo excludente da voz de um autor ou dos limites do registro factual”. Cf. MIRANDA, 2000, p. 50.

passo do país, em negativo, com o momento histórico de acirramento político-ideológico e de consolidação de regimes de governo autoritário e totalitário.

## 1.2. Lembranças do *Coletivo*

Por outro lado a narração demonstra que as notícias do Brasil demandavam um veículo de comunicação com “mais folhas”, e que fosse “mais grosso”, como o *Jornal do Brasil*, utilizado por Gaúcho no arrombamento de residências dos endinheirados. A cena em que o “escrunchante” relata detalhes do ofício da malandragem ao escritor adquire um estatuto metafórico que Graciliano explora com maestria.

Explicava a maneira de cortar uma vidraça, com diamante. Dava um murro no vidro, que se deslocava, batia sem rumor em cima do *Jornal do Brasil*.

– Ó Gaúcho, informei-me estranhando a repetição, porque essa preferência? Outro jornal não serve?

O ladrão refletiu e esclareceu, muito grave:.

– Vossa mercê compreende: o *Jornal do Brasil* tem mais folha, é mais grosso.

Vanderlino, na esteira próxima, diverte-se. E Gaúcho, exposta essa utilidade nova da imprensa, estendia-se por um dos seus numerosos casos.<sup>35</sup>

Além da eficácia de incorporar sujeito e situação desconhecidos do leitor, o trecho nos coloca em contato com a desconfiança em relação à imprensa. Ela pode ser observada também pela voz dos narradores fictícios, como Luís da Silva, em *Angústia*. Repete-se, além do mais, em pontos diversos das *Memórias*. O método da “ampliação” da “insignificância” apresenta, na seleção da cena, um momento singular.<sup>36</sup> O deslocamento da utilidade do veículo de comunicação, realizado pelo arrombador fanfarrão, bem como o sentido figurado, que se pode depreender do recorte da imagem, iluminam e incorporam essa espécie de cápsula de uma para-história. Trata-se do momento em que a cultura letrada do país, inclusive a própria escrita literária, começam a tomar novo rumo. É o mesmo instante em que, apesar dos pesares, e para o bem e para

---

<sup>35</sup> RAMOS, 2004, vol. II, p. 96-97.

<sup>36</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 36.

o mal, a organização social brasileira avança em setores importantes.<sup>37</sup> O ladrão que, no tempo da história, talvez aparecesse numa coluna, no canto da folha da seção policial de um jornal ordinário, no livro da cadeia é uma personagem de destaque. Solidariedade do autor? Sem dúvida. Agora é preciso entender como ela compõe o projeto da narrativa. Dessa vez, Graciliano descarta explicitamente a escrita de um romance.<sup>38</sup> Admite, a contragosto, o uso da primeira pessoa para facilitar a narração, tendo consciência da aparência ficcional que o arranjo suscita.<sup>39</sup> Sendo assim, pauta-se pela verossimilhança; mas sabemos do afastamento do realismo pelo menos desde *S. Bernardo*.<sup>40</sup> Dessa maneira, as *Memórias* se configuram como testemunho das condições de acesso ao sensível pelo autor-narrador-personagem. Além disso, elas se ocupam da invenção das condições desse acesso pelas demais personagens, num plano de igualdade.<sup>41</sup>

Apenas com “mais folhas” (no sentido metafórico), um livro poderia contar efetivamente a história do Brasil. Assim, a escrita traz, para dentro do espaço comum de visibilidade e de enunciação, os “sem-parcela” ou os “não contados” da comunidade humana.<sup>42</sup> No sentido denotativo, nas mais de quinhentas páginas pacientemente trabalhadas em dez anos de redação, um veículo escrito seria capaz de apresentar a heterogeneidade de classes, funções, ideologias, caracteres e sentimentos de uma coletividade posta entre parênteses: produto de uma perversa experiência político-social. A prisão deu a Graciliano Ramos o assunto que provavelmente sempre perseguiu: a compreensão do homem numa complexa rede de relações. Como testemunha ocular da barbárie, agora seria capaz de planejar o *livro-democracia*<sup>43</sup> – o livro que incorpora e coloca em diálogo partes inconciliáveis.

---

<sup>37</sup> Antonio Candido avalia o efeito ambíguo e, ainda assim, a desejar, do processo revolucionário de 1930. Apesar de apontar o inquestionável salto quantitativo e qualitativo da organização educacional, assim como da produção artística e literária dos decênios seguintes ao movimento de outubro, o crítico ressalta a abrangência limitada aos “desventurados eleitos” – citando Wright Mills, na epígrafe do ensaio. Eles formam a elite e uma classe média “rudimentar”, por onde, exclusiva e efetivamente, circulam a produção cultural. Cf. CANDIDO, 1984, p. 24-36.

<sup>38</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 33.

<sup>39</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 37.

<sup>40</sup> Como é de se esperar, a opinião não é consensual. Enquanto Bosi destaca a abertura que a obra ganha ao se afastar do “estilo” restrito do realismo, Faccioli lê os romances, e mesmo as produções memorialísticas, através dessa chave, apontando limitações (contestáveis). Cf. BOSI, 2002, p. 221-237; FACIOLI, 1993, p. 43-68.

<sup>41</sup> A compreensão da literatura como espaço de apresentação da igualdade de acesso ao sensível, entendido também como espaço da “democracia literária”, é inspirada nos textos de Jacques Rancière. De algum modo, a proposição de similaridade e de interdependência entre estética e política inspira a perspectiva deste trabalho. Para a noção de “democracia literária”, ver inicialmente: RANCIÈRE, 2010, p. 75-90.

<sup>42</sup> RANCIÈRE, 1996, p. 24-25.

<sup>43</sup> Apesar de as considerações a respeito da “democracia literária” focarem o romance realista do século 19, aproprio-me da teoria por ver, na generalização de seu poder conceitual, a apresentação da

A referência aos conceitos da teoria política é momento oportuno para apresentar alguns lances sobre a perspectiva analítica e sobre a perspectiva crítica deste trabalho. O empenho de compreender a experiência da escrita da memória possibilita o agenciamento de disciplinas, operação que o campo comparativista atual acolhe com estímulo e em harmonia.<sup>44</sup> Guardo a impressão de que a perspectiva interdisciplinar se mostrou eficaz por causa da semelhança dos temas que a problematização global organiza. Como sugerido, ela se refere à relação do indivíduo com a linguagem e ao questionamento sobre a vida em comunidade.

Atando passado e presente, a pesquisa literária que se abre para o campo cultural apresenta a importância de pensar a reciprocidade de esclarecimento entre um ponto e outro. A relevância dada à escrita traz a vantagem de nos manter próximo do material primeiro da área de pesquisa: o texto. Aliado a precedente experiência encenada da escrita, ele define os pontos-chaves de um método feito de encomenda. É a dramatização da escrita que permite parar o tempo, como na incitação de Benjamim.<sup>45</sup> E assim, abre-se a possibilidade de proceder à análise e à reconstituição da efetiva construção da história.

Que outros temas associados a seu tempo histórico e à realidade brasileira as *Memórias* apresentam?

É comum aos trabalhos críticos que se ocupam da investigação das circunstâncias dos campos de concentração salientarem o espectro do efeito de sua violência. Ademais se reconhece, com frequência, o abalo do significado das categorias que representavam as noções de homem, de moral e de ética. A opinião quase consensual é a de que o evento provocou a inevitável postura de pensar a respeito da validade, ou da permanência, de algumas dessas categorias.<sup>46</sup>

Em outra dimensão, em que se elaboram os elementos comuns à história, a narrativa das *Memórias* apresenta a problematização de temas envolvidos numa rede que tem a violência como um dos seus pontos de destaque. Tal tema, especialmente associado ao contexto político, é, sem dúvida, assunto de primeiro plano. É certo,

---

propriedade “híbrida” do discurso das *Memórias*. Cf. RANCIÈRE, 2010, p. 75-90. A propósito da hibridiz da narrativa sobre a cadeia, Costa Lima demonstra que, se há o intento da apresentação da realidade factual, o empenho não exclui a consciência do uso de recursos que o aproximam da ficção. Graciliano já sabia disso há tempo. O primeiro capítulo do livro parece ser uma crítica a este estado de coisas que vem a ser o discurso das *Memórias*. Cf. COSTA LIMA, 2006, p. 354-364.

<sup>44</sup> Cf. CARVALHAL, 1991, p. 9-21; MARQUES, 1999, p. 58-67.

<sup>45</sup> Cf. BENJAMIN, 1994, p. 222-234.

<sup>46</sup> Cf. AGAMBEN, 2008 a, p. 25-48 e p. 139-170; NESTRÓVSKI & SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 7-12; SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 72-98.

porém, que os eventos apresentados pela narração não se equiparam, em termos organizacionais, e no que se referem ao efeito mortífero, à repressão erigida nos países totalitários. No entanto, o tema da violência suscita a necessidade de compreensão da contingência marcada por uma série de variáveis, que se afetam reciprocamente. A rede formada pelas imagens da memória tem a mesma estrutura de um diagrama de relações de força.<sup>47</sup> Sob as relações de violência, a escrita da memória critica a manifestação de outros modos de controle. O narrador enuncia explicitamente a natureza emergente da narrativa que relata a lembrança da prisão: “[...] emergimos lentamente daquele mundo horrível de treva e morte. Na verdade estávamos mortos, vamos ressuscitando”.<sup>48</sup> Obviamente, trata-se de uma morte simbólica, a morte daqueles que foram banidos da comunidade. Nessa imbricação de violência com a negação de *status* político a certos indivíduos é que a escrita descobre um nicho. Trata-se do manejo do processo de subjetivação e de dessubjetivação em prol de uma governabilidade. E assim, a narração vai de encontro às teorias do poder. Nesse caso sua maneira de dispor as imagens provoca a reflexão sobre as estratégias de controle utilizadas pela máquina de governo político. Em contrapartida, sua motivação se emparelha a estas na forma da estratégia de resistência do discurso.<sup>49</sup> Em termos bem gerais, é o percurso da odisseia que vamos acompanhar.

O exame dos companheiros de cárcere foi mais uma das tarefas impostas a si mesmo por Graciliano. Ela vai possibilitar que se dê continuidade a um projeto iniciado havia tempo.<sup>50</sup> O objetivo era “observar” os companheiros nos “estojos”, ou nas estreitas “bainhas”, em que a sociedade os metia. No exercício do exame do outro, Graciliano descobre um relevante critério para elucidar a relação entre identidade e alteridade, pois fica claro que tal exercício permitia, nas palavras do narrador, “enxergar nos seus defeitos a sombra dos meus defeitos”.<sup>51</sup> E, por conseguinte, vemos a derivação de uma espécie de constatação ética. Porém, ela guarda ainda a ciência perspicaz do uso dos espaços, do controle dos corpos e sobretudo a gerência da visibilidade a que são submetidos uniformemente os indivíduos de determinada coletividade. Vislumbra-se uma dimensão intrincada da proposta de investigação do ser humano. A prisão, com seu

---

<sup>47</sup> Sobre a noção de diagrama, ver: DELEUZE, 2005, p. 78-100.

<sup>48</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 35.

<sup>49</sup> Sobre relações de poder e estratégias, ver inicialmente: FOUCAULT, 1995, p. 231-249.

<sup>50</sup> Em *Alguns tipos sem importância* (1939), presente em *Linhas tortas*, Graciliano traça um balanço da construção dos narradores protagonistas dos romances iniciais. A crônica é o melhor ponto de observação e esclarecimento sobre a relação do desenho das personagens e a investigação da loucura e do sujeito “criminoso”. Cf. RAMOS, 2005a, p. 278-282.

<sup>51</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 37.

conjunto de técnicas disciplinares, é o espaço ideal onde se pode colocar em prática uma espécie de método experimental. Mas não é o único, veremos quando nos ocuparmos da narrativa sobre a infância. Quanto à cadeia, a vivência dos efeitos do poder na vida real conscientiza a demanda de uma contingência de observação cada vez mais complexa. A reflexão operada pela escrita se encaminha, pois, para a zona indistinta em que poder e saber se encontram. É também da noção de identidade e da problematização do estatuto do sujeito que tratam as *Memórias*. Ou seja, da fabricação de sujeitos e de sua ordenação no espaço comum.

### 1.3. Tradução do rébus, *memória-artefato*

O uso da memória é o arranjo discursivo selecionado para refletir sobre os temas apontados. Agora é preciso se deslocar da perspectiva que põe em foco os elementos que constituem o texto, ou do quê ele trata, para a perspectiva que tenta compreender *como* ele é construído. O movimento permite a observação de dimensões variadas do trabalho da escrita.

A memória não foi utilizada, por Graciliano, apenas nos títulos que receberam a categorização condizente com o modo de discurso, como *Infância* e *Memórias do cárcere*. Vimos que ela está presente, de forma deslocada ou refuncionalizada, em vários títulos, particularmente nos romances iniciais, narrados em primeira pessoa.

É a plasticidade da memória que lhe reveste de eficiência para atuar no campo do discurso. Ela comporta em si diversos aspectos, que podem ser utilizados pela narração. Assim se deu no conjunto dos textos, como vimos no breve comentário acima. Sob a máscara de um narrador em primeira pessoa, o discurso apresenta os lances de uma biografia. Uma vez que seu compromisso, na maioria dos casos, e especificamente no de que se trata aqui, é a reflexão sobre o mundo real, seu uso apresenta, além do mais, um determinado contexto histórico-cultural. Esse poder de apresentar uma contingência formada pela perspectiva individual e pela perspectiva coletiva marca, pois, o percurso do projeto de Graciliano. A atenção na maneira pela qual o discurso traduz a experiência da recordação é um tema central de sua narrativa. O exame, por

parte da crítica, dessa cena de reflexão sobre a natureza da memória pela escrita se sobrepõe e complementa a descrição dos tópicos tratados.

Proponho observamos alguns excertos de narrativas. Esse empenho dá início a análise que vai ser desenvolvida nas partes subsequentes. Cada capítulo que segue vai se dedicar a uma faceta da problematização a respeito da relação entre memória, experiência e escrita.

O questionamento da natureza da memória já se dava desde os trabalhos ficcionais. Lembro aqui as indagações de Paulo Honório e de Luís da Silva, relativas à narrativa que cada um empreendia.

Quando os grilos cantam, sento-me aqui à mesa da sala de jantar, bebo café, acendo o cachimbo. Às vezes as ideias não vêm, ou vêm muito numerosas – e a folha permanece meio escrita, como estava na véspera. Releio algumas linhas, que me desagradam. Não vale a pena tentar corrigi-las. Afasto o papel.

Emoções indefiníveis me agitam – inquietação terrível, desejo doido de voltar, tagarelar novamente com Madalena, como fazíamos todos os dias a esta hora. Saudade? Não, não é isto: é desespero, raiva, um peso enorme no coração.

Procuro recordar o que dizíamos. Impossível. As minhas palavras eram apenas palavras, reprodução imperfeita de fatos exteriores, e as dela tinham alguma coisa que não consigo exprimir. Para senti-las melhor, eu apagava as luzes, deixava que a sombra nos envolvesse até ficarmos dois vultos indistintos na escuridão.<sup>52</sup>

A passagem é um fragmento do clássico capítulo XIX de *S. Bernardo*. Nele o discurso de Paulo Honório se volta para o procedimento da escrita e o funcionamento da linguagem<sup>53</sup>. O que há no trecho sobre o uso da memória se depreende da negação, sobretudo quando relacionado à lembrança do diálogo com Madalena. Enquanto constata a “reprodução imperfeita de fatos exteriores”, que define o uso que faz da linguagem, Paulo Honório se dá conta de que a memória é um complexo de “ideias” (refratárias ao domínio da palavra) e de “emoções indefiníveis”. Ela comporta o que “não [consegue] exprimir”. Envolto em “sombras” – duplicadas pela lembrança –, e fora das “luzes” do raciocínio, o narrador compreende, tarde demais, que uma faceta da

---

<sup>52</sup> RAMOS, 2007, p. 117-118.

<sup>53</sup> João Luiz Lafetá ressalta a relevância do capítulo, nele ocorreria uma viragem da estrutura do romance. Cf. LAFETÁ, 2004, p. 72-102.

relação entre linguagem, subjetividade e real pode ser apreendida apenas por um “vulto” indistinto. Trata-se de uma espécie de confissão de não-saber.

O destino semelhante traçado para o protagonista de *Angústia* fornece dados relevantes para a reflexão a respeito do tema.

Lembro-me de um fato, de outro fato anterior ou posterior ao primeiro, mas os dois vêm juntos. E os tipos que evoco não têm relevo. Tudo empastado, confuso. Em seguida os dois acontecimentos se distanciam, e entre eles nascem outros acontecimentos que vão crescendo até me darem sofrível noção de realidade. As feições das pessoas ganham nitidez. De toda aquela vida havia no meu espírito vagos indícios. Saíram do entorpecimento recordações que a imaginação completou.<sup>54</sup>

Depreende-se do ato confessional de Luís da Silva a conformação empastada do material da memória. A liga dos elementos indefiníveis que a constituem ganha a aparência de um rébus. Ele é similar às “cenas confusas” e “em fragmentos” que formam as lembranças da prisão.<sup>55</sup> É através do relato, no resgate dos acontecimentos “confusos e empastados”, que se vislumbra uma espécie de tradução, alguma “nitidez” possível. Este se desenvolve numa cadeia metonímica de imagens e palavras. Por vezes, ela se vê condensada em enigmas, como metáforas trazidas pela recordação. No jogo da lembrança, reminiscência e imaginação são faces da mesma moeda.

Os exemplos pioneiros da ficção despertam o sujeito para a natureza incongruente, incomensurável, da memória. Essa disposição de colocar a propriedade do que se lembra, e também do que se relata numa reconstituição do passado, em questionamento é o diapasão do projeto estético e da postura ética do autor.

Vejamos alguns comentários críticos que lançam luz sobre o tema. Inicialmente circunscrevo a apresentação àqueles trabalhos que se referem às *Memórias do cárcere*.

Num ensaio pioneiro e de destaque, Antonio Candido avaliou o percurso da obra do autor. Ele identificou, há tempo, o caminho que se desenrolou da ficção à confissão. O enunciado sintetiza a fórmula: “À medida que os livros passam, vai se acentuando a necessidade de abastecer a imaginação no arsenal da memória, a ponto de o autor, a certa altura, largar de todo a ficção em prol das recordações, que a vinham invadindo de maneira imperiosa”.<sup>56</sup> Embora limite o exame das *Memórias* à expressão documental, é notável a sua percuciência ao lembrar a relação entre o caráter experimentador do

---

<sup>54</sup> RAMOS, 2005, p. 18-19.

<sup>55</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 37.

<sup>56</sup> CANDIDO, 2006, p. 102.

percurso literário<sup>57</sup> e a experiência humana como devir.<sup>58</sup> A lembrança nos permite ainda a consciência de que o evento da prisão possibilitou o laboratório para se levar a experiência narrativa ao limite da “integridade física e espiritual dele e dos outros”.<sup>59</sup>

O trabalho de Wander Melo Miranda inova a compreensão do uso da memória pela escrita de Graciliano. O crítico esclarece que o objetivo é entender o “funcionamento da memória enquanto linguagem.”<sup>60</sup> A perspectiva tomada põe em foco as funções “de leitura, de tradução e de reflexão” operadas pela memória. Tendo a premissa como base, o autor ressalta os pontos de “convergência e divergência” entre os registros discursivos da ficção, da autobiografia e da história. Ainda que reconheça o “primado do concreto” como método composicional por excelência, Wander Melo Miranda acrescenta uma novidade ao postular a natureza de “artefato” da memória.<sup>61</sup> O embate direto com o texto, e a análise minuciosa do posicionamento do narrador no evento da enunciação, apresenta como resultado a liberação da linguagem da “subserviência à objetividade e da sua ideia de cópia identificadora do real”.<sup>62</sup> Nessa perspectiva, “memória e escrita se confundem, regidas por um processo seletivo semelhante, que reverte e até mesmo inverte a imediaticidade da realidade vivenciada”.<sup>63</sup>

Hermenegildo Bastos lê o procedimento de escrita das *Memórias* pela chave do “testemunho”.<sup>64</sup> Na definição do crítico, “o testemunho autoquestiona-se, desenvolvendo-se como uma reflexão sobre o sentido, a forma e a função da escrita testemunhal”.<sup>65</sup> Bastos concebe o texto como espaço de releitura das obras anteriores. Exercício esse realizado pelo próprio autor, servindo ainda como móbil de uma metacrítica que busca esclarecer a função da literatura. Acompanhando o trajeto “metaliterário”<sup>66</sup> de Graciliano, e demonstrando a constituição intertextual e intratextual da obra, o crítico aponta a propriedade construtiva da memória. A leitura esclarece seu método e seu intento ao afirmar: “O testemunho difere de documento, porque é construído na perspectiva do sujeito-autor”.<sup>67</sup>

---

<sup>57</sup> CANDIDO, 2006, p. 120.

<sup>58</sup> CANDIDO, 2006, p. 123-124.

<sup>59</sup> CANDIDO, 2006, p. 125.

<sup>60</sup> MIRANDA, 1992, p. 19.

<sup>61</sup> MIRANDA, 1992, p. 107.

<sup>62</sup> MIRANDA, 1992, p. 107.

<sup>63</sup> MIRANDA, 1992, p. 107.

<sup>64</sup> BASTOS, 1998, p. 20.

<sup>65</sup> BASTOS, 1998, p. 142.

<sup>66</sup> BASTOS, 1998, p. 79.

<sup>67</sup> BASTOS, 1998, p. 142.

Partindo da leitura das *Memórias*, Conceição Bento propõe o deslocamento da análise do gênero autobiográfico. No enquadramento de seu ensaio ele se desloca da perspectiva temporal para uma perspectiva espacial. Influenciada pela teoria dos espaços de enunciação, de Foucault, o trabalho propõe, mais do que novo achado sobre o texto de Graciliano e sobre o tema da relação entre escrita e memória, nova perspectiva de leitura de trabalhos categorizados no gênero. O dispositivo armado pela autora é engenhoso. Associa o espaço da prisão ao espaço da escrita. Este, por sua vez, “espacializa a história de uma vida”, no intuito de linearizá-la e oferecê-la à inteligibilidade do leitor.<sup>68</sup> O espaço da escrita conjuga “poética” e “política”.<sup>69</sup> A metáfora do título utilizado pela autora nos lembra da dialética entre a “desagregação”, sofrida pelos presos durante o governo autoritário de Getúlio Vargas, e a “agregação”, operada pelo discurso da memória no exercício de resistência a esse estado de coisas.

A descrição do campo e das ferramentas que venho esboçando no presente tópico não pode dispensar a compreensão da escrita da memória como um experimento que segue *pari passu* com o devir da existência. Mas ainda não negligencia, assim como a crítica pertinente da atualidade, o fato de que essa escrita é uma elaboração reflexiva, feita *de* linguagem, e com o fim de intervir no seu domínio.

Em “repouso”, muito tempo depois da experiência vivida, o corpo e os pensamentos do homem são assaltados por “espectros” que o vêm “assombrar”.<sup>70</sup>

Venho desenvolvendo a tese de que a concepção de escrita de Graciliano se pauta por um método que, por sua vez, compreende a memória ou a realidade como produto de uma construção de linguagem. O método estético ressalta a propriedade sensível da imagem. Ela pode ser entendida como o halo do retorno de uma presença e ainda como a abertura a potencial discursividade. A imagem é uma máquina-ótica, diz Rancière. O método não simplesmente reproduz ou representa a realidade, através de uma ordenação de ações. Ele apresenta o dado bruto das coisas sem sentido e permite a reconstituição das condições em que elas se inserem. Esse processo é movido por uma intenção, e seu produto é condicionado pela diferença ou pela dessemelhança.

A atenção ao liame entre a imagem dos fantasmas que vêm assombrar o autor e a palavra assumida no momento da entrada no processo de enunciação testemunha tanto

---

<sup>68</sup> BENTO, 2008, p. 217-218.

<sup>69</sup> BENTO, 2008, p. 218.

<sup>70</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 37.

a respeito da concepção literária quanto acerca do posicionamento ético e político. É nesse caminho que dou prosseguimento a apresentação dos temas e propósitos da narrativa. Vimos, através de excertos das histórias e da opinião da crítica, a tendência à desarticulação entre o fato e o relato na escrita de Graciliano. O percurso inclui o arranjo minucioso do jogo da enunciação. A este antecede o posicionamento estratégico. É ele que permite o acolhimento dos semblantes e sussurros dos múltiplos fantasmas que formam a experiência da memória.

A semelhança entre os relatos de Paulo Honório e de Luís da Silva, e, além do mais, desses com o projeto da escrita das lembranças da cadeia é notável.

Tenho exercido vários ofícios, esqueci todos, e assim posso mover-me sem nenhum constrangimento. Não me agarram métodos, nada me força a exames vagarosos. Por outro lado, não me obrigo a reduzir um panorama, sujeitá-lo a dimensões regulares, atender ao paginador e ao horário do passageiro do bonde. Posso andar para a direita e para a esquerda como um vagabundo, deter-me em longas paradas, saltar passagens desprovidas de interesse, passear, correr, voltar a lugares conhecidos. Omitirei acontecimentos essenciais ou mencioná-los-ei de relance, como se os enxergasse pelos vidros pequenos de um binóculo, ampliarei insignificâncias, repeti-las-ei até cansar, se isto me parecer conveniente.<sup>71</sup>

A sugerida falta de “método” encena, mais uma vez, a imitação do processo de recordar. A consciência da incomensurabilidade, e por vezes da irrepresentabilidade, das cenas arbitrárias da memória faz o autor associar o trabalho de juntar as diferentes peças ao ofício de um vagabundo. Curiosamente, sublinhando o modo de vida errante desses sujeitos, a metáfora ajuda a esclarecer o indômito agenciamento entre imagens, afeto e palavras. Ele forma essa espécie de rébus, em que se configura a memória. Antes de se tornar uma narrativa inteligível, expressada no relato a si mesmo ou a outrem, a memória se afigura num verdadeiro “quebra-cabeça”. Suas peças são muito singulares e diversificadas. Esse quebra-cabeça abstrato comporta imagens, sons diversos – entre eles, palavras ouvidas –, além de emoções e sentimentos, como aquele provocado pelo sabor de uma *madeleine*. Associados a sílabas, e, em decorrência, ordenados numa “sintaxe”, como no conteúdo latente dos sonhos, eles fornecem uma tradução da experiência vivenciada.<sup>72</sup>

---

<sup>71</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 35.

<sup>72</sup> Cf. FREUD, *O trabalho do sonho*, CD-ROM, s.p.

Como sugerido, a imagem da memória não se limita ao pictórico. Ela é a fulgurância do passado que irrompe e para o tempo. Com isso, implode a cristalização da ideia da passagem do tempo num *continuum*, a noção de tempo do progresso. Em seu lugar, deposita a nova ideia de um tempo vivo, pleno, especializado, um tempo em que as instâncias que o formam se encontram em constante interação.

Comentando o conceito de “imagem dialética”, Didi-Huberman enuncia: “não há portanto imagem dialética sem um trabalho crítico da memória, confrontada a tudo que resta como ao indício de tudo o que foi perdido”.<sup>73</sup>

A escrita da memória assume uma forma singular de intervenção na experiência do tempo. O efeito de seu ato é, ainda, indissociável de um posicionamento crítico, portanto epistêmico, e também político.

Assim se torna mais claro o objetivo do comentário de Graciliano referente ao descarte das notas tomadas durante o cárcere. E da mesma forma, ilumina-se a asserção sobre os meios utilizados. Em determinado ponto, o narrador enuncia: “omitirei acontecimentos essenciais ou mencioná-los-ei de relance, como se os enxergasse pelos vidros pequenos de um binóculo, ampliarei insignificâncias, repeti-las-ei até cansar, se isto me parecer conveniente”.<sup>74</sup> É a consciência da propriedade dos materiais com que lida que possibilita a afirmação, descartando, assim, uma simples intenção criativa. Essa consciência é precedida pela intuição de que é no “destino textual” da imagem dialética, quando a forma artística propõe sua “novidade configuracional”, que se opera seu efeito crítico. Quando o narrador admite expor, através da “narração”, aquilo que notou, ou que julgou ter notado, parece antecipar o que o filósofo da arte postula aludindo à “prática” da escrita: “Escrever abre uma passagem para superar tanto o fechamento do *ver* quanto o do *crer*”.<sup>75</sup>

É necessário examinar, portanto, como o arranjo dos elementos do discurso que relata a memória se relaciona à questão política. Só assim se entenderá efetivamente a natureza crítica da imagem, que precisa confrontar o que sobreviveu na lembrança a tudo aquilo que ficou perdido.

Penso que é bem no começo da história que o narrador fornece indícios de seu posicionamento. Ele está a definir o local de onde vai emitir sua voz. É certo que a

---

<sup>73</sup> DIDI-HUBERMAN, 1998, p. 174.

<sup>74</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 37.

<sup>75</sup> DIDI-HUBERMAN, 1998, p. 180.

passagem sugere instabilidade. Porém, é inegável o fato de que se emparelha a decisão de narrar à atitude de assumir uma função.

#### 1.4. Linguagem-comunidade, política, poder

No tocante ao arranjo que define o contexto da enunciação, Graciliano é categórico:

Desgosta-me usar a primeira pessoa. Se se tratasse de ficção, bem: fala um sujeito mais ou menos imaginário; fora daí é desagradável adotar o pronomezinho irritante, embora se façam malabarismos por evitá-lo. Desculpo-me alegando que ele me facilita a narração. Além disso não desejo ultrapassar o meu tamanho ordinário. Esgueirar-me-ei para os cantos obscuros, fugirei às discussões, esconder-me-ei prudente por detrás dos que merecem patentear-se.<sup>76</sup>

Porém, o posicionamento é falsamente elucidativo, visto que a figura do autor monopoliza a voz da enunciação. Mas Graciliano encobre algo que o leitor terá que descobrir, depois de percorrer o vasto mundo das *Memórias*: mesmo se apresentando como uma instância da convenção cultural, ou se identificando com o homem civil, o *homme à la plume*, o autor é marcado pela ruptura. A ciência de que a subjetividade se constitui a partir de uma cisão primordial o condiciona. Poderia se admitir, com pertinência, a ruptura como efeito do evento inesperado da prisão. Contudo a experiência da escrita é também o testemunho da cisão entre o vivido e a possibilidade material de sua apresentação, a ruptura entre o vivido e o dizível.<sup>77</sup>

Ao se voltar, numa dobra, para o local e para as condições de validação da linguagem, Graciliano dota a escrita de todo seu poder crítico. Encenando o desejo de se libertar do “pronomezinho irritante”, ele corrobora a experiência da escrita da memória que se abre diante dele. No correr da narrativa, a voz da enunciação se encontra afinada com as vicissitudes da subjetividade cindida. A escrita busca reconstitui-la.<sup>78</sup>

---

<sup>76</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 37.

<sup>77</sup> Cf. NESTRÓVSKI & SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 7-12; SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 72-98; AGAMBEN, 2008a, p. 139-170.

<sup>78</sup> MIRANDA, 1992, p. 122.

Wander Melo Miranda comenta o ato de apresentar, numa paragem estratégica, o processo de contradição da memória. A escrita, no *agora*, dá contorno a uma espécie de mônada, que comporta em si o tempo múltiplo da história. A sobreposição e a confluência dos eventos de um “antes” no presente da escrita tornam inócua a distinção retórica entre sujeito da enunciação e sujeito do enunciado. Afinal, o narrador se desdobra nas tarefas de lembrar e de ser lembrado, observar e ser observado. E o discurso que profere é inerente a essa contingência.<sup>79</sup>

Em contrapartida, o enquadramento tradicional da dicotomia entre sujeito da enunciação e sujeito do enunciado levou Boris Schnaiderman a julgar a configuração da voz narrativa como sendo a responsável por “contradições” não resolvidas do processo da escrita. O fato se explicaria pela pouca afeição do autor com a “dialética” hegeliana. A base de seu argumento parece se sustentar na realização imperfeita da dialética entre as vozes do sujeito que viveu a experiência da prisão – o sujeito do enunciado – e a daquele que narra as lembranças – o sujeito da enunciação. O crítico aponta incoerências “históricas” e questiona a posição ideológica do autor. Além disso, ele desenvolve seu curto ensaio argumentando acerca da “estranheza” causada pelo percurso político de Graciliano<sup>80</sup> A impressão advinda é a de um enquadramento de leitura com expectativa representacional, ou seja, apegada à ideia de semelhança.<sup>81</sup> Ainda assim, não se pode ignorar o esforço do crítico ao indagar sobre a pertinência da presença de “duas vozes diferentes em *Memórias do cárcere*”.<sup>82</sup>

Por minha conta, penso que a contradição é o que marca o ato de enunciar do texto. E pretendo analisa-lo nos próximos capítulos. Porém, essa parece ser uma contradição que fecha sempre na conta do zero.<sup>83</sup> O mister da escrita é sustentar a revolução operada nos alicerces do tempo e na motivação que apresenta a estrutura social. Daí a necessidade de apagar a fronteira entre os modos de discurso. Trata-se de um aspecto dos “malabarismos” para evitar a prisão do *eu*. E essa é só a primeira das piruetas. Tais exercícios dependem, além do mais, da ciência e da subscrição da natureza vicária desse artefato linguístico com que adentramos no espaço do discurso.

---

<sup>79</sup> MIRANDA, 1992, p. 121.

<sup>80</sup> Hermenegildo Bastos adota uma postura similar no seu texto. Mas compreende as “contradições” do “projeto de testemunho” das *Memórias* pela visada que exclui o cotejo biográfico, apontando a angústia da consciência “metanarrativa” quanto à limitação, e até mesmo impotência, do discurso literário em operar mudanças políticas efetivas. Cf. BASTOS, 1998, p. 141-162.

<sup>81</sup> Num trabalho recente, Adriana Florent reconstitui o ambiente político e ideológico que Graciliano Ramos frequentou. Cf. FLORENT, 2011, p. 151-272.

<sup>82</sup> SCHNAIDERMAN, 1995, p. 332-337.

<sup>83</sup> GROYS, 2013, p. 2.

Na medida em que a enunciação não se refere a um texto, e sim a um puro acontecimento de linguagem, (na terminologia dos estoicos: não ao dito, mas ao dizível que permanece não dito), o seu território nunca poderá coincidir com um nível definido de análise linguística (a frase, a proposição, os atos ilocucionários etc.), nem com os âmbitos específicos configurados pelas ciências, mas representa muito mais uma função que pode gravitar sobre cada um dos mesmos. Com uma lúcida consciência das implicações ontológicas do seu método, Foucault escreve: “O enunciado não é uma estrutura [...] mas uma função de existência”.<sup>84</sup>

Antes de tudo, a escrita concebe tal espaço como coisa comum. É assim que o texto pode incorporar sorrateiramente a voz de *qualquer* um.<sup>85</sup> O movimento implica na intervenção do processo de subjetivação, principal forma de controle lançada pelo poder. Mas é também uma jogada política: a estratégia possível diante da maquinaria do governo.<sup>86</sup>

O termo “política” comporta múltiplos significados.<sup>87</sup> É a aliança com os outros elementos do contexto que ele pretende expor que permite esclarecer os limites de sua inteligibilidade. Especialmente o texto das *Memórias* foi com frequência e com facilidade associado a este tema. A circunstância de sua publicação é um entre muitos fatores que contribuíram para essa atitude.<sup>88</sup> Além disso, não se deve esquecer o propósito sugerido referente à apresentação de “nosso pequenino fascismo tupinambá”.

Neste trabalho, só é possível delimitar a dimensão que o conceito compreende relacionando-o à noção de escrita. Minha hipótese é de que Graciliano arma, com a escrita, uma estratégia de reflexão sobre o controle da memória. Como dito no início, a memória é usada aqui como metáfora do espaço de combate em torno do discurso. É isso que significa dar a ela uma função política: incitar o litígio sobre o espaço sensível, provocar o debate contínuo sobre a contagem da palavra. A política é a alternativa frente à condição do poder entendido como domínio. Graciliano sabe, porém, desde o

---

<sup>84</sup> AGAMBEN, 2008, p. 141.

<sup>85</sup> AGAMBEN, 2003, p. 11-12.

<sup>86</sup> AGAMBEN, 2009, p. 50-51.

<sup>87</sup> RANCIÈRE, 1995, p. 7.

<sup>88</sup> A publicação e a recepção inicial do livro foram cercadas de comentários polêmicos. Eles se referiam principalmente à autenticidade e à sugestão de censura, que teria sido imposta por membros do Partido Comunista. Temos acesso a algum esclarecimento, antagônico, sobre o assunto pelos trabalhos dos filhos do autor, Ricardo e Clara Ramos. Vale lembrar ainda que *Memórias do cárcere* colocam Graciliano Ramos, pela primeira vez, na lista dos *best-sellers*. Para saber sobre o contexto da publicação, ver: RAMOS, Ricardo, 1992 a, p. 194-218, e, RAMOS, Clara, 1979, p. 250-266.

início, que a contingência de controle não se limita ao aparato de governo do Estado autoritário. A dimensão de seu influxo é bem maior do que aquele de um governo histórico determinado. E os níveis de seu funcionamento não se restringem ao uso da força, da polícia e do aparato do direito. Sem deixar de absorver esses elementos, o poder que incide sobre o discurso travestido de memória tem suas dimensões microfísicas. Em *Infância*, a obra anterior construída com base nos moldes memorialísticos, pode-se notar com clareza tal circunstância. É o que vamos fazer no momento de análise da reflexão sobre o poder, realizada pela narrativa.

O jogo da escrita com os elementos da língua define a essência da estratégia política. Como sugerido, a indeterminação do posicionamento no instante da enunciação é seu movimento primeiro. Através do malabarismo relativo ao local de enunciação se produz a “perturbação” da lógica que associa a “ordem dos corpos” de uma comunidade e a distribuição das funções, ou seja, o espaço preestabelecido na “ordem do discurso”.<sup>89</sup> O ato de se esgueirar para “os cantos obscuros” é o primeiro e indispensável lance de uma estratégia que tem o fim de encenar a fábula do sujeito que fala. Escondendo-se e se dando a ver numa encenação estratégica, o autor-narrador instaura, na verdade, uma *assembleia virtual*. Ela tem a tessitura da linguagem. E nela, “aqueles que merecem patentear-se” formam o “conjunto” das singularidades subjetivas *quaisquer*. Essa nova forma de existência implica em prescindir de toda identidade. Não se identificam nem com a coletividade nem com o indivíduo de determinado grupo. Reúnem-se em torno da propriedade que define o pertencimento ao conjunto que é formado *na* linguagem.<sup>90</sup>

O aparentemente simples deslocamento do local de enunciação possibilita a abertura que incorpora as múltiplas vozes do outro, e estende, ademais, o espaço de visibilidade comum. Na análise do texto, vemos o narrador frequentemente migrar para a impessoalidade da terceira pessoa do plural, bem como, por vezes, apresentar as cenas da memória na forma do diálogo direto, numa efetiva dramatização da escrita. A tensão provocada pelo embate de relações de estratégias se encaminha, enfim, para o questionamento a respeito do critério que definiria a qualidade da verdade ou da falsidade da escrita.

---

<sup>89</sup> RANCIÈRE, 1995, p. 41-42.

<sup>90</sup> AGAMBEN, 2003, p. 13-17.

“— Por que é que indivíduos como eu escrevem? Para quê?”<sup>91</sup>, o narrador se pergunta, num trecho mais para o fim das *Memórias*.

O prosseguimento da narração poderia sugerir uma resposta possível. E revelaria, pois, a natureza retórica do procedimento.

“Afim o Brasil é uma tristeza. Estas misérias são iguais a várias que por aí circulam. Escrevemos à toa, e ainda achamos quem nos elogie”.<sup>92</sup>

A ideia de inferir que é pelo fato de o “Brasil” ser “uma tristeza” é que se tem motivo para escrever é tentadora. O problema é que dessa maneira aproximaríamos o propósito do autor do tipo de texto por ele criticado: exemplo dos “libelos terríveis”, que aparecem nas livrarias no momento em que decide dar início à narração das *Memórias*.<sup>93</sup> Ou ainda correríamos o risco de subscrever o modo de leitura censurado: o daquelas pessoas que formavam “uma pequena minoria de sujeitos mais ou menos instruídos que buscavam nas obras de arte apenas o documento”.<sup>94</sup>

“Literatura para quê?”, um crítico contemporâneo repete a questão em termos bem parecidos. E na esteira da boa tradição a que pertence, enuncia de forma direta: “A literatura é um exercício de pensamento”.<sup>95</sup> O propósito deste texto é acompanhar o percurso desse experimento. Otto Maria Carpeaux, talvez o mais arguto leitor de Graciliano, lança um facho de luz eficiente. A análise segue na direção que ele ilumina: “Graciliano Ramos faz experimentos com a sua arte, e, como o ‘mestre singular’ não precisa disso, temos aí um indício certo de que está buscando a solução de um problema vital”.<sup>96</sup> Onde nos leva o exercício de reflexão da escrita?

E agora, com Barthes, nos aproximamos do cerne do problema:

[...] a nós, que não somos nem cavaleiros da fé nem super-homens, só resta, por assim dizer, trapacear com a língua, trapacear a língua. Essa trapaça salutar, essa esquiva, esse lugar magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem, eu a chamo, quanto a mim: literatura.<sup>97</sup>

---

<sup>91</sup> RAMOS, 2004, vol. II, p. 263.

<sup>92</sup> RAMOS, 2004, vol. II, p. 263.

<sup>93</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 34.

<sup>94</sup> RAMOS, 2004, vol. II, p. 110.

<sup>95</sup> COMPAGNON, 2009, p. 52.

<sup>96</sup> CARPEAUX, 1987, p. 244.

<sup>97</sup> BARTHES, *Aula*, p. 16.

É hora de observar a execução desse experimento com a língua em seus diferentes níveis. Num jogo de espelhos proponho tentarmos notar as similitudes e as diferenças entre a dimensão do poder e a dimensão da literatura.

## 2. *Incongruências e subterrâneos*

A minha vida anterior se diluía, perdia-se além daquele imenso espaço de vinte e quatro horas. Um muro a separar-me dela, a altear-se, a engrossar, e para cá do muro – nuvens, incongruências. Entre esses farrapos de realidade e sonho, era doloroso pensar numa inteira despersonalização. Como iria reagir às ocorrências imprecisas que me aguardavam? As imagens vagas misturadas aos móveis sumiram-se, despertei completamente, e foi impossível conservar, no calor, a posição horizontal.

Graciliano Ramos, *Memórias do cárcere*

O desgosto pelo uso da “primeira pessoa” é sem dúvida o ardil mais elaborado de Graciliano. A estratégia refere o desejo de se ausentar do texto. Afinal, a narrativa efetuada pelo “eu” cabe bem apenas ao sujeito “mais ou menos imaginário” da ficção. Daí segue a premissa de que, fora desse campo, vão ser necessários “malabarismos por evitá-lo”. Porém, o relato que se desenvolve, apesar de trazer no título a noção de “memórias”, não tem a pretensão de dizer a *verdade*: “Afirmarei que [as lembranças] sejam absolutamente exatas? Leviandade.”.<sup>98</sup> Para justificar sua posição diante do tema, o narrador continua o raciocínio lançando mão da metáfora de uma cena em que o indivíduo observa casualmente um “boato”. Ela apresenta a instabilidade da contingência da linguagem, e a notícia anônima, por sua vez, reitera a circunstância lacunar do acontecimento. Assim, o livro da cadeia se apresenta como obra fora da ficção, sem fingimento, porém, com um problema que concerne à verdade da escrita.

Fato curioso ainda é que o relato está associado, de maneira quase inquestionável, mesmo no círculo dos especialistas, à figura do escritor alagoano que viveu na primeira metade do século 20; autor, entre outros títulos, de *Angústia* e de

---

<sup>98</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 36.

*Vidas secas*. Desse modo, num fabuloso lance de prestidigitação, a literatura<sup>99</sup> é dotada de uma tonalidade de verdade que a descaracteriza desde tempos remotos. Na realidade, trata-se de simples aparência. Devem ser levados em conta, literalmente, os enunciados que referem o “juízo” do narrador no instante da “reconstituição dos fatos”, assim como aquele que informa a respeito da incorporação de “reminiscências alheias” durante a tarefa.<sup>100</sup>

Na sequência dos lances, o movimento do desejo parece abrir mão da demanda da “momentânea suspensão voluntária da incredulidade”, que caracteriza uma concepção moderna do discurso literário.<sup>101</sup> Esta se funda na ideia da convenção do uso do discurso pela literatura. Em seu lugar, a proposta do narrador suscita paradoxalmente a desconfiança do que está sendo narrado. Que outros elementos podem ser associados à expressão do desgosto pelo uso da “primeira pessoa”?

Desconfio de que Graciliano imaginava o efeito que tal desgosto provocaria. Penso que o autor vislumbrava o trabalho que a proposição iria trazer para a crítica. Boa parte do esforço deste texto consiste em examinar o aparentemente simples deslocamento da posição daquele que assume a voz no discurso. Pois ainda que admita o uso do pronome para facilitar a narração, o narrador faz direta referência a seu deslocamento: “Esgueirar-me-ei para os cantos obscuros, fugirei às discussões, esconder-me-ei prudente por detrás dos que merecem patentear-se”.<sup>102</sup> Sendo assim, o pronome asseguraria a autoridade do relato, chancelando, pois, uma espécie de caução de realidade? E o que dizer do enunciado “Além disso não desejo ultrapassar o meu tamanho ordinário.”?

Minha hipótese é de que uma faceta da aversão encenada pelo uso da “primeira pessoa” apresenta a problematização do emparelhamento entre subjetividade e linguagem.

Assim, Graciliano nos remete diretamente ao campo de tensão entre a língua e o discurso, ou, em outros termos, entre *langue e parole*.<sup>103</sup> Seja que aspecto adote, é esse o “tamanho ordinário” daquele que ocupa esse “lugar vazio”. E, desse modo, o dito

---

<sup>99</sup> A narrativa se assemelha ao “sistema de espelhos” que “(cria) a ilusão” de estar tudo à vista, como na partida de xadrez-filosófico comandada pelo anão corcunda, escondido debaixo da mesa, a serviço do materialismo histórico. No xadrez-literatura, o *eu* é o autômato sentado à mesa. Cf. BENJAMIN, 1994, p. 222.

<sup>100</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 37.

<sup>101</sup> COLERIDGE *apud* COMPAGNON, 2006, p. 96.

<sup>102</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 37.

<sup>103</sup> Cf. SAUSSURE, 2006, p. 26-28.; AGAMBEN, 2008, p. 19-78, e AGAMBEN, 2009, p. 93-138.

pode ser revestido pelo esclarecimento que constata a perspicácia sobre a natureza da linguagem.

Como sugerido, o autor projeta sua intervenção numa fresta, vislumbrada nessa passagem. Esgueirando-se, deslocando-se estrategicamente nos estreitos limites do limiar do discurso, ele exerce a liberdade que lhe cabe. Na execução do malabarismo com o *eu*, ele assume inicialmente a função do narrador. Mas, em breve, a situação se complexifica. Logo que inicia a descrição efetiva dos acontecimentos, vemos o que parece ser a mesma forma linguística se referir a um indivíduo que angaria em si tanto a função da personagem quanto as “atribuições do autor”.<sup>104</sup>

No começo de 1936, funcionário na Instrução Pública de Alagoas, tive a notícia de que misteriosos telefonemas, com veladas ameaças, me procuravam o endereço.<sup>105</sup>

“Autor”, “narrador”, “função-sujeito”, são termos possíveis para designar o ato de assumir o “lugar vazio”,<sup>106</sup> limiar entre a língua e a possibilidade em ato de dizer: o umbral da enunciação. Reitero, pois, a hipótese sobre a “posição de enunciação indeterminada”<sup>107</sup> como base do arranjo composicional.

Desdobro a hipótese e proponho que são sobretudo os eventos marcados pela circunstância de “despersonalização”, sofrida pelo autor-narrador, que fornecem as imagens para se observar a reflexão operada pela escrita.

Veremos como se relaciona a “despersonalização”, imposta pela violência do poder estatal, e a dessubjetivação, que permite àquele que escreve reconstituir criticamente a experiência de recordar. As cenas da prisão inicial e a viagem no navio *Manaus* formam o recorte da primeira análise. Esse caminho nos conduzirá, entre deslocamentos geográficos e deslocamentos virtuais, à apresentação e ao esclarecimento de uma relevante etapa de reflexão da escrita.

---

<sup>104</sup> RANCIÈRE, 1995, p. 45.

<sup>105</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 38.

<sup>106</sup> FOUCAULT, 2004, p. 264.

<sup>107</sup> RANCIÈRE, 1995, p. 45.

## 2.1. Viagens, deslocamentos, dessubjetivação

As partes que compõem a história das *Memórias* podem ser lidas de forma independente, sem qualquer prejuízo para o sentido.<sup>108</sup> Se o fato lembra a experiência do “romance desmontável”<sup>109</sup> *Vidas secas*, ele apresenta, além disso, a concepção de escrita que pode ser depreendida do trajeto literário do autor.

É certo que Graciliano desenvolve o texto tendo como fundo a cronologia dos eventos na prisão. O plano condiz, assim, com o intento de apresentar outra dimensão desse acontecimento. Esta diz respeito a abertura que a narrativa propicia para se pensar acerca da violência e do poder. Dando início à narrativa com o relato das circunstâncias da primeira prisão, em Recife, e com a viagem no porão do navio *Manaus*, o autor pode definir, desse modo, os elementos da metáfora que apreende o contexto. O porão do *Manaus* é a primeira fase de uma imersão compulsória nos “subterrâneos sociais”; é a segregação absoluta, o banimento, que desemboca, enfim, na Colônia Correcional. Como vimos, a escrita no *agora* é a possibilidade e a estratégia de emergência das “trevas” da amnésia e da morte simbólica imposta a todos aqueles homens.

A cronologia do cárcere é o tema de fundo, mas a narrativa se caracteriza ainda por uma “coleção de imagens”.<sup>110</sup> Depois de dispensar a convenção ficcional, ela se coloca, assim, à parte da lógica representacional. A prioridade para a captura da “imagem”, em contraponto à “concatenação das ações”, subverte, assim, a ideia de verossimilhança como lei interna do próprio texto: código este que ordena e justifica cada uma das partes da história.<sup>111</sup> Por outro lado, o processo de montagem “estético” se dá através da justaposição das imagens. Sem se restringir ao figurativismo, elas têm,

---

<sup>108</sup> É interessante lembrar que, inicialmente, o livro foi publicado em quatro volumes. Cada um deles apresentava uma “parte” da história. A permanência num determinado local de reclusão é o critério que delimita cada um das partes. Cf. MORAES, 1993, p. 309-311. Talvez um bom exemplo que justifique a ideia seja a adaptação do texto ao cinema. Na direção do filme *Memórias do cárcere*, Nelson Pereira dos Santos realiza certo rearranjo do enredo original. A última parte do texto é quase completamente deixada de fora. Alguns dos acontecimentos relevantes que se passam no trecho, como a publicação de *Angústia*, são remanejados para uma etapa anterior. Ricardo Ramos comenta as adaptações do texto de Graciliano. Cf. RAMOS, Ricardo, 1992 a, p. 152.

<sup>109</sup> BRAGA, Rubem *apud* RAMOS, Clara, 1979, p. 126.

<sup>110</sup> RANCIÈRE, 2010, p. 80.

<sup>111</sup> Baseio-me aqui no ensaio de Rancière em que o autor discorre a respeito do novo “regime de sensibilidade” incorporado pela escrita, a partir da época moderna. O centro da questão gira em torno da oposição entre a lógica da representação, de base aristotélica, e repetida, segundo o filósofo, à revelia, pela primeira fase do estruturalismo, e o regime que defende o texto como uma “coleção de imagens”, uma montagem “estética”. Cf. RANCIÈRE, 2010, p. 75-79.

ainda assim, o propósito de apresentar a relação entre o visível e o dizível. Seu aspecto fragmentário não compromete, porém, o “encadeamento” da narrativa, apenas instaura um “jogo duplo” com ele.<sup>112</sup> Estando embasada na exploração do sensível, a perspectiva permite, por vezes, como veremos, o escrutínio dos detalhes e das coisas insignificantes.<sup>113</sup> Além disso, essa perspectiva é indissociável de uma subjacente “questão política”. A subversão da ordem textual que privilegia a hierarquia dos temas e defende a causalidade das ações narrativas tem seu correlato na subversão da ordem social. Esse é o foco da crítica no próximo capítulo. Nota-se, assim, a reciprocidade desses eventos. A partir dessa relação se opera a “revolução estética”<sup>114</sup> no campo do conhecimento artístico.<sup>115</sup>

A crítica deve seguir, pois, esse outro nível de deslocamento: a justaposição de imagens que apresentam ações, entendidas agora como “esferas existenciais”.

Logo acima vimos que o início efetivo do relato dos acontecimentos apresenta, ao leitor, a cena composta pelos elementos clássicos da narrativa.<sup>116</sup> O narrador se posiciona e propõe o contrato de leitura. Dele se depreendem o espaço e o tempo iniciais, e, além disso, se traçam as linhas gerais que prenunciam o evento móbil do testemunho a que se deu o começo. Essa simplicidade pode enganar aquele pouco afeito ao universo de Graciliano. Afinal o que está à espera de todos os leitores é a diversidade de fatos e uma complexa rede de temas. Certas pistas fornecidas pelo narrador antecipam essa ciência. E uma constante já está presente desde o início: a condição de uma ruptura. “De certo modo as ameaças dos telefonemas me agradavam: embora indeterminadas, indicavam mudanças, forçar-me-iam a azeitar as articulações perras”.<sup>117</sup> O tom irônico do enunciado, consensualmente atribuído ao autor, se mescla dessa vez à expectativa sincera em relação a certa mudança real.<sup>118</sup> Tratava-se do projeto de se ocupar integralmente com o trabalho literário. Mas as mudanças, na vida

---

<sup>112</sup> RANICÉRE, 2012, p. 13-15.

<sup>113</sup> Em outra perspectiva, ao examinar o “estilo literário”, Erwin Gimenez ressalta o direcionamento da narrativa do autor. Cf. GIMENEZ, 2009, p. 231-250.

<sup>114</sup> RANCIÈRE, 2009, p. 25-32.

<sup>115</sup> É certo que Rancière desenvolve seu argumento tendo como base o horizonte da ficção. E apesar de, em a *Política da escrita*, seus exemplos se circunscreverem à ficção, é importante lembrar que ele argumenta sobre a limitação da ideia que concebe a literatura como convenção do uso do discurso. Aproprio-me de suas considerações por desenvolver aqui uma crítica que passa ao largo da ideia de gênero ou espécie textual. Porém, vale indagar a natureza da ficcionalidade do texto das *Memórias*, sem, contudo, esquecer o principal: a provocação da natureza “constitutiva”, efeito de montagem, da história.

<sup>116</sup> Sobre a estruturação da narrativa, ver: CULLER, 1999, p. 84-94.

<sup>117</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 42.

<sup>118</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 41.

real, não dispensam o peso da facticidade. Naqueles mesmos dias dos telefonemas ameaçadores, havia sido feito a Graciliano o pedido paradoxal de formalizar sua demissão. Levando em conta o argumento do escritor, sua presença no cargo público no Estado teria se tornado “impossível”. O amigo Rubem, filho do então governador Osman Loureiro, foi incumbido da “delicada tarefa”.<sup>119</sup>

Antigas contendas pessoais e motivos explicados pela casualidade são os fatores apresentados por Graciliano para um possível esclarecimento de sua prisão. Não deve ser esquecida a circunstância de se viver sob a intervenção do governo centralizador de Getúlio Vargas. Aliados aos problemas domésticos e a insatisfação profissional o contexto formava um painel repleto de sinais, e todos eles remetiam ao tema da mudança. E este, por sua vez, perpassava subjacente aos devaneios na “ideia da viagem”.<sup>120</sup> Na ocasião ela parecia ser a única alternativa para levar a cabo a revisão do romance terminado poucos dias atrás.

A primeira parte da história é formada pela recordação que compreende os dias que antecedem a prisão do autor até o momento de desembarque e de acomodação na primeira cadeia, no Rio de Janeiro.

Porém, esse resumo não apresenta fidedignamente a sucessão de fatos ocorrida, de início, num período estimado em cerca de quinze dias<sup>121</sup>, além de omitir, bem de longe, o efeito dos acontecimentos sobre o indivíduo representado pelo autor.

As imagens do texto nos apresentam a personagem de Graciliano, entre outras atividades, no seu dia a dia no trabalho da repartição pública. O método da exploração sensível dos eventos fica claro já no princípio: “Lembro-me perfeitamente da cena. O gabinete pequeno se transformara numa espécie de loja: montes de fazenda e cadernos, que oferecíamos às crianças pobres.”<sup>122</sup> Logo após o constrangedor episódio em que se vê persuadido a forjar o pedido de demissão, ouvimos o narrador-personagem se referindo aos problemas da esfera pessoal: “Saí do Palácio, atordoado. Eximia-me de obrigações cacetes, mas isso continuava a aperrear-me, juntava-se a amolações domésticas e a planos vagos”.<sup>123</sup> E sabemos assim que, para fins pragmáticos, de nada adiantaria a decisão de se manter íntegro, exigindo que formalizassem, com justificativas, sua demissão. Ainda no turbilhão dos acontecimentos, vêmo-lo às voltas

---

<sup>119</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 44-45.

<sup>120</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 43.

<sup>121</sup> Tempo estimado pelo narrador pouco antes da partida de Recife para o Rio de Janeiro. Cf. RAMOS, 2004, vol. I, p. 115.

<sup>122</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 39.

<sup>123</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 40.

com a revisão de seu mais recente romance. E tomamos contato assim com sua disposição de alimentar a expectativa da carreira literária: “Indispensável refugiar-me no romance concluído, imaginá-lo na livraria, despertando algum interesse, possibilitando ainda uma vez mudança de profissão”.<sup>124</sup>

Já nesse momento é clara a iminência da prisão. O narrador reitera o informe, encenando um calculado tédio. Ele atribuía o caso a mais uma demonstração de força do governo que se aferrava num direcionamento autoritário.

O fato se concretiza. E o mesmo sargento que, meses antes, havia solicitado “exame especial” para a sobrinha é quem se apresenta para conduzi-lo. A reconstituição do caso evidencia o arremedo de patético e chinfrim abuso de poder. Numa tom persuasivo e ameaçador, o militar procura Graciliano, que exercia o cargo semelhante ao do secretário de educação atual, e exige o privilégio a ser gozado pela parenta, que não lograra “aprovação” no tempo ordinário. Na ocasião, o autor nega o pedido e tenta esclarecer o disparate que ele implica.

O trajeto do cárcere se estende, pois, de Maceió a Recife, dando no embarque no *Manaus*, que rumava, ainda sem o conhecimento dos prisioneiros, para a capital da República. A viagem tantas vezes devaneada se dá, enfim, compulsoriamente. Num primeiro momento, parece se notar certa resignação por parte do narrador. A impressão seria reforçada pela aposta, delirante e irresponsável, de que a saída de Alagoas poderia ser útil, servindo, desse modo, como antídoto contra um estado de coisas dado como insuportável: “Naquele momento a ideia da prisão dava-me quase prazer: via ali um princípio de liberdade. Eximira-me do parecer, do ofício, da estampilha, dos horríveis cumprimentos ao deputado e ao senador; iria escapar a outras maçadas, gotas espessas, amargas, corrosivas”.<sup>125</sup> A atenção à voz que enuncia a história no *agora* da escrita nos apresenta ainda outro aspecto da atmosfera afetiva que marca a reconstituição. O tempo linguístico que resgata o completo perfazimento da ação no passado nos apresenta uma espécie singular de estoicismo, que se acompanha, além disso, de perfeita lucidez. E assim se nota a apreensão consciente do contexto já no momento do acontecido. Ressalta-se a percepção do liame entre o evento da prisão e o contexto de uma ruptura. “Comecei a perceber que as minhas prerrogativas bestas de pequeno-burguês iam cessar, ou tinham cessado”.<sup>126</sup> A constatação segue ao diálogo tenso e truncado com o

---

<sup>124</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 40.

<sup>125</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 45.

<sup>126</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 48.

militar que o acompanha até a primeira prisão. O sargento indaga ao autor se sua bagagem se resumia à simples valise que ele trazia consigo, e emenda o “conselho” de que deveria levar “mais roupa”.<sup>127</sup> Graciliano percebe que, apesar da ironia tosca do militar, as expectativas se tornavam insondáveis. E, ainda que a perda das “prerrogativas bestas de pequeno-burguês” remeta, de forma imediata, ao deslocamento relativo à noção de classe, ela antecede, por outro lado, uma série de desvios da posição centrada do sujeito. Fato que, à época, o indivíduo sequer podia imaginar.

O espaço de tempo entre a concretização da prisão em Maceió e a viagem no porão do *Manaus* é relativamente curto. Porém, a experiência vivenciada serve como estágio de uma irreversível dessubjetivação. A estadia no Pavilhão dos Primários e o internamento na Colônia Correcional da Ilha Grande somam múltiplas perspectivas à compreensão do acontecimento.

As emoções de “incongruência” e de “atordoamento”<sup>128</sup> apresentam a qualidade das imagens formadas pelo texto. Reiterando proposição já lançada, pretendo demonstrar, na companhia do leitor, a construção do testemunho que nos apresenta o deslocamento do sujeito atingido pelos desmandos da despersonalização. Tal deslocamento apresenta, por sua vez, níveis e aspectos variados. Ele atinge a esfera da subjetividade, e a da individualidade, e a ele estão associados os modos de controle do corpo do indivíduo. O narrador desnuda, de forma eficiente, o absurdo da situação: “Não me acusavam, suprimiam-me”.<sup>129</sup> Assim se dá o controle do corpo e a “fabricação [estratégica] de sujeitos”.<sup>130</sup> Ou ainda, a supressão destes em prol de uma economia que tem por objetivo único assegurar o poder.

Entre deslocamento geográfico e deslocamento modal, relativo à ocupação de espaço na linguagem, posiciono-me para examinar os movimentos no campo de batalha da história. Neste tópico, avalio os efeitos provocados por tais deslocamentos, metaforizados, assim, pela ideia de viagens. Deve-se focar a reflexão sobre a viagem que conduziu um indivíduo para muito além da sua terra natal. É a história de um sujeito que pôde, através da escrita, pensar o deslocamento do “*eu* ao outro de nós mesmos”.<sup>131</sup> O percurso implica ainda em paragens diversas, elas têm em comum

---

<sup>127</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 48.

<sup>128</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 126-127.

<sup>129</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 52.

<sup>130</sup> FOUCAULT, 1995, p. 231-233.

<sup>131</sup> BHABHA, 1998, p. 69.

sobretudo a apresentação de faces desconhecidas da sociedade, além da relação, sempre tensa e da qual nunca se sai incólume, com o *outro*.

Como na odisseia homérica, o autor-narrador-personagem retorna, depois de dez anos, aos eventos que compõem a recordação. Encarnando, às avessas, a figura de Ulisses, ele volta à batalha onde se definem as palavras e as imagens que podem apresentá-la de modo mais justo.

## 2.2. Autor, sujeito, função

Entre as décadas de 60 e de 70 do século 20, a questão sobre a natureza daquele que assume a enunciação despertou o interesse dos mais perspicazes analistas. No meio deles havia filósofos, linguistas, teóricos da literatura. Todos, em algum nível, se encontravam às voltas com os elementos que compõem a linguagem. Além disso, não foram raras as incursões analíticas, de profissionais de campos variados, pelo texto literário. E assim, a discussão ultrapassou os limites da crítica especializada. Lembro aqui, em linhas gerais, o pronunciamento sobre o tema realizado por Barthes. Sua proposição ficara conhecida como a decretação da “morte do autor”.<sup>132</sup> O retorno ao texto que discute a impropriedade da categoria discursiva ficaria incompleto sem a leitura daquele que parece ser seu *interlocutor ideal*. Daí a lembrança da intervenção de Foucault no célebre ensaio *O que é um autor?*<sup>133</sup>

É certo que as propostas se assemelham em determinados pontos. O principal deles talvez seja a opção pelo foco na atividade da escrita, quando buscam compreender a natureza daquele que supostamente fala através do discurso. Porém, notam-se diferenças na forma como configuram o problema. Ainda no contexto da concordância, observam-se alguns pontos comuns às perspectivas. Ambas as propostas, assim como grande parte dos trabalhos compreendidos na noção de “estruturalismo”, propõem uma concepção de sujeito livre de todo caráter substancialista ou psicologista. Em contraponto, argumentam sobre a natureza eminentemente linguística da instância, admitindo assim o aspecto ficcional da categoria.

---

<sup>132</sup> BARTHES, 1987, p. 49-53.

<sup>133</sup> FOUCAULT, 2004, p. 264-298.

Numa das perspectivas, o “autor” torna-se mero “ser de papel”.<sup>134</sup> Ele é um simples efeito do jogo do signo, algo que se depreende do acontecimento da linguagem.

O outro caminho de exame não pretende anunciar a sua morte. E, num engenhoso lance de análise, restabelece-o como uma espécie de caução “jurídica” e “institucional” do discurso.<sup>135</sup> A proposta seria embasada na ciência de que o surgimento da categoria seria o efeito de mudanças histórico-sociais específicas e variáveis para cada cultura. A relação entre o indivíduo, representado pelo “nome do autor”, e a linguagem é um aspecto da “função autor”: um “modo de ser do discurso”.<sup>136</sup>

Em *A morte do autor*, Barthes é categórico: “a escrita é destruição de toda voz, de toda origem”. Noutro ponto, ele a denomina de o “neutro”, local “para onde foge o nosso sujeito, o preto-e-branco aonde vem perder-se toda a identidade, a começar precisamente pela do corpo que escreve”. Sabemos que as considerações são efeito do exame da passagem de *Sarrasine*, de Balzac. Nela o romancista descreve certa personagem como um “castrado disfarçado de mulher”.<sup>137</sup> Ao examinar a descrição da feminilidade que caracteriza a personagem, Barthes questiona: quem falaria naquele trecho do texto? Seria o herói da história, ou o indivíduo Balzac, refletindo, pois, a respeito da “filosofia da feminilidade”? Ou quem sabe o “autor” Balzac, professando assim seu conhecimento literário sobre a matéria?<sup>138</sup> Sabemos que Barthes se define pela impossibilidade de uma resposta, visto que a escrita seria o dispositivo responsável pela “morte do autor”. No lugar desse ser, inventado num momento recente da nossa história – a modernidade e a consolidação do empirismo –, o crítico aloca o *scriptor*.<sup>139</sup> A estratégia de Barthes se pauta por uma assepsia que tenta se prevenir contra qualquer resquício psicologista ou empiricista, que pudesse reportar à ideia de um indivíduo real por trás da pena. Ao se livrar da hipóstase que a ideia “teológica” de linguagem concebe como processo criativo, o crítico tem o objetivo de se afastar de uma avaliação

---

<sup>134</sup> Barthes utiliza a expressão para designar a propriedade do narrador e das personagens da narrativa, em seu ensaio programático *Introdução à análise estrutural da narrativa*. Cf. BARTHES, 1976, p. 48.

<sup>135</sup> Ao tentar sintetizar o que denomina de “função do autor”, Foucault enuncia: essa função estaria “ligada ao sistema jurídico e institucional que contém, determina, articula o universo dos discursos”. Cf. FOUCAULT, 2004, p. 279.

<sup>136</sup> FOUCAULT, 2004, p. 273.

<sup>137</sup> BARTHES, 1987, p. 49.

<sup>138</sup> BARTHES, 1987, p. 49.

<sup>139</sup> BARTHES, 1987, p. 51. Em trabalho recente, Stephen Greenblatt nos conscientiza da relação desse termo com o ambiente dos mosteiros, até pelo menos no ponto que caracteriza o momento de transição para a idade moderna. *Scriptorias* eram as “oficinas” onde se treinavam os monges da igreja responsáveis pela cópia dos documentos e de livros. Cf. GREENBLATT, 2012, p. 39-41. A informação ajuda no esclarecimento do propósito de Barthes, que busca reconsiderar a propriedade do “autor”.

metafísica.<sup>140</sup> Para isso, é necessário revestir tal campo de uma característica de imanência bem peculiar. E assim, define-se que quem fala no texto e através do texto é a linguagem, e quem escreve é um mero copista de um mundo-livro. Os exemplos modernos de escritores arrolados por Barthes corroboram a noção categórica de “escrita”. Ele aponta o trabalho de Mallarmé e a escrita automática do surrealismo como experimentos que demonstram a falácia da ideia de autor como aquele que cria.

Reportando-se ao trabalho de seu contemporâneo, Benveniste, o crítico ressalta a natureza do “processo vazio” que caracteriza a enunciação.<sup>141</sup>

Algum tempo depois, a noção de “corpo” permite que Barthes reconsidere seu posicionamento. Num diálogo explícito com a psicanálise lacaniana, ele anuncia a “volta amigável do autor”. Em tal obra ele se ocupa da análise dos textos dos heterogêneos autores que são Sade, Fourier e Loyola.<sup>142</sup> Obviamente, nesse caso, não se trata do corpo “real biológico”, como bem lembra Jacques-Alain Miller.<sup>143</sup> É o corpo do “prazer do texto”<sup>144</sup>, o “imaginário”<sup>145</sup>, que se deixa apreender no “plural de ‘encantos’, [é] o lugar de alguns pormenores tênues, fonte, entretanto, de vivos lampejos romanescos”. E que aponta, indubitavelmente, para as cenas da “vida”, como o “gosto pelos ‘mirlitons’” de Fourier.<sup>146</sup> Barthes conceitua tais “morfemas” disseminados pelo texto de “biografemas”.

Num diálogo implícito com o texto de Barthes, *O que é um autor?* é proferido, e vem a público, no ano ulterior.

Tomando emprestada de Beckett<sup>147</sup> a proposição “que importa quem fala?”, Foucault dispensa, logo de início, o “falso problema”<sup>148</sup> que procura estabelecer a figura de um autor real, representante do indivíduo de carne e osso.<sup>149</sup> O crítico concentra a intervenção no incitamento ao exame do “lugar vazio” em que se exerce a “função autor”. O mérito da análise de Foucault reside em ultrapassar a simples supressão da ideia de autor. Afinal, parafraseando o crítico, “não basta” simplesmente “repetir” à

---

<sup>140</sup> BARTHES, 1987, p. 52.

<sup>141</sup> BARTHES, 1987, p. 51.

<sup>142</sup> BARTHES, 2005, p. XVI.

<sup>143</sup> MILLER, 2009, p. 16.

<sup>144</sup> Barthes prolonga a discussão do tema no texto que marca a trajetória de sua escrita. Cf. BARTHES, 2002.

<sup>145</sup> MILLER, 2009, p. 16.

<sup>146</sup> BARTHES, 2005, p. XVI.

<sup>147</sup> FOUCAULT, 2004, p. 267-268.

<sup>148</sup> AGAMBEN, 2008, p. 143.

<sup>149</sup> FOUCAULT, 2004, p. 265.

exaustão “o desaparecimento do autor”<sup>150</sup>. O importante seria localizar “o espaço” deixado por essa ausência. Em sua visada, ele descarta a “análise histórico-sociológica” da personagem do autor e afirma que “gostaria de examinar unicamente a relação do texto com o autor, a maneira com que o texto aponta para essa figura que lhe é exterior e anterior, pelo menos aparentemente”.<sup>151</sup> Na prática, o crítico realiza uma fina análise apegada à noção de escrita, que, de certa maneira, parece contrariar sua intenção, uma vez que nos apresenta, em complemento, lances esclarecedores sobre a emergência e a funcionalidade da categoria “autor”. Através de seus apontamentos, tomamos consciência de como a noção é atravessada de condicionantes histórico-culturais variáveis, ou seja, de como sua “atribuição” é estabelecida pela confluência de “operações críticas complexas e raramente justificadas”<sup>152</sup>.

A variável da “atribuição”, compreendida como a designação daquilo que foi dito ou escrito por certo sujeito, é um dos critérios estabelecidos pelo crítico para analisar a categoria. O “nome do autor” e suas formas de “apropriação” do texto ou do discurso, assim como sua “posição” no livro, estabelecida por convenções textuais e institucionais formam o conjunto dos instrumentos utilizados para sondar os locais deixados vagos pelo seu desaparecimento. Mas a reflexão do crítico vai além do trabalho analítico que desvenda os elementos e as engrenagens pelas quais se operacionaliza a “função autor”. Foucault ressalta que a “indiferença” mostrada pelo descarte do problema relativo a “quem fala” no discurso é a expressão ética, por excelência, da condição da escrita contemporânea. Tal indiferença está embasada num princípio imanente, que enuncia que a escrita não é o resultado de nenhuma operação, e, sim, uma prática.<sup>153</sup> Salientando a natureza linguística e coletiva da questão que envolve a noção de autor, o crítico afirma: a “função autor é característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade”.<sup>154</sup> Noutro momento, ao sublinhar o apontamento do “autor” – pelos signos designativos de sua função no discurso (*shifters*) –, enuncia: “Seria [...] falso buscar o autor tanto do lado do escritor real quanto do lado do locutor fictício: a função autor é efetuada na própria cisão – nessa divisão e nessa distância. Será possível dizer, talvez, que ali está somente uma propriedade singular do discurso romanesco ou poético: um

---

<sup>150</sup> FOUCAULT, 2004, p. 271.

<sup>151</sup> FOUCAULT, 2004, p. 267.

<sup>152</sup> FOUCAULT, 2004, P. 265.

<sup>153</sup> FOUCAULT, 2004, p. 268.

<sup>154</sup> FOUCAULT, 2004, p. 274.

jogo do qual só participam esses ‘quase discursos’”.<sup>155</sup> O conteúdo amplo do ensaio não se deixa sintetizar num espaço como o do presente tópico. Assim, o que interessa aqui é a abertura propiciada pelo pensamento sobre a circunstância da escamoteação ou da fuga do autor, posta em marcha pela escrita contemporânea. Esta se volta, solidariamente, para um espaço comum de questionamento. A abertura tem um nome: a consideração do sujeito no texto, ainda que marcada a natureza de encenação ou de ficcionalidade de seu *status*. Logo após a consideração topológica da “função autor” no discurso romanesco, lembrada logo acima, o crítico enuncia: “Na verdade, todos os discursos que possuem a função autor comportam essa pluralidade de egos”. Encaminhando-se para o fim de sua intervenção, Foucault afirma ainda:

O autor – ou o que eu tentei descrever como a função autor – é, sem dúvida, apenas uma das especificações possíveis da função sujeito. Especificação possível ou necessária? Tendo em vista as modificações históricas ocorridas, não parece indispensável, longe disso, que a função autor permaneça constante em sua forma, em sua complexidade, e mesmo em sua existência. Pode-se imaginar uma cultura em que os discursos circulassem e fossem aceitos sem que a função autor jamais aparecesse.<sup>156</sup>

Na esteira dessa discussão é que se faz possível o retorno da ideia de *autor*.<sup>157</sup> Servindo-se da proposição do filósofo francês, Agamben restabelece o *status* epistêmico da categoria relacionando-a, pois, com a de sujeito, e demonstrando ainda sua natureza eminentemente linguística; movimento que acompanharemos logo à frente. O trabalho da atualidade segue as pistas lançadas no percurso do “bloqueio transcendental”<sup>158</sup> iniciado por Foucault ao refletir a respeito da propriedade do sujeito.

O espaço para onde as considerações teóricas e as questões depreendidas da leitura do texto de Graciliano confluem pode ser alegorizado por um nó de pensamento. Ele é formado pela reflexão sobre a possibilidade de a escrita elaborar o que foi vivido, ou sobre a possibilidade de a arte nos devolver a experiência do real. Dizendo de outro

---

<sup>155</sup> FOUCAULT, 2004, p. 279.

<sup>156</sup> FOUCAULT, 2004, p. 287.

<sup>157</sup> Agamben dedica, em especial, o terceiro capítulo (*A vergonha ou do sujeito*) e grande parte do quarto capítulo (*O arquivo e o testemunho*) do livro *O que resta de Auschwitz* à discussão a respeito da noção de sujeito. O segundo ponto é o local onde o filósofo retoma a ideia de *auctor* como um dos tipos derivados da análise da categoria de “testemunha”, tema do ensaio. Cf. AGAMBEN, 2008 a, p. 93-138 e p. 139-170.

<sup>158</sup> Termo utilizado por Foucault para designar a concepção estratégica de sujeito que se coloca em oposição àquela que o pensa como categoria substancial ou instância psicológica, reportando-nos assim às suas bases kantianas. Cf. FOUCAULT, 2004, p. 271.

modo, é como se o texto se fundasse na “desconfiança no que concerne à própria literatura”, assim como na desconfiança da memória.<sup>159</sup>

A discussão a respeito do autor nos reporta, mais uma vez, ao trecho da introdução das *Memórias do cárcere*, e lança um fecho de luz sobre a *posição móvel* em que Graciliano instala o narrador. Descortina-se assim que o “tamanho ordinário”<sup>160</sup>, a que o narrador pretende seguir o limite, é, na realidade, a aguda consciência da natureza do discurso e da linguagem, de forma geral. O percurso da escrita de Graciliano foi marcado pela disposição experimental no que se refere a esse espaço limiar do discurso. De certo modo, ele fez da escrita o “terreno experimental do Eu”.<sup>161</sup> A disposição se deixa apreender facilmente numa rápida passagem pela cronologia da obra.

O “autor ficcional”<sup>162</sup> Paulo Honório, de *S. Bernardo*, e o escritor diletante Luís da Silva, de *Angústia*<sup>163</sup> são exemplos marcantes de narradores em primeira pessoa que se veem enredados no tortuoso ofício de elaborar os acontecimentos da vida e contar a história que se pauta pela verossimilhança. Abel Barros Baptista sublinha a ligação dos três primeiros narradores (do total de quatro) dos romances de Graciliano com a escrita. Além de protagonizarem a história, eles se veem às voltas com a tarefa de organizar um livro. “Experiência da narração, da escrita e do livro [diz, pertinentemente, o crítico] de que a designação habitual de ‘narrativa na primeira pessoa’ não chega a dar conta e que atravessa toda a ficção de Graciliano Ramos como um dos seus traços mais insistentes”.<sup>164</sup>

A experiência singular do romance *Vidas secas* não deixa de ter relevância nesse trajeto, apesar de prescindir do recurso de encenação do “autor ficcional”. A opção pelo discurso indireto, assim como sua configuração singular, revelam, do mesmo modo, o escritor na tarefa de modular uma voz que, dessa vez, apresenta a

---

<sup>159</sup> Manuel da Costa Pinto lembra, apropriadamente, que essa “desconfiança” é um “elemento central na literatura moderna”. Ao comentar a reedição mais recente das *Memórias do cárcere*, o crítico coteja, por circunstância de efemérides, os monumentos literários da tradição brasileira – Machado de Assis, Guimarães Rosa – e a obra de Graciliano Ramos. Provocativa e pertinentemente, o autor aponta a carência do elemento no texto rosiano; o que, em contrapartida, seria o “cerne” do texto do autor alagoano, apegado à “escrita do aniquilamento”, que dispensa, rasura, elimina, tudo aquilo que encobre a *décalage* original que marca o acesso e o uso da língua. Cf. PINTO, 2008.

<sup>160</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 37.

<sup>161</sup> BACHMANN, Ingeborg *apud* AGAMBEN, 2008, p. 118.

<sup>162</sup> Inspirado pelo trabalho de Derrida, Abel Barros Baptista analisa o romance *S. Bernardo* relacionando a composição textual e a peculiaridade do trabalho da ficção. Cf. BAPTISTA, 1993, p. 159-182

<sup>163</sup> Ivan Teixeira analisa o “jogo de autores” envolvido na composição de *Angústia*. Em conformidade com o trabalho do crítico português (a quem cita, num rodapé), o autor ressalta a dinâmica do “sistema ficcional” que dirige a “poética cultural”. A consideração nos permite compreender que, em vez de produzir um enclausuramento, a ficção se faz uma importante plataforma para se refletir sobre a apreensão e a significação do real. Cf. TEIXEIRA, 2004, s. p.

<sup>164</sup> BAPTISTA, 1993, p. 159.

história dum *outro* radical.<sup>165</sup> O romance que narra a história da família de retirantes nordestinos é o ponto de virada para o terreno da experiência aberta com a memória.

*Infância* é o experimento que marca a etapa de transição. O texto introduz a narrativa num espaço autobiográfico<sup>166</sup> mais evidente. Nele, o *eu* se conforma pela modulação de “duas vozes”<sup>167</sup>, reportando-nos, idem, a dois pontos de vista: o da criança, na sua mais tenra experiência com o signo linguístico e o do narrador, representante do homem maduro, responsável por elaborar e compor as memórias de uma infância que o leva à fronteira tensa da adolescência. Mais uma vez, o livro coloca em xeque as categorias de gênero e de espécie literários, bem como complica o uso da tipologia que se orienta para o enquadramento embasado em identidades relacionadas a estilo de época, critério geracional ou de escola estética. Esse inclassificável livro de memórias é o campo de provas ideal para a escrita das *Memórias*.

### 2.3. *Locus* espectral de enunciação ou Do uso estratégico do discurso

Da leitura das memórias de Graciliano se depreende a reflexão que conjuga, entre outros temas, o exame da técnica literária e o da política. Tal análise desemboca numa atmosfera crítica em que se desenvolve a problematização do sujeito travestido de autor-narrador. É como se constatasse, pois, que a escrita estivesse sempre a forçar o limite do exercício crítico – a reflexão sobre a possibilidade do conhecimento. E aqui a argúcia de Carpeaux, quando ele aponta o “indício” de que “os experimentos com a arte” do “mestre singular” buscam a “solução de um problema vital”, torna-se clara. É na esteira dessa intuição que dou continuidade a análise.

A série de signos, que remetem a uma espécie de vivência espectral, pode ser observada desde o início da história.

---

<sup>165</sup> Wander Melo Miranda ilumina a estruturação do narrador de *Vidas secas*: “[Graciliano] relativiza, assim, a onisciência da terceira pessoa e reconstitui, pela via literária, o hiato entre seu saber de intelectual e a indigência dos retirantes – alteridade que buscou compreender pelo exercício artístico da palavra enxuta e medida”. Cf. MIRANDA, 2008, p. 39.

<sup>166</sup> Refiro-me à categoria pensada por Lejeune em *O pacto autobiográfico*. Cf. LEJEUNE, 2008, p. 41-44.

<sup>167</sup> Gustavo Silveira Ribeiro propõe e demonstra, pertinentemente, a possibilidade do enquadramento na conformação do narrador de *Infância*. Cf. RIBEIRO, 2012, p. 48-52.

“Terei desviado esses espectros?”,<sup>168</sup> pergunta-se o narrador, logo após reiterar o assalto a seu corpo e a seu pensamento por esses seres ilusórios, que formam a reminiscência. Um pouco mais à frente, ele emenda: “reaparecendo ao cabo de longa ausência, alteram-se, completam-se, *avivam* recordações meio confusas”. Quando já se encontra detido, no quartel de Recife, na companhia de Capitão Mata, ouvimo-lo dizer: “o vulto indeciso do capitão, a mesinha, as cadeiras, a sentinela encostada ao fuzil, no alpendre, nova sentinela a amofinar-se no serviço cacete; mas às vezes tudo se embrulhava, entre as visões concretas esboçavam-se fantasmagorias”.<sup>169</sup> A lembrança da descida ao porão do *Manaus* é marcada pela mesma disposição: “Certamente a perturbação visual durou um instante, mas ali de pé, sobraçando a valise, a abanar-me com o chapéu de palha, tentando reduzir o calor, afastar o cheiro horrível, mistura de suor e amoníaco, um pensamento me assaltou, fez-me perder a noção do tempo”.<sup>170</sup> O evento que apresenta mais uma ruptura, entre tantas as que o autor já vivenciara, é talvez o mais claro no tocante a impressão a que me refiro: “Provavelmente não havia lugar para nós, éramos fantasmas, rolaríamos de cárcere em cárcere”.<sup>171</sup>

Agamben identifica uma “forma larvar, e por assim dizer, espectral” que está presente no processo que envolve subjetivação e conseqüente dessubjetivação. Ela seria o efeito do modo de atuação dos dispositivos utilizados pelo poder na atualidade. Se é exato que todo processo de subjetivação implica uma inevitável dessubjetivação, que leva o indivíduo a se conformar à identidade estabelecida pelo dispositivo de controle, é verdade também que a dessubjetivação pode ser usada como estratégia para o advento de uma subjetividade nova, uma subjetividade “real”. O fato se evidencia no campo da política, e o filósofo nos lembra dos exemplos do proletário e do burguês. Porém, o que acontece na atualidade é que “processo de subjetivação e processo de dessubjetivação parecem tornar-se reciprocamente indiferentes e não dão lugar a recomposição de um novo sujeito”.<sup>172</sup> A consequência disto é um “eclipse político”, além da fabricação em massa de espectros, que rodeiam sem cessar a grande máquina da economia do poder.

Como pensar então a ideia de um *locus* espectral de enunciação no texto de Graciliano?

---

<sup>168</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 35.

<sup>169</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 67..

<sup>170</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 124-125.

<sup>171</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 179..

<sup>172</sup> AGAMBEN, 2009, p. 47.

Consequência direta do desgosto pela primeira pessoa, o traço que define o local de enunciação espectral conjuga em si a problematização relativa à natureza epistêmica do autor-narrador e um modo de intervir na maquinaria de fabricação de sujeitos ou de espectros. A disposição do discurso lábil de um “eu” inconsistente é o complemento de uma estratégia, um dos aspectos de indeterminação do posicionamento da enunciação. Através dela se faz possível incorporar a voz de uma série de indivíduos que foram relegados à condição de fantasmas. Desse modo, o local vazio da enunciação é dotado da função de “aparelho registrador” das múltiplas vozes de uma coletividade, que não foram contadas. Nesse caso, a aparência espectral serve de metáfora para o processo de exclusão. E a fabricação de fantasmas, no contexto das *Memórias*, é o produto de dispositivos mais explícitos, que andam de mãos dadas com a violência. Por conseguinte, o discurso da memória pretende reverter a situação, promovendo a emergência desses fantasmas do meio das “trevas” e da “morte”. Agora a escrita assegura aos indivíduos não uma identidade respaldada em valores preestabelecidos num consenso da organização da cidade, mas sim uma espécie nova de subjetividade, identificada ao pertencimento do conjunto formado pela memória e na linguagem.

Nesse primeiro momento, o destaque de uma atmosfera espectral e incongruente, a marcar o discurso da memória, é a necessária preparação à abertura para o coletivo.

É preciso dizer que, para esse exame ser levado a cabo, Graciliano contou com a desagradável colaboração de um contexto organizado pelo Estado. Aqui este é o principal representante de um poder ilegítimo, que se sustentava no uso desmedido da violência.

Uma constante marca o tom da reflexão sobre as lembranças do primeiro estágio do cárcere. Ainda no quartel em Recife, os apontamentos da memória nos reportam ao cotidiano da prisão. A constante vigilância e, ao mesmo tempo, a instabilidade no que concerne aos meios usados pela repressão definem o contexto. A sensação de “incongruência” aponta para a avaliação qualitativa, derivada, por sua vez, de uma posição subjetiva.

A vigilância contínua, embora exercida por uma estátua armada a fuzil ou por uma criatura amável em excesso, começava a angustiar-me. Isso e a instabilidade. Mal fechara os olhos numa leve sonolência, alguém me sacudira e soprou ao ouvido: “–

Viajar.” Para onde? Essa ideia de nos poderem levar para um lado ou para outro, sem explicações, é extremamente dolorosa, não conseguimos familiarizar-nos com ela. Deve haver uma razão para que assim procedam, mas ignorando-a, achamo-nos cercados de incongruências. Temos a impressão de que apenas desejam esmagar-nos, pulverizar-nos, suprimir os direitos de nos sentarmos ou dormir se estamos cansados. Será necessária essa despersonalização? Depois de submeter-se a semelhante regime, um indivíduo é absolvido, e mandam-no embora. Pouco lhe serve a absolvição: habituado a mover-se como se o puxassem por cordéis, dificilmente se libertará.<sup>173</sup>

Obviamente o excerto se refere ao contexto da repressão vivida no cárcere. Ele antecipa assim o debate a respeito da máquina de controle dos corpos, posta em funcionamento no período. Mas, nesse momento, a perspectiva que nos interessa é a que capta a elaboração da crítica do deslocamento sofrido pelo sujeito. Ele é visto como um títere, levado de “um lugar para o outro”, num exercício gratuito de “despersonalização”. O ato de discriminar o sentimento de “incongruência” é uma metáfora eficaz para se apresentar o processo de dessubjetivação. Seu efeito imediato é a revelação da inconsistência da *máscara* de “pequeno-burguês”, sustentada pelo sujeito até ele se deparar com os mandos e desmandos perpetrados pelas figuras representantes do poder. Ao anunciarem o próximo deslocamento, os vigilantes lhe “sopram” ao ouvido: a realidade anterior era mero efeito de um ponto de vista centrado. Ainda nos seus dias iniciais, a prisão já havia ensinado que existia outra realidade, ou, quem sabe, muitas outras, que *não se conciliavam* com a primeira e nem entre si. É a escrita que agencia, no *agora*, esses tempos múltiplos e inconciliáveis, vividos pelo indivíduo na ressubjetivação que o seu ato implica.

A subjetividade se institui na complexa relação, contínua, entre níveis de subjetivação e de dessubjetivação. No seu limiar convivem tempos múltiplos, eles se definem a partir da correlativa possibilidade do indivíduo-sujeito, situado no “não lugar” da linguagem, entre a língua e o discurso.<sup>174</sup>

A enunciação é o modo de ocupar esse lugar, originalmente vazio. “O *eu* é o que se produz como resto no duplo movimento – ativo e passivo da autoafeição. Por esse motivo, a subjetividade tem, constitutivamente, a forma de uma subjetivação e de uma dessubjetivação”.<sup>175</sup>

---

<sup>173</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 62-63.

<sup>174</sup> AGAMBEN, 2008 a, p. 126

<sup>175</sup> AGAMBEN, 2008 a, p. 116.

No trabalho dedicado ao exame do testemunho dos sobreviventes de Auschwitz, Agamben argumenta sobre a propriedade “ontológica”<sup>176</sup> que o conceito de enunciação adquire:

A passagem da língua ao discurso, se olharmos bem, é um ato paradoxal, que implica ao mesmo tempo uma subjetivação e uma dessubjetivação. Por um lado, o indivíduo psicossomático deve abolir-se integralmente e desobjetivar-se enquanto indivíduo real, para se tornar o sujeito da enunciação e identificar-se no puro *shifter* “eu” absolutamente vazio de qualquer substancialidade e de qualquer conteúdo que não seja a mera referência à instância de discurso. Uma vez, porém, que se tenha despojado de qualquer realidade extralinguística e se tenha constituído como sujeito da enunciação, ele descobre não tanto ter acesso a uma possibilidade de palavra quanto a uma impossibilidade de falar – ou, melhor ainda, a uma situação na qual sempre acaba precedido por uma potência glossolítica, sobre a qual não tem controle nem presa. Ao apropriar-se da instrumentação formal da enunciação, ele introduziu-se, de fato, em uma língua, na qual, por definição, não há nada que permita a passagem ao discurso; e, contudo, ao dizer: “Eu, tu, isso, agora [...]”, ele acabou expropriado de qualquer realidade referencial, para deixar-se definir unicamente pela relação pura e vazia com a instância de discurso. *O sujeito da enunciação é feito integralmente do discurso, e por meio do discurso, mas, exatamente por isso, no discurso, não pode dizer nada, não pode falar.*<sup>177</sup>

O comentário guarda um poder de síntese capaz de expor uma contingência cuja característica principal é a complexidade. A descrição de Agamben apresenta o indivíduo vivente situado ali no campo da linguagem, mais precisamente na circunstância em que se depara com a possibilidade de assumir o discurso. Condição semelhante perpassa sub-repticiamente a reflexão operada pela escrita de Graciliano. Dando prosseguimento à discussão realizada, entre outros, por Barthes e por Foucault, o filósofo italiano realiza o feito de expandir a discussão sobre a linguagem até o limite imanente e concreto da vida, e de sua condição humana, que é a política.

Retornando à imagem que capta o escritor na prisão, percebe-se que o sujeito, personagem da lembrança que vemos ser despertado, pode se reconhecer apenas por tomar consciência do desamparo em que se encontra. Não se deve esquecer de que a

---

<sup>176</sup> AGAMBEN, 2008 a, p. 141.

<sup>177</sup> AGAMBEN, 2008 a, p. 120-121.

consciência (efeito da subjetivação) é um texto dirigido a si mesmo. Conscientizando-se da “instabilidade” da situação, ele se livra, ainda assim, do receio de “uma inteira despersonalização”. O testemunho para si próprio, no curto espaço de tempo, implica, paradoxalmente, uma dessubjetivação. O indivíduo transita do vivido, do que é sentido, ao que pode ser nomeado, e, num duplo movimento, aciona o discurso, deparando-se, pois, com a “incongruência”. A incongruência é a cisão entre o indivíduo que fala (a potência ou a possibilidade) e o sujeito que enuncia (o ato) o discurso; é, além disso, a apreensão da *contingência* que define o pensamento.<sup>178</sup> No contexto particular do cárcere, trata-se da consciência de não poder dizer (no sentido de proferir palavras) – afinal, a vigilância era sentida como uma espécie de supressão e pulverização – e, também, da consciência de não poder não-dizer (a consciência dolorosa, numa espécie de “monólogo interior”, de sua situação: a “potência glossolálica” do pensamento). São faces da moeda da relação com a linguagem.

Certamente, a despersonalização a que Graciliano se refere trata do deslocamento abrupto e inesperado da vida cotidiana, marcada pelas “prerrogativas bestas” que ordinariamente definem papéis sociais. Mas a escrita da memória ainda nos apresenta outro nível dessa relação. Ele pode ser percebido, no *agora* da escrita, pela escolha do tempo verbal condizente, que marca a dessubjetivação do sujeito que “começava” a se “angustiar”.

Assim, o fragmento do texto dá testemunho de pelo menos três registros de tempos, vividos pelo sujeito no discurso. O primeiro deles é o do sujeito despertado num leito da prisão e informado sobre o próximo deslocamento. No segundo, o sujeito se vê flagrado, pela própria memória, poucos dias atrás, a transitar pelas ruas de Maceió, e, além disso, despachando no gabinete do Palácio do Estado. No terceiro, vêmo-lo a se ocupar com a composição das memórias, modulando a imagem do tempo como lhe parece mais verossímil: ora ele lança mão do pretérito imperfeito, que tanto demonstra a hesitação da memória quanto abre o passado a outras perspectivas, ora utiliza uma série de verbos impessoais, como para marcar o simples fluir do tempo; ou ainda, enuncia na primeira pessoa do plural, cumprindo assim o desejo explícito de tentar se livrar do *eu*, abrindo, pois, a narrativa para o palco das vozes múltiplas, o espaço democrático da literatura.

---

<sup>178</sup> Para a apreensão do pensamento como potência, ver: AGAMBEN, 2008 b, p. 7-49.

A reiteração do sentimento de “incongruência” se dá em mais de um ponto no primeiro estágio da prisão. A ela sempre estão relacionados o receio e a desagradável consciência da perda gradual dos referenciais de tempo e de espaço:

A minha vida anterior se diluía, perdia-se além daquele imenso espaço de vinte e quatro horas. Um muro a separar-me dela, a altear-se, a engrossar, e para cá do muro – nuvens, incongruências. Entre esses farrapos de realidade e sonho, era doloroso pensar numa inteira despersonalização. Como iria reagir às ocorrências imprecisas que me aguardavam? As imagens vagas misturadas aos móveis sumiram-se, despertei completamente e foi impossível conservar, no calor, a posição horizontal.<sup>179</sup>

A essa altura, o cárcere já interferia na experiência da temporalidade, e obviamente na relação inextricável que essa mantém com a noção de subjetividade. Benveniste demonstrou a relação fundamental entre o tempo e a enunciação. Ao lembrar que o “presente” é a “origem” do tempo, ele enuncia: “[...] O homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o ‘agora’ e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo”.<sup>180</sup> Além disso, ele apresenta e discute o papel essencial dos elementos da “pessoa” (linguística) e do tempo para a apreensão efetiva da “experiência humana”.<sup>181</sup> Agamben se apropria da lição do linguista em sua reflexão sobre o processo de subjetivação.<sup>182</sup>

No lugar do “centro unitário”<sup>183</sup> (a subjetividade como efeito da enunciação), percebe-se o insinuar-se de “imagens vagas”, que se misturam aos móveis, como (supostamente) na simples vivência das sensações de um animal. Nesse tempo, o sujeito personagem da lembrança não podia imaginar os limites que o experimento social da prisão iria o fazer testemunhar. A atitude de se aprumar, resgatando assim a postura que caracteriza o homem, não será de nenhuma valia frente às “ocorrências imprecisas” que o aguardavam. Além da perda referencial do tempo, correlata a perturbação do centro unitário da identidade, o sujeito testemunha a consequência do deslocamento topográfico. O aspecto que o deslocamento assume dessa vez se refere à circunstância que define o regime de acesso do indivíduo à sensibilidade.

---

<sup>179</sup> RAMOS, 2004, vol. I. p. 67.

<sup>180</sup> BENVENISTE, 2006, p. 85.

<sup>181</sup> BENVENISTE, 2006, p. 68-69.

<sup>182</sup> AGAMBEN, 2008a, p. 125.

<sup>183</sup> AGAMBEN, 2008 a, p. 125.

Veremos, no próximo capítulo, a repercussão do controle da visibilidade pelo poder no que se refere às funções de ver, de fazer e de dizer dos membros de uma comunidade.<sup>184</sup> Tais atividades estão em pauta em todo plano de organização política respaldado na distribuição das funções de acordo com a posição dos corpos. No contexto histórico das *Memórias*, ocorre a negação desse acesso, metaforizada eficientemente pelo significante “subterrâneo”, que se dissemina pelo texto. O leitor sabe se tratar, de início, do efeito do recrudescimento da violência vivenciada durante a viagem. Da denotação de segunda ordem, extraída do signo “porão” (do navio), o termo assume variações de sentido que se ligam à discussão anterior e se abrem, pois, para outras linhas de investigação.

As implicações da análise do deslocamento do sujeito se ligam à compreensão do local de enunciação e ao esclarecimento da “função autor”. *Grosso modo*, seria esse um resumo do percurso da discussão até este ponto.<sup>185</sup> A referência ao regime de sensibilidade, afetado pelas circunstâncias da prisão, desdobra naturalmente o questionamento. Dois temas derivam desse debate. O primeiro deles é a problematização da ideia de experiência, que a narrativa das *Memórias* propõe. Como se pôde perceber, o termo foi amplamente usado no decorrer do texto. A emergência do tema da sensibilidade (ou da estética) é a circunstância oportuna para se desenvolver o exame da noção. É preciso compreender a propriedade da relação entre a escrita da memória, os regimes de sensibilidade e a questão política. Por conseguinte, o desdobramento do tema – o exame da disseminação do significante “subterrâneo” e suas implicações políticas – define o segundo tópico. Faz-se necessário compreender o que se pode ver lá dos “cantos obscuros”<sup>186</sup> em que o narrador se põe. E ainda questionar: que local é esse marcado pela sombra ou pela falta de luz? Se tradicionalmente a metáfora da luz e da sombra foi usada para se referir ao conhecimento, pode-se dizer

---

<sup>184</sup> Refiro-me às formas de se ocupar posição na “partilha do sensível”, conceito que sintetiza a concepção política de Rancière. Cf. RANCIÈRE, 1995, p. 7-8; e RANCIÈRE, 2009.

<sup>185</sup> Há uma extensa tradição – por paradoxal que seja – da ainda recente disciplina Teoria da Literatura que contempla a discussão acerca da instância emissora do discurso numa narrativa. Em grande parte das teorias, tal instância é pensada tanto em sua condição topológica quanto funcional. A história da disciplina dá testemunho de variadas nomenclaturas no decorrer de seu desenvolvimento. A discussão pomenorizada do assunto desviaria o intento deste do objetivo previamente pensado. Remeto o leitor a um texto sintético e introdutório (porém, sem prejuízo para o conteúdo relativo à discussão) de Compagnon. Nele, o teórico examina a categoria literária “autor” em toda sua reverberação metonímica – sujeito, narrador, escritor, locutor –, o que contribui para o debate sobre as teorias do conhecimento. Reitero, oportunamente, que a disposição da avaliação se harmoniza com a perspectiva deste trabalho. Cf. COMPAGNON, 2006, p. 47-96. Outro ponto relevante de observação a respeito desse tema é o texto *As vozes do romance*, de Oscar Tacca. Cf. TACCA, 1983.

<sup>186</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 37.

que não há reflexão sobre política sem referência à luz, o princípio da visão e da visibilidade, por sua vez, o fundamento da política.<sup>187</sup>

## 2.4. Qual experiência?

Em *A imagem de Proust*, Benjamin comenta a dialética que marca a composição do texto do romancista francês. Ele se refere à relação tensa entre o uso da memória e os apontamentos da “lei do esquecimento”,<sup>188</sup> que define, pois, o projeto estético da *Recherche*. Na esteira do comentário, o autor ainda nos lembra da narração do editor de Proust: ele discorre a respeito dos hábitos de revisão do escritor. Os enxertos infundáveis nas provas de edição levavam os tipógrafos à beira da loucura. A apreensão da memória, nesse curto ensaio, dá o tom certo para se pensar a noção de experiência também em Graciliano Ramos.

Pois um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limite, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois. Num outro sentido, é a reminiscência que prescreve, com rigor, o modo de textura. Ou seja, a unidade do texto está apenas no *actus purus* da própria recordação, e não na pessoa do autor, e muito menos na ação.<sup>189</sup>

Guardada a devida particularidade de cada um dos textos, a explicitação do pacto romanescos no primeiro, a apropriação do memorialismo pela literatura no outro, o que interessa aqui é a captura da reminiscência pela escrita, e, assim, a consequente abertura do vivido. Lembremo-nos da enunciação de Graciliano sobre a “reconstituição dos fatos” que apresenta. Conforme o autor, o que ele narra é aquilo que *notou* ou que  *julgou ter notado*. Desse modo, faz-se necessário refletir sobre a relação entre a atividade da escrita e o *actus purus* tangido pela memória, a que Benjamin se refere. É nesse cruzamento entre a faculdade sensorial, o intelecto e a escrita da lembrança que, penso, pode-se encontrar algum esclarecimento sobre a noção de experiência.

---

<sup>187</sup> Avaliação inspirada pelas referências convocadas. Para o contato preliminar com a relação entre o tema da visibilidade e o da política, ver: RANCIÈRE, 2009, e DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 11-44.

<sup>188</sup> BENJAMIN, 1994, p. 37.

<sup>189</sup> BENJAMIN, 1994, p. 37.

A questão corre o risco de ser tomada como tautológica. Afinal, sugerir que a escrita é *ação* de lembrar não esclarece muito mais do que propor que a natureza do uso da memória pela escrita configura-a como artefato. Talvez seja esse o circuito que desvele a relação inextricável entre a narrativa e a experiência. Partindo da constatação provisória, proponho o breve exame das possibilidades do uso do termo no contexto da crítica. O intuito é entender a dimensão dada ao registro sensível quando, por exemplo, Graciliano se refere à matéria de sua narrativa como aquilo que foi “notado” ou que pode “ser observado e sentido”.<sup>190</sup> Da mesma forma, busca-se entender a relação constituinte da narração com a “faculdade de intercambiar experiência”.<sup>191</sup>

O termo “experiência” fundamenta a argumentação de Kant a respeito da natureza do conhecimento. A primeira parte de seu trabalho que se presta a tal investigação propõe, de fato, discutir sobre a validade da afirmação de dados *a priori* da experiência empírica. Por sua vez, Foucault dispensa o termo, associando-o à emergência de um “sujeito anônimo e geral da história”, que seus primeiros trabalhos permitiriam entrever, e o qual, já em *Arqueologia do saber*, ele não subscrevia a pertinência.<sup>192</sup> É bem provável que quisesse se livrar de toda aura transcendental ligada à ideia de sujeito. Agamben anuncia a “destruição da experiência” como uma espécie de painel da condição contemporânea. Porém, na companhia de Wittgenstein e de Benjamin sabemos que, na verdade, sua intervenção tem um limite bem mais extenso do que o simples anúncio da catástrofe. Ao postular o *experimentum linguae* como método existencial e político de uma nova geração, o filósofo intervém ainda na questão sobre a imanência da vida e de sua relação com a linguagem.<sup>193</sup> Assim, o contexto nos aproxima, a saltos curtos, da questão que conflui a experiência e a escrita. Já no terreno da crítica literária, Todorov reitera, como sendo uma das funções da literatura, o acesso a “mundos diferentes”, que podem ser cotejados a partir da experiência pessoal.<sup>194</sup> Compagnon, por sua vez, enuncia em bom tom que a literatura deve ser estudada por ser uma das atividades – talvez a única – que possibilite preservar e transmitir a experiência

---

<sup>190</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 61.

<sup>191</sup> BENJAMIN, 1994, p. 198.

<sup>192</sup> FOUCAULT, 2013, p. 18-19.

<sup>193</sup> AGAMBEN, 2008, p. 17-19.

<sup>194</sup> Cf. TODOROV, 2010, p. 18-19.

dos outros.<sup>195</sup> Argumento respaldado em justificativas, epistêmica e ética, inquestionáveis.

Porém, esse quadro apenas ratifica a imprecisão de um termo que parece tão central quanto a própria noção de memória.

Uma rápida pesquisa sobre o conceito em obra de referência confirma a dificuldade de sua delimitação. O redator do verbete “experiência” do *Dicionário de Filosofia*, de Ferrater Mora, afirma mesmo que “o conceito de experiência é um dos conceitos mais vagos e imprecisos” da história da filosofia.<sup>196</sup> Em conformidade com o senso-comum, o verbete se inicia afirmando o uso “em vários sentidos” do termo. Enumero-os, em resumo: “1) Apreensão por um sujeito de uma realidade, uma forma de ser, um modo de fazer, uma maneira de viver, etc. [...]; a experiência é então um modo de conhecer [...]. 2) A apreensão sensível da realidade externa [...]. 3) O ensinamento adquirido com a prática [...]; experiência de vida. 4) A confirmação dos juízos sobre a realidade por meio de uma verificação usualmente sensível [...]. 5) O fato de suportar ou ‘sofrer’ como quando se diz que se experimenta uma dor, uma alegria, etc.”<sup>197</sup>

É pertinente a consideração do autor que ressalta a existência de “algo comum” entre as definições: a “apreensão imediata por um sujeito de algo supostamente ‘dado’”. Da mesma forma, é sensata a opinião de que o critério é, porém, “demasiadamente vago para servir como ponto de partida para uma análise”. Tendo ainda o propósito de avaliar os vários significados do conceito, na história da filosofia, o autor lança mão da síntese das múltiplas acepções em “dois sentidos primordiais: a) experiência como confirmação ou possibilidade de confirmação empírica (e frequentemente sensível) de dados e b) a experiência como o fato de viver algo dado anteriormente a toda reflexão ou predicação”.<sup>198</sup>

Assim, se depreende do comentário a relação inerente da experiência com o tema da estética, entendida aqui como campo da sensibilidade. Além disso, corrobora-se sua repercussão no domínio do conhecimento. A constatação segue o plano de se observar o uso do conceito para o esclarecimento da composição narrativa. E assim a ideia de “intercâmbio de experiências” nos serve como baliza eficaz.

---

<sup>195</sup> Cf. COMPAGNON, 2009, p. 47-48,

<sup>196</sup> FERRATER MORA, 2001, p. 972.

<sup>197</sup> FERRATER MORA, 2001, p. 968.

<sup>198</sup> FERRATER MORA, 2001, p. 968.

A associação entre literatura e experiência foi sublinhada por grande parte da crítica da obra de Graciliano. Assim como na definição conceitual, o termo assume sentidos variados nas observações. Já foi lembrada a apreciação de Carpeaux, que nos fornece o indício motriz do exame sobre o tema.<sup>199</sup> Vale lembrar o significado de experimentação com que a proposta do crítico reveste o conceito. Álvaro Lins toca o tema, tangencialmente, ao identificar que “os seus romances nos tentam a confundir, em análises convergentes, a sua figura de escritor e a sua figura de homem. Existem homens que explicam as suas obras. No caso do sr. Graciliano, é a obra que explica o homem. Quero dizer: o homem interior, o homem psicológico”<sup>200</sup>. Ainda que exagere no enfoque psicologista, subscrevendo o objetivo da crítica de revelar a intenção criativa, o autor analisa o “estilo” e a composição dos romances e do texto memorialístico de *Infância*. Sua perspectiva se pauta, pois, pela atenção ao uso da memória enxertada de elementos autobiográficos.

O significado de *experiência* se pluraliza na recepção contemporânea da obra. Vemos o sentido ser resgatado pela crítica, que reconhece na ligação entre literatura e experiência a “urdidura de uma trama comum”.<sup>201</sup> Porém, dessa vez, a relação passa ao largo de uma “perspectiva restrita”, que, por exemplo, tende a associar, de forma imediata “traços” autobiográficos do texto e a ideia de realidade como cópia. Ao contrário, ressalta-se a natureza construtiva da memória.<sup>202</sup>

Ainda associado a um estratagema técnico, o termo adquire o significado de conhecimento que pode ser adquirido pelos sentidos, bem como o conhecimento adquirido e acumulado com o passar dos anos. Silviano Santiago dá o tom dessa interpretação. Ele lembra o empenho de Graciliano na reinvenção da literatura, assim como no exercício de “depuração da experiência, que fundamenta a memória, e [na] depuração do estilo, que alicerça a narrativa”, inscrevendo-a assim contra qualquer demanda ideológica do contexto histórico.<sup>203</sup> Em outro ponto, afirma: “É impossível [...] distinguir na vida-obra de Graciliano a parte da experiência estética e a parte da experiência vital”.<sup>204</sup>

Além do diálogo óbvio entre obra e crítica, que condiciona a dicção das considerações, pode-se atribuir influência inegável às opiniões de Graciliano na

---

<sup>199</sup> CARPEAUX, 1987, p. 244.

<sup>200</sup> LINS, 1987, p. 261.

<sup>201</sup> MIRANDA, 2004, p. 8.

<sup>202</sup> MIRANDA, 2004, p. 9.

<sup>203</sup> SANTIAGO, 2008, p. 18.

<sup>204</sup> SANTIAGO, 2008, p. 31.

composição desse quadro.<sup>205</sup> A disposição do escritor em pensar a atividade da escrita é indissociável do próprio ato.<sup>206</sup> Seja em imagens que o flagram num contexto de exposição pública, como numa rara entrevista, ou que revelam fragmentos de relações íntimas, como na correspondência, o autor das *Memórias* reitera o fato de que não há literatura que não se fundamente no empenho de pensar a literatura. Dizendo de outro modo, ele parece afirmar que não há escrita que não se deixe levar pela reflexão sobre o ato de escrever. As imagens da memória no livro sobre a cadeia ratificam a impressão.

Bem, os célebres mocambos que José Lins havia descrito em *Moleque Ricardo*. Conheceria José Lins aquela vida? Provavelmente não conhecia. Acusavam-no de ser apenas memorialista, de não possuir imaginação, e o romance mostrava exatamente o contrário. Que entendia ele de meninos nascidos e criados na lama e na miséria, ele, filho de proprietários? Contudo a narração tinha verossimilhança. Eu seria incapaz de semelhante proeza: só me abalanço a expor a coisa observada e sentida.<sup>207</sup>

Da janela do trem que o levava para Recife – o primeiro deslocamento –, Graciliano observa a paisagem e discorre, dura e honestamente, acerca do estilo do amigo escritor. A imagem fornece mais uma consideração para se pensar sobre a propriedade da experiência. A discordância com a opinião crítica, que caracterizava José Lins como um “memorialista”, complica e desautoriza, pois, a interpretação “restrita”. Nesta, a ênfase recairia sobre a “coisa observada”. O amigo não poderia ser memorialista porque “provavelmente não conhecia” a vida dos moradores dos mocambos. Suspendendo estrategicamente o julgamento de Graciliano, penso que seja importante sublinhar o reconhecimento relativo à “verossimilhança” do texto. Porém, é preciso ainda comentar a intransigência do autor com o texto de José Lins. Ora, o que o filho de proprietários poderia saber de meninos nascidos e criados na lama, nos arredores dos mocambos ocupados por trabalhadores de engenho? Ele provavelmente

---

<sup>205</sup> Lembro aqui, sucintamente, a conhecida afirmação do escritor numa entrevista a Homero Senna: “Nunca pude sair de mim mesmo. Só posso escrever o que sou”. Cf. SENNA, 1978, p. 55; e ainda a admoestação, espécie de auto de fé literário, dirigida à irmã Marili: “Só conseguimos deitar no papel os nossos sentimentos, a nossa vida. Arte é sangue, é carne. Além disso não há nada. As nossas personagens são pedaços de nós mesmos, só podemos expor o que somos”. Cf. RAMOS, 1992, p. 213. A disposição se repete em trechos da correspondência, assim como nos artigos para a imprensa, reunidos hoje em *Linhas tortas*. Cf. RAMOS, 2005a, p. 126-395.

<sup>206</sup> Érica Melo Garcia realizou pesquisa sobre a relação entre a experiência e a escrita em Graciliano. Numa leitura *ao modo* psicanalítico, alia, habilidosamente, proposições de Benjamin e Agamben, em busca do esclarecimento da escrita do autor de *Infância*. Cf. GARCIA, 2010, p. 9-46.

<sup>207</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 61.

possuía um “saber”<sup>208</sup> e um conhecimento parecidos ao que o filho de pequenos proprietários do sertão das Alagoas pôde *transformar* em romances e memórias.<sup>209</sup> Nesse ponto, o autor das *Memórias do cárcere* não se dá conta da contradição de negar à experiência o aspecto de amálgama que a caracteriza. Afinal, é seu discurso próprio – seja no campo da ficção ou nas experimentações memorialísticas –, como vimos, que a concebe no conjunto daquilo que foi apreendido pelo sentido, sendo permeado, porém, de enxertos sutis de imaginação. Assim, a configuração da experiência se aproxima da configuração de uma memória composta por dados subjetivos entremeados ao tecido de histórias coletivas.<sup>210</sup> Desenho esse que se explora logo à frente.

A cena em que o narrador flagra sua personagem às voltas com a necessidade de escrever apresenta a relação entre experiência, memória e narrativa, compreendida como espaço coletivo de produção do texto. O porão do navio, que se dirigia para o Rio de Janeiro, é sua localização nesse instante:

Necessário escrever, narrar os acontecimentos em que me embarçava. Certo não os conseguiria desenvolver: faltava-me calma, tudo em redor me parecia insensato. Evidentemente a insensatez era minha: absurdo pretender relatar coisas indefinidas, o fumo e as sombras que me cercavam. Não refleti nisso. Havia-me imposto uma tarefa e de qualquer modo era-me preciso realizá-la. Ou não seria imposição minha esse dever: as circunstâncias é que o determinavam. Indispensável fatigar-me, disciplinar o pensamento rebelde, descrever o balanço das redes, fardos humanos abatidos pelos cantos, a arquejar no enjoo, a vomitar, as feições dos meus novos amigos a acentuar-se pouco a pouco.<sup>211</sup>

Situação como essa se repete algumas vezes na história. A imagem da memória dá bem a ideia do choque vivenciado na dialética entre os tempos do passado e do presente. Acompanhemos a montagem da cena. “Necessário escrever, narrar os acontecimentos em que me embarçava”. A primeira oração, formada pelo adjetivo “necessário” e o verbo “escrever” no infinitivo, pode ser tomada como o imperativo do

---

<sup>208</sup> À la Benjamin. Cf. BENJAMIN, 1994, p. 200.

<sup>209</sup> Embora não tenha o objetivo de justificar a proposição com informações crítico-biográficas, reporto o leitor ao sintético ensaio biográfico *Um homem bruto da terra: biografia intelectual*, de Facioli. Neste texto, o crítico nos fornece relevantes lances da formação não apenas intelectual de Graciliano. Cf. FACIOLI, 1987, p. 23-106.

<sup>210</sup> Lembremo-nos que Graciliano informa, no início das *Memórias*, a natureza dialogal e o procedimento de confrontação de versões dos eventos junto aos companheiros de cárcere, durante o processo de composição. Cf. RAMOS, 2004, vol. I, p. 36-37.

<sup>211</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 151.

sujeito para si mesmo no tempo do vivido. A oração que complementa o período se liga à primeira através de um verbo sinônimo (“narrar”) também no infinitivo; este agora é manejado no tempo da escrita da lembrança, dando assim prosseguimento à ação com o verbo no pretérito imperfeito (“embaraçava”), que, por sua vez, afasta simultaneamente, do narrador e do leitor, a personagem que vivenciou o acontecimento. Em seguida, o narrador se aproxima do leitor, comentando seu estado emocional no passado vivenciado: “Evidentemente a insensatez era minha: absurdo pretender relatar coisas indefinidas”. A imagem reconstrói o evento numa perspectiva tridimensional. Temos de início a impressão de ver apenas mais uma personagem de narrativa, contudo, à medida que nos damos conta da personagem que vivenciou o evento no passado, deparamo-nos com o narrador no presente da narração, o qual, por sua vez, nos mira. “Não refleti nisso”, diz ele. E assim quase podemos ouvir um complemento, em eco: “leitor”. Essa “dramática da escrita” define o desenho da narração.<sup>212</sup>

A premência recorrente da escrita expõe o viés autorreflexivo adotado pela narrativa: o autor só se sente em casa na *persona* daquele que *faz livros*.<sup>213</sup> O imperativo é também o signo que inscreve as *Memórias* no terreno de uma tentativa de *reconstituição* da experiência.

A característica “construtivista” de toda história foi realçada por Benjamin nas *Teses* sobre o conceito de História: “A história marxista tem em sua base um princípio construtivo”.<sup>214</sup> Gagnebin ressalta a importância de se explorar a relação entre a “teoria da narração”, a experiência e a política, para se ultrapassar a interpretação restrita que condiciona uma leitura “nostálgica” dos ensaios sobre o “narrador” e sobre a “reprodutibilidade técnica da obra de arte”. Para isso, ela lembra ao leitor os sentidos com os quais a palavra alemã *Geschichte* (história) pode ser revestida. São eles: “processo de desenvolvimento da realidade no tempo como o estudo desse processo ou um relato qualquer”.<sup>215</sup>

Desse modo, torna-se mais claro o contexto em que Benjamin relaciona a depauperação da experiência ao empobrecimento gradual da “arte de contar” histórias. Mas a qual experiência Benjamin se refere? É de conhecimento comum que o início do

---

<sup>212</sup> RANCIÈRE, 1995, p. 41.

<sup>213</sup> Tecí algumas considerações a respeito da relação entre a atividade da escrita e a motivação de um desenho possível da identidade, ou de um autorretrato, num ensaio que serviu como etapa de planejamento da pesquisa para a escrita deste texto. Cf. COELHO, 2012, p. 187-201.

<sup>214</sup> BENJAMIN, 1994, p. 231.

<sup>215</sup> GAGNEBIN, 1994, p. 7.

século 20 já produzia um volume de publicação de romances – para facilitar a exposição – que dava trabalho de sobra para aquele que desejava acompanhar apenas a produção nacional.<sup>216</sup>

O enfraquecimento da narração a que Benjamin se refere está associado, pois, ao enfraquecimento da experiência apreendida pelo conceito que se desenha no decorrer de sua obra. O termo em alemão é *Erfahrung*.<sup>217</sup>; ele designa a ideia de experiência pura, alicerçada na confluência dos discursos e do fenômeno coletivo<sup>218</sup>, próximo, pois, ao conceito de tradição.<sup>219</sup> *Erfahrung* se contrapõe a ideia de *Erlebnis*, “a experiência vivida, característica do indivíduo solitário”, marcado pela modernidade e pela organização social e cultural do capitalismo.<sup>220</sup>

A experiência que seria moeda de troca entre o narrador e o leitor – ou originalmente entre o locutor e seu ouvinte<sup>221</sup> – tem um nome: “autoridade” da “palavra”.<sup>222</sup> Nos termos de Benjamin, seria: “sabedoria”.<sup>223</sup> É fácil entender, a partir daí, a tese da perda gradual da faculdade de “intercambiar experiências”, proposta já na década de 30 do século passado. O contexto da narração implicava o acolhimento e a subscrição da “experiência”, entendida aqui como uma “história”, relatada, pois, pelo sujeito motivado a transmitir determinado enredo, cujo lastro é o pacto da sua “palavra”.

---

<sup>216</sup> Fato esse que se dava mesmo em terras nacionais; imagine, pois, na Alemanha ou na França, por exemplo. Remeto o leitor ao trabalho de Brito Broca, que apresenta o panorama da vida literária na primeira década do século 20, no Brasil. Cf. BROCA, 2005.

<sup>217</sup> Em alemão, “experiência” guarda as duas acepções, *Erfahrung* e *Erlebnis*. Cf. GAGNEBIN, 1994, p. 9-10.

<sup>218</sup> BENJAMIN, 2004, p. 215.

<sup>219</sup> Depreendo a noção do comentário de Gagnebin que se refere ao conceito de “origem”. Associado à análise da narração este permite descortinar a dialética que condiciona a atividade narrativa, que busca relacionar a “irreducibilidade” do passado e a abertura para a construção no/do presente. Cf. GAGNEBIN, 1994a, p. 72.

<sup>220</sup> GAGNEBIN, 1994, p. 9.

<sup>221</sup> BENJAMIN, 1994, p. 198.

<sup>222</sup> Aproprio-me aqui da interpretação de Agamben. O autor discute o tema na retomada “da herança do programa benjaminiano ‘da filosofia que vem’”. Conforme o filósofo, o objetivo é “preparar o lugar” em que o “germe” de novas formas de experiência se desenvolverá: “A experiência tem seu necessário correlato não no conhecimento, mas na autoridade, ou seja, na palavra, no conto”. Cf. AGAMBEN, 2008, p. 23. A atenção ao objetivo, respaldado na motivação intelectual que seja, parece desanuviar a interpretação apocalíptica, muitas vezes atribuída ao texto do filósofo italiano. Convenhamos que o autor contribui para a disposição desse exame; veja o título do texto: “Destrução da experiência”. Gostaria de lembrar, todavia, a atenção que Gagnebin solicita ao movimento de Benjamin quando este descortina o enfraquecimento da *Erfahrung* e da arte (tradicional) de contar história. Seria obtuso avaliar a proposição do filósofo alemão como simples nostalgia de um tempo passado. O que está em jogo na ideia de “reconstrução da *Erfahrung*”, “mas não [de forma] explícita”, é “uma nova forma de narratividade”. Cf. GAGNEBIN, 1994, p. 9. O corolário da proposição se reflete nas mudanças de regime de sensibilidade, na problematização da racionalidade e da constituição do sujeito (cognoscitivo e político; a meu ver, indissociáveis). A aproximação das ideias corrobora o projeto do filósofo italiano e faz dele talvez o leitor ideal de Benjamin. Questões semelhantes não estão, também, na base dos projetos filosóficos de Rancière e de Didi-Huberman?

<sup>223</sup> BENJAMIN, 1994, p. 200.

Por isso Agamben reforça a ideia de que “hoje ninguém mais parece dispor de autoridade suficiente para garantir uma experiência”. Ou, se dispõe, “ao menos o aflora a ideia de fundamentar em uma experiência a própria autoridade”.<sup>224</sup>

“O senso prático é uma das características de muitos narradores natos”, diz Benjamin. As outras características que o filósofo atribui à narrativa circulam na órbita do embate do homem com o mundo, na vida prosaica. A narrativa adquire o estatuto de proteção para o homem em sua relação com a natureza e com a cultura. O narrador é aquele “homem que sabe dar conselhos”.<sup>225</sup> E esses conselhos são revestidos de uma “dimensão utilitária”, algumas vezes “latente”, podendo consistir num “ensinamento moral”, num “provérbio”, numa “norma de vida”.<sup>226</sup> Benjamin identifica dois grupos de narradores que compartilham a “experiência passada de pessoa a pessoa”, a fonte de todo relato. Num dos casos, a autoridade do narrador se sustenta no fato de o indivíduo vir de longe, subscrevendo a ideia de “quem viaja tem muito para contar”. A experiência de um homem que, mesmo sem sair de sua terra e dedicar sua vida às histórias e às tradições de sua região, é o outro caso que adquire autoridade e ganha a atenção do ouvinte. De certa forma, trata-se do homem que fez uma longa viagem<sup>227</sup> no tempo da vida.<sup>228</sup> Os “representantes arcaicos” do narrador são estabelecidos, respectivamente, nos tipos do “marinheiro viajante” e do “camponês sedentário”.

Benjamin aponta o declínio da narrativa e o desenvolvimento do romance como etapas que se sucedem no percurso de empobrecimento da experiência.<sup>229</sup> O romance, surgido na modernidade, distingue-se da narrativa, em primeiro lugar, por deixar para trás a transmissão oral do relato. Ele advém da invenção da prensa e do livro.<sup>230</sup> Note-se que essa condição histórica produziu também efeitos distintos que repercutem no aspecto e na função do relato concernente à experiência. Enquanto o narrador “retira da experiência” o que ele conta, ou seja, “sua própria experiência ou a

---

<sup>224</sup> AGAMBEN, 2008, p. 23.

<sup>225</sup> BENJAMIN, 1994, p. 200.

<sup>226</sup> BENJAMIN, 1994, p. 200.

<sup>227</sup> Articulando as categorias do choque e da aura numa dialética da aproximação e do distanciamento, Georg Otte propõe a ideia do narrador como o viajante no tempo e no espaço. Cf. OTTE, 1994, p. 83-84.

<sup>228</sup> É oportuno lembrar mais uma característica da narrativa, proposta por Benjamin: a transmissibilidade ideal que adquire a experiência do homem diante da morte. Cf. BENJAMIN, 1994, p. 207. Não poderia deixar de me reportar à enunciação do narrador das *Memórias* lançada como justificativa do afastamento de parte da hesitação que lhe impedia a narração: “Estou a descer para a cova [...] e provavelmente isto será publicação póstuma, como convém a um livro de memórias”. Cf. RAMOS, 2004, vol. I, p.35.

<sup>229</sup> BENJAMIN, 1994, p. 201.

<sup>230</sup> BENJAMIN, 1994, p. 201.

relatada por outros”, o romance “segrega”.<sup>231</sup> Ele é obra do “indivíduo solitário”, que se propõe a relatar sua vida. O romance, seguindo Benjamin, é a história de uma vida.

Certo tom ambivalente se depreende do fascínio causado pelo texto de Proust.<sup>232</sup> Ao apontar o “mimetismo da curiosidade” e certo “elemento detetivesco” da obra, Benjamin restabelece esse discurso, ainda que o reconheça como a reconstrução de uma “forma sintética” de experiência.<sup>233</sup> Nas palavras do autor, “a tagarelice incomensuravelmente ruidosa e vazia que ecoa nos romances de Proust é o rugido com que a sociedade se precipita no abismo dessa solidão”.<sup>234</sup> Porém, o movimento operado pela escrita de Proust duplica a “experiência”, transforma o escrutínio do “entrecruzamento” dos tempos da vida<sup>235</sup> num espaço de intercâmbio de experiência e de *investigação*.

Deixemos de lado a tagarelice de Proust e retornemos às circunstâncias do discurso enxuto da “forma sintética” e refratária ao romance que foi construída por Graciliano. “Havia-me imposto uma tarefa e de qualquer modo era-me preciso realizá-la. Ou não seria imposição minha esse dever: as circunstâncias é que o determinavam”. A escrita encena assim o ato de assumir uma função. Desse modo, torna-se mais claro o sentido de “senso prático”, o qual Benjamin atribui a “muitos narradores natos”. Como já sugeri, não é o único momento em que Graciliano se vê revestido de uma espécie de responsabilidade de descrever o que vivencia. O narrador, nos idos dos anos de 1940, esclarece, numa outra perspectiva, o sentido da prática que caracteriza a escrita: “Até certo ponto podia considerar-me uma espécie de revolucionário. Teórico e chinfrim. Sorria-me a perspectiva de olhar de perto revolucionários de verdade, que ultimamente eram presos em magotes”.<sup>236</sup> A ironia do autor é evidente, mas no trecho ela se condensa, ainda, a prática da escrita tomada como essa espécie de chamado. A ela deveriam estar associadas a reconstrução de uma lembrança, e a abertura e o resgate de momentos esquecidos da história política do país. No próximo capítulo, veremos isso com mais tempo.

---

<sup>231</sup> BENJAMIN, 1994, p. 201.

<sup>232</sup> Gagnebin lembra a influência ambivalente do texto de Proust sobre Benjamin – seu tradutor em alemão –, que precisa se afastar deste para retomar, em certo ponto, um caminho próprio de escrita. Cf. GAGNEBIN, 1994, p. 15.

<sup>233</sup> GAGNEBIN, 1994, p. 10.

<sup>234</sup> BENJAMIN, 1994, p. 46.

<sup>235</sup> BENJAMIN, 1994, p. 45.

<sup>236</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 70.

O autor discorre sobre as expectativas da prisão logo no seu início. São a astúcia e a relação tempestuosa com as “circunstâncias” – seriam elas que determinavam o dever da escrita? – que nos possibilitam a apreensão de uma face da propriedade da experiência. Continuemos com Benjamin:

Não se percebeu devidamente até agora que a relação ingênua entre o ouvinte e o narrador é dominada pelo interesse em conservar o que foi narrado. *Para o ouvinte imparcial, o importante é assegurar a possibilidade da reprodução. A memória é a mais épica de todas as faculdades.*<sup>237</sup>

No ensaio sobre os “temas” da poesia de Baudelaire, o filósofo reencontra a obsessão do texto de Proust. O comentário sobre o texto do romancista francês descortina a relação entre a memória, a narração e a experiência.

Há uma rivalidade histórica entre as diversas formas de comunicação. Na substituição da antiga forma narrativa pela informação, e da informação pela sensação, reflete-se a crescente atrofia da experiência. Todas essas formas, por sua vez, se distinguem da narração, que é uma das mais antigas formas de comunicação. Esta não tem a pretensão de transmitir um acontecimento pura e simplesmente (como a informação o faz); integra-o à vida do narrador, para passá-lo aos ouvintes como experiência. Nela ficam impressas as marcas do narrador como os vestígios das mãos do oleiro no vaso da argila.<sup>238</sup>

A citação que sugere uma espécie de teoria evolutiva dos modos de discursos traz em si uma riqueza de temas que extrapola o objetivo nesse momento. Valorizando a narração como a real detentora da experiência, é relevante notar a característica da “comunicação” que ainda lhe é imputada. Não tendo a pretensão de transmitir, pura e simplesmente, um acontecimento, ela deve fazer da experiência a presença de um sujeito, a salvaguarda de um espaço de elocução. Como visto no comentário anterior, ela deve assegurar uma possibilidade de dizer. Esse movimento estratégico de assunção de espaços no discurso e a consciência do uso comunicativo da narração nos levam, pois, para o campo da política.

---

<sup>237</sup> BENJAMIN, 1994, p. 210. Grifos meus.

<sup>238</sup> BENJAMIN, 1989, p. 107.

Proponho a hipótese de que a prática da escrita e a reconstituição das “imagens” do pensamento<sup>239</sup> assumem uma característica política fundamental. Veremos como a política se caracteriza num jogo argumentativo, uma disputa pelo espaço sensível. Ela se efetua, pois, através do litígio, em que, inicialmente, é preciso assegurar o local de onde parte e de onde pode se fazer ouvir a palavra, ou seja, um lugar de onde se pode assegurar que o “acontecimento” político continue a existir. O nome desse movimento bem poderia ser reconstituição da experiência.

Nos lances que seguem o episódio analisado, ouvimos o narrador comentando a tarefa imposta pelas circunstâncias.

Escrevi até à noite. Se houvesse guardado aquelas páginas, com certeza acharia nelas incongruências, erros, hiatos, repetições. O meu desejo era retratar os circunstantes, mas, além dos nomes, escassamente haverei gravado fragmentos deles: os olhos azuis de José Macedo, a contração facial de Lauro Lago, a queimadura horrível de Gastão, as duas cicatrizes de Epifânio Guilhermino, o peito cabeludo e o rosário do beato José Inácio, a calva de Mário Paiva, os braços magros de Carlos Van der Linden, o rosto negro de Maria Joana iluminado por um sorriso muito branco.<sup>240</sup>

Surpreendentemente o rol de nomes e atributos se assemelha à introdução de um drama, com o estabelecimento das personagens e suas características. As *Memórias* são toda a preparação desse drama. É o *agon*: a democracia que fora suplantada por um poder paradoxalmente oculto e efetivo no real retorna na formação do contradiscurso literário.

O porão do navio *Manaus* é o palco de uma primeira encenação. Ali se apresenta parte do elenco e acontece a movimentação de aquecimento. As *Memórias* assumem o papel da direção. O drama almeja *reconstituir* a experiência. Ele convoca muitos outros atores e se compõe de alguns atos intercalados. Contracena o movimento em que se depara, a contragosto, com a realidade fragmentada no tempo: “mas, além dos nomes, escassamente haverei gravado fragmentos”. Diante desse quadro, ao lado da autoridade que designava o relato da experiência tradicional, o discurso vê sua função ser duplicada.<sup>241</sup> Testemunha das mudanças sociais e sensoriais, a narrativa busca

---

<sup>239</sup> DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 86.

<sup>240</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 151-152.

<sup>241</sup> Ao comentar a indissociabilidade das noções de sujeito e de linguagem – na glosa ao sujeito transcendental kantiano –, Agamben formula a “duplicação” do sujeito operada por volta do século 17.

recuperar o tempo perdido, emulando com o projeto iluminista. Porém, depara-se com a inconsistência dos resultados. A literatura é o discurso que não tem o escrúpulo de admitir os achados da busca. Para isso, circula entre a autoridade que ela própria institui e a demonstração reconstituída dos fatos *como eles podem/poderiam* ter acontecido.<sup>242</sup>

No intervalo entre a lembrança que o flagra às voltas com a escrita e o fim daquela noite, o narrador nos coloca em contato com dois eventos importantes. Eles ajudam a entender a relação que o discurso das *Memórias* pode guardar com a noção de experiência. Num primeiro evento, o narrador relembra o mau negócio feito com um “mulato de cara enferrujada”,<sup>243</sup> companheiro de viagem. O rapaz lhe oferece uma rede por “quinze mil réis”, a qual Graciliano paga com uma cédula de “vinte mil”. O vendedor sai à procura do troco, mas este não vem. A sequência da ação capta a personagem se lamentando da estupidez de ter confiado no sujeito; mostra-a, além disso, a praguejar a mesquinharia burra que leva o vendedor a trapacear numa situação que logo se denunciaria e poria o ladrão face a face com a vítima. O outro evento apresenta a surpresa do escritor ao ver a disposição do policial que fazia a guarda à entrada do porão para lhe servir água. O exercício exigia uma trabalhosa manobra, que consistia no transporte de uma caneca cheia de água, por vezes repetidas.<sup>244</sup> Para o leitor das *Memórias* o fato não desperta estranheza. Já para aquele que toma contato com o texto pela primeira vez, a reação de Graciliano só se tornará clara logo adiante.

Que *status* a afirmação que se segue ao relato dos eventos apresenta? “Precisamos viver no inferno, mergulhar nos subterrâneos sociais, para avaliar ações que não poderíamos entender aqui em cima”.<sup>245</sup>

Tentei demonstrar até aqui, no presente tópico, a conjunção dos significados de *experiência* com os de *experimento*. Além disso, o objetivo foi tentar acompanhar a prática do sujeito “querendo contar/ uma estória/ como simples invenção do inferno”.<sup>246</sup>

A reiteração da metáfora de inferno é oportuna para refletirmos a respeito da “sobrevivência” das imagens desse acontecimento.

---

Não por acaso, o filósofo emparelha os nomes de Dom Quixote e Sacho Pança (as alegorias da duplicação) aos trabalhos da *nuova scienza*: Kepler e Galileu. Cf. AGAMBEN, 2008, p. 33.

<sup>242</sup> Para a compreensão da emergência do espaço de autolegitimação da escrita literária, ver RANCIÈRE, 1995, p. 25-29. Talvez seja oportuno redescobrir o ensaio de Wolfgang Iser a respeito da propriedade da ficção (e da fórmula “como se”), no discurso literário. Cf. ISER, 2002, p. 955-987.

<sup>243</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 152.

<sup>244</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 153-154.

<sup>245</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 154.

<sup>246</sup> Do poema *Épico*, de Robert Creeley. Cf. CREELEY, 1997, p. 76.

Retrocedamos algumas cenas e encaminhem-nos para o porão. É preciso, ainda, compreender a propriedade das “trevas luminosas” que *sobrevivem* na memória do narrador.<sup>247</sup> É preciso compreender por que não se pode esquecer a descida ao “poço” de “luzes toldadas”, a convivência forçada com centenas de pessoas, na “bruma”.<sup>248</sup> Lá, onde “havia muitas lâmpadas penduradas no teto baixo”.<sup>249</sup>

## 2.5. Subterrâneos e indícios da *ordem nova*

Uma imagem perpassa a narrativa das *Memórias* agenciando a polissemia que desliza pela enunciação de *subterrâneo*. A esta se conecta facilmente o sentido de algo obscuro, de difícil compreensão. Outros sentidos se unem a cena. Além da óbvia referência à descida ao porão de “luzes toldadas” do navio, “subterrâneo” faz confluir níveis dessa experiência numa complexa rede. Os fios se entrelaçam: de um lado, depara-se com regiões e movimentos do pensar antes desconhecidos, o plano psicológico; por outro se toma contato com circunstâncias históricas impensadas, vistas como absurdas (“O absurdo se realiza e não vamos discuti-lo”.<sup>250</sup>), nesse caso, trata-se do plano, vamos dizer, antropológico e político. A violência e o contrassenso rivalizam na conduta do tear subterrâneo.

O narrador guia a personagem e os companheiros de prisão para a descida:

Alcançamos o porto, descemos, segurando maletas e pacotes, alinhamo-nos e, entre filas de guardas, invadimos um navio atracado, percorremos o convés, chegamos ao escotilhão da popa, mergulhamos numa escadinha. Tinha-me atarantado e era o último da fila. Ao pisar o primeiro degrau, senti um objeto roçar-me as costas: voltei-me, dei de cara com um negro fornido que me dirigia uma pistola para-bellum. Busquei evitar o contato, desviei-me: o tipo avançou a arma, encostou-me ao

---

<sup>247</sup> Em *Sobrevivência dos vaga-lumes*, Didi-Huberman retoma a questão da experiência para demonstrar sua “indestrutibilidade” (p. 128; p. 148). Através do exame da metáfora *lucciola* em Pasolini, o filósofo francês dialoga com (e questiona) os trabalhos ocupados em pensar a relação entre a estética e a política, partindo de Benjamin até encontrar os textos de seus pares na atualidade. O exame se ocupa, precipuamente, do diálogo com o texto de Agamben, realizando um pertinente contraponto da interpretação da experiência. Ao conformar, diante dos nossos olhos, o campo da “sobrevivência” – através do lampejo dos vaga-lumes na noite – como “questão política e histórica” (p. 24), assim como “condição antropológica de resistência ao poder” (p. 64), sua voz se torna indispensável.

<sup>248</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 124.

<sup>249</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 124.

<sup>250</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 124.

peito o cano longo, o dedo no gatilho. Certamente não dispararia à toa: a exposição besta de força tinha por fim causar medo, radicalmente não diferia das ameaças do general. Ridículo e vergonhoso. Um instante duvidei dos meus olhos, julguei-me vítima de alucinação. O ferro tocava-me as costelas, impelia-me, os bugalhos vermelhos do miserável endureciam-se, estúpidos. Em casos semelhantes a surpresa nem nos deixa conhecer o perigo: experimentamos raiva fria e impotente, desejamos fugir à humilhação e nenhuma saída nos aparece. Temos de morder os beiços e baixar a cabeça, engolir a afronta. Nunca nos vimos assim entalados, ainda na véspera estávamos longe de supor que tal fato ocorresse.<sup>251</sup>

O imergir no porão do navio *Manaus* instalou um estado de coisas do qual se depreendem sentidos derivados de *subterrâneo*. A cena da “exposição besta de força” vem reforçar a consciência da cisão do sujeito. Ela se manifesta como o “muro” que estabelece a ruptura entre o tempo da vida anterior e a situação do presente da personagem.<sup>252</sup> A fratura, porém, é apreendida em retroação, produzindo na imagem da lembrança o contato com emoções e com pensamentos desconhecidos pelo sujeito: “Em casos semelhantes a surpresa nem nos deixa conhecer o perigo: experimentamos raiva fria e impotente”. O evento põe às escâncaras o processo “clandestino” – outro sentido de subterrâneo – que rege a configuração da subjetividade e da memória: “Um instante duvidei dos meus olhos, julguei-me vítima de alucinação.” Da mesma forma, faz emergir, no presente da escrita, o lampejo da viscosidade do sistema político e do contexto histórico. É a “ordem nova”, o “estado de exceção”, antevistos pela personagem e testemunhado pela memória do narrador.

Nota-se que o narrador reconstitui o instante do evento apresentando sua perplexidade. É certo que a característica traumática do contexto define a atmosfera.<sup>253</sup> A narração de Graciliano aponta explicitamente o ambiente dessa ruptura, tanto no que diz respeito ao plano da temporalidade (“A minha vida anterior se diluía, perdia-se além daquele imenso espaço de vinte e quatro horas.”<sup>254</sup>), quanto no plano da integridade física e mental, compreendida como efeito da relação com a linguagem. O autor faz comentários a respeito do fato em pontos reiterados.

---

<sup>251</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 123-124.

<sup>252</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 62.

<sup>253</sup> Sobre a noção de trauma, como pensada aqui, ver: SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 72-98.

<sup>254</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 62.

A alma fugia-me, na verdade, e inquietava-me adivinhar que a resistência física ia abandonar-me também, de um momento para outro: jogar-me-ia sobre as tábuas sujas, acabar-me-ia aos poucos, respirando amoníaco, envolto em pestilências.<sup>255</sup>

Uma *dualidade*, talvez efeito da cadeia, principiava a assustar-me: a voz e os gestos a divergir de sentimentos e ideias. Cá dentro, uma confusão, borbulhar de água a ferver. Por fora, um sossego involuntário, frieza, quase indiferença. A fala estranha me saía da garganta seca.<sup>256</sup>

Susceptibilidades, retalhos de moral, delicadezas, pudores, se diluíam; esfrangalhava-se a educação: impossível manter-se ali.<sup>257</sup>

Pode-se explicar o atordoamento do autor se observamos que tal sentimento reflete a discordância entre a concretude da circunstância e a possível idealização da violência. Não é o mesmo que dizer que Graciliano denegava a potência agressiva do ser humano. O que está em jogo, mais uma vez, são a complexa rede de identificação e os múltiplos níveis de subjetivação e dessubjetivação, que conformam a subjetividade e traçam o desenho da “personalidade besta de pequeno-burguês”. A cena da ameaça passa veloz pela memória do narrador e converge para o encontro das variadas cenas de personagens que representam a violência, a opressão e, paradoxalmente, nesse contexto, a figura do criminoso. Movimentam-se neste plano os cangaceiros que, nos tempos de glória dos senhores de terra, dispensavam vênias ao avô de Luís da Silva, em *Angústia*. A esse grupo se junta, ainda, a figura de José Baía, o vaqueiro leal da infância do autor; além, é claro, do obstinado Paulo Honório, de *S. Bernardo*, que não hesitava em esmagar aquele que atravessasse seu caminho, no projeto de se tornar “senhor”; ou ainda o covarde soldado amarelo, de *Vidas secas*; e, por fim, o próprio Luís da Silva, homem pacato, transformado em criminoso por não conseguir discernir e controlar o incompreensível e indômito impulso de violência que o constitui. Vale lembrar que, apenas duas semanas antes do evento que se analisa, o autor finalizara o romance em que o protagonista, também narrador da história, estrangula a personagem considerada seu rival imaginário – trata-se de *Angústia*.

A vivência da dessubjetivação testemunhada pela narrativa se parece, em algum nível, à sensação de “desrealização” comentada por Freud. A análise do psicanalista se

---

<sup>255</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 126.

<sup>256</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 127. Grifos meus.

<sup>257</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 131.

dá num contexto bem diferente, porém, penso que ela pode iluminar a cena que se comenta. Freud relata o caso pessoal que lhe possibilitou analisar essa espécie de “falha do funcionamento psíquico”. Relato o caso resumidamente. Numa viagem a Atenas, já na idade adulta, ele resolve visitar a Acrópole. O desejo remontava à infância, quando era estimulado pelos livros de história. Ao se encontrar no local, um pensamento o assalta: “Então tudo isso realmente existe *mesmo*, tal como aprendemos no colégio!”. É essa a circunstância que possibilita a análise do “psiquismo” em pelos menos duas instâncias, representadas por duas pessoas distintas: a primeira é aquela que se espanta diante da existência factual da Acrópole quando está em frente a ela, da mesma forma que se espantaria na presença do monstro do Lago Ness – a comparação é do próprio Freud –, e a segunda pessoa é a que se espanta, “com razão”, por causa da dúvida, levantada pela primeira, de estar diante da Acrópole. É fácil deduzir que a primeira enuncia de um local de registro temporal do passado – a infância –, e a segunda testemunha o evento no presente do acontecimento. A análise é feita, pois, pela terceira pessoa, consciente de ter vivenciado a cisão. Freud comenta o processo da “desrealização”, que aqui nos interessa particularmente:

Certamente ainda não consegui tornar claro o processo [do distúrbio da memória]; assim, concluirei dizendo, em sinopse, que toda essa situação psíquica, de aparência tão confusa e tão difícil de descrever, pode ser elucidada satisfatoriamente supondo-se que, no momento, tive (ou poderia ter tido) um sentimento instantâneo: ‘*O que estou vendo aqui não é real*’. Tal sentimento é conhecido como ‘sentimento de desrealização [‘*Entfremdungsgefühl*’]. Fiz um intento de afastar esse sentimento, e o consegui à custa de uma falsa afirmação acerca do passado.<sup>258</sup>

A “desrealização” tem como corolário a “despersonalização”, ainda nomeada por Freud de “*double conscience*” ou “personalidade dividida”.<sup>259</sup> É a possibilidade de dar testemunho acerca da despersonalização que confere legitimidade ao ato analítico. Em outra perspectiva teórico-crítica, pode-se dizer que “o sujeito do testemunho é constitutivamente cindido, só tendo consistência na desconexão e na separação – não sendo, contudo, redutível às mesmas. Isso significa ‘ser sujeito de uma

---

<sup>258</sup> FREUD, *Um distúrbio de memória na Acrópole*, s.p.

<sup>259</sup> Neste trecho, todas as citações de Freud, as grafadas entre aspas e as do corpo do texto, são extraídas do ensaio *Um distúrbio de memória na Acrópole*.

dessubjetivação'; por isso, a testemunha, o sujeito ético, é o sujeito que dá testemunho de uma dessubjetivação".<sup>260</sup>

O esquema pode ser percebido em Graciliano, apesar da diferença no tocante à economia afetiva. A enunciação "*um instante duvidei dos meus olhos, julguei-me vítima de alucinação*" poderia ter o correlato: "Então o mal e criminosos de verdade existem mesmo". Recordo a consideração do autor quando informado da viagem, pouco antes da cena da ameaça pelo polícia armado: "Decerto me guardariam, possivelmente me poriam em contato com alguns criminosos, pessoas que, interessando-me demais, até então me haviam aparecido em tratados ou de longe. Conhecimento imperfeito, sumário".<sup>261</sup>

*Subterrâneo* sugere algo sombrio, sentido ao qual o evento da ameaça se liga com facilidade. Tal relação elicia a imagem de algo percebido como severo, que denota infelicidade, um meio criminoso e torpe, entre outros significados. Porém, seguindo o plano traçado logo acima, são vislumbradas aqui outras dimensões desse termo. Proponho que, além do contexto marcado pela conotação negativa, subterrâneo metaforiza a ciência da constituição dual da subjetividade, assim como serve ao narrador de estratégia política de análise e reconstituição da lembrança.

Assim, a imagem trazida pelo *significante* torna-se um eficaz operador de leitura da constituição do sujeito, bem como da sua relação com a história que vivenciou. Talvez a descrição da cena do favor prestado pelo policial, no porão do navio, e o cotejo com a imagem da ameaça formem o painel que permita esclarecer a proposta.

Nesse estado, meio inconsciente, de costas, as mãos cruzadas no peito, distingui a pouca distância um polícia negro junto à amurada. Despertei num instante, pensei na criatura bestial que me fizera descer a escada fixando-me uma pistola às costelas. A suspeita e o calafrio de repugnância num momento cessaram. O indivíduo ali próximo não se assemelhava ao bruto corpulento: era um rapaz alto, magro, de feições humanas; debruçado, parecia examinar o interior do porão. Encarei-o, pedi:

- Faz o obséquio de me dar um copo de água?
- Balançou a cabeça, hesitou:
- Difícil. Será que o senhor pode subir até aqui?

---

<sup>260</sup> AGAMBEN, 2008a, p. 151.

<sup>261</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 70. Graciliano comenta o interesse pela pesquisa da mente do criminoso, em artigo para a imprensa. Cf. RAMOS, 2005, p. 278-282. Ricardo Ramos oferece passagens sobre os interesses heterodoxos de leitura do autor, que contemplava não só os clássicos, mas livros de criminologia, agricultura, entre outros. Cf. RAMOS, Ricardo, 1992 a, p. 111-112.

Sem esperar resposta, saiu, voltou com um copo de água, curvou-se para dentro; engatinhei, segurando-me ao punho da rede, à corda, ergui-me no suporte oscilante, cheguei aos varões da amurada, agarrei-me, alcancei o braço estendido, bebi sôfrego. Mas aquilo não bastava: repetimos a operação quatro ou cinco vezes. [...] Estranho, estranho demais.<sup>262</sup>

O trecho antecede a reflexão sobre os “subterrâneos sociais”. Para atestar a abertura que a imagem provoca como possibilidade de ressemantização dos eventos, remeto o leitor à enunciação de Graciliano diante do trato gentil dispensado pelo militar que o recebe em Recife: “Nada mais besta que generalizações precipitadas”.<sup>263</sup> Fácil deduzir o conceito que o autor sustentava, até aquele momento, em relação aos militares. Há outras ocasiões em que o narrador coloca em questionamento valores pessoais e lugares-comuns alimentados numa longa prática discursiva alienada.<sup>264</sup>

A lembrança de uma cena qualquer da viagem adquire a intensidade capaz de demonstrar ao leitor da história o ponto de interseção em que se sustenta a hipótese inicial de leitura pensada para este trabalho. E, agora, percebo que a imagem possibilita, ainda, a apreensão dos níveis de sentido de “história” como sugerido por Benjamin. A Graciliano cabe a leitura da história tomada como “desenvolvimento do tempo na realidade”, o exame desse processo pela escrita.<sup>265</sup> Ao leitor, eu e você, cabe a leitura da história, narração das *Memórias*, com o adicional desdobramento e a abertura da imaginação para aquilo que veio antes e depois.

A reiteração da lembrança capta o escritor na atividade de composição das notas. Num desses momentos, o narrador se depara com a figura de Padre Falcão. O “eclesiástico moreno e robusto”, trajado com a habitual “batina”, desvia sua atenção do trabalho:

Padre Falcão embarcara na véspera, em Maceió; provavelmente estava ali buscando meio de ser útil aos viajantes de Alagoas. *A autoridade experimentalista dura surpresa se conhecesse aqueles manejos.* Excelente Padre Falcão. Durante o resto da viagem notei-o mais de uma vez em ronda ao nosso curral. O olhar grave se adoçava, os lábios firmes se entreabriam num sorriso

---

<sup>262</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 154.

<sup>263</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 64-65.

<sup>264</sup> O discurso crítico das *Memórias* consagrou alguns eventos. Eles se repetem no tocante à opinião do autor a respeito da vida militar de forma geral, e sobre a homossexualidade por exemplo. Lembro aqui a argúcia de Nelson Pereira dos Santos em saber captar e transmudar esses eventos em cenas do filme sobre as *Memórias*, assim como a magnífica atuação de Carlos Vereza no papel de Graciliano Ramos.

<sup>265</sup> Cf. MIRANDA, 1992, p. 146.

bom, exibindo enormes dentes. Era pouco mais ou menos o que poderíamos desejar, ver alguém interessar-se por nós, demonstrar-nos uma solidariedade comprometedora. Isso lá fora passaria despercebido; ali tinha valor imenso: é de coisas semelhantes que fazemos as nossas *construções subterrâneas*.<sup>266</sup>

Agora, “subterrâneo” adquire outra polaridade. A aparição de Padre Falcão ainda transforma o sentido de “clandestino” associado ao termo. Dota-o de toda a potência política. A constatação sincera do intento altruísta da figura eclesiástica (“Era pouco mais ou menos o que poderíamos desejar, ver alguém interessar-se por nós, demonstrar-nos uma solidariedade comprometedora”) não escamoteia a apreensão da potência que sua presença no navio assume como função de “contrapoder” (“A autoridade experimental dura surpresa se conhecesse aqueles manejos”). Padre Falcão é o lampejo de contrapoder que perpassa a memória do narrador.<sup>267</sup> Lembro, ao leitor, que o contato com figuras religiosas que vivem às voltas com as peias do poder, ou que se metem efetivamente em meandros da vida política, não é algo despercebido no texto de Graciliano. Padre Silvestre, em *S. Bernardo*, é um exemplo na ficção. A ocorrência do nome de Padre Cícero se dá nos textos que realizam a crítica cultural do Nordeste.<sup>268</sup> Talvez não seja tanto disparate a lembrança de Antônio Conselheiro, em texto crítico sobre a formação do sistema político brasileiro.<sup>269</sup>

Para o materialista ferrenho, ateu declarado, talvez tenha sido “estranho, estranho demais” admitir que, de onde menos se espera, podem se perceber *lampejos* contra a luz ofuscante do poder.

---

<sup>266</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 164. Grifos meus.

<sup>267</sup> “O que desaparece nessa feroz luz do poder não é senão a menor imagem ou *lampejo* de *contrapoder*”. É oportuno avaliar a crítica realizada por Didi-Huberman ao “paradigma” do “horizonte”, que compreenderia a noção de poder proposto por Agamben. Comento-a, tendo a leitura das *Memórias* como contraponto. A ideia de horizonte em oposição à de imagem prescindiria da contradição da “tradição dos oprimidos”, como proposto por Benjamin. Nas palavras de Didi-Huberman, a crítica de Agamben desdialtizaria o jogo da política e o jogo do poder. A avaliação é pertinente. Em relação às *Memórias*, é preciso entender como é possível discernir o lampejo dos vaga-lumes no gradiente que forma a legião dos oprimidos, subjugados e dominados pelo poder, na circunstância histórica captada. Se Padre Falcão representa um paradigma relevante desse *manejo* sub-reptício do contrapoder, a heterogeneidade dos circunstâncias complica a proposição. Como o próprio Graciliano lembra no início da narração, ele tivera como companhia indivíduos de classes sociais, formações educacionais e intelectuais diversas: ladrões, vagabundos e gente que gozava de distinção social, fosse por que razão fosse, e às vezes membros ou antigos colaboradores do regime que os submetia à barbárie da vida no cárcere. Nesse contexto, e a confiar no ato semiótico de Graciliano, é difícil ignorar a frase posta por Pasolini na boca de um personagem de *Salò*, lembrada por Didi-Huberman: “A única anarquia verdadeira é a do poder”. Cf. DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 91-114.

<sup>268</sup> RAMOS, 2005 a, p. 321-323.

<sup>269</sup> RAMOS, 1998, p. 134-186.

Seguindo o raciocínio, ilumina-se a proposta da noção de “construções subterrâneas”. O advento das *Memórias* se erige como o “manejo” ofensivo no campo de batalha que se torna a memória. Uma revolução só é posta em movimento no embate entre facções. O narrador enuncia: “É de coisas semelhantes que *fazemos as nossas construções subterrâneas*”. Evidencia-se a propriedade que guia a concepção da memória e da experiência. Mesmo no contexto da escrita da memória, ratifica-se a opinião do autor a respeito da sua relação com as personagens de ficção: “Apenas fiz o que pude para exibi-los, sem deformá-los, narrando, talvez com excessivos pormenores, a desgraça irremediável que os açoita. [...] Nesse caso aqui me reduzo à condição de aparelho registrador – e nisto não há mérito”.<sup>270</sup> A afirmação se liga ao desgosto manifestado pelo uso da primeira pessoa, e reitera: o empreendimento da escrita das *Memórias* é obra *coletiva*; por isso, ainda que lance mão do “pronomezinho irritante”, ela será atravessada pelo tempo plural da enunciação; ela “dramatiza” a “letra emancipada” e sem corpo, a qual Rancière se reporta. Consciente do fato, Graciliano, o estrategista, estende, diante de nossos olhos, a cartografia para os próximos passos.

As últimas cenas do episódio da viagem no porão do navio demonstram a nítida degradação. O contexto provoca a lembrança da percepção, na personagem, dos indícios que possibilitavam a antevisão da “ordem nova”. No presente da escrita, o narrador não hesita em nomear a lembrança: o horror são os “campos de concentração” e o “fascismo”.

Algumas dúzias de criaturas vivas agitavam-se, falavam, davam-me a impressão de passear num cemitério. Eram as que me interessavam. As trouxas humanas abatidas pelos cantos, a arquejar, nada significavam. [...] O mundo se tornava fascista. Num mundo assim, que futuro nos reservariam? Provavelmente não havia lugar para nós, éramos fantasmas, rolaríamos de cárcere em cárcere, fíndaríamos num campo de concentração. Nenhuma utilidade representávamos na ordem nova.<sup>271</sup>

Como num lance de metalinguagem dramática, as *Memórias* flagram o entreato do desembarque no Rio de Janeiro. Nesse caso, os lances que se veem na coxia-secretaria do novo local de prisão são decisivos para a compreensão do debate que se segue:

---

<sup>270</sup> RAMOS *apud* FACIOLI, 1987, p. 72.

<sup>271</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 178-179.

Minutos depois estávamos na secretaria, em pé, de cócoras, sentados em malotes, arriados em bancos; alguns se aproximaram de mesas sujas de poeira, ouviram as perguntas de três funcionários hábeis dispostos a caracterizar-nos, arrumar-nos convenientemente no papel. Bem. Agora nos personalizavam. Tínhamos sido aglomeração confusa de bichos anônimos e pequenos, aparentemente iguais, como ratos. Decidiam, em meia dúzia de quesitos, diferenciar-nos. Trabalho sumário, poucas linhas para indivíduo; como éramos duas ou três centenas e às vezes as indicações se atrapalhavam, minguavam, permanecemos ali até o anoitecer. O sujeito que me interrogou, escuro e reforçado, certamente estrangeiro, exprimia-se a custo, numa prosódia de turco ou árabe. Nome. Profissão.<sup>272</sup>

A cena capta a chegada à nova prisão. Apresenta, na verdade, uma série de instantâneos do procedimento de classificação dos presos e designação de locais de cárcere. A imagem encena o aparente otimismo da personagem com a (re)personalização. Ela alimentava, com estudada desconfiança, a consciência do ganho qualitativo em comparação à “aglomeração confusa de bichos” que caracterizou a viagem no navio. O diálogo que segue à cena dá bem a ideia do contexto:

- Qual era o cargo que o senhor tinha lá fora? indagou o tipo. Sapecou a resposta e acrescentou, à margem, uma cruz, a lápis vermelho.
- Que significa isso?
- Quer dizer que o senhor vai para o Pavilhão dos Primários.
- Por quê? Não entendo.
- É uma prisão diferente.
- Aludiu ao meu emprego, realmente bem ordinário, na administração pública.
- Os outros vão para as galerias.<sup>273</sup>

A personagem toma consciência de que o Pavilhão dos Primários se tratava de prisão reservada aos prisioneiros políticos. Conscientiza-se, ainda, de que, embora o poder nem sempre tenha o aspecto anárquico, apresenta um movimento que parece se constituir em constantes retomadas arbitrárias. A “personalização” que, pouco tempo atrás, pareceu uma vantagem vai ensinar, de fato, que um dos modos mais eficientes de controle é a determinação da identidade dos indivíduos.

---

<sup>272</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 193.

<sup>273</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 193.

O arbítrio sobre o uso da *palavra* é uma das formas mais eficazes de se exercer poder: *nome, profissão, religião, sexualidade*. Num ritual parecido, demanda o sujeito-instrumento-do-poder, que recebe os companheiros na Casa de Detenção.

Agora é no contexto político do Pavilhão que a história dá prosseguimento. De início, se analisa como a escrita elabora a “reflexão sobre o político”, em contraponto à compreensão do “fato político”. Ou seja, interessa aqui o exame da “indeterminação” que caracteriza a “experiência política”.<sup>274</sup> Adentremos na *Praça Vermelha* organizada no Pavilhão dos Primários. Ali é o local onde se pode observar a assembleia virtual em que se configura a narração.

---

<sup>274</sup> Valho-me aqui da distinção proposta por Marilena Chauí. A filósofa aponta diferença entre os trabalhos do cientista político, ou “politólogo”, e do filósofo político. Segundo a autora, o cientista, de modo geral, trabalha com a compreensão de dados e fatos políticos pressupostos, aos quais articula, sistematiza, formaliza. Já o filósofo se ocupa, frequentemente, da reflexão sobre a experiência da política em sua indeterminação; o que o leva à busca constante da inteligibilidade da própria política. Cf. CHAUI, 1987, p. 9-10.

### 3. Coletivo com *dissenso*

Bem. Tratava-se então de saber se me era possível contribuir para o Coletivo. Sem dúvida, mas que vinha a ser aquilo? Um organismo a funcionar, com excelentes resultados, em prisão política. A oferta e o pedido me revelavam de pronto um dos seus fins: estabelecer o equilíbrio.

Graciliano Ramos, *Memórias do cárcere*

Sob o nome de *dissenso*, é portanto esse modo de racionalidade que tentarei pensar. A escolha desse termo não busca simplesmente valorizar a diferença e o conflito sob suas diversas formas, antagonismo social, conflito de opiniões ou multiplicidade das culturas. O *dissenso* não é a diferença dos sentimentos ou das maneiras de sentir que a política deveria respeitar. É a divisão no núcleo mesmo do mundo sensível que institui a política e sua racionalidade própria. Minha hipótese é portanto a seguinte: a racionalidade da política é a de um mundo comum instituído, tornado comum, pela própria divisão.

Jacques Rancière, *O dissenso*

Dessa vez inicio com uma hipótese: a experiência do cárcere no Pavilhão dos Primários é o acontecimento indispensável ao experimento político armado por Graciliano. O arranjo metafórico através do qual ele se materializa compõe a parte da história que leva o mesmo nome do local de reclusão.<sup>275</sup> Dizendo de outro modo, a primeira fase do internamento na Casa de Detenção foi o laboratório ideal para o experimento político-narrativo.

---

<sup>275</sup> A exploração do sentido do termo *experiência* segue o propósito que busca esclarecer a relação entre o fato vivido, o acontecimento da reminiscência e o ato da escrita. Dessa maneira, o contexto nos serve como plataforma para a demonstração do intercâmbio entre os registros da experiência compreendidos nos termos *Erlebnis* e *Erfahrung*, discutidos por Benjamin. Sobre esse assunto, reporto o leitor à discussão realizada no subtópico, do segundo capítulo, intitulado *Qual experiência?*

Desdobrando a conjectura pretendo criticar o efeito da experiência vivenciada na cadeia, entre a Casa de Detenção no Rio de Janeiro e a Colônia Correccional da Ilha Grande. O controle policialesco do governo de Getúlio Vargas será pensando, então, em dois tempos. A exposição metafórica sobre a inteligibilidade do político forma a primeira etapa do experimento narrativo. Para dar prosseguimento à crítica, pretendo discutir a abertura à complexidade que esse experimento nos oferece. Acompanharei, junto do leitor, como a escrita nos apresenta a reflexão sobre o desenho da política, do social e da cultura. Nosso solo histórico é o quarto decênio do século 20 e a nação periférica sul-americana. O mesmo país tantas vezes chamado pelo autor de “colônia alemã e italiana”.<sup>276</sup> Se há de modo claro e eficiente a problematização da ideia de política, não menos importante é a crítica do estado de coisas histórico captado pelas *Memórias*. Ao iluminador arranjo metafórico concernente à racionalidade da política, segue a discussão da conjuntura em que esse arranjo político falha. Trata-se do contexto em que o Estado de Direito e o acesso ao espaço sensível (de decisão) comum são suprimidos pelo estado de exceção. É o uso explícito da força, que se traveste de poder e define a autoridade imposta, a dominação.

Neste capítulo, acompanharemos a primeira etapa do experimento político de testemunha e de crítica da organização social e cultural do cárcere. Como sugerido, dessa crítica pretendo depreender a apresentação do modo de racionalidade da política. Nesse ponto, a lição de Rancière é uma aliança que se destaca. A proposta do título *Coletivo com Dissenso*, formado pelos operadores de leitura pinçados dos textos de Graciliano e do filósofo francês respectivamente, procura sintetizar o efeito metafórico e esclarecedor que a apresentação das imagens produz para a reflexão sobre o político. O uso da preposição *com*, ligando os termos que se referem à matéria da política, pretende reforçar a natureza litigiosa que a *constitui*.

No capítulo seguinte, tratarei da mudança de ambiente do cárcere. O exame deve incidir sobre o modo de apresentação das imagens da memória.<sup>277</sup> À medida que

---

<sup>276</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 291; RAMOS, 2012, p. 233.

<sup>277</sup> Antes, porém, discutirei a noção de poder. Como base, tomo a reflexão operada pela narrativa de *Infância* (1945). Não devemos perder de vista que, apesar das circunstâncias históricas e factuais do relato sobre a cadeia, o tema, em Graciliano, é indissociável do exame da relação do indivíduo com a linguagem. A constatação ratifica a pertinência da avaliação comparativa de seu texto com a teoria que comunga do princípio metodológico. O percurso que nos leva do livro que se propõe a reconstituir a experiência do menino ao relato acerca da prisão política apenas confirma o que o autor enuncia em tom axiomático: “Liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às

recrudescer a repressão policial imposta pela máquina do Estado, Graciliano, por sua vez, exacerba a análise dos dispositivos de controle. Para isso, dessa vez, seu narrador modula a narrativa de forma que seja possível apresentar a singularidade existencial de cada um dos membros que compõem essa espécie de proto-experimento biopolítico. Contra a máquina do poder estatal e policial, o autor impõe a máquina narrativo-democrática, sustentada no litígio sobre os espaços sensível e de enunciação comuns.

Quando resolve contar a história do tempo da prisão, Graciliano parece não se esquecer da sentença pronunciada por Sérgio, interlocutor privilegiado, no Pavilhão dos Primários. O jovem russo faz o autor tomar consciência de que no contexto histórico-social em que se encontravam os participantes do evento da repressão, entre agredidos e agressores, controlados e controladores, vítima e algoz, todos não passavam de “instrumentos”.<sup>278</sup> Ainda que relativize o enunciado, pois o que lhe interessa são os detalhes, Graciliano sabe aproveitá-lo para traçar seu jogo de relações. E num difícil exercício, em que precisa se livrar dos sentimentos que nutre por seus agressores, o narrador opera sorrateiramente, através da seleção e do arranjo das imagens, o espaço democrático-literário. Fazendo aquele que era “não contado”<sup>279</sup> falar através dos diálogos do discurso direto, ou relatando explicitamente a fonte terceira de grande parte dos episódios que nos conta, ele organiza as *Memórias* como verdadeiro espaço político. E assim, reitera a propriedade coletiva da experiência.

### 3.1. Imagem, *aisthesis*, o comum, palavra, *logos*

Acompanhamos o personagem-narrador das *Memórias* até o momento de sua chegada ao local de prisão no Rio de Janeiro. Vimo-lo, junto dos companheiros do navio *Manaus*, ser catalogado e informado acerca dos espaços distintos do cárcere. Os presos políticos foram conduzidos para o Pavilhão dos Primários. Nesse recinto, o escritor e os novos companheiros são acolhidos por cerca de trinta a quarenta homens a cantar o “hino do brasileiro pobre”<sup>280</sup>. Logo, o romancista das Alagoas fica sabendo que

---

voltas com a Delegacia de Ordem Política e Social, mas, nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer”. Cf. RAMOS, 2004, vol. I, p. 34.

<sup>278</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 230.

<sup>279</sup> RANCIÈRE, 1996, p. 37.

<sup>280</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 214.

o local comum de circulação e de visibilidade dos presos havia sido batizado de *Praça Vermelha*.

Uma cena vivenciada no deslocamento para o Pavilhão dos Primários, mais precisamente no limiar da nova prisão, serve de preâmbulo ao arranjo narrativo que venho denominando democrático. A imagem captada pelo narrador flagra um instante na rouparia<sup>281</sup>. Graciliano é interpelado por uma figura que lembra ter conhecido no dia anterior. Tratava-se de um “faxina”<sup>282</sup>, membro do grupo de serventes que recebeu os presos:

- O senhor estava muito nervoso, ontem. A afirmação e a data me surpreenderam. Ontem? Parecia-me reconhecer o moço risonho, mas achava absurdo havê-lo encontrado no dia anterior. Arrepiei-me vendo-lhe a cicatriz no pulso, a horrível tatuagem meio decomposta. Bem. Estavam ali os pedaços do esqueleto, o homem delicado que surgira na véspera, sem dúvida.

- Por que diz isso? estranhei. Fiz algum disparate?

- Não. O senhor fingia calma, falava, ria, pilheriava com os seus amigos. Notei a agitação porque mexeu na valise mais de vinte vezes. Não achava lugar para ela.

Admirado, felicitei o astuto observador. Nenhuma consciência daqueles movimentos houvera em mim. Julgava-me tranquilo explicando ao funcionário a respeito do frasco de iodo. E o guarda me supusera à vontade, em casa, afeito à cadeia. Todos se enganavam, só a criatura estigmatizada me via por dentro; o hábito de examinar minúcias, em permanência longa na prisão, certamente lhe desenvolvera a sagacidade.<sup>283</sup>

A surpresa por ter sido flagrado num momento de apreensão não é o fato mais relevante que se pode depreender da cena. Sua perspectiva “tridimensional” é que define a relevância da *imagem*. É através dela que se apresenta a complexidade do “fato social”.<sup>284</sup>

Vimos como vem se dando a reabilitação da categoria *imagem* no embate teórico. Seu resgaste serve tanto à crítica literária quanto à crítica de arte de forma geral. O operador de leitura se mostra um relevante auxiliar para a compreensão da interface entre memória e história, e também da relação entre memória e política. Em outra perspectiva, a discussão sobre sua propriedade alimenta o questionamento atual a

---

<sup>281</sup> Local reservado à estocagem dos pertences pessoais e utilizado para a seleção dos objetos que o detento poderia levar para dentro da prisão.

<sup>282</sup> Designação dada ao preso que auxiliava nos serviços de organização geral da carceragem.

<sup>283</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 204

<sup>284</sup> BHABHA, 1998, p. 212.

respeito dos caminhos e das possibilidades da crítica. Aqui ela é o dispositivo preliminar indispensável para refletirmos sobre o processo de “montagem”<sup>285</sup> ou sobre o “jogo de operações”<sup>286</sup> que Graciliano aciona através da escrita. Particularmente num tempo em que se faz necessário a invenção de novos dispositivos de reflexão para dar conta de um real mutante, é sobretudo seu potencial de “legibilidade” da história – em seus vários estratos, o antropológico, o filosófico, o psicanalítico – que faz da categoria uma potente arma da crítica.<sup>287</sup> O influxo materialista-antropológico, apegado ao “detalhe insignificante”<sup>288</sup>, condiciona parte do contexto em que a lembrança se re-apresenta. Ou seja, retomar a *imagem* implica, na atualidade, subscrever a “dupla potência” que lhe é inerente: “a imagem como presença sensível bruta e a imagem como discurso cifrando uma história”.<sup>289</sup>

Homi Bhabha diz que o “etnográfico demanda que o próprio observador seja uma parte de sua observação e isto requer que o campo de conhecimento – o fato social total – seja apropriado de fora como uma coisa, mas como uma coisa que inclui dentro de si a compreensão subjetiva do nativo”.<sup>290</sup> No texto do crítico indiano, a lição sugere a influência do debate sobre a operação do desejo e do reconhecimento. Aproprio-me dela junto aos ecos que trazem a lembrança do “método” de montagem histórico de Benjamin. Estes são ouvidos em bom tom no posicionamento atual de Didi-Huberman. Ainda que numa perspectiva distinta, a proposta crítica de Rancière se afina com as anteriores. Tanto a reabilitação da imagem como dispositivo fundamental da “operação de dessemelhança” entre o visível e um “potencial de significação”<sup>291</sup>, bem como a noção de “partilha do sensível”, tratam de configurações e do embate em torno da relação entre o sensível e o discurso. Se no primeiro caso a imagem é uma função do ato semiótico que implica toda leitura teórica, nos demais ela se torna um componente metodológico mais livre, mais complexo, e, ademais, fundamental à operação crítica. A imagem é a forma com que o pensamento envolve de modo inteligível o objeto.<sup>292</sup>

---

<sup>285</sup> A ideia é capturada no texto de Didi-Huberman, mas sabemos da apropriação feita pelo autor tendo como base o trabalho de Walter Benjamin. Cf. DIDI-HUBERMAN, 2008, s.p.; DIDI-HUBERMAN, 2010, p. 14.

<sup>286</sup> RANCIÈRE, 2012, p. 15.

<sup>287</sup> DIDI-HUBERMAN, 2010, p. 12-14.

<sup>288</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 36.

<sup>289</sup> RANCIÈRE, 2012, p. 20.

<sup>290</sup> BHABHA, 1998, p. 212.

<sup>291</sup> RANCIÈRE, 2012, p. 14-16.

<sup>292</sup> DIDI-HUBERMAN, 1998, p. 201.

Ao incorporar a imagem da lembrança escópica do outro sobre si, Graciliano relata mais do que a respeito do jogo intersubjetivo do desejo. Ele arma o palco em que se dá a “dramática da escrita”<sup>293</sup> – o atributo da literatura. Ele faz encenar a inscrição da “letra emancipada”, emblema dessa escrita.<sup>294</sup> Como nos *diálogos* de Platão, escrita paradoxal que bota em xeque o empenho do pensador que inaugura a “filosofia política”<sup>295</sup>, a letra das *Memórias* faz soar mais do que a voz única de Graciliano. É exatamente o que acontece no texto do filósofo grego, que, por exemplo, reconstitui a lição de Sócrates. A aproximação pode parecer estranha, se não tivesse o intento de encaminhar a discussão para o ponto de nosso interesse neste tópico. Assim, a lembrança permite relacionar os contextos antigo e moderno, facilitando a compreensão do enunciado de Rancière sobre a condição política do homem: “O animal político moderno é antes de tudo um animal literário, preso no circuito de uma literariedade que desfaz as relações entre a ordem da palavra e a ordem dos corpos que determinavam o lugar de cada um”.<sup>296</sup>

A perturbação causada pela literatura se dá, antes de tudo, no nível mais elementar da relação com a língua. O que vemos aqui é a subscrição do enunciado de um crítico precursor de Rancière. Ele afirma que a literatura é uma espécie de “trapaça salutar com a língua”.<sup>297</sup> Na perspectiva de Rancière, a estratégia literária mina a estrutura própria à ordem do discurso. Seguindo essa lógica, proponho que a “posição de enunciação indeterminada”<sup>298</sup> define o arranjo narrativo das *Memórias*. Ela se depreende da mobilidade que curto-circuita a relação entre narrador, autor e personagem. Fato que implica numa livre transição entre os tempos múltiplos da memória. É partindo dessa relação singular com a língua e dessa plasticidade de configuração no tocante ao discurso que Graciliano pode reiterar o plano do livro-democracia. A cena do diálogo com o faxina que desfila a tatuagem dos restos de esqueleto é paradigmática para pensarmos o plano político da obra.

---

<sup>293</sup> Ideia que sintetiza a argumentação complementar de Rancière sobre o escape da literatura, enquanto objeto, em relação à estabilidade dos conceitos. Cf. RANCIÈRE, 1995, p. 41.

<sup>294</sup> Tanto a noção de “dramática da escrita” quanto à de “letra emancipada” referem-se a crítica de Rancière à condenação da *mimesis* e da *lexis* poéticas, realizada por Platão, que tende a subtrair o discurso poético (entendido como aquele que vem a se tornar o discurso da literatura) do campo do conhecimento. Cf. RANCIÈRE, 1995, p. 41-42.

<sup>295</sup> RANCIÈRE, 1996, p. 25.

<sup>296</sup> RANCIÈRE, 1996, p. 49.

<sup>297</sup> BARTHES, *Aula*, p. 16.

<sup>298</sup> RANCIÈRE, 1995, p. 45.

A visão da tatuagem do encarcerado produziu uma espécie de amálgama de “pena” com repugnância em Graciliano. O autor, conhecido pela pouca afeição ao sentimentalismo, não consegue esconder o desconforto que a situação lhe causa. “Tinha pena do infeliz e zangava-me”, ele diz.<sup>299</sup> Por que Graciliano se incomoda ao tomar conhecimento da emoção despertada pela cena do homem tatuado? Seria pelo fato de ter consciência do embuste sentimental que a emoção de piedade armava para cima dele? Seria por saber que a “pena”, aceitável e recomendada socialmente, escamoteava o asco e a repulsa pelo que era diferente? Mas o que a imagem nos diz além dessa primeira impressão? Afinal, Graciliano estava sobremaneira acostumado com situações de desgraça ou de desamparo. O percurso de sua obra pelo menos nos diz da preocupação com esse tema. O autor já havia trilhado o caminho da miséria ética, moral e intelectual de Luís da Silva.<sup>300</sup> Já havia atravessado, na companhia de Fabiano, Sinha Vitória e os meninos<sup>301</sup>, a indigência humana em que viviam e vivem o povo esquecido do sertão e das regiões periféricas do país. Mas, é preciso reiterar, o que há de novo nesse sentimento ambíguo? O que há de novo na projeção que a memória oferece dos restos de uma tatuagem, o desenho apagado num momento de desespero, deixando no indivíduo os rastros que nos remetem a uma história de segregação e ruína?

Arrisco dizer que dessa vez Graciliano se desveste dos pruridos criativos de um naturalismo ou de um realismo tradicional.<sup>302</sup> Mas dizer isso é pouco. Afinal, o escritor não se orienta pelo critério da escola estética vigente em seu tempo, ou pela moda literária. Obviamente ele se relaciona com a tradição, mas, sobretudo, ele lança, através da escrita, desafios de reflexão sobre o real e sobre a existência. Então, me parece mais produtivo buscar a possível origem de uma novidade no arranjo singular dos elementos basilares com os quais ele lida. É bem certo que a atitude possa ser um produto do projeto de escrita das *Memórias*: escrita “híbrida”,<sup>303</sup> marcada, além do mais, pela reflexão sobre o evento da dessubjetivação. É como se “o autor com o gesto irônico que revoga seu próprio discurso, [se eximisse] da pretensão de criar algo real, uma pretensão da qual nenhuma de suas palavras pode escapar”.<sup>304</sup> Como efeito, dá-se a implosão dos limites da convenção de um realismo pensado como *mimese*, semelhança. Ainda que, no

---

<sup>299</sup> RAMOS, 2004 p. 195

<sup>300</sup> Narrador-personagem do romance *Angústia* (1936).

<sup>301</sup> Núcleo principal de personagens do romance *Vidas secas* (1938).

<sup>302</sup> Na realidade já o havia feito há tempo; a escrita das *Memórias* leva a experiência ao limite do que se podia realizar naquele momento.

<sup>303</sup> COSTA LIMA, 2006, p. 354-355.

<sup>304</sup> Comentário de Adorno sobre o uso da ironia no processo de composição de Thomas Mann. Cf. ADORNO, 2003, p. 60.

caso de Graciliano, mantenha-se o pano de fundo figurativo da realidade, sabemos das proposições que a escrita coloca para a apreensão do mundo.

É fácil notar que a experiência factual do cárcere se insinua mais do que o esperado entre o texto e sua recepção. Por isso, é preciso atentar a relação singular com a escrita, assumida pela narração. Nas *Memórias*, não há a ancoragem da voz narrativa. Isso define o posicionamento indeterminado da enunciação, proposta por Rancière para compreender a propriedade do literário. Segundo o filósofo, “o próprio impróprio da literatura está inscrito nessa disjunção da escrita. A escrita sempre significa mais do que o ato empírico de seu traçado. Ela metaforiza uma relação entre a ordem do discurso e a ordem dos corpos em comunidade”.<sup>305</sup> Assim, no livro sobre a cadeia, o autor se vê diante da circunstância do seu próprio sacrifício. A escrita deriva da contingência que teatraliza a suspensão das marcas de sua atribuição.<sup>306</sup> O autor, pensado como signo que chancela a propriedade de determinado texto, ou como signo que nos reporta à figura do homem social de carne e osso, sai de cena. O embaralhamento das posições da personagem e do autor (que se desdobra, assim, em personagens específicas, condicionadas por tempos específicos) é agenciado pelo “eu” irritante. Ele é a testemunha do corpo sacrificado do autor, o corpo alojado no espaço do tempo múltiplo da história e da cidade. Esse agenciamento faz advir o plano democrático da relação entre narrador-personagem e demais personagens.<sup>307</sup> É um novo plano, que incorpora o olhar e a forma de sentir de cada personagem. E o princípio da igualdade é o que o regula. Isso permite que as *Memórias* façam o faxina da tatuagem de esqueleto falar. Ele usa a palavra num contexto singular. Quanto ao sujeito que escreve, percebe-se no lugar do sentimento reativo a reflexão que se volta para o local de clivagem que define a entrada no discurso. Desse movimento, derivam a abertura honesta e o acolhimento incomensurável da alteridade. No tocante ao arranjo discursivo, da mesma forma que minguar a capacidade fonadora das personagens de *Vidas secas* implica mais do que um arranjo técnico, aqui, fazer o faxina falar literalmente através do diálogo do discurso direto tem sua função específica. Notadamente pelo fato de que sua fala não veicula o esperado. Seu discurso surpreende o escritor, e é provável que surpreendesse o leitor que recebeu as *Memórias*, em 1953, ou mesmo quem sabe o leitor atual. Da personagem degradada, cujo aspecto descrito se assemelha ao aspecto do membro da marginália,

---

<sup>305</sup> RANCIÈRE, 1995, p. 41.

<sup>306</sup> Cf. FOUCAULT, 2004, p. 264-269.

<sup>307</sup> O trabalho de Brunacci explora, através de outra perspectiva, o intercâmbio entre os elementos da narrativa. Cf. BRUNACCI, 2008, p. 15-26.

devia-se esperar, provavelmente, a exposição que emulasse com a caricatura. Nela o veríamos se movimentando em trejeitos e maneirismos adquiridos nos ambientes sórdidos. Se e quando falasse, sua voz não passaria de barulho ininteligível, rumor indistinto. Ou quem sabe, encontrar-se-ia condenada à gíria do gueto, como num psitacismo. Vale lembrar que esse caminho não deixou de ser tentado pelo romance social contemporâneo de Graciliano. Apesar da motivação positiva, os resultados, em casos repetidos, foram questionáveis.<sup>308</sup> Certamente, nesse caso, essas pessoas não teriam vida interior. Estariam ocupadas demais em se dar bem, a qualquer custo, em cima do primeiro tolo que encontrassem pela frente.

Por sua vez, o faxina das *Memórias* fala, e usa a inteligência. Ele incorpora e é incorporado pelo *logos*. Demonstra uma percepção apurada. Ele é sagaz, vê o outro “por dentro”. A sagacidade da personagem fica mais evidente quando comparada à reação das figuras que representam a função de carceragem. “E o guarda me supusera à vontade, em casa, afeito à cadeia”. Graciliano reflete, após a pilhéria do funcionário que sugeriu a familiaridade com os protocolos da prisão. No que diz respeito a essas personagens, o narrador consegue extrair apenas o lugar-comum e a visão preconcebida, denunciadora da boçalidade que se esperava do outro.

Apresentar o “faxina” a observá-lo, fazê-lo sondar por dentro é assemelhar-se a ele. Lembremo-nos de que um dos propósitos anunciado pelo narrador, lá no início do livro, foi tentar compreender os homens que dividiram com ele a experiência do cárcere. “Fiz o possível por entender aqueles homens, penetrar-lhes na alma, sentir as suas dores, admirar-lhes a relativa grandeza, enxergar nos seus defeitos a sombra dos meus defeitos”.<sup>309</sup> E nesse ponto, a escrita de Graciliano assume toda sua potência democrática.

Proponho observamos algumas considerações a respeito do contexto da aliança com a teoria. Particularmente no que se refere à crítica do aspecto metafórico-político da escrita, o texto de Rancière se mostrou um interlocutor atual eficiente. Porém, a proposição do autor estabelece uma concepção singular de política. Os conceitos-chaves de sua rede teórica estão alinhados entre as ideias de *demos*, de democracia e o princípio de igualdade. Estes, por sua vez, atraem as noções de litígio, de desentendimento<sup>310</sup> e de

---

<sup>308</sup> Cf. BUENO, 2006, p. 124-157.

<sup>309</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 37.

<sup>310</sup> Em contraposição à ideia atual de democracia como consenso.

*aisthesis*, entendida como recorte de mundo sensível comum. Especialmente a ideia de desentendimento, ou de dissenso, assegura a consciência do deslocamento que pretende provocar. Daí a asserção de que sua hipótese pressupõe “uma reformulação do conceito de política em relação às noções habitualmente aceitas”.<sup>311</sup> Para isso, seu pensamento perfaz o trajeto das teorias da política, desde a Antiguidade até a contemporaneidade do consenso democrático. De Platão a Aristóteles, ele visita Tocqueville, Marx e Althusser.<sup>312</sup>

A ideia de “constituição estética da comunidade” é o fundamento de sua tese, que vem se mostrar, pois, como metonímia da própria política.<sup>313</sup> A noção se sintetiza no conceito de “partilha do sensível”. E através dele se dissemina na rede estendida que lhe segue.<sup>314</sup> No título dedicado ao exame da relação entre política e escrita, o autor dá início ao esclarecimento da ideia: “Partilha significa duas coisas: a participação em um conjunto comum, e inversamente, a separação, a distribuição dos quinhões. Uma partilha do sensível é, portanto, o modo como se determina no sensível a relação entre um conjunto comum partilhado e a divisão de partes exclusivas”.<sup>315</sup> A relação inextricável entre estética e política se desvenda através da confluência de perspectivas, que toda teoria implica. Em outro momento, o autor esclarece: “Antes de ser um sistema de formas constitucionais ou de relações de poder, uma ordem política é uma certa divisão das ocupações, a qual se inscreve, por sua vez, em uma configuração do sensível: em uma relação entre os modos de *fazer*, os modos do *ser* e os do *dizer*; entre a distribuição dos corpos de acordo com suas atribuições e finalidades e a circulação do sentido; entre a ordem do visível e a ordem do dizível”.<sup>316</sup> O esclarecimento dirime, pois, a possível contestação de que sua tese seria algo abstrato e desligado do real. Ao associar a reflexão da escrita aos possíveis arranjos dos corpos numa comunidade,<sup>317</sup> o

---

<sup>311</sup> RANCIÈRE, 1996 a, p. 372.

<sup>312</sup> Reporto o leitor ao texto de Heloísa Starling. A autora propõe a leitura teórica do texto literário se embasando na hipótese sobre a apresentação metafórica/alegórica do contexto político. No caso, enfoca-se a ideia da “fundação de um espaço comum”, que nos reporta à noção de “republicanismo”. A análise compreende principalmente o texto de Guimarães Rosa, mas também o de Euclides da Cunha e de Graciliano Ramos. Cf. STARLING, 2008, p. 133-147; STARLING, p. 155-178.

<sup>313</sup> RANCIÈRE, 1995, p. 7.

<sup>314</sup> O autor esclarece o conceito de “partilha do sensível” e suas relações com a noção de modernidade, assim como seu potencial de leitura dos registros de arte moderna e contemporâneo no título homônimo. Cf. RANCIÈRE, *A partilha do sensível: estética e política*, 2009.

<sup>315</sup> RANCIÈRE, 1995, p. 7.

<sup>316</sup> RANCIÈRE, 1995, p. 7-8.

<sup>317</sup> Entenda-se aqui a postulação de atribuições, bem como a restrição a participar de algum assunto pelo fato de se encontrar em determinada posição ou *classe*. E talvez a lembrança da atitude de Platão a

pensamento de Rancière se mostra um poderoso argumento no palco que a cidade se torna.

Não deve haver engano. O resgate do modelo antigo não se presta à mera erudição excrementosa. Ele é um operador mestre do pensamento. Obviamente demanda algum tipo de crítica e de reavaliação. Ademais, é a reconstituição das condições de seu surgimento, na cidade antiga, que possibilita retomar a avaliação da indissociabilidade entre a política e a prática da estética.

O movimento crítico entre as matrizes clássicas e o contexto atual possibilita configurar, de forma mais precisa, o objeto que faz confluir política e estética. Seguindo essa lógica, a argumentação de Rancière nos faz tomar consciência de que a verdadeira política é a democracia. Ela é a perturbação da divisão entre a ordem do discurso e a ordem dos corpos. Através de tal regime, a política se opõe ao que autor denomina “polícia”.<sup>318</sup> Esta, por sua vez, arroga para si a categoria da política, mas não vai além do que é “o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes e a gestão das populações, a distribuição dos lugares e das funções e [a] repressão”. Funções essas facilmente associadas ao papel do aparelho de Estado.

A democracia, por sua vez, sustenta-se na exposição do “dano” de uma contagem equivocada, no litígio sobre os elementos primordiais que compõem a cena política. Rumando para o contexto da democracia literária, vale pensar como se operacionaliza a contenda que marca a natureza da política.

Que relação, entre a imagem e a palavra, pode ser pensada tendo como base a teoria do filósofo francês? Vejamos suas considerações acerca da propriedade da palavra, do sensível comum e da política:

A palavra por meio da qual existe política é a que mede o afastamento mesmo da palavra e de sua contagem. É a *aisthesis* que se manifesta nessa palavra é a própria querela em torno da constituição da *aisthesis*, sobre a divisão do sensível pela qual corpos se encontram em comunidade. Vamos entender aqui divisão no duplo sentido da palavra: comunidade e separação. É a relação de ambas que define uma divisão do sensível.<sup>319</sup>

---

respeito dos poetas, não seja tão disparatada assim para se compreender o desenho e a engenharia social que define, sub-repticiamente, os espaços na “cidade”, antiga e contemporânea. Cf. RANCIÈRE, 1996, p. 71-79.

<sup>318</sup> RANCIÈRE, 1996 a, p. 372.

<sup>319</sup> RANCIÈRE, 1996, p. 39

Reiterando os sentidos que o conceito de partilha adquire em sua argumentação, o autor nos aponta os elementos em torno dos quais se constitui a querela da partilha do sensível. A palavra em jogo no embate político pressupõe a existência concomitante de um platô de visibilidade. Nele se posicionam os corpos da comunidade. Tal posição de corpo condiciona os modos de ver, de ser e de dizer no espaço coletivo. Viver politicamente reclama uma participação: o dar a ver na “assembleia”, ali onde ocorre a “contagem” da palavra. Trata-se da palavra que demanda ser acolhida como *logos*, e não simples rumor sem significado. É, assim, a palavra que testemunha a relação de uma posição de visibilidade (e a singularidade das imagens a ela associadas) e o dizível, que faz circular o sentido na comunidade. Em outros termos, trata-se da partilha, do estabelecimento do quinhão de cada um no palco da comunidade. Não por acaso, o filósofo se utiliza da metáfora dramática mais uma vez:

A política é primeiramente o conflito em torno da existência de uma cena comum, em torno da existência e da qualidade daqueles que estão ali para o uso de um interlocutor que não a vê e que não tem razões para vê-la *já que* ela não existe.<sup>320</sup>

Esse é o comentário do autor ao se lembrar do episódio que apresenta a contenda entre “patrícios” e “plebeus”, espécie de luta de classes, na Roma antiga. O reconhecimento de que os “plebeus” falam não implica necessariamente no reconhecimento de sua condição política. Afinal, segundo Rancière:

A "discussão" do dano não é uma troca — sequer violenta — entre parceiros instituídos. Ela diz respeito à própria situação de palavra e a seus atores. Não há política porque os homens, pelo privilégio da palavra, põem seus interesses em comum. Existe política porque aqueles que não têm direito de ser contados como seres falantes conseguem ser contados, e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só: o mundo em que estão e aquele em que não estão, o mundo onde há algo “entre” eles e aqueles que os conhecem como seres falantes e contáveis e o mundo onde não há nada.<sup>321</sup>

Um princípio fundamental precede qualquer discussão de natureza política. A partilha do sensível, assim denominada a própria política, sustenta-se no preceito da

---

<sup>320</sup> RANCIÈRE, 1996, p. 39-40.

<sup>321</sup> RANCIÈRE, 1996, p. 40.

igualdade. Resta entender de que igualdade se trata, na proposição do autor. Acompanhemos o argumento de Rancière:

Ao ampliar assim o conceito de polícia, proponho restringir o de política. Proponho reservar a palavra *política* ao conjunto de atividades que vêm perturbar a ordem da polícia pela inscrição de uma pressuposição que lhe é inteiramente heterogênea. Essa pressuposição é a igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante. Essa igualdade, como vimos, não se inscreve diretamente na ordem social. Manifesta-se apenas pelo dissenso, no sentido mais originário do termo: uma perturbação no sensível, uma modificação singular do que é visível, dizível, contável.<sup>322</sup>

A lembrança do “faxina” tatuado é uma das muitas circunstâncias do “jogo de operações” armado por Graciliano com as imagens da memória. É a forma singular de perturbação do sensível acionada pela narrativa sobre a cadeia. No contexto designado como “prisão política”, o exemplo não poderia ser melhor. Retomando a hipótese inicial, vê-se, a partir desse ponto, a apropriação, e o devido deslocamento, dos signos da “prisão” e da “política”. A experiência carcerária serve de *leitmotiv* à reflexão sobre a condição da vida controlada, o “controle dos corpos”, a natureza da própria existência.<sup>323</sup> A partir dela, a experiência da escrita se vale dos “estritos limites” entre a gramática e a lei. Empreende um uso singular da língua, propiciado pela literatura democrática – essa espécie de função da liberdade de “tudo dizer”.<sup>324</sup>

O experimento narrativo transforma a lembrança da prisão num espaço político efetivo. Nele se opera a reversão da clausura do “político”, apreendido em seu significado “policial”, ideológico e historicista, na abertura da reflexão sobre o político como acontecimento da palavra, e como “jogo da argumentação”.<sup>325</sup>

Na esteira da cena do encontro com o faxina, segue-se uma lista de eventos em que se destacam tanto nomes de personagens cuja existência histórica é passível de ser atestada quanto a aparição de anônimos, que se notabilizam em pé de igualdade com os demais. A entrada no espaço de visibilidade comum do texto fixa o nome das

---

<sup>322</sup> RANCIÈRE, 1996 a, p. 372

<sup>323</sup> A ideia já foi proposta de forma percuciente por Antonio Candido. Cf. CANDIDO, 2006, p. 127-128.

<sup>324</sup> DERRIDA, *Esta estranha instituição*, s.p.

<sup>325</sup> RANCIÈRE, 1996 a, p. 374.

personagens nessa “*outra cena*”<sup>326</sup> da história, ou na “contra-história”<sup>327</sup> apresentada pelas *Memórias*.

No primeiro conjunto de personagens se destacam, entre outros, Rodolfo Ghioldi, secretário do Partido Comunista Argentino; Agildo Barata, tenente que coopera na Revolução 1930, e Miranda, dirigente do Partido Comunista Brasileiro.

O segundo grupo inclui as figuras marcantes de Sérgio, pseudônimo utilizado por Rafael Kamprad, um suposto simpatizante trotskista, e Desidério, o estivador com quem Graciliano trava embate numa assembleia do “Coletivo”. Incorpora ainda as personagens que o autor encontra na Colônia Correccional da Ilha Grande. Além da composição de Sardinha, seu diretor, os retratos de Cubano e de Gaúcho, interlocutores privilegiados, são os que se sobressaem.

O destaque das personagens<sup>328</sup> não é casual. É intenção consciente deste texto. Da mesma forma, parece ser esse o propósito da construção das personagens nesse trecho da história. Partir da análise delas em movimento, e em interação, é imprescindível à leitura alegórica da inteligibilidade do político. Dar início, da minha parte, ao jogo de operações crítico com as imagens fornecidas pelo texto, traz-me à lembrança a discussão de James Wood sobre a personagem de ficção, quando se refere à literatura de Saramago:

A pergunta desse romance [O ano da morte de Ricardo Reis] e de grande parte da obra de Saramago não é o já batido jogo “metaficcional” de “Ricardo Reis existe”? É a pergunta muito mais lancinante: “Existimos se nos recusamos a nos relacionar com as pessoas?”<sup>329</sup>.

Guardadas as diferenças entre os projetos literários dos autores, a lembrança pode ser observada através de um ângulo positivo. Nessa perspectiva, minha atenção sublinha a relevância das imagens vindas do passado. Fernando Pessoa para Saramago, os companheiros de prisão para Graciliano iluminam a compreensão da experiência atual (concernente ao país, à cultura), assim como a compreensão da história pessoal. Nada mal para o crítico visto muitas vezes como um esteticista. O empuxo para a reflexão ética e política talvez se dê, especialmente, em virtude do objeto, ou da

---

<sup>326</sup> MIRANDA, 1992, p. 144.

<sup>327</sup> FOUCAULT, 2010, p. 55.

<sup>328</sup> O grupo de personagens recortado para análise não se limita à lista acima. O número delas na extensão das *Memórias* é vultoso, vindo reforçar a noção de democracia literária.

<sup>329</sup> WOOD, 2011, p. 106.

motivação subjacente que lhe conforma. Para esse fim, a biografia do escritor português diz tanto quanto qualquer dos seus livros.

Essas personagens instruíram Graciliano, e continuam nos instruindo, a respeito do “amedrontador significado de ‘democracia’ literária: qualquer um pode sentir qualquer coisa”.<sup>330</sup> Rancière reitera a característica democrática da literatura, ao comentar o romance realista do século 19 em contraponto ao “romance tradicional do ambiente monárquico e aristocrático”.<sup>331</sup>

Certamente, personagens da “classe baixa”, as “pessoas comuns” de que fala o autor, apareceriam na narrativa tradicional.<sup>332</sup> Esse tipo de escrita necessitava delas para serem compostas com alguma verossimilhança. Porém, elas lhe reservavam os “devidos lugares (inferiores)”, ou lhes representavam através dos “gêneros (inferiores) adequados à sua condição”.<sup>333</sup> Daí a necessidade de se indagar: de que verossimilhança se tratava então nesse caso?

Segundo Rancière, essa verossimilhança é a condição e ao mesmo tempo o resultado da lógica da representação, que define, de antemão, os espaços, narrativos e sociais. É a lógica regida pela ideia da concatenação das partes da história e da causalidade narrativa. Em outros termos, trata-se da ideia aristotélica de verossimilhança.<sup>334</sup> Lógica sustentada numa correlata hierarquização de posições sociais.

O que a democracia da literatura na modernidade propõe é que “qualquer um pode sentir qualquer coisa”. Assim como a serviçal Felicité, do conto “Um coração simples”, de Flaubert, “serve com amor, serve com uma intensidade de sentimento e de paixão que excede em muito a intensidade dos sentimentos de sua senhora”, várias cenas das *Memórias* nos apresentam novas “intensidades” de sentimento. Agora, as

---

<sup>330</sup> RANCIÈRE, 2010, p.79.

<sup>331</sup> No texto citado, o modelo preponderante de Rancière é Flaubert. O autor ainda sobrevoa em sua crítica os textos de Stendhal e dos irmãos Goncourt, entre outros. Cf. RANCIÈRE, 2010, p. 78-79. É importante ressaltar que Rancière atribui ao romance realista do século 19 a potência revolucionária que promove o rearranjo da “cosmologia social” no plano estético. A crítica do autor engendra uma importante releitura da postura realista da arte, de forma geral, e de sua repercussão na história da disciplina que dela se ocupa. Na perspectiva do filósofo francês, “O pulo para fora da *mimesis* não é em absoluto uma recusa da figuração. E seu momento inaugural foi com frequência denominado *realismo*, o qual não significa de modo algum a valorização da semelhança, mas a destruição dos limites dentro dos quais ela funcionava. Assim, o realismo romanesco é antes de tudo a subversão das hierarquias da representação (o primado do narrativo sobre o descritivo ou a hierarquia dos temas) e a adoção de um modo de focalização fragmentada, ou próxima, que impõe a presença bruta em detrimento dos encadeamentos racionais da história”. Cf. RANCIÈRE, 2009, p. 35.

<sup>332</sup> RANCIÈRE, 2010, p. 78.

<sup>333</sup> RANCIÈRE, 2010, p. 79.

<sup>334</sup> RANCIÈRE, 2010, p. 76-77.

“ações”, compreendidas como “esferas existenciais”, conjugam-se às imagens, que se justapõem numa “grande-parataxe”.<sup>335</sup> Assim, o texto assume, ele mesmo, a imagem de uma “grande justaposição caótica, de uma grande mistura indiferente das significações e das materialidades”.<sup>336</sup>

Essa intensidade é propiciada pela “imagem”, que se contrapõe, assim, à ideia da lógica das ações narrativas. É ela que flagra as personagens se movimentando no espaço comum de visibilidade, e caracteriza uma espécie de “poética da vida”.<sup>337</sup> Ela nos faz compreender que o “efeito de realidade” nada mais é do que o operador da igualdade.<sup>338</sup>

O que vale não é mais a verossimilhança da concatenação de ações, e sim a verossimilhança da capacidade de sentir de cada ser vivente em determinada circunstância histórica e social. Seguindo a lógica dessa nova verossimilhança, as *Memórias* apresentam a sagacidade do faxina tatuado que surpreende Graciliano. Além disso, colocam em diálogo sua admiração, simultânea e contraditória, pela virtude do orador Rodolfo Ghioldi e pelo poder de persuasão de Agildo Barata. Denunciam a “bazófia” mal disfarçada do líder do Partido Comunista Brasileiro: a honestidade herética que renderá uma tentativa de censura. Num outro momento, nos mostram a ética e o sentimento de solidariedade tortos de Cubano. Fazendo o que pensava ser o certo, ele precisa agir com rispidez e violência.<sup>339</sup> E ainda nos fazem tomar contato com a admiração e a vaidade quase juvenis do escrunchante Gaúcho. O rapaz escora na convivência temporária com o escritor o desejo reprimido de ser honesto, como aconteceria numa amizade verdadeira. “Qualquer um pode sentir qualquer coisa”. Então, vamos lá.

### 3.2. *Praça vermelha, assembleia, Coletivo, política*

---

<sup>335</sup> Aproprio-me aqui do conceito do método de “montagem” da arte estética, analisada por Rancière tendo como base o cinema de Godard. Cf. RANCIÈRE, 2012, p. 54.

<sup>336</sup> RANCIÈRE, 2012, p. 54.

<sup>337</sup> RANCIÈRE, 2010, p. 79.

<sup>338</sup> RANCIÈRE, 2010, p. 79.

<sup>339</sup> Refiro-me à cena antológica, passada na Colônia Correcional, em que o companheiro de prisão, assumindo a função que lhe era delegada (espécie de carceragem e representação dos pares) entra em confronto com Graciliano: o objetivo era força-lo a se alimentar. Desde o tempo da viagem no navio *Manaus*, o escritor vinha sofrendo de um distúrbio alimentar, que lhe impossibilitava a ingestão ordinária da comida servida. O fato se acentua nas últimas semanas no Pavilhão dos Primários, chegando próxima a um quadro de sitiofobia durante a estada na Colônia. Cf. RAMOS, 2004, vol. II, p. 146-147.

A chegada ao Pavilhão dos Primários mergulha a personagem Graciliano num contexto cercado de referências políticas. Ainda que restringida pela maciça repressão policial<sup>340</sup>, a memória que abastece o discurso se retorce em busca dos limites possíveis para a crítica da experiência. Desde o primeiro contato com os novos companheiros, na Praça Vermelha<sup>341</sup>, os signos que se deixam apreender designam a materialidade de uma situação que remete à política. Eles se espalham pelos cantos da cadeia, pela voz e pelos gestos dos prisioneiros. Trata-se, certamente, da ideia de política que compõe um dos “objetos”<sup>342</sup> singulares da discussão fundadora da filosofia.

No entanto, Graciliano não perde a oportunidade para empreender a crítica balanceada do contexto histórico de que foi testemunha. Percebe-se facilmente o uso da ironia que lhe é consensualmente atribuída.

Sáímos, andamos um pedaço do pátio, alcançamos o nosso destino, alto edifício de fachada nova. Entramos. Salas à esquerda e à direita do vestíbulo espaçoso. Uma grade ocupava toda a largura do prédio. No meio dela escancarou-se enorme porta. Introduzimo-nos por aí, desembocamos num vasto recinto para onde se abriam células, aparentemente desertas: era provável terem todos os inquilinos vindo receber-nos. Avançamos entre duas filas de homens que, de punhos erguidos, se puseram a cantar, na música do Hino Nacional:

*Do norte, das florestas amazônicas,  
Ao sul, onde a coxilha a vista encanta. . .  
A terra brasileira, à luz dos trópicos...*

Ri-me interiormente, pensando no que me havia dito o guarda pouco antes: - “Vivem cantando e berrando como uns doidos”.<sup>343</sup>

O autor antecipa a apresentação do caráter incongruente de certo nacionalismo revolucionário, inspirado nas ideias comunistas em voga.<sup>344</sup> O leitor das *Memórias* sabe,

---

<sup>340</sup> Vale notar a descrição da arquitetura e dos protocolos que regulam o deslocamento dos presos e dos guardas na prisão. Um bom exemplo é o trecho que se pode ver no primeiro capítulo da segunda parte da história. Cf. RAMOS, 2004, vol. I, p. 207-212.

<sup>341</sup> O termo aparece pela primeira vez no segundo capítulo dessa mesma parte. A designação é lançada para batizar o “vasto recinto” onde se davam as assembleias do “Coletivo”. Cf. RAMOS, 2004, vol. I, p. 214.

<sup>342</sup> Rancière desautoriza a ideia de especialização da filosofia, como o exemplo da “filosofia política”. O autor afirma que, na realidade, a filosofia tem “objetos singulares”, mantém “nós de pensamento” com outras atividades da razão como a “política, a ciência, a arte”. Cf. RANCIÈRE, 1995, p. 10-11.

<sup>343</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 207.

<sup>344</sup> A crítica se encontra disseminada em mais de um ponto nessa parte da história. Desde a perplexidade cômica causada pela figura do beato José Inácio, que anunciava o fuzilamento prospectivo de todos os

porém, que essa crítica não se restringe ao ambiente político brasileiro, como o trecho acima pode sugerir.

Seguindo o raciocínio, se a ideia de “Praça Vermelha” nos reporta imediatamente ao contexto da União Soviética, por outro lado nos lembra do período antigo: a cidade de Atenas. O primeiro evidencia a disposição política daqueles (em sua maioria) que se encontravam na prisão do governo de Getúlio Vargas. Quanto à antiguidade, no centro do poder grego, era na “praça pública” que se realizavam as assembleias, através das quais se efetivava a política.<sup>345</sup> Foi a Grécia antiga que, além de inventar a filosofia, viu nascer o novo regime político da democracia.<sup>346</sup>

O “organismo” do “Coletivo” é outra relevante ideia que sustenta esta leitura. Dou continuidade a essa seção de excertos com o intuito de apresentar a discussão que pretendo desenvolver.

Percebi entre os meus companheiros uma esquisita amabilidade: antes de pedir, ofereciam. Alguém me veio perguntar se necessitava qualquer coisa, dinheiro, cigarros. Nada me faltava, agradei. A resposta era infalível: os meus escrúpulos me levariam a recusar assistência, ainda que me achasse em penúria. Bem. Tratava-se então de saber se me era possível contribuir para o Coletivo. Sem dúvida, mas que vinha a ser aquilo? Um organismo a funcionar, com excelente resultado, em prisão política. A oferta e o pedido me revelavam de pronto um dos seus fins, estabelecer o equilíbrio. À testa dele uma comissão de cinco membros, eleitos por alguns meses, zelava a ordem, a higiene. Entendia-se com o mundo lá de fora utilizando as visitas, levava à administração do estabelecimento exigências e protestos.<sup>347</sup>

A semelhança entre a estrutura política armada pela escrita de Graciliano e a descrição do sítio onde transcorriam as assembleias na cidade antiga é notável.

Talvez o mais estranho, na democracia antiga, fosse que nela mal havia eleição. Na verdade, não havia *cargos* fixos, ou eles eram poucos. Havia *encargos*. Uma assembleia tomava uma

---

ateus quando a revolução se tornasse realidade, à lembrança do militarismo nacionalista paspalhão de Capitão Mata, o narrador entremeia e ressalta as incongruências do discurso militante de esquerda que cooptava do trabalhador braçal aos membros de uma classe média incipiente, militares, intelectuais de toda ordem. Comento e esmiúço um pouco o assunto logo à frente. Cf. RAMOS, 2004, vol. I, p. 225-226 e p. 255-256.

<sup>345</sup> RIBEIRO, 2005, p. 8.

<sup>346</sup> RIBEIRO, 2005, p. 8-9.

<sup>347</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 216.

decisão; era preciso aplica-la; então se incumbia disso um grupo de pessoas. Mas estas não eram eleitas, e sim sorteadas.<sup>348</sup>

Percebe-se a divergência entre os termos “eleição”, proposto por Graciliano, e “sorteio”, lembrado por Renato Janine Ribeiro para descrever a dinâmica da assembleia grega. Contudo, as semelhanças parecem se sobressair. O “Coletivo”, zelando a “ordem, a higiene”, e entendendo-se com o “mundo de fora”, assume funções próximas às da assembleia antiga. Como bem lembra Renato Janine Ribeiro, Atenas não “conhece a complexidade da economia moderna”. Seus cidadãos se ocupavam com os “assuntos políticos” de seu tempo, ou seja, com aqueles assuntos concernentes à organização da cidade. Discutiam sobre “a paz, a guerra”, assim como deliberavam sobre as “festas”. Havia “uma assembleia a cada nove dias”.<sup>349</sup>

A escrita das *Memórias*, porém, ao mesmo tempo em que não intenta defender nenhuma tese, apresenta uma sucessão de quadros que problematizam a noção de política. Apreendo essa coleção de imagens sobre o tema, tendo como baliza a ideia de “desentendimento”. Ainda na companhia de Rancière, penso que a noção atende, com rigor, à apreensão da imagem de racionalidade da política realizada pela escrita. Na situação de desentendimento, não se trata do desconhecimento que demanda um saber suplementar, nem do mal-entendido que solicita o esclarecimento da palavra. A verdadeira política se desprende da “filosofia política”, que pretende “regular” sua racionalidade; da mesma forma, afasta-se e neutraliza o poder ligado a uma ideia de “valor”, como no contexto dos *axiai* (títulos), que prescreviam os papéis na antiguidade. “Os casos de desentendimento são aqueles em que a disputa sobre o que quer dizer falar constitui a própria racionalidade da situação de palavra”.<sup>350</sup> A política, rara e intempestiva<sup>351</sup>, sustenta-se nessa aporia, que define sua racionalidade própria. Tendo o princípio da igualdade como fundamento, ela se debate num constante estabelecimento de partes e objetos comuns. Na busca pela justiça e no estabelecimento das leis, ela se depara com o incomensurável. O caso extremo de desentendimento, lembrado por Rancière, é aquele em que X não vê o objeto que Y lhe apresenta porque não entende que os sons emitidos por Y compõem palavras ou agenciamentos de palavras

---

<sup>348</sup> RIBEIRO, 2005, p. 10.

<sup>349</sup> RIBEIRO, 2005, p. 11.

<sup>350</sup> RANCIÈRE, 1995, p. 12.

<sup>351</sup> Rancière e Badiou expressam opinião semelhante em contextos distintos. Cf. RANCIÈRE, 1995, p. 31; BADIOU, 1996, p. 22.

semelhantes aos seus.<sup>352</sup> Mais do que a discussão sobre a argumentação, trata-se da problematização a respeito do “argumentável”.<sup>353</sup>

Particularmente no contexto das *Memórias*, cabe examinar como se dá a apresentação dos eventos em que interlocutores dispõem seus argumentos, e, a partir disso, como se torna possível o diálogo.

Para dar continuidade à análise, proponho observarmos as imagens que o texto nos oferece. Nesse exercício, enredar-se-á, como no próprio tecido da narração, cenas que captam personagens designadas por significantes políticos. Tendo como suporte a apresentação da série de retratos pintados por Graciliano, entremeio eventos marcados pela tensão da política.

### 3.3. *Coletivo: República dos aristoi e dos oligoi?*

A opção pelo desenho do ponto de vista da personagem que a memória conforma é evidente. Contudo, a partir desse segmento, fica patente a dificuldade de concordar sempre com a elocução restrita ao “eu”. O enunciado que abre o capítulo sobre o Pavilhão dos Primários confirma a impressão: “Saímos, andamos um pedaço do pátio, alcançamos o nosso destino, alto edifício de fachada nova”. Mas esse não é o único deslocamento que a narração testemunha a partir desse momento.

O debate sobre o efeito da dessubjetivação no enquadramento do *locus* de enunciação das *Memórias* já foi realizado. O propósito do que se mostrou até agora foi o de possibilitar a apreensão e o consequente esclarecimento das engrenagens e da contingência em que se dá a escrita da lembrança. Essa etapa se liga ao exame da relação do indivíduo com a linguagem. Circunstância da qual deriva o questionamento acerca da racionalidade ou da subjetividade em questão no texto.

Além disso, o que venho defendendo é a complexidade que a reflexão propiciada pela escrita toma nas *Memórias*. A exploração da ideia de experiência serviu de liame entre a discussão do plano individual e a abertura que compreende a comunidade, ou seja, o plano político. Ao se valer da experiência vivida no cárcere, a história propõe uma autenticidade peculiar. Para a compreendermos, é indispensável atentar aos recursos utilizados pela narração, incluindo aí seu aspecto de ficcionalidade.

---

<sup>352</sup> RANCIÈRE, 1995, p. 13.

<sup>353</sup> RANCIÈRE, 1995, p. 13.

Que posição assume essa personagem que narra, ou que localização ocupa esse narrador que relembra os fatos vivenciados por uma personagem do passado? Sabemos que são, ambos, símiles de uma instância meramente linguística; em última análise, trata-se ainda de um representante “institucional”, que nos remete ao mundo da realidade, e, desse modo, ao homem de carne e osso. Dessa maneira, evidencia-se a natureza retórica da questão, uma vez que ela traz em si a resposta.

Vale lembrar que já acompanhamos a discussão a respeito da posição de enunciação indeterminada. Noção essa que, penso, designa eficaz e brilhantemente a natureza do discurso literário. Mas ainda é preciso examinar como essa voz, assumida e intercambiada entre as instâncias, lida com o aspecto da propriedade ou da autenticidade da matéria que nos apresenta.

Através desse ponto de vista cambiante, Graciliano organiza o entrecruzamento das imagens da memória. Elas trazem até o limiar do discurso a multiplicidade de vozes, de tempos e de potenciais focos narrativos alheios.

O enquadramento mais amplo da narrativa se sobrepõe à ingenuidade de questionar sobre o mero efeito técnico propiciado pela problemática do ponto de vista. O que está em jogo é a crítica da propriedade do “saber” ou do conhecimento veiculado pela história. Em outros termos, pode-se dizer de uma crítica do pensamento, ou de uma crítica do “olhar”, do registro sensível na conformação do conhecimento.<sup>354</sup> E nesse ponto, as *Memórias* se abrem a mais uma perspectiva. O texto flerta com a configuração “pós-moderna”, por exemplo, que Silviano Santiago propõe. Flerta, entretanto, sem aderir a ela completamente. Talvez o certo fosse dizer que esta não poderia existir sem um experimento do tipo realizado pelas *Memórias*.

Lembremo-nos que as hipóteses que orientam o desenho do narrador pós-moderno são: ele “é aquele que quer extrair a si mesmo da ação narrada”, além de transmitir “uma ‘sabedoria’ que é decorrência da observação de uma vivência alheia a ele”.<sup>355</sup>

Observamos, no segundo capítulo, a tentativa encenada de se ausentar da ação. Vimos, porém, a impossibilidade de levá-la a termo. O distanciamento do puro ficcional é o provável elemento que afasta as duas perspectivas. A segunda hipótese, entretanto, parece convir bem com o texto das *Memórias*. A pertinência se sustenta apenas se a

---

<sup>354</sup> Cf. SANTIAGO, 2004, p. 44-60.

<sup>355</sup> SANTIAGO, 2004, p. 45-46.

observamos tomando esse texto como uma narrativa que se distancia também do gênero memorialístico estrito.

Afinal, a atitude regulada pelo princípio da igualdade não se coaduna com o princípio do “narrador memorialista”: “Na narrativa memorialista, o mais experiente assume uma postura vencedora”.<sup>356</sup> É ele quem organiza exclusivamente, em termos de pacto narrativo, o enquadramento da enunciação. Esse arranjo, observado tanto na dialética entre uma personagem do passado e o narrador do presente quanto na motivação do narrador experiente que reconstitui o passado de si mesmo e dos outros, não condiz com a estrutura das *Memórias*. Pois, a narrativa não tem a intenção de escamotear as discontinuidades da história. Ao contrário, ela se pauta pela natureza da “construção de linguagem” do “real” e do “autêntico”<sup>357</sup>, operado pela escrita no *agora*. Além do mais, como já sugerido, sua natureza coletiva implica na abertura para a voz do outro: efeito da absorção de seu ponto de vista. Em consequência, a leitura das *Memórias* nos impõe ainda a reformulação da ideia de tempo. Retornarei a esse tema mais à frente.

Não por acaso, nesse ponto, a narrativa reatualiza a motivação vivida no embarque no navio *Manaus*. Ela se volta para o empenho de descrição da circunstância da chegada à nova prisão. Ressalta-se uma espécie de esboço dos perfis dos novos companheiros.

Num momento singular das *Memórias*, Graciliano aponta os signos que demonstram o contexto factual da escrita: “Desmanchei uma carteira de cigarros, tirei de um dos lados o cartão que tenho aqui sobre a mesa, tomei o lápis e escrevi alguns nomes: Romariz, Adolfo, Renato, Sérgio.”<sup>358</sup> Essa lista se avulta. Ainda no primeiro capítulo, veem-se os nomes de José Medina, Rodolfo Ghioldi, Benjamin Snaider, Enzmann Cavalcanti, Newton Freitas, Valdemar Birinyi e Agrícola Baptista. Todos eles homens que se encontravam às voltas com atividades ligadas à esfera política; ora militantes, como Rodolfo Ghioldi e Agrícola Baptista<sup>359</sup>, ora jornalistas ou trabalhadores de setores congêneres, como Newton Freitas e Ezmman Cavalcanti.

O traçado desse novo rol de personagens complexifica o drama. Em complemento, desenha-se, similarmente ao que acontecia no plano político, uma rede geocultural.

---

<sup>356</sup> SANTIAGO, 2004, p. 55.

<sup>357</sup> SANTIAGO, 2004, p. 47.

<sup>358</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 209.

<sup>359</sup> Participante da Coluna Prestes.

O empuxo para o internacionalismo artístico e cultural promovido pela escrita de Graciliano ainda não foi devidamente analisado. O autor deixou pistas relevantes que parecem apontar para o intento de colocar a literatura brasileira e o discurso literário, de forma geral, na arena de discussão dos temas contemporâneos.<sup>360</sup> Apenas toco o assunto aqui. Ele se faz inevitável diante do quadro de imagens que vem logo adiante. Acima de tudo, sua lembrança se faz relevante para a desmontagem da ideia que liga a narrativa das *Memórias* ao sentido estrito que o termo pode assumir no contexto histórico e político. Como se sabe, o próprio Graciliano não poupa palavras para criticar a utilização indevida, a “algaravia papagaiada”,<sup>361</sup> de categorias políticas. O caso paradigmático se deu quando foi acusado de trotskista, por defender o internacionalismo. A noção, para o autor, teria o sentido de uma política progressista, aberta à nova conjuntura mundial. Afinal, vale lembrar sua pouca simpatia pelo político dissidente da doutrina oficial da União Soviética de sua época.<sup>362</sup>

Para não facilitar a vida do crítico que se ocupa de sua obra, é na companhia de uma personagem ligada às ideias trotskistas que o autor parece elaborar com acuidade as lembranças desse tempo. Sérgio, pseudônimo do russo Rafael Kamprad, é o “moço pálido, ligeiramente curvo” que Graciliano flagra logo à entrada do Pavilhão dos Primários. Cabe indagar sobre a escolha da personagem de Sérgio. O jovem que mantém ligação intelectual com Trotski<sup>363</sup> parece representar o modelo de inteligência superior, objetiva, devotada virtuosamente ao projeto do bem comum, como se espera do militante político ideal. Sendo assim, não se pode ignorar o posicionamento das imagens. Graciliano conhece o rapaz nos primeiros instantes no Pavilhão. Vêmo-lo inicialmente ser auxiliado, por Renato de Barros, num banho tomado a canecadas de água colhida na pia da cela. Logo após, o escritor reencontra o russo na função de professor. O rapaz ministra a lição de matemática. É o início da relação ambivalente

---

<sup>360</sup> Penso aqui em alguns textos coligidos em *Linhas tortas*. Trata-se de trabalhos de crítica literária, escritos que comentam a situação da literatura nacional. Cf. RAMOS, 2005a. A impressão vale ainda para as cartas do autor que referem sua preocupação com o tema. Exemplo claro seriam as cartas trocadas com os tradutores de seus livros para o espanhol. Cf. MAIA, *Cartas inéditas de Graciliano Ramos*, 2008.

<sup>361</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 256.

<sup>362</sup> Numa roda de conversa e leituras, depois de retornar da Colônia Correccional, Graciliano reitera a impressão de ser tomado como trotskista. Fato que nega, mais uma vez. Nesse ponto, o autor se refere “a imensa vaidade” do político soviético, alcunhando-o de “político malandro”. Cf. RAMOS, 2004, vol. II, p. 229.

<sup>363</sup> Certamente o motivo que o leva para a cadeia, como se verá.

com o jovem “monstro familiar à teoria da relatividade”.<sup>364</sup> Vamos ao retrato fragmentado do russo do Cáucaso. Ele apenas inicia essa projeção:

Ainda criança, perdera a família na Guerra Civil, conseguira chegar à Alemanha, onde estranhara o silêncio, a falta dos tiros de canhão. Estudante de filosofia e matemática numa universidade, fugira perseguido pelo nazismo, fora terminar o curso na Estônia. Daí o expulsaram. Tinha parentes na China e no Brasil: uma avó no Rio de Janeiro, um tio em Cantão, rico em negócios de petróleo com os americanos. Optara pelo Brasil. E vivia de ensinar quando rebentara a bagunça de 1935. Providente, desviara de casa objetos nocivos, confiara a um aluno cartas de Trotski, mas com tanta infelicidade que num instante haviam caído os papéis nas mãos da polícia. No interrogatório quisera defender-se:

- Por essa correspondência, os senhores vêem minha posição: nada tenho com o barulho daqui.

- Pois sim. Nós gostamos tanto de uma coisa como da outra.<sup>365</sup>

Os apontamentos formam uma imagem parcial do sujeito que goza de títulos sociais. Ao mesmo tempo em que sua condição no centro político e cultural da época lhe custa perdas pessoais, permite-lhe o acesso ao cultivo individual. Quanto ao saldo da cena, no tocante à situação no presente da história, tomamos contato com a sequência: prisão, interrogatórios infundáveis e tortura.<sup>366</sup> Nesse caso, a inteligência do jovem professor, em sua tentativa esperta de argumentar, não valia nada diante da opressão erigida como sistema.

A aproximação com o escritor é favorecida pela vaga que a saída de Capitão Mata deixa no cubículo dividido entre eles. O companheiro de prisão no quartel em Recife e na viagem no *Manaus* ganha a liberdade no primeiro estágio no Rio de Janeiro. O russo propõe então o convívio:

- Acho que nos daremos bem, opinou o rapaz.

- Sem dúvida.

Essa anuência divergia do meu pensamento, inclinava-me a supor que não nos entenderíamos. A delicadeza fria do russo dificilmente se harmonizaria com meus hábitos vulgares de sertanejo; a minha ignorância compacta iria experimentar dura humilhação junto ao saber forte daquele homem doutorado em

---

<sup>364</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 209.

<sup>365</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 209-210.

<sup>366</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 210.

Leipzig, íntimo de Einstein e de Hegel. Enganei-me. As diferenças evidentes não nos afastaram, vivemos alguns meses em concordância perfeita, nunca um palavrão esotérico, dos ouvidos no encontro inicial, nos separou. Sérgio notou-me rápido a insuficiência e acomodou-se a ela. Nenhuma ideia transcendental: conversas fáceis, corriqueiras, acessíveis ao nordestino iletrado. Sempre nos conservamos na superfície – e por isso admirei e estimei aquele espírito sagaz.<sup>367</sup>

Descontada a depreciação pessoal do narrador, o trecho pode ser lido num duplo movimento alegórico. O primeiro é o que venho construindo, e concerne à presumível composição das personagens e dos eventos. Eles formam os elementos de uma narrativa-experimento que problematiza a noção de política. Percebo, contudo, no desenho da relação entre as personagens de Graciliano e de Sérgio a apresentação de relações interculturais.<sup>368</sup>

É certo que Graciliano apresenta e critica, explicitamente, o aparente estado “fora do lugar” em que as ideias comunistas se desenvolviam no Brasil.<sup>369</sup> Mas, parece-me ser bastante honesta a impressão positiva em relação à educação, às condições de trabalho e de distribuição de rendas captada na viagem à União Soviética. Obviamente não devemos nos esquecer da crítica que vaza o livro de viagem do autor, permeado, além disso, de gafes diante do dogmatismo do regime comunista.<sup>370</sup> Estas se dirigem principalmente à política cultural, ou de forma mais clara, à censura, para não nos enganarmos com eufemismos. Ainda assim, gostaria de salientar o reconhecimento, por parte do autor, da aplicação de um suposto projeto, trabalhado por inteligências similares à de Sérgio – íntimas de Hegel e de Marx –, que parecia propiciar, realmente, a invenção de um novo mundo. É importante lembrar: apesar e além da desconfiança cautelosa para com o que viu, o autor não teve tempo de presenciar a abertura e a exposição das circunstâncias do governo na era stalinista.<sup>371</sup> Não obstante, penso que

---

<sup>367</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 228.

<sup>368</sup> O que vale também para a relação entre a personagem-autor e as personagens de Rodolfo Ghioldi e de Valdemar Birinyi.

<sup>369</sup> Recorto um trecho que sintetiza bem essa ideia da crítica do estado de coisas político em que se vivia: “Quase todos se julgavam revolucionários, embora cantassem o Hino Nacional e alguns descambassem num patriotismo feroz. Ouvindo-os, lembrava-me de José Inácio, o beato desejava fuzilar ateus [...] Na verdade essa gente me parecia estranha: insatisfeita, desejava impossíveis reconstruções, mergulhando no sonho, restaurando velharias”. Cf. RAMOS, 2004, vol. I, p. 256.

<sup>370</sup> Remeto o leitor a trecho da biografia do autor, redigida por Dênis de Moraes, que comenta o evento da viagem à União Soviética. Cf. MORAES, 1993, p. 278-291.

<sup>371</sup> Refiro-me à morte do autor em 1953. Enquanto o relatório de Nikita Krushev, reconhecido como o estopim para o exame do governo de Stalin, vem à tona em 1956. A respeito das circunstâncias, remeto o leitor ao texto de Claude Lefort, especialmente ao ensaio “Stalin e o stalinismo”. Cf. LEFORT, 1987, p. 89-106.

Sérgio ilustra bem a figura desse *outro*, íntimo de Einstein e de Hegel, e que, ironicamente, a história mostrou ser uma idealização.

A admiração pelos dotes da inteligência do professor se deixa apreender em outros momentos. Graciliano se espanta com a objetividade do jovem que analisa friamente a circunstância que viviam. Ele dizia não alimentar qualquer sentimento de vingança em relação a seus torturadores. É desse episódio que vem a sentença, já referida, de que ali todos “eram instrumentos”.<sup>372</sup> A habilidade de dominar a língua portuguesa em pouco tempo é um feito que também admira o autor. Ele flagra o rapaz lendo seus romances no Pavilhão. A percepção de uma espécie de leitura escaneadora deixa Graciliano perplexo. Ao discutir sobre o conteúdo dos livros, tentando dissuadi-lo de que não se tratava de material digno de nota, o escritor percebe a apreensão a contento das narrativas.

Casualidade ou não, o efeito provocado pelos fragmentos que formam o retrato de Rodolfo Ghioldi parece menos idealizado. O encontro com o secretário do Partido Comunista Argentino no Pavilhão dos Primários é o início de uma amizade que irá durar até a morte do autor.<sup>373</sup> A imagem seria menos idealizada, mas não menos admirativa.

Despertaram-me pancadas de tamancos. Ergui-me, fui ao passadiço, vi aglomeração lá embaixo, descí, agreguei-me ao semicírculo que se formava junto à escada. Rodolfo Ghioldi subia alguns degraus. Tinha de pano em cima do corpo uma cueca e um lenço. Começou a falar em espanhol, de quando em quando lançando os olhos a um cartão de cinco centímetros, onde fizera o esquema da palestra. Referiu-se à política sul-americana, e logo no princípio tomei-me de verdadeiro espanto: nunca ouvira ninguém expressar-se com tanta facilidade. Enérgico e sereno, dominava perfeitamente o assunto, as palavras fluíam sem descontinuar, singelas e precisas. Admiravam-me a rapidez do pensamento e a elegância da frase. Curvado sobre o papel, a suar na composição, emendando, ampliando, eliminando, não me seria possível construir aquilo.<sup>374</sup>

Depreende-se da citação a referência a certo núcleo sul-americano de discussão política. Quanto ao indivíduo, distingue-se a admiração por aquelas qualidades que

---

<sup>372</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 230.

<sup>373</sup> Sabemos, por Ricardo Ramos, dos préstimos do amigo argentino quando da doença e da necessidade de intervenção cirúrgica a ser realizada em Buenos Aires. Cf. RAMOS, 1992a, p. 166-167.

<sup>374</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 204.

podem ser ligadas facilmente à imagem do político virtuoso. Mas não seria justo cristalizar o perfil de Ghioldi sob a característica de exímio orador. A propriedade que o definiria como *aristoi* (excelentes, melhores) inclui ainda a virtude de colocar o bem comum acima do interesse individual. Sua posição num acontecimento que comentarei logo à frente nos permitirá captar esse atributo.

Para entendermos a questão proposta por este tópico, apresento por fim a imagem de Valdemar Birinyi:

Valdemar Birinyi, húngaro, dizia-se ex-oficial de Bela Kun. Tinha propriedades na Inglaterra e na Argentina. Viajava da Europa a Buenos Aires, em companhia de uma bonita mulher, e tivera a infeliz ideia de saltar no Rio de Janeiro. Aqui se hospedara em hotel de luxo, comprara um automóvel e resolvera prosseguir a viagem por terra. [...] Expressava-se a custo, embaralhando línguas: entendia-se em alemão com Sérgio, fazia dele intérprete. Chegando ao Pavilhão dos Primários, fora recebido com o *Hino do Brasileiro Pobre*:

*Do norte, das florestas amazônicas,  
Ao sul, onde a coxilha a vista encanta. . .*

E resmungara chateado:

- Fui oficial de Bela Kun. Iam fazer aqui revolução com estas bestas?

Caíra, pois, em desagrado, embora possivelmente não tivesse querido ofender ninguém: mastigava um português horrível, nunca dizia o que desejava.<sup>375</sup>

Num tom próximo ao burlesco, ressalta-se no desenho de Birinyi sobretudo a condição estereotipada do homem de posses. O narrador tem a preocupação de frisar sua disposição ostentatória. Para isso, não se esquece de referir os bens desaparecidos na sede da polícia: “oito malas e vinte e cinco mil franco suíços”, além da estimada “coleção de selos”, tida pela personagem como “a terceira do mundo”.<sup>376</sup> A característica parece, contudo, não impossibilitar a ligação do homem à figura do político húngaro Bela Kun<sup>377</sup>, de quem diz ter sido um “oficial”.<sup>378</sup> A composição de

---

<sup>375</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 214.

<sup>376</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 214.

<sup>377</sup> “Bela Kun-Cohen (1886-1939): um dos fundadores do Partido Comunista da Hungria, foi comissário dos Negócios Estrangeiros em 1919, na efêmera República Soviética da Hungria. Em 1920 combate na guerra civil na Rússia nas fileiras do Exército Vermelho, chegando a ser nomeado presidente do Conselho Militar Revolucionário da Crimeia. A partir de 1921 integra o Comité Executivo do *Komintern*. É preso em 1938, confessa-se culpado na organização de atividades antissoviéticas. O Colégio Militar do Tribunal Supremo da URSS condena-o a fuzilamento em 1938”. Cf. *Dicionário Político – Liga dos Comunistas*.

Birinyi representaria a desconfiança quanto à propagada classe burocrática que dominava a gestão do Estado comunista?<sup>379</sup> Birinyi estaria no Brasil numa simples viagem turística?

No entanto, é a naturalidade com que o húngaro reprova a recepção autóctone – uma barafunda de gestos, de palavras e atitudes com pretensão de rito político – que demonstra seu potencial de legibilidade da cultura. Atando as qualidades, pode-se dizer que sua figura apresenta, tomando determinada perspectiva oferecida pelo recorte, a imagem do *oligoí* (rico, o que tem posses) na organização da cidade. E aqui cabem alguns comentários a respeito dos *axiai*.

*Axiai* é, estritamente, o “valor” atribuído aos “títulos da comunidade”<sup>380</sup> que dão “direito” à participação no governo ou na deliberação que se encena na assembleia. No centro do debate sobre os *axiai* estão envolvidas as decisões concernentes à posse do poder e ao exercício (ou as formas) do governo. A política parece estar assentada, como bem aponta Rancière, sobre a “falta de fundamento” capaz de estabelecer o critério de medida justo para o *valor*. Mas nem sempre foi assim. E não faltaram tratados e projetos que assumiram a tarefa de tentar regular o que parece em essência da ordem do incomensurável. Vejamos alguns lances do início dessa polêmica.

A Grécia antiga, com as proposições de Platão e de Aristóteles, continua figurando como o ponto de referência inicial. Tais premissas formam a matriz que servirá de base para toda discussão ulterior sobre o político.

Ao discutir a natureza do regime democrático, Norberto Bobbio, por sua vez, designa-a de “tradição clássica ou teoria aristotélica das três formas de governo”.<sup>381</sup> Essa perspectiva apresenta o conflito entre as formas da *monarquia*, da *aristocracia* e da *democracia*. Embora a democracia tenha advindo em parte da Grécia antiga como resultado do fim da escravidão por dívidas e pela proscrição das monarquias absolutas, ela sempre despertou desconfiança. Sua efetivação era um perigo iminente, que deveria ser abolido. Esse é o conhecido posicionamento de Platão, para quem a aristocracia era a única “forma boa” de governo.<sup>382</sup> Não era diferente a posição de seu discípulo,

---

<sup>378</sup> É verdade que Graciliano nos previne da relatividade das notícias colhidas na prisão. Como é o caso das informações que circulam a respeito de Valdemar Birinyi. Discuto, mais à frente, a peculiaridade da circunstância e seu influxo sobre a configuração do narrador. Cf. RAMOS, 2004, vol. I, p. 214-215.

<sup>379</sup> Cf. LEFORT, 1987, p. 71-72.

<sup>380</sup> RANCIÈRE, 1996, p. 22.

<sup>381</sup> BOBBIO, 1997, p. 320.

<sup>382</sup> BOBBIO, 1997, p. 320.

Aristóteles. Apesar de estender a compreensão do regime da democracia, estabelecendo “subdivisões” que buscavam regular sua dinâmica, o resultado não é a seu favor. Entre a divisão das formas “puras” e as formas “corruptas” de governo, Aristóteles aloca a democracia neste último grupo. “O governo da maioria”, o “governo da multidão” parecia, no fim das contas, o menos condizente com as leis e o menos propício para se viver bem.<sup>383</sup> Retomemos os *axiai*. Eles ajudam no esclarecimento das circunstâncias antigas e auxiliam na crítica do contexto político do *Coletivo*.

É ainda Aristóteles quem enuncia e estabelece os títulos da comunidade ideal. Acompanhemos o eficiente esquema armado por Rancière, ao tomar como base a lição do filósofo grego. Os *axiai* compreendem: “a riqueza dos poucos (os *oligoi*); a virtude ou a excelência (*areté*) que dá seu nome aos melhores (aos *aristoi*), e a liberdade (a *eleutéria*) que pertence ao povo (o *demos*)”.<sup>384</sup>

A concisão do texto de Rancière continua impecável para o esclarecimento da relação entre os títulos e os “regimes” de governo:

Concebido unilateralmente, cada um desses títulos fornece um regime particular, ameaçado pela sedição dos outros: a oligarquia dos ricos, a aristocracia das pessoas de bem ou a democracia do povo.<sup>385</sup>

Como se pode presumir, a enumeração não soluciona a querela concernente à divisão das partes. Nem sequer encaminha a questão a respeito do critério justo - e comum - capaz de dar conta da multiplicidade do aglomerado. Ela apenas atualiza o problema central da política. Sabemos, com Rancière, que ele é o de uma “contagem sempre falsa”. Afinal, “um desequilíbrio secreto” perturba a harmonia dos títulos como eles se dispõem na elaboração aristotélica. “O que é na verdade o título detido por cada uma das partes”, pergunta-se o filósofo francês.<sup>386</sup> Nesse ponto, a argumentação estritamente racional e mesmo o compromisso singular da política com a empiria se traem. Pois, dos títulos, o único de inteligibilidade inquestionável, ou passível de observação direta, é a riqueza dos *oligoi*. Entretanto, ele reporta a discussão para o plano da aritmética, das trocas mercantis, afastando-a da proporção mais justa da

---

<sup>383</sup> BOBBIO, 1997, p. 320.

<sup>384</sup> RANCIÈRE, 1996, p. 22.

<sup>385</sup> RANCIÈRE, 1996, p. 22.

<sup>386</sup> RANCIÈRE, 1996, p. 22.

geometria, baliza da lógica dos títulos.<sup>387</sup> Mas é sobretudo por causa da característica do título da liberdade do povo que essa contagem se denuncia falaciosa. “A liberdade do *demos* não é nenhuma propriedade determinada, mas facticidade pura”.<sup>388</sup>

Cabe emendar: a questão enunciada pelo tópico se presta à provocação do raciocínio.

A apresentação sucessiva de Sérgio, de Rodolfo Ghioldi e de Valdemar Birinyi poderia sugerir a conformação do espaço político do *Coletivo* como uma República<sup>389</sup> idealizada.

Sérgio e Ghioldi encarnariam, virtualmente, a figura do *aristoi*. A inteligência, a impassibilidade diante da dor e a habilidade de desvendar o código do outro se confluem, em Sérgio, para o desenho ideal de um estrategista ou de um “guerreiro” contemporâneo. Rodolfo Ghioldi parece figurar o político nato. Nesse caso, longe do sentido pejorativo que o termo assumiu na contemporaneidade. Seu perfil nos reporta ao republicano da origem. Ele é o orador com o domínio sobre o discurso e as ideias; é o mestre da retórica usada para o fim da justiça e do bem comum.<sup>390</sup> A aparente arrogância de Birinyi, em seu desprezo pelo movimento da massa que o recebe, apenas confirmaria, assim, a desqualificação da democracia e o plano elevado de discussão da política. Ela ainda atrai e parece ecoar o “clássico argumento” proposto pelo “fautor da oligarquia, e em seu enalço o fautor da monarquia”, lembrado por Bobbio:<sup>391</sup>

“Não há coisa... mais estulta e mais insolente que uma multidão incapaz”. Como pode governar bem “aquele que não recebeu instrução nem conheceu nada de bom e de conveniente e que desequilibra os negócios públicos intrometendo-se sem discernimento, semelhante a uma torrente caudalosa”?<sup>392</sup>

Mas, sabemos, a série inicial, em que se destacam as personagens, já contém em si o embrião da multiplicidade que caracteriza uma *polis* virtual.

---

<sup>387</sup> Rancière lança mão das figuras da “ciência da matemática” – a aritmética para as trocas mercantis, o regime desigual que regulava a relação entre senhores e escravos, e a geometria, baliza mais justa, baseada na ideia da proporção das partes – com o fim de ilustrar os elementos e a dinâmica da economia dos “títulos” na cidade antiga. Cf. RANCIÈRE, 1996, p. 29-30.

<sup>388</sup> RANCIÈRE, 1996, p. 22.

<sup>389</sup> Uso, particularmente nesta ocasião, a expressão num sentido livre, sem solo teórico determinado. É importante frisar o intercâmbio entre as ideias de democracia e de república – que por sua vez não deixa de reportar ao conjunto, tendo em vista a raiz de *res publica*. O diálogo platônico homônimo, apesar de sua peculiaridade, não deixa de ser um exemplo. Teóricos da política reiteram a interdependência das categorias no desenvolvimento subsequente. Cf. BOBBIO, 1997, p. 319-320; RIBEIRO, 2000, p. 13-26.

<sup>390</sup> Para o perfil clássico do republicano e a relevância da virtude nesse regime, ver: RIBEIRO, 2001, p. 7-21.

<sup>391</sup> BOBBIO, 1997, p. 320.

<sup>392</sup> BOBBIO, 1997, p. 320.

“Havia ali pequeno-burgueses e operários, homens cultos e gente simples”, Graciliano se ocupa em apresentar, à chegada de novos prisioneiros, o quadro da prisão. Havia a entrada de novos presos, a notícia rara de alguma saída, e a antecipação das notícias sobre a temida Colônia Correcional. Ela é a origem de informações das mais variadas fontes. Encontravam-se no ponto em que aproximavam a prisão dos campos de trabalhos forçados.

Por ora, foquemos a heterogeneidade que as novas levas de presos nos apresentam. Se algumas das categorias utilizadas por Graciliano caducaram com o tempo, vale ressaltar que, em matéria de política, como a venho delimitando, não é a condição intelectual, a origem familiar ou o conjunto das posses que condicionam e habilitam o sujeito para o diálogo. Da mesma forma, não são tais valores que garantem ao indivíduo a incorporação no jogo do rearranjo que as imagens elaboram com as palavras na literatura. Esse é o absurdo da democracia... literária: “Homens cultos e gente simples”, como a Felicité de Flaubert e o Desidério de Graciliano, vão ter que se entender.<sup>393</sup> Ou seria mais eficiente pensar em “diferenças de intensidades”, que são captadas pela imagem, E o jogo insistiria em mostrar, ou propor: “qualquer um pode sentir qualquer coisa”. Observemos os aspectos dessa “torrente caudalosa” armada por Graciliano.

### 3.4. Massa, multidão, sufrágio, consenso, demagogia

Desde a antiguidade, o grande perigo ao qual a democracia sempre foi e continua sendo associada é o da “liberdade desenfreada” do povo.<sup>394</sup> A ideia de que, tomado o poder pela massa, a inversão de posições de mando entre governantes e governados seria apenas a fagulha de mudanças radicais na estrutura social, provavelmente passou pela cabeça de soberanos e de aristocratas. É bem certo que o juízo deve ter ocupado a mente da burguesia, que ascendeu ao poder através de movimentos revolucionários na modernidade, e quem sabe mesmo da classe média, que se configura no século 20. Por trás desse receio da “liberdade excessiva” da massa, vê-

---

<sup>393</sup> RANCIÈRE, 2011, p. 48.

<sup>394</sup> PLATÃO *apud* BOBBIO, 1997, p. 320.

se a defesa contra o “desejo de ter”<sup>395</sup>, síntese de todo o perigo. Ele representaria a possibilidade do *polloi* (os muitos, os vários), “pouco educado”, como se diz, “entusiasmar-se pela expropriação dos ricos, e pensar que a política não é senão o modo de confiscar o excedente que esses possuem”.<sup>396</sup> Estaria em jogo então o desejo da maioria, à parte do direito e da lei.<sup>397</sup> O nome eficiente para esse tipo de governo seria demagogia.<sup>398</sup>

Apesar da instabilidade e da tensão provocadas pela reflexão sobre a democracia antiga, o regime é o modelo perdido em que se pode observar a relação entre as questões de ordem política (poder) e as questões de ordem social, concernentes à demanda e ao desejo do povo na cidade. Renato Janine Ribeiro nos mostra eficientemente a separação, entre as instâncias, ocorrida na modernidade. Ela se opera através da consolidação do regime representativo da democracia.<sup>399</sup> A questão não é simples. Envolve níveis de observação que se complexificam com o passar do tempo e com a mudança de configuração dos aglomerados, O saldo, porém, é fácil de perceber. A modernidade, a era dos contratos sociais, cria aparatos respaldados na forma jurídica; tais contratos têm o objetivo claro de conter o “desejo” do povo, dos pobres. Nossa realidade contemporânea, o ambiente da democracia consensual, da democracia representativa, é ainda tributária direta desse contexto. Renato Janine Ribeiro não poupa clareza e objetividade para definir a conjuntura. Segundo o filósofo, o resultado da separação entre “quem manda e quem obedece” – efeito sutil do mecanismo do direito – não passa de uma “tecnologia do mando e da submissão”.<sup>400</sup>

No entanto, a condição que tende a acomodar no mesmo plano quem manda e quem se submete a uma lei comum coloca em xeque também o regime democrático (ideal). Ainda que a soberania do povo, em tese, seja a forma de governo que saiba lidar com essa circunstância, uma espécie de medicina ou de remédio contra o desejo bruto sempre aparece no horizonte.<sup>401</sup> Essa ainda é a tese que sustenta a argumentação de Renato Janine Ribeiro. O filósofo defende que a democracia só pode se realizar caso incorpore o “tema da república”. Afinal, “uma democracia sem república não é *kratos*, é

---

<sup>395</sup> RIBEIRO, 2000, p. 13.

<sup>396</sup> RIBEIRO, 2000, p. 14.

<sup>397</sup> RIBEIRO, 2000, p. 13.

<sup>398</sup> Nesse contexto, deve-se a categoria à Aristóteles: o filósofo vê, num desvio do governo do povo em relação à lei, a sobreposição da vontade da maioria. Cf. BOBBIO, 1997, p. 320.

<sup>399</sup> Cf. RIBEIRO, 2000, p. 13-26; e RIBEIRO, 2005, p. 37-52.

<sup>400</sup> RIBEIRO, 2000, p. 20.

<sup>401</sup> RIBEIRO, 2000, p. 22-23.

simples populismo distributivo, como tanto vimos nas décadas em que, primeiro na Europa depois na América Latina, as massas ascenderam à visibilidade do espaço social manifestando-se inicialmente pelo seu desejo”.<sup>402</sup> Vemos aí o retorno pertinente do foco na relação entre as instâncias da política (poder) e do social. Não se trata de uma simples tentativa de “reelenização” nostálgica da política, como bem lembra o filósofo. Afinal, não devemos perder de vista que o autor está a comentar, entre outros eventos revolucionários, as experiências comunistas que prometiam a igualdade social. Não se deve negligenciar ainda o fato de que o “tema da república” traz em sua raiz a origem romana do modelo de governo, que dividirá com a democracia o plano das lutas e das teorias políticas. O que se ressalta na interdependência proposta pelo filósofo é o princípio do bem comum, da coisa pública: signo fundador da república. O fato é importante, entre outros motivos, para demarcar o intervalo entre as escritas do filósofo político – passagem do século 20 para o 21 – e a de Graciliano – primeira metade do século 20. A distância permite que Renato Janine Ribeiro usufrua mais informações para realizar seus apontamentos. O que há de se questionar, entretanto, é a noção de centralidade que a ideia de governo (*kratos*) sugere. A questão acerca do critério que mediará múltiplas demandas, dos vários estratos da sociedade, não se deixa resolver num passe de mágica. A pluralidade que a noção de *demos* passa a concentrar torna a questão complexa, estendendo-a para o plano social. O fato mais evidente continua sendo a contingência do embate, o litígio.

As *Memórias* apontam um ângulo dos problemas causados pela separação dos campos do poder (política) e do social. Mas longe de qualquer ideia teleológica, que pudesse suscitar o balanço contemporâneo do tema, ou longe da proposta de uma forma de governo satisfatório, dessa vez, as imagens armadas por Graciliano provocam, mais do em que qualquer outro trecho, o efeito ambivalente.

O que predisporia e reforçaria o pensamento do autor para a tensão?

A lição de Benjamin se faz notar com algum acento nesse ponto da leitura das *Memórias*. A questão em foco é o tempo. Ressalta-se o aspecto da saturação “de *agoras*”, que caracteriza a história, entendida como processo de passagem do tempo.<sup>403</sup> Veja o que Graciliano diz pouco depois de nos oferecer o retrato de Valdemar Biriny, comentado acima.

---

<sup>402</sup> RIBEIRO, 2000, p. 22.

<sup>403</sup> BENJAMIN, 1994, p. 229-230.

Na cadeia sobra-nos tempo, acumulamos as notícias mais insignificantes; às vezes as imaginações trabalham fora da realidade, surgem construções absurdas, e nem sabemos quando nos relacionam fatos verdadeiros ou quando sonham.<sup>404</sup>

O comentário é uma espécie de justificativa para se eximir de qualquer sugestão de julgamento em relação ao húngaro. O propósito declarado visa fornecer uma imagem de como funciona o pensamento na prisão. Resta se questionar sobre a validade dessa imagem para além do espaço do cárcere, ou propor uma abertura consciente do sentido do termo. Graciliano diz muito mais do que a respeito da autenticidade das informações que lhe ajudam a compor os perfis dos companheiros. Dados esses que lhe servem, ademais, de forma geral, como referência alternativa para se integrar ao ambiente do Pavilhão. O comentário é uma piscadela para o leitor se situar. Ela reitera a configuração revolucionária do arranjo armado com o tempo pelo narrador: assim, o que se vê é a estratégia de implodir a cronologia – “parar o tempo” – da história convencional.<sup>405</sup> Sabemos o efeito que essa modalidade construtiva traz consigo no tocante ao critério da autenticidade e da verdade. Nesse novo regime, que acolhe tempos, pontos de vistas, desejos e afetos múltiplos, já não se pode distinguir entre “fatos verdadeiros” e sonhos. A máquina da palavra é gerida pelo desejo, como há tempo Freud identificou nos relatos dos sonhos de histéricas e de obsessivos.

Em contraposição ao tempo “vazio” do *continuum* da história,<sup>406</sup> a plenitude do ato da escrita. O contexto que inspira um evento em que “sobra-nos tempo” nos remete, pois, à concepção de tal categoria como *kairós* – um novo paradigma da história, o “tempo pleno, descontínuo, finito do prazer”, a vida apreendida no “átimo”.<sup>407</sup>

Revertendo o aforismo de Benjamin, essa “dialética em repouso” tem como lei a ambiguidade.<sup>408</sup> Em outros termos, a “imagem” é uma espécie de dialética sem síntese. E ainda, a literatura moderna, e a arte de forma geral, sustentam-se num princípio de contradição, num princípio dialético, cujo resultado deve fechar sempre em zero. Um princípio em que a apresentação dos poderes, a apresentação consequente de tese e de antítese, mantém o equilíbrio constante, uma permanente revolução.<sup>409</sup> Mais uma vez com Benjamin, sabemos que “esse repouso”, a paragem do tempo, é “utopia”, ou seja,

---

<sup>404</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 214-215.

<sup>405</sup> BENJAMIN, 1994, p. 230.

<sup>406</sup> BENJAMIN, 1994, p. 230.

<sup>407</sup> AGAMBEN, 2008, p. 128.

<sup>408</sup> BENJAMIN, 2000, p. 700.

<sup>409</sup> GROYS, 2013, p. 2-3.

é o signo da revolução. Lembram-se de que os revolucionários de julho, em Paris, destruíram, em “vários bairros, independentemente uns dos outros e na mesma hora”, os relógios da cidade?<sup>410</sup>

Mas, ao contrário, não parece ser casualidade que, ao comentar o fenômeno da massa, nesse primeiro momento, no Pavilhão dos Primários, Graciliano justaponha e nos ofereça imagens impregnadas do elemento da multidão. Como já sugerido, elas captam e projetam, de forma ambivalente, acontecimentos permeados pelo desejo, movidos pela utopia. Dizendo de outra maneira, elas nos mostram eventos em que aspirantes a líderes do povo despontam. Fato que nos desperta a atenção para o valor do consenso, para o fantasma da demagogia e para o apelo secreto, e presente no horizonte, relativo ao despotismo.

A segunda parte da história se especializa tendo ainda como base a cobertura da rotina do Coletivo. Entre os elementos já comentados se encontram, como vimos, os perfis de personagens e a descrição do ambiente. É logo após mais uma das conferências de Ghioldi que se dá o evento que apresento inicialmente. A discussão sobre a proposta de greve de fome é levada à pauta do dia numa reunião. Acompanhemos a apresentação da imagem em mais de um tempo, assim é possível apreender a dimensão do questionamento produzido pela sua construção.

Em seguida, Medina rezingou um protesto descabido: referiu-se à dureza do régimen carcerário e julgou conveniente fazermos a greve de fome. Houve sussurro e o desagrado estampou-se nos rostos.<sup>411</sup>

Vale lembrar que o acontecimento possibilita um primeiro ponto de observação da dinâmica efetiva do organismo. Até então, nada de novo. Reapresentam-se os nomes de alguns companheiros vistos nas primeiras cenas, além da abertura do enquadramento, e a conseqüente absorção do conjunto mais amplo.

- Provocação, murmurou Renato.  
- Acha, perguntei?

---

<sup>410</sup> BENJAMIN, 1994, p. 230.

<sup>411</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 220.

- Sem dúvida. Que é que vamos reclamar? Estamos bem. E aqui há diversos estrangeiros. Se concordamos nisso, eles serão mandados para lugar pior.<sup>412</sup>

Mostrar a opinião discordante de Renato<sup>413</sup> através do diálogo direto com a personagem Graciliano serve para salientar a natureza de uma espécie de cochicho entre eles. Por conseguinte, a imagem inspira o estabelecimento de certa intimidade e de certa empatia. O prosseguimento da cena confirma o fato. O apontamento da presença de “estrangeiros” dá início à expansão da leitura do contexto que a imagem possibilita.

Muitos opinavam certamente assim; contudo nenhuma objeção pública se articulou. Na surpresa, ficamos a olhar-nos uns aos outros, esperando que alguém se manifestasse: receávamos talvez ser considerados conformistas ou débeis. Quem se expressou foi Bagé, mascando uma intervenção de apoio difícil à proposta de Medina.<sup>414</sup>

Nesse ponto, não é possível estabelecer com clareza a medida do julgamento de uma espécie de pusilanimidade, referente à falta de atitude dos companheiros e da própria personagem. Em contraponto, parece frívolo se pensar numa crítica ao oportunismo ou à conveniência, por causa da atitude atribuída à personagem Bagé. Numa possível ancoragem do significado, essa nos remete ao sul do país. Sabemos da crítica ferrenha do autor aos políticos da região. Vale lembrar que ele já havia comentado as estranhas circunstâncias de certa casualidade na definição de alianças políticas que repercutiram nos rumos da história recente da política nacional.<sup>415</sup> Mudanças que eram vividas diretamente pelas personagens das *Memórias*.

*Sem debate*, levou-se o caso imediatamente à votação e a maioria levantou o braço concordando, numa anuência desanimada e chocha. Os nordestinos, confusos, não alcançavam direito o motivo da exigência, vinham do porão infame, da galeria molhada, nenhum supusera dormir em lençóis, comer em pratos, e quase todos se deixavam arrastar, carneiros, dóceis, temendo ferir o *desejo comum*. Provavelmente se justificavam alegando no íntimo que uma simples discordância não influíra

---

<sup>412</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 220.

<sup>413</sup> Renato do Rego Barros é uma das primeiras personagens com quem trava conversa no Pavilhão dos Primários. Cf. RAMOS, 2004, vol. I, p. 208.

<sup>414</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 220.

<sup>415</sup> Refiro-me ao desprezioso ensaio que o autor escreve sobre a história política do país, eivado de sua mais potente ironia e lucidez. Cf. RAMOS, 1998, p. 134-186.

na decisão. E evitavam comprometer-se. Aquilo foi rápido; se alguém quis opor-se, não teve tempo de revelar-se.<sup>416</sup>

Sublinho os significantes “sem debate” e “desejo comum”. Eles marcam a natureza evidente do uso alegórico que se pode depreender da construção da cena. Percebe-se a assertividade em relação ao pensamento e à disposição dos “nordestinos”. Não se vê mais a hesitação de quando a “câmera” focava o grupo maior. Descortina-se a potência de legibilidade da imagem. É com a justaposição do evento ulterior que se ilumina a operação de montagem responsável por captar espaços e tempos heterogêneos. Tratando com segurança a respeito dos “nordestinos”, companheiros de viagem no *Manaus*, Graciliano discorre, metonimicamente, sobre a história de um povo que aprendeu a conhecer – ou de certa forma, a quem mais facilmente pode atribuir empatia. O processo se operacionaliza no intercâmbio entre espaços de decisão e espaços culturais. Tais locais são constituídos por tempos de formação ou tempos históricos descompassados. Projeta-se o nordeste do Brasil de 1936 – ou seja, o nordeste de *Angústia* e de *Vidas secas*, por exemplo –, em contraponto ao *outro* lugar (heterotópico) cosmopolita do Coletivo, este inventado num Rio de Janeiro durante a década de 1940. Centro do poder, à ocasião, é dali que se assiste às transformações que definem os novos arranjos políticos responsáveis pelo fim da Era Vargas. A operação da imagem se completa apenas se atamos o tempo (múltiplo) da história e o tempo da escrita. Está aí o germe, ou a atualização, da razão armada, que estará presente, da mesma forma, na ditadura militar em 1964.

“Sem debate”, a anulação evidente da política, qualquer potencial de dissenso é rapidamente suprimido em nome do “desejo comum”. E assim, o paradoxo é o efeito mais explícito e, ao mesmo tempo, o recurso que a crítica tem à mão:

- Bem, disse Rodolfo Ghioldi. Aceitou a resolução, naturalmente faria a greve como os outros; nenhuma vantagem, porém, nos traria. Esses movimentos nada significavam se não repercutiam lá fora, e nós estávamos isolados. Nenhum meio de chegar à massa, a interessar-se por nós, e assim buscávamos somente iludir-nos. A observação de Ghioldi causou-me vivo mal-estar. Resolvera-se, para não mostrar covardia, praticar uma tolice. Pensei na afirmação de Renato, vaga desconfiança mordeu-me. Assistiríamos apenas uma fanfarronada inconsequente ou haveria ali inimigos disfarçados? A suspeita iria prolongar-se, confirmar-se às vezes, outras vezes fazer-nos

---

<sup>416</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 220. (Grifos meus).

aceitar sem exame duras injustiças. Enleava-se, perplexo, quando Bagé voltou a gaguejar, a explicar-se entre avanços e recuos, mastigando o risinho mole e insignificante: a princípio a ideia lhe parecia boa, mas agora compreendia o erro e atacava-a. Ninguém a defendeu, outra decisão rejeitou-a por unanimidade. Essa reviravolta alarmou-me, de repente considerei o sufrágio coisa débil: afirmativas enérgicas, lançadas por duas ou três pessoas, bastavam para fingir um julgamento coletivo.<sup>417</sup>

O argumento de Ghioldi assegura a razão própria à política. O comentário de sua argumentação através do discurso indireto livre propõe, como sugerido, o uso virtuoso da retórica, agora sim em benefício comum. O substantivo “massa” é revestido de uma conotação realista, assume a imprecisão pertinente que o campo da política lhe atribui. A diversidade de disposição psicológica sugerida pela imagem vem corroborar o princípio da democracia literária. Do sentimento de abnegação do homem virtuoso à suposta conveniência, ou quem sabe uma simples defesa contra um real duro demais para tolerar, as intensidades e os sentimentos não pertencem, de antemão, a nenhuma posição previamente estabelecida.

A associação de Ghioldi ao Partido Comunista poderia sugerir alguma espécie de defesa ideológica. Afinal, o autor também pertencia formalmente ao quadro do Partido Comunista Brasileiro. Desde o início da redação do livro até sua morte, momento em que a obra é publicada, Graciliano participa efetivamente da organização.<sup>418</sup> Penso, entretanto, que a avaliação de um dos dirigentes do Partido nacional – o Miranda – desautoriza a leitura simplista. Acompanharemos o evento logo a seguir. No mais, o narrador nos rende a explícita desconfiança em relação ao mecanismo do sufrágio e à ideia de consenso que lhe pode ser associada. Rancière diz que a lógica consensual se equivoca sobretudo por pressupor “uma objetivação total dos dados presentes e dos papéis” distribuídos num determinado “corpo social”.<sup>419</sup> Assim, deixa de fora os “não contados” da comunidade, que apenas podem advir num movimento propiciado pelo dissenso, essa espécie de “conflito de configuração do mundo sensível”.<sup>420</sup> O consenso, por sua vez, “é um sistema perceptivo que identifica o povo político à população real e os atores políticos às partes do corpo social”. Esse

---

<sup>417</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 221-223.

<sup>418</sup> Dênis de Moraes reconstitui as circunstâncias da adesão de Graciliano ao PCB. Cf. MORAES, 1993, p. 206-219.

<sup>419</sup> RANCIÈRE, 1996 a, p. 179.

<sup>420</sup> RANCIÈRE, 1996 a, p. 173.

sistema se presta às pesquisas de opinião e ao controle ou à gestão dos negócios pela burocracia do Estado.<sup>421</sup>

Penso que, apesar da sucessão da imagem comentada, é o evento do embate entre Graciliano e o estivador Desidério o responsável por enterrar de vez a pertinência da categoria do “consenso” como sustentáculo da verdadeira democracia. Antes de discuti-lo, proponho um breve passeio pela configuração de dois importantes representantes do povo. Nesse caso, dois políticos militantes, envolvidos diretamente com causas reais da história política brasileira. No meio dos “homens do Pedro I”<sup>422</sup>, encontravam-se Agildo Barata e Desidério. Nesse mesmo tempo é que se dá a aparição de Miranda, pseudônimo usado por “Antônio Maciel Bonfim” na vida clandestina.<sup>423</sup>

Agildo Barata, Desidério e Miranda têm em comum o que hoje se identifica facilmente como signifiante da causa política. *Grosso modo*, dou aqui um sentido lato ao termo. Bem poderíamos entender isso como uma razão que se assume como sua, e, a partir daí, se passa a defendê-la. Ou ainda, uma posição que se toma em determinada querela. É o contexto da política que atribui à causa o princípio fundamental da justiça, ou, como vimos, a busca pela igualdade. Voltando aos companheiros de Graciliano, digo mais: eles são personagens paradigmáticas, que representaram, cada uma a seu modo, a história política nacional.

Uma constante marca o exame de Graciliano ainda nesse ponto da história: a ambivalência das imagens que delimita. Começemos por Agildo Barata.

A voz metálica de Agildo Barata nos arrepiou. Era um sujeito moreno, miúdo, insignificante, e parecia-me difícil que houvesse conseguido, preso, sublevar um regimento. A força dele se manifestava no olhar fixo e duro, na fala breve, sacudida, fria, cortante como lâmina.<sup>424</sup>

Agildo Barata era um velho conhecido de Graciliano. O tenente (na ocasião) foi um dos chefes militares responsáveis pela intervenção que consolidou a Revolução de 30 e implantou a República Nova. Atuou sobretudo nos estados do Nordeste. Em palavras duras, Graciliano já o havia apresentado à frente de um “piquete” com “mais

---

<sup>421</sup> RANCIÈRE, 1996 a, p. 179.

<sup>422</sup> Navio em que se transportavam presos.

<sup>423</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 281.

<sup>424</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 248-249.

dezesseis cretinos” que “fingiam querer” fuzilá-lo num quartel tomado em Maceió. Trata-se de uma lembrança dos acontecimentos de 1930.<sup>425</sup>

A história pessoal de Agildo Barata é marcada pelo signo do militarismo. Pagando tributo à história nacional, ele é um exemplo de participante do movimento que se convencionou chamar de “tenentismo”.<sup>426</sup> O próprio Graciliano designa de “país dos tenentes”<sup>427</sup> a circunstância que compreende uma relevante face do contexto histórico e cultural que as *Memórias* nos apresentam. O militante que ascendeu à patente de capitão frequenta a escola militar desde sua formação ginásiana. Por uma série de infortúnios – o principal é o fato de ter se tornado órfão muito jovem –, Barata se vê aos cuidados do irmão mais velho, um médico recém-formado que lutava contra os republicanos separatistas no Rio Grande do Sul. O contato com o ambiente militar na realidade é decisivo na formação do futuro tenente. É provável que fora nessa mesma época que ele teve às primeiras informações sobre a Coluna Prestes, à qual se integra mais tarde. Certamente seu percurso se assemelha a de muitos jovens com ímpetos de liderança e com simpatia à causa comunista da época. Agildo Barata é o mesmo tenente que participa do movimento que possibilita a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, e que combate, ao lado dos paulistas, o governo provisório que se sustentava até 1932. Adere, “em segredo”, e “por razões de segurança”, ao PCB apenas em fevereiro de 1935. Fato que desmente sua participação ao lado do partido no evento de 1930. No entanto, é essa mesma circunstância que lhe rende a represália por parte do ministro da guerra, Góis Monteiro. De início, é transferido para batalhão no Rio Grande do Sul. Em seguida, o resultado é o cárcere, que se estende por várias prisões, até 1945; incluído aí a Casa de Detenção, onde se depara com Graciliano.<sup>428</sup>

A plataforma utilizada para traçar o retrato de Agildo Barata ressalta as características fugidias de sua personalidade. Ela se permite a um exame mais seguro apenas quando vemos a personagem num momento singular. Trata-se do evento em que Barata coordena uma espécie de motim no Pavilhão. O que está em foco então é sua habilidade em coordenar a massa de companheiros. Reiterando a disposição que vem se desenhando, o saldo da imagem sugere ambivalência.

---

<sup>425</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 50-51.

<sup>426</sup> Sobre o assunto, remeto o leitor ao ensaio de Boris Fausto. Cf. FAUSTO, *A crise dos anos vinte*, p.22-39.

<sup>427</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 50.

<sup>428</sup> Para informações biográficas sobre Agildo Barata, ver: CPDOC/FGV. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*.

Naquela tarde, no cubículo, antes de lavar as mãos besuntadas, ouvi perto uns gritos finos. Cheguei-me à porta, vi a pequena distância Agildo Barata no passadiço, junto aos varões do parapeito, formulando uma arenga bastante arrepiada. A voz álgida não se detinha, derramava-se num fio invariável. Escutando-o, às vezes me assaltava a doida impressão de que o regato sonoro deixava de correr, era gelo cheio de arestas cortantes, onde se assanhavam aranhas caranguejeiras e outros viventes da umidade. Também me vinha à ideia um miar de gato comedido, vagaroso, a esconder mal as garras. Esses disparates – água tranquila, gelo, caranguejeiras, gatos – associavam-se, emprestando a Agildo uma personalidade estranha, complexa em demasia. Agora estava a alguns metros, na plataforma, escorrendo um protesto de maciez aguda. Calou-se – o ato surgiu. A corrente fluida estancou, exibiram-se os cristais do gelo, os olhos maus da caranguejeira e as unhas do gato.<sup>429</sup>

Através de uma leitura metonímica, Graciliano se permite deslizar na sonoridade do significante. Partindo de tal movimento, pretende, ainda que interceptado por metáforas estranhas (os “disparates”), atingir o núcleo da imagem que Agildo lhe suscita. E é nesse caminho que ele conduz o leitor. Agildo... “álgida”. “Fala breve, fria, cortante”. É a “voz álgida”, provavelmente manejada com uma perícia adquirida em anos de treino, que, por um momento, hipnotiza e congela o escritor. O leitor perceberá que talvez não seja exagero a opção pelo verbo. Essa espécie de balé, composto de observação, magnetismo e controle, acolhe bem os ingredientes metafóricos da “caranguejeira” e do “gato”, lembrando-nos assim da sensação de certo espanto e horror (ambíguos) provocada quando nos vemos, de modo inesperado, diante desses animais.

Nas palavras de Graciliano, “o caso era simples”.<sup>430</sup> Os presos haviam reivindicado, por meio do Coletivo, talheres decentes. Negado o pedido, foi essa a circunstância para o acontecimento que o narrador utiliza para apresentar o perfil de Agildo Barata.

Não nos deveríamos conformar, achava Agildo alinhando frases suaves e resolutas. Como as nossas razões não tinham produzido efeito, convinha no parecer dele, adotarmos a última. Finda a exposição curta, jogou o prato cheio no pavimento inferior.

Nem tive tempo de pensar. Entrei na célula, apanhei o jantar nojento, arremessei-o por cima do parapeito. Mais tarde uma pergunta me verrumou: como sucedeu que, tendo sido tão rápido a minha ação – entrar no cubículo, apanhar a boia, num

---

<sup>429</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 277-278.

<sup>430</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 278.

instante jogando no andar térreo – diversas criaturas houvessem feito o mesmo anteriormente?<sup>431</sup>

A associação da figura de Agildo Barata ao controle da massa é evidente. Pode-se desdobrar a constatação em algumas conjecturas. Graciliano utiliza a imagem de Agildo para criticar o contexto histórico-político que subjaz às *Memórias*? Nesse caso, o que estaria em jogo seria a função da figura do militar e a relevância deste durante o período. Vale observar, a título de comparação, a lucidez com que Boris Fausto sintetiza o tema do “tenentismo” e sua relação com o argumento que venho desenvolvendo, especificamente nesse trecho.

O tenentismo produziu uma inflexão na vida política brasileira, e deixou uma influência persistente, após ter desaparecido de cena em 1934 como movimento organizado. Nos anos vinte, tornou-se, para todas as camadas intermediárias e populares da sociedade, o grande depositário das esperanças de uma alteração da ordem vigente. Não há razões para se pensar que a massa operária por exemplo – nas condições de um movimento em depressão – deixasse de ser tocada por suas façanhas.<sup>432</sup>

A confiar na escrita de Graciliano, é curioso notar que a “palavra necessária”<sup>433</sup> de Agildo Barata tenha cooptado aparentemente mais do que a “massa operária” do Pavilhão.

No fecho de suas considerações sobre o capitão, o narrador abastece as questões desta pesquisa. Esboçando um saldo de toda a situação, ele diz: “Na verdade não recebíamos insinuação: havia ali uma equivalência de mando.”<sup>434</sup>

E assim, a sentença nos encaminha para a borda do centro nevrálgico da crítica empreendida pela escrita de Graciliano. É inegável sua ligação ao contexto histórico-político. Mas, vemos agora a abertura para a discussão que apreende a instituição militar como um mecanismo de controle. Mais uma vez, a consideração de Boris Fausto a respeito da relação travada, entre a elite e os tenentes, durante os anos turbulentos que antecederam a Revolução de 30 ilumina o contexto. A presença crescente dos militares nos centros decisórios, com o acolhimento da insatisfação da categoria, fazia parte de uma perversa economia. Na organização da máquina do governo, os militares representavam “a utilização da violência, associada a um programa de limitado

---

<sup>431</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 278.

<sup>432</sup> FAUSTO, *Caderno CEBRAP 10*, p. 30.

<sup>433</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 278.

<sup>434</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 279.

alcance”.<sup>435</sup> Afinal, o poder necessita de homens que saibam mandar, necessita de homens que saibam fazer a guerra, e que saibam matar. Impossível não perceber a semelhança com o contexto de controle policialesco que tomava conta do ambiente histórico direto das *Memórias*. Se os tenentes foram proscritos, por causa de sua inconveniência que buscava o poder ou apontava para injustiças, a “policia assassina” de um Filinto Müller<sup>436</sup> cumprirá bem o papel da violência organizada sob o controle do poder. Em outras palavras, trata-se da utilização localizada de uma tecnologia de controle.

Nesse ponto, a proposta de reversão do aforismo de Clausewitz, realizada por Foucault, ilumina o contexto de análise da escrita. Segundo o filósofo francês, “a política é a guerra continuada por outros meios”.<sup>437</sup> Com a virada, Foucault abre um caminho para o exame do “princípio de inteligibilidade do poder político” que prescinde tanto da teoria da soberania, com sua fundamentação jurídica em torno da “figura régia”<sup>438</sup>, quanto da clausura da “economização” de matriz marxista. A ideia de que o “poder se exerce em ato” orienta a crítica que empreendo no próximo capítulo.

Prossigamos na companhia de mais um militante. Graciliano dá a aparição de Miranda, no Pavilhão dos Primários, como lance que sucede a chegada dos “prisioneiros do Pedro I”.<sup>439</sup> O tom incerto com que trata da personagem não difere das informações históricas a seu respeito.

Sua biografia não difere, em essência, do trajeto dos homens ligados à política do tempo. A peculiaridade do percurso de Miranda fica por conta de sua origem camponesa e da ausência de uma formação militar. Mas o contato com instituições de representação popular, assim como a gradual aproximação do centro de esquerda da época – representado principalmente pelo partido comunista, e pela figura de Luís Carlos Prestes – marca sua história. Dando início à vida política num movimento de caráter revolucionário, na Bahia (sua região de origem), Miranda ascende à posição de Secretário-geral do partido nacional, vindo a trabalhar ao lado dos principais nomes da política.<sup>440</sup>

---

<sup>435</sup> FAUSTO, *Caderno CEBRAP 10*, p. 30.

<sup>436</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 367.

<sup>437</sup> FOUCAULT, 2010, p. 15.

<sup>438</sup> FOUCAULT, 2010, p. 41.

<sup>439</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 281.

<sup>440</sup> Para informações biográficas sobre Miranda, ver: CPDOC/FGV, *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*.

Num primeiro momento, o que se nota na apreciação relativa à nova personagem, é o destaque do tom apologético que a liga à causa do Partido Comunista:

[...] uma estranha personagem surgiu no Pavilhão. Antecedera-a a grande fama. Organizador de mérito singular, altamente colocado no Partido Comunista, homem de saber e tato, viera do campo, notabilizara-se pela experiência conseguida no interior. Alijando a teoria à prática, subiu rápido. Um dos mais notáveis influentes na sublevação de 1935.<sup>441</sup>

Ainda assim, o narrador informa que as notícias lhe despertaram uma expectativa verdadeira. Vêmo-lo, antecipadamente, comparar o novo companheiro à impressão positiva que a presença e as palestras de Ghioldi lhe provocavam.<sup>442</sup> Mas o breve contato com Miranda basta para Graciliano alcunhar o revolucionário de “profissional da bazófia”.<sup>443</sup>

A impressão que Miranda me deixou persistiu e acentuou-se no correr dos dias: inconsistência, fadiga, pimpanice. Vivia a mexer-se, a falar demais, numa satisfação ruidosa, injustificável. Incrível haver ganho fama, inspirado confiança e admiração. Com o tempo deixei de espantar-me, julguei entrever o mecanismo que impulsiona esquisitas celebridades vazias. O louvor de várias formas, em vários tons, cargas sucessivas de elogios, impressionam a massa, levam-na a enxergar numa personagem a grandeza conveniente. Virtudes escassas aumentam, desenvolvem-se até o absurdo, os defeitos esmorecem, obliteram-se. Prepara-se desse modo uma personagem destinada a figurar como síntese de qualidades alheias, voluntariamente ocultas. É um cabide onde se penduram os trabalhos de um organismo completo, nele se refletem a coragem, a firmeza, o talento, a paciência, dos outros. As ações dispersas do conjunto agregam-se, tomam corpo, individualizam-se – e isto lhes empresta autoridade. Supondo enaltecer uma pessoa, estamos na verdade a exaltar o grupo. Em público, medido, pesado, a expor falhas no comício e no jornal, facilmente um sujeito desce do pedestal onde o colocaram. Na ilegalidade, envolto em mistério, é possível aguentar-se, esconder insuficiências, cultivar algum mérito. O essencial é desconfiar das lisonjas, representar de olhos abertos e com o sangue frio o seu papel de símbolo; se se atribui valores

---

<sup>441</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 281.

<sup>442</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 281.

<sup>443</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 282.

duvidosos, se se enche de soberba, pode rebentar como um pneumático.<sup>444</sup>

O narrador sente a necessidade de justificar sua impressão a respeito da personagem. E para isso elenca as características que desaprova no militante: “inconsistência, fatuidade, pimponice”; “vivia a mexer-se, a falar demais, numa satisfação ruidosa, injustificável”. Sugere desacreditar como Miranda havia galgado uma posição de destaque no partido. Nesse ponto, a avaliação do revolucionário de 1935 adquire sua carga maior de ambiguidade. Parecendo, por vezes, subscrever uma ideia simplista de propaganda ideológica, uma ideia que concebe a ideologia como o princípio “do cimento”,<sup>445</sup> Graciliano expõe os meandros da política do partido comunista a um exame sem igual no seu tempo. Talvez sem esse propósito – sabe-se lá –, o comentário do perfil de Miranda presta-se à corajosa e lúcida crítica do poder político. A composição da personagem pode ser vista como a plataforma de reflexão sobre o desejo de reinstauração da aliança entre social e política, tendo como base um governo identificado com o povo?

A ligação que talvez o tempo histórico deixasse reprimida era a que ocorria entre o culto da personalidade do revolucionário Miranda<sup>446</sup>, a ideia da revolução popular como único caminho que levaria à justiça política e o partido comunista como instituição capaz de agregar as insatisfações e representar o Estado em sua totalidade.

Algum tempo depois, Claude Lefort enfrenta a relação entre a democracia e seu empuxo para o totalitarismo. Perfazendo a história do totalitarismo político, Lefort justapõe à formação do *stato totalitario* do fascismo sua espécie de cria maldita: o nazismo alemão. Para o desagrado da ortodoxa *intelligentsia* de esquerda, o filósofo adiciona a esse conjunto o Estado soviético, representado pelo partido comunista.<sup>447</sup> A tese do filósofo, sintetizada na ideia da “invenção democrática”, defende e situa essa forma de governo entre o contexto do declínio do Antigo Regime e a formação do estado totalitário, criação genuína do século 20. Quando avalia particularmente o contexto do Estado soviético, Lefort postula que, nesse caso, o totalitarismo tomou a cena política em decorrência do “desvio do socialismo”. A reinvenção permanente da

---

<sup>444</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 283.

<sup>445</sup> Cf. THOMPSON, 2000, p. 122-124.

<sup>446</sup> Vale lembrar que, em outro ponto das *Memórias*, Graciliano comenta o tom quase místico e religioso com que se tratava da figura de Luís Carlos Prestes no meio intelectual de esquerda, no Brasil. Cf. RAMOS, 2004, vol. I, p. 81-82.

<sup>447</sup> LEFORT, 1987, p. 70-72.

democracia, caracterizada por sua natureza revolucionária, e contestatória, seria o contraponto a um Estado que se erige como Uno.<sup>448</sup> Na perspectiva do autor, estaria a cargo de um socialismo verdadeiro possibilitar a organização efetiva do Estado democrático. Vejamos um recorte do comentário de Lefort a respeito da “lógica do totalitarismo”.

O que precisamos compreender é que sua força de atração não se mede por sua força real. O que o distingue e explica seu sucesso é a capacidade que tem de se identificar com a Revolução como movimento irreversível, como poder de ruptura radical com o passado e de fundação radical de um novo mundo, a capacidade que tem de condensar a reivindicação de uma transformação social com a de um saber absoluto sobre a história e a sociedade, enfim, a capacidade que tem de se conceber e de aparecer como o depositário da legitimidade e da verdade socialistas. Esses traços, rigorosamente ligados, dão-lhe uma figura singular e dão conta de sua influência sobre elementos que não têm formação política, nem cultura e sobre uma *intelligentsia* sem experiência dos problemas de organização e dos problemas econômicos.<sup>449</sup>

A primeira metade da década de 1930, assim como o instante que testemunha o recrudescimento da repressão – inclusive em que Graciliano é preso – consolidam, como bem lembra Faoro, a formação do “Estado forte” e a figura do “chefe ditatorial”. Porém, em termos estritamente teóricos e conceituais, a organização política depreendida desse contexto configura-se como um regime autoritário. Apesar de constatar que a implantação do Estado Novo tenha contado com inspiração de levas “germanófilas”, ainda assim, o governo que ali se desenvolve também é pautado pela organização autoritária. É certo, porém, que este período tenha sido o mais forte e principal flerte que a história política brasileira manteve com o totalitarismo. Boris Fausto lembra a alusão de Getúlio, logo após a implantação da ditadura, da “necessidade de dissolver todos os partidos para a constituição de um partido único”.<sup>450</sup> Ideia essa, porém, que não teve desenvolvimento. O historiador lembra ainda da recorrência de manifestações cívicas e “ritos” políticos – a queima de bandeira de estados divergentes do regime e a aparição pública mais amiúde do presidente – durante o período. O planejamento e o controle das atividades artístico-culturais e pedagógicas,

---

<sup>448</sup> LEFORT, 1987, p. 32-33.

<sup>449</sup> LEFORT, 1987, p. 80.

<sup>450</sup> FAUSTO, 2006, p. 91.

com a criação de institutos e órgãos específicos, são fatores, entre outros, que corroboram a impressão.<sup>451</sup> Pode-se pensar que a repressão posta em curso teria como objetivo a prevenção, com o devido enfraquecimento das forças adversárias, da possibilidade de se consolidar as bases de um partido forte do lado de lá. Fato este que não se sustenta como tal, e demonstra sobretudo a dissimetria das forças no que concerne ao cenário brasileiro.

Lefort já havia lembrado a desconfiança que o regime soviético vinha somando, desde o fim da guerra, entre “alguns indivíduos isolados” e entre “pequenos grupos revolucionários”. Ela girava em torno da formação de uma elite burocrática que se mantinha no centro de decisão, do número crescente de campos de concentração, além do culto de Stalin.<sup>452</sup> Somada às considerações acima, a reflexão do filósofo vem reforçar a percuciência antecipada de Graciliano. O autor atinava há tempos que “o louvor de várias formas, em vários tons, cargas sucessivas de elogios, impressionam a massa”.<sup>453</sup> Lembro-me da estranheza com que o autor descreve, a partir de sua visita ao país, o culto aos presidentes soviéticos, tanto do líder revolucionário Lênin quanto de Stalin.<sup>454</sup>

Graciliano reconhece na “fama” sustentada por Miranda o “mecanismo que impulsiona esquisitas celebridades”, assim como o “esboço do herói”.<sup>455</sup> Da mesma forma, aponta, através da conjunção organizada pelo símbolo, o reflexo “[da] coragem, [da] firmeza, [do] talento, [da] paciência, [de] outros”. É bem certo que se refira à instituição do partido, e assim, também, às suas múltiplas “intensidades”. A contradição da imagem se mantém. Seguindo a lógica de Lefort, o partido, representado por suas figuras cultuadas, seria o dispositivo responsável por saber ouvir, agregar e elaborar “a reivindicação de uma transformação social” vinda da massa. O risco, como vimos, é o da cristalização da demanda, o governo do desejo que impulsiona o social; ou seja, o fechamento do político.

Na escrita de Graciliano, a montagem operada com as imagens e com as palavras não segue esse caminho. É com a figura do homem designado como a própria noção de desejo que o autor alimenta a discussão a respeito da aporia da política.

---

<sup>451</sup> FAUSTO, 2006, p. 115-128.

<sup>452</sup> LEFORT, 1987, p. 71.

<sup>453</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 283.

<sup>454</sup> RAMOS, 2007 a, p. 53-58.

<sup>455</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 282.

O estivador Desidério é, nesse sentido, o paradigma do desejo – *désir*. Além disso, traz em seu nome, de acordo com o Houaiss, no sufixo que o forma (-io), a “matiz de coletivo”.

### 3.5. Desejo, *dissenso*, democracia

Desidério entra no espaço de visibilidade das *Memórias* através de uma descrição nada simpática de Graciliano. Ele é o “mulato ríspido, estrábico, bilioso” que compõe, junto com os militares Ivan Ribeiro e Roberto Sisson, o grupo que tentou fugir do navio Pedro I.<sup>456</sup> O comentário do narrador prossegue se referindo à circunstância. E assim, o discurso nos apresenta outra face da personagem. Sabemos, por seu intermédio, da atitude corajosa e altruísta do estivador. O caso se deu da seguinte maneira: o combinado era que, livres do navio, cada um se responsabilizaria por si em liberdade. Porém, no meio da travessia até a terra, Sisson, acometido de cãibras, ia se afogando. Desidério suspendeu o acordo e sustentou o companheiro de volta até o navio, dando prosseguimento à fuga.<sup>457</sup> O resultado da aventura, como se pode deduzir, foi o fracasso, por razões que escapam à reconstituição dos fatos. O feito ético do carregador passa quase despercebido. Tenho a impressão de que ele é um importante elemento que subjaz ao desenho da personagem.

Dos primeiros contatos com os novos companheiros, Graciliano recorta mais uma observação sobre o rapaz:

O estivador exibiu sem disfarces ódio seguro aos burgueses, graúdos e miúdos. Todos nós que usávamos gravata, fôssemos embora uns pobres-diabos, éramos para ele inimigos.<sup>458</sup>

A associação do “ódio” aos burgueses à identificação de classe corrente na época é imediata. Assim, Desidério representaria metonimicamente o proletariado do tempo, entendido como a classe de trabalhadores explorada? Retornarei à discussão sobre o tema da “classe”. É o próprio movimento do episódio que a reitera.

---

<sup>456</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 250.

<sup>457</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 250.

<sup>458</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 251.

Sabemos, por Rancière, que desde a antiguidade se reconhece como “princípio da política a luta entre pobres e ricos”. O reconhecimento era um passo fundamental no caminho de tentar anulá-la.<sup>459</sup> Na esteira desse informe, interponho uma proposição: o “estivador” Desidério assume a função do representante paradigmático do *demos*, dos pobres.

Rancière ainda nos conscientiza de que “a democracia não é primeiramente o nome de um regime político numa classificação objetiva de diferentes regimes, mas o nome de um desvio singular no curso normal dos assuntos humanos.” Segundo o filósofo, o termo não foi originalmente empregado pelos “democratas”, “mas [sim] por seus adversários para designar uma coisa para eles grotesca e impensável”<sup>460</sup>. Já comentei o perigo que o desejo desenfreado da massa representava para os simpatizantes da aristocracia e da monarquia. O evento da aparição de Desidério junto à personagem de Graciliano não permite sondar, em minúcias, a manifestação ou a defesa de um desejo próprio ou comum. Como se pode perceber, o acontecimento serve, de forma mais eficiente, como uma espécie de moldura, responsável por enquadrar as imagens que compõem o episódio do litígio. Assim, o evento suscita algumas questões: o ódio de Desidério aos burgueses instaura que tipo de relação com o *demos*? A que noção de *demos* seu sentimento se identifica? Como se pode perceber o “desvio do curso normal dos assuntos humanos”, no caso da metáfora política apresentada pela escrita?

Não me parece desprezível a ponderação de Graciliano que reconstitui o contexto de sua personagem: “Todos nós que usávamos gravata, fôssemos embora uns pobres-diabos, éramos para ele inimigos.” A consideração complexifica a ideia de classe que parece ser arrogada por Desidério. Vejamos algumas considerações sobre a noção de *demos*:

O *demos* é, de fato, um ser muito singular, um ser duplo. *Demos* designa uma parte da comunidade, os pobres, isto é, as pessoas sem importância, mas também, ao mesmo tempo, a comunidade em seu conjunto, a cidade política em sua totalidade. Sob essa palavra, portanto, uma parte da comunidade se identifica ao todo da comunidade. Define-se assim um cômputo da comunidade enquanto desigual a si mesma, enquanto diferente da soma das partes que a constituem. A comunidade política não existe em virtude da reunião dos indivíduos e dos grupos. Existe a partir

---

<sup>459</sup> RANCIÈRE, 1996, p. 26.

<sup>460</sup> RANCIÈRE, 1996a, p. 370.

da identificação primeira de seu todo a um nada. O todo da comunidade política como tal é o cômputo enquanto todo dos que não são nada.<sup>461</sup>

Talvez a lembrança dos títulos (*axiai*) da comunidade facilite a compreensão do comentário sobre o *demos*. Vimos que o título da “liberdade” (*eleutéria*) do povo é o responsável pela perturbação ou pelo “desvio do caminho normal” dessa “aritmética impossível”. Ele demonstra ademais a inadequação do pensamento que estipula valores autoritários e hierárquicos para se governar.

A liberdade dos pobres vem propor uma “igualdade diferente”, um incomensurável. Sem a riqueza dos *oligoi* (ricos) e sem a competência ou a virtude (*areté*), imprecisa e idealizada, dos homens de bem, restam-lhes transitar livremente pela cidade com a qual se identificam e que lhes acolhe. A presença do povo “sem importância” na cidade coloca em xeque tanto a aritmética das trocas mercantis quanto a geometria mais justa que define os títulos da comunidade. Ela apresenta o escândalo da igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro. Traz a inconveniência de qualquer um poder tomar a palavra numa assembleia. Ela apenas dá a conhecer a “pura contingência de toda ordem social”.<sup>462</sup>

Penso que, ainda que sem concordarem na discussão mais rasteira no que concerne à noção de “classe”, Graciliano e Desidério protagonizam o evento político por excelência das *Memórias*:

Houve eleição no Coletivo, e lá nos introduziram, a ele e a mim. Na primeira reunião levei cinco propostas. Lida a primeira, Desidério levantou o dedo e manifestou-se:

- Besteira.
- Como?

Estremeci, apertei as mãos com raiva. Anos atrás encolerizava-me facilmente, cegava, fazia imenso esforço para não me perceberem a zanga, a violência interior, movimentos dos punhos contraídos no desespero. Frequentemente explodia a fúria bestial e desmandava-me em desatinos que me enchiam de vergonha. Sentia-me fraco, bicho inferior, invejava as pessoas calmas, não conseguia iludir-me com a manifestação parva de coragem falsa. Às vezes me dominava, recompunha-me, a tremura desaparecia, os dedos se estiravam. Sinais de unhas nas palmas suadas, as juntas a doer; a respiração era um sopro cansado. Naquele dia a ira velha, recalcada nos subterrâneos do espírito, veio à luz e sacudiu-me: desejei torcer o pescoço do

---

<sup>461</sup> RANCIÈRE, 1996a, p. 370-371.

<sup>462</sup> RANCIÈRE, 1996, p. 30.

insolente. Na surpresa, recusei o testemunho dos olhos e dos ouvidos. Ter-me-iam dito a palavra rude? Estaria a censurar-me o bugalho torto e imóvel, a desviar-se de mim, zombeteiro, superiormente fixo na parede, num ponto acima de minha cabeça? O rombo sujeito, carregador de sacos, não seria tão grosseiro com uma pessoa habituada a manejar livros. Devo ter pensado nas conveniências amáveis e tolas, nas perfídias gentis comuns na livraria e no jornal.<sup>463</sup>

O discurso que antecipa a entrada das personagens no espaço de visibilidade oscila entre a impessoalidade e a característica coletiva. Assim, vemos a personagem-Graciliano e Desidério penetrarem no ambiente do Coletivo em posição igualitária. O narrador reconstrói a cena que capta o choque da personagem de Graciliano. A descrição do sentimento de raiva reproduz a primeira reação ao ser contestado por aquele, que até o momento do episódio, a personagem provavelmente julgava ser um indivíduo inferior, um simples “carregador de sacos”. Como não perceber aqui o respaldo numa lógica dignitária? A autobservação da resposta emocional gerada pelo conflito não consegue escamotear o tom belicoso que modula a velha lembrança: “Ter-me-iam dito a palavra rude? Estaria a censurar-me o bugalho torto e imóvel, a desviar-se de mim, zombeteiro, superiormente fixo na parede, num ponto acima de minha cabeça?”. Apesar do intervalo de anos em relação ao evento, o narrador não poupa palavras ofensivas ao compor a figura do trabalhador. A focalização do defeito físico e a alusão à atitude de impostura do estivador parecem querer realçar o aspecto grotesco de sua intervenção. Seria realmente simples estratégia retórica ou recurso de verossimilhança? Quando emparelhamos a descrição acima e a qualificação irônica que designa a personagem-Graciliano – “uma pessoa habituada a manejar livros” –, a cena se torna mais clara.

Interponho mais uma proposição. A montagem da cena do embate entre Graciliano e Desidério é o momento singular do dissenso. É esse o nome certo para o choque da personagem-Graciliano encenado pela imagem. Ela o enuncia claramente: “Na surpresa, recusei o testemunho dos olhos e dos ouvidos”. É através dessa “perturbação do sensível”<sup>464</sup> que se institui a “igualdade”: o princípio da política.<sup>465</sup>

- Como?

---

<sup>463</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 251.

<sup>464</sup> RANCIÈRE, 1996a, p. 372.

<sup>465</sup> RANCIÈRE, 1996a, p. 370.

- Besteira, confirmou Desidério. Para que serve isso? Para atrapalhar. Só para atrapalhar. O companheiro é um burocrata e está querendo meter dificuldades no trabalho.

Essa firmeza brutal esfriou-me a irritação, os escrúpulos vaidosos esmoreceram. Tentei defender-me, escorar-me em razões fracas, inutilizadas facilmente pelo estivador. Examinei as outras figuras do Coletivo: uma resistência muda indicou-me a vantagem de renunciar à discussão. O segundo projeto foi também fulminado. O terceiro agradou.

- Esse é bom, disse o vesgo.

E impediu-me expor motivos:

- Conversa. A gente está vendo que isso é bom. Não vale a pena estragar tempo. Vamos adiante.<sup>466</sup>

A igualdade da política verdadeira, porém, “não se inscreve diretamente na ordem social”.<sup>467</sup> A “literatura democrática” é a plataforma privilegiada através da qual se manifesta a “igualdade diferente” da política. Segundo Rancière, “o princípio da democracia não é a nivelção – real ou presumível – das condições sociais. Não é uma condição social, senão uma ruptura simbólica: a ruptura de uma ordem determinada de relações entre os corpos e as palavras, entre as maneiras de dizer, as maneiras de fazer e as maneiras de ser.”<sup>468</sup>

A imagem da contenda entre Desidério e a personagem-Graciliano salva ambos do estereótipo político. Ela os desloca da posição determinada de “pequeno-burguês” e de trabalhador explorado. Assenta-os, assim, num plano em que *demos*, povo, não significa simplesmente “uma condição social”, mas uma “posição no mundo”. Não é o mesmo que negar a luta de classes. É bem certo que o núcleo da política deriva, em todos os tempos, como vimos, desse acontecimento. O movimento agora é reconhecer no questionamento sobre a classe a motivação e toda a contingência que sustenta o litígio, móvel da política.

A construção dessa imagem ordena a discussão empreendida pela escrita das *Memórias*. Da incorporação do faxina tatuado aos perfis dos companheiros ordinariamente associados à política, a entrada de Desidério no espaço do Coletivo é decisiva para sua modulação democrática.

Não casualmente, o narrador encena o embate entre as personagens focalizando sobretudo (através dos fragmentos do diálogo direto) a enunciação do estivador. Ali, onde a política encontra a poesia é o que define um “ser que usa a palavra para

<sup>466</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 251-252.

<sup>467</sup> RANCIÈRE, 1996a, p. 372.

<sup>468</sup> RANCIÈRE, 2011, p. 27. (Tradução minha).

discutir”.<sup>469</sup> Ainda que limitado por essa espécie de moldura, através da qual se operacionaliza o desejo da personagem, a natureza política e democrática da cena é evidente. A incorporação do argumento de Desidério apresenta o “sensível” de uma “cena comum”.<sup>470</sup> Esse mundo comum criado pelo dissenso só existe por sustentar o conflito entre dois mundos diferentes. O dissenso não se dá entre parceiros já estabelecidos a discutir a respeito de questões particulares. Em primeiro lugar é preciso criar um mundo em que elas são argumentações. “Cumpro portanto fazer com que seja visto, e que seja visto como correlato do outro.”<sup>471</sup> É ao sustentar sua “firmeza brutal” no embate do Coletivo que Desidério se firma como um verdadeiro “sujeito político”<sup>472</sup>. A “potência da enunciação” do estivador – acolhida ademais pelos companheiros do Coletivo – dirime as veleidades de uma presumível concepção de política que a personagem de Graciliano alimentava em suas ficções. Ao constatar que suas “razões fracas” eram “facilmente inutilizadas” pela “alteridade amedrontadora” dos argumentos do estivador, Graciliano subscreve antecipadamente a natureza daquela razão “de atores ocasionais e intermitentes”, sempre vizinha do abismo e condenada a desaparecer. Assim Rancière ainda designa o dissenso.<sup>473</sup> O corolário da crítica continua iluminando a leitura do evento: “Quando uma razão desaparece, não se cai *ipso facto* no irracional. Cai-se numa outra razão”.<sup>474</sup> Cumpro acompanhar se essa razão está preparada para oferecer o que propunha. O efeito mais imediato desse exercício é a crítica.

As duas proposições finais obtiveram recusa unânime. Essa deplorável estreia varreu-me certas nuvens importunas: sempre me excedera em afirmações categóricas, mais ou menos vãs; achava agora uma base para elas. Evidentemente as pessoas não diferiam por se arrumarem numa ou noutra classe; a posição é que lhes dava aparência de inferioridade ou superioridade. Evidentemente. Mas evidentemente por quê? A observação me dizia o contrário. Homem das brenhas, afeito a ver caboclos sujos, famintos, humildes, quase bichos, era arrastado involuntariamente a supor uma diversidade essencial entre eles e os patrões. O fato material se opunha à ideia – e isto me descontentava. Uma exceção rara, aqui, ali, quebrava a monotonia desgraçada: o enxadeiro largava o eito, arranjava empréstimo, economizava indecente, curtia fome, embrenhava-

---

<sup>469</sup> RANCIÈRE, 1996, p. 13.

<sup>470</sup> RANCIÈRE, 1996, p. 13.

<sup>471</sup> RANCIÈRE, 1996a, p. 375.

<sup>472</sup> RANCIÈRE, 1996a, p. 377.

<sup>473</sup> RANCIÈRE, 1996a, p. 381.

<sup>474</sup> RANCIÈRE, 1996a, p. 382.

se em furtos legais, chegava a proprietário e adquiria o pensamento e os modos do explorador; a miserável trouxa humana, batida a facão e a vergalho de boi, resistente ao governo, à seca, ao vilipêndio, resolvia tomar vergonha, amarrar a cartucheira à cinta, sair roubando, incendiando, matando como besta-fera. Essas discrepâncias facilmente se diluíam no marasmo: era como se os dois ladrões, o aceito e o réprobo, houvessem trazido ao mundo a condição inelutável: pequenas saliências no povo imóvel, taciturno, resignado. Naquele instante a aspereza do estivador me confirmava o juízo. Lá fora sem dificuldade me reconheceria num degrau acima dele; sentado na cama estreita, rabiscando a lápis um pedaço de papel, cochichando normas, reduzia-me, despojava-me das vantagens acidentais e externas. De nada me serviam molambos de conhecimentos apanhados nos livros, talvez até isso me impossibilitasse reparar na coisa próxima, visível e palpável. A voz acre me ofendera os ouvidos, arrancara-me exclamações de espanto, abafadas nas preocupações do Coletivo: ninguém ali estava disposto a lisonjear-me. Aceitei o revés como quem bebe um remédio amargo. Afinal a minha opinião se confirmava.<sup>475</sup>

Proponho ainda algumas considerações a partir do acontecimento reconstituído pela imagem do embate. Primeiro: o evento amplia o horizonte de expectativa de Graciliano a respeito da noção de política. A inserção da cena do conflito com o estivador, marcada por um tom encenado de contragosto, é a constatação à revelia de que o campo da política se sustenta originalmente no princípio contraditório da democracia. Segundo: o plano da política é modulado pela ideia do desejo, como metonímia do social.

O narrador inicia o trecho acima lançando uma espécie de tese: “as pessoas” não se diferem “por se arrumarem numa ou noutra classe”, é a “posição” que lhes dá a aparência de superioridade ou de inferioridade. Como não ver na proposição o reflexo da lógica do projeto de uma filosofia política que busca regular sua racionalidade estabelecendo a relação entre a “ordem dos corpos” e as “divisões das ocupações” na comunidade?<sup>476</sup> Vale lembrar que, segundo Rancière, essa relação se inscreve no sensível da comunidade, estabelecendo, por sua vez, os modos de *fazer*, os modos de *ver*, e de *ser*.<sup>477</sup> Em termos práticos, ela estipula o seguinte: ao filósofo o direito de pensar e ensinar, ao artesão o direito de exercer seu ofício em prol da comunidade. No contexto das *Memórias*, poder-se-ia dizer: ao homem habituado a manejar livros a tarefa

---

<sup>475</sup> RAMOS, 2004, vol, I, p. 252.

<sup>476</sup> RANCIÈRE, 1995, p. 7.

<sup>477</sup> RANCIÈRE, 1995, p. 8.

de rabiscar propostas para a discussão na assembleia, ao estivador a função que lhe cabe: carregar sacos, ou algo que lhe valha. Como vimos, a democracia, e em seu encaixe a escrita, é a contingência em que se dá a perturbação dessa lógica.

As “discrepâncias” e as “pequenas saliências no povo imóvel”, às quais o narrador identifica a figura de Desidério, são movidas pelo desejo. Assim como o “enxadeiro” que resolve economizar e “criar vergonha” chegando à posição de senhor – e a figura de Paulo Honório se avulta –, ou a “besta-fera” que toma a cartucheira e sai roubando pelo sertão – agora a de Lampião –, é um complexo movimento do desejo que parece conduzir as mudanças.

Reencontro e subscrevo o texto de Renato Janine Ribeiro numa sintética e eficiente proposição. Comento-a em dois tempos: “A democracia é o regime do desejo”, e, “o desejo nasce do social”.<sup>478</sup> Como se pode deduzir, a tese é proposta quando o filósofo discute e nos demonstra como se deu a separação entre as instâncias da política e do social, durante a modernidade.

Aproprio-me dela por oferecer a oportunidade da reconsideração da ideia de desejo. Ao reiterar que “o social é, em seu cerne, da ordem do desejo”, Renato Janine Ribeiro propõe ampliar a concepção que lida com essa ideia tendo ainda como base o desejo desenfreado de bens, resgatado dos antigos. A inserção dos direitos sociais na ordem política atual extrapola a simples questão que se baseia na salvaguarda das “necessidades básicas”, como a alimentação, o transporte, a habitação e a educação.<sup>479</sup> Reportando-se a Oscar Wilde, o filósofo lembra o dito espirituoso do escritor irlandês que enuncia: “as coisas essenciais são as supérfluas”.<sup>480</sup> Tomando o mote como dispositivo crítico, o filósofo defende que, na contemporaneidade, a expressão do desejo em sua relação com o social encaminha-se na direção da busca pelo “conforto”. E o exemplo do menino pobre que assalta e mata por causa de um “tênis de marca” – fato real – é iluminador.<sup>481</sup> Seria dispensável argumentar o óbvio, mas o que está em jogo não é a violência e a ilegalidade – inadmissíveis – que marcam a maneira utilizada para a equiparação embusteira no espetáculo social. É preciso atingir o núcleo de sua significação, como propõe o filósofo. Renato Janine Ribeiro tem o objetivo de deslocar a compreensão da democracia que a concebe como simples desejo das necessidades. O perigo que a constitui guarda, assim, uma potência muito mais intensa. O exemplo do

---

<sup>478</sup> RIBEIRO, 2005, p. 44.

<sup>479</sup> RIBEIRO, 1995, p. 45.

<sup>480</sup> RIBEIRO, 1995, p. 46.

<sup>481</sup> RIBEIRO, 1995, p. 46-47.

menino pobre que assalta e mata pelo tênis de marca, semelhante, de certa maneira, ao exemplo do “ladrão réprobo” de Graciliano, vem marcar a natureza passional e perigosa da democracia. Mas é preciso ir além do óbvio. É preciso refletir sobre o fim que as ações buscam. Num mundo sem fronteiras, como o nosso, continuar ignorando que não existem demandas “invisíveis” custará um preço cada vez mais alto. Qualquer proposta que ignore a complexa equação do desejo, atinente ao sentimento de inveja e à sua relação com uma ideia de justiça refratária a critérios explicativos de ordem “natural”, alimenta o perigo de uma “explosão descontrolada de ressentimento”.<sup>482</sup> Tanto um exemplo quanto o outro – é o mesmo caso de Desidério – sinalizam o desejo da igualdade de reconhecimento em uma esfera existencial mais complexa.

Nesse novo espaço de circulação, não basta estar com o corpo suprido e em suposta segurança, o desejo demanda um platô de visibilidade de onde pode se ver e ao mesmo tempo de onde se pode ser visto. E talvez algo mais: há a elaboração de um desejo voltado para o exercício de uma potência singular. O desejo de potência de enunciar.

A constatação de que a “voz acre” de Desidério não era um simples rumor expressando emoções elementares, mas sim o *logos* encarnado que distinguia o útil e o que era justo, impõe-se a Graciliano como um “remédio amargo”. O estivador é lançado como síntese das múltiplas “intensidades”: uma espécie de célula da existência captada pela imagem.

Porém, em vista da igualdade entre temas e gêneros, e a partir da supressão de toda hierarquia de posições entre as ações da história e as posições sociais, a literatura democrática incorre num perigo. Assim como a violência ou o conflito extremado são perigos reais, advindos da máquina do desejo no horizonte da democracia política, a captura global das intensidades que constituem o corpo social pela escrita suscita o apagamento da fronteira entre a linguagem da arte e a vida qualquer.<sup>483</sup> Mas há uma precaução. A escrita moderna, a que o texto de Graciliano se encontra associada, toma, como sugerido por nosso autor, o rumo de uma “medicina ansiosa por diferenciar os regimes de intensidades”. Em tal terapêutica, “trata-se de definir uma saúde diferente para a escrita, e de construir um plano de igualdade formado por individualidades novas, elaboradas a partir da destruição mesma da máquina individual ou coletiva de

---

<sup>482</sup> ZIZEK, 2012, p. 49.

<sup>483</sup> RANCIÈRE, 2011, p. 30.

significar e de exaltar.”<sup>484</sup> Fazendo eco à teoria política mais lúcida, nesse movimento está implicada a demanda, apenas aparentemente paradoxal, de se introduzir no regime democrático o tema da coisa pública, a discussão a respeito do “comum”. Ao abrir mão da literariedade que a caracterizou nos primeiros experimentos modernistas, e junto dela das convenções estéticas da ficção, a escrita se livra, de lambuja, da clausura da fábula, podendo, assim, propor a nova relação entre visibilidade e palavra. Pode acolher ademais as “coisas sem razão”, resgatando-as do “império dos significados”.<sup>485</sup> Optando por essa relação peculiar com a linguagem, a escrita se afasta ainda de outra vertente da medicina do procedimento artístico, denominada de “perversa”, por Rancière: uma medicina que se arroga a medida da saúde em relação ao social, ainda que para isso precise distorcê-lo através de um procedimento que se mostrou em pouco tempo inócuo. O alvo de Rancière nesse ponto é a literatura realista-naturalista de Zola e dos irmãos Goncourt.

A primeira terapêutica, responsável por reabilitar essa população de personagens que se encontrava à margem, ou que não era contada pelo discurso literário, caracteriza a escrita das *Memórias*.

Desidério faz sua última aparição na história no instante em que é anunciada nova transferência de presos do Pavilhão dos Primários. O estivador compõe a lista de prisioneiros que devem ser remanejados. São, ainda, a firmeza e a pouca afeição à hipocrisia social que marcam sua atitude. O narrador focaliza a dureza com que Desidério responde à expectativa de que poderia se tratar na realidade de um primeiro passo para a liberdade. O comentário despropositado era a forma que um dos companheiros de cárcere arranjava para tentar lidar com a barbárie da situação.<sup>486</sup> O trecho é, além disso, o prenúncio agourento do destino que representava a Colônia Correccional.

---

<sup>484</sup> RANCIÈRE, 2011, p. 47..

<sup>485</sup> RANCIÈRE, 2011, p. 47.

<sup>486</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 320-322.

## 4. Estratégias I: *ordem do discurso*, escolas e prisões

Não há prisão pior que uma escola primária do interior.

Graciliano Ramos, *Infância*

Tencionariam corrigir-me na Colônia Correccional? Havia lá uma escola. Iriam meter-me nessa escola, coagir-me a frequentar as aulas dos vagabundos e malandros? O pensamento burlesco afastou-me para longe: imaginei-me vestido em zebra, folheando um caderno sujo, decorando a lição, cantando rezas e negócios patrióticos.

Graciliano Ramos, *Memórias do cárcere*

O acontecimento da prisão é o ponto central da escrita das *Memórias do cárcere*. Em torno dele se desenvolvem a viagem no navio *Manaus*, a estadia no Pavilhão dos Primários, e ainda um segundo momento de passagem pela Casa de Detenção; além, é claro, o internamento na Colônia Correccional. O relato desses episódios rendeu a pintura do inferno do *Manaus*, o contato com “aspectos inéditos da sociedade”<sup>487</sup>, bem como a singular experiência política do “Coletivo”.

Porém, a constatação esconde um perigo. Ele se vislumbra na cristalização potencial da leitura. Corre-se o risco da ancoragem do significado do intento da escrita. Seguindo essa lógica, ela se firmaria numa espécie de depoimento ou de denúncia das condições vivenciadas na prisão do governo de Getúlio Vargas. Estaria no horizonte da interpretação a ideia que liga de forma constricta o evento do encarceramento e a decisão de escrever sobre ele. Em outros termos, aproximam-se, quase de modo automático, as ideias de resistência, representante do ato da escrita, que se oporia, assim, ao poder,

---

<sup>487</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 151.

representado pelo aparato político, judiciário e policial do governo “revolucionário”. O mesmo governo que em pouco tempo se apresenta efetivamente como ditadura.

Seria inexato afirmar que a narrativa não tem relação com o contexto das prisões políticas, vividas durante a década de 1930 no Brasil. O leitor sabe bem da proximidade especial que o texto mantém com a história do tempo. O que proponho, contudo, é outra maneira de observar a escrita das *Memória*,; particularmente no que diz respeito ao tema da repressão política e de sua relação com o tema do poder.

Desenvolvo aqui o plano traçado logo no início do capítulo anterior. Lá tomei a escrita como um experimento reflexivo sobre a noção de política. Tinha como pano de fundo o ambiente e a experiência política do Coletivo. Segundo o esboço, cabe-me, portanto, prosseguir na crítica sobre a reflexão operada pela escrita: o propósito então é examinar a focalização do recrudescimento do controle policesco do governo préditorial de Getúlio Vargas. E é o cárcere na Colônia Correccional (entre mais diferenças do que semelhanças com a montagem dos campos de concentração nazistas<sup>488</sup>) que nos remete a um mencionado estado de coisas histórico. O contexto é o marco definitivo da mudança operada no questionamento sobre a política e a respeito do humano. O desdobramento da hipótese inicial aposta na continuidade do experimento democrático-narrativo frente à intensificação das estratégias de controle social.

Como veremos, essa é uma das etapas da crítica nesse tópico, que deve se voltar ainda para outro texto do autor.

Para dar continuidade ao exame, lanço mão de duas proposições, acessórias e complementares.

A contingência da prisão na Colônia Correccional, ao contrário do que se pensa, afasta, num primeiro momento, o exercício da reflexão do entorno do tema do poder. O que se opera no contexto depreendido da escrita parece ser, na realidade, a pura manifestação da violência. Na perspectiva que adoto para observar a questão, a violência pode, sim, bem ser apreendida como um “instrumento” ou um “efeito” da relação de poder. Não se apresenta, porém, como seu “princípio” ou sua “natureza”.<sup>489</sup> Sabemos, por Foucault, que, em contraponto à “relação de poder”, caracterizada sobretudo por ser uma “ação sobre a ação, sobre ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes, [...] uma relação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas; ela força, ela submete, ela quebra, ela destrói; ela fecha todas as possibilidades; não tem, portanto,

---

<sup>488</sup> RIBEIRO, 2012, p. 213-214.

<sup>489</sup> FOUCAULT, 1995, p. 243.

junto de si, outro polo senão aquele da passividade; e, se encontra uma resistência, a única escolha é tentar reduzi-la”.<sup>490</sup>

O comentário antecipa a disposição concernente ao interesse de me voltar para a perscrutação do tema do poder, discutido pela escrita. Nesse trajeto, a lição de Foucault será a linha mestra que guia o exame do feixe de elementos que caracteriza esse objeto, incontornável e “incorpóreo”<sup>491</sup>, denominado por ora de poder. Penso que seja necessário, por compromisso e responsabilidade crítica, enfrentar aqueles eventos equilibrados entre as relações de violência e a projeção de uma nova forma de poder, que vinha se configurando. Tendo como base a hipótese de que a escrita e a teoria refletem a respeito dessa conjunção, reitero o objetivo de discutir o potencial e a reciprocidade crítica entre os discursos. Antes de tentar o esclarecer, dou continuidade a esse breve plano de conduta para os próximos passos. Vejamos a segunda proposição.

Porém, de forma aparentemente paradoxal, a circunstância da prisão na Colônia Correcional problematiza o tema da organização do poder político e de sua racionalidade. O evento, assim como as congêneres experiências autoritárias e totalitárias ocorridas na Europa e na União Soviética, dispõem elementos para a fundação de um novo paradigma do poder político.

É, pois, na companhia de Agamben que se dará continuidade à crítica sobre o contexto que conflui política e poder. Em *O poder soberano e a vida nua*, o filósofo dá início à pesquisa que busca conciliar a transformação dos aparatos de controle social, observada por Foucault, e a análise das novas formas de organização do Estado, que se desenham na primeira metade do século 20, realizada por Hannah Arendt.<sup>492</sup>

O “campo de concentração” e as implicações políticas, éticas e jurídicas dele derivadas formam a figura em torno da qual gira a tese inicial de Agamben. Ele apresenta o “novo paradigma político” a partir da guerra. Numa imbricada discussão, que conta ainda com a colaboração de Benjamin, o filósofo italiano examina a relação entre os mecanismos de controle do sujeito, o uso estratégico do aparato jurídico, e toda a violência a ele inerente, bem como a consequente emergência de um “estado de exceção”, que caracteriza a arrumação política contemporânea.<sup>493</sup>

A linguagem é o elemento primário que subjaz de forma regular ao ambiente dessa discussão. É ela que permite ainda a conexão entre as elaborações teóricas e o

---

<sup>490</sup> FOUCAULT, 1995, p. 243.

<sup>491</sup> FOUCAULT, 1996, p. 58.

<sup>492</sup> AGAMBEN, 2010, p. 11-13.

<sup>493</sup> AGAMBEN, 2010, p. 27-29.

texto de Graciliano Ramos. Em Agamben, o exame dos antigos códigos romanos e o resgate da figura do *homo sacer* (alegoria basilar da noção de “vida nua”) são precedidos pela consciência da natureza “geral”, ou comum, de toda “norma jurídica”.<sup>494</sup> A linguagem, assim como a “soberania”, sustenta-se no fato paradoxal de estar dentro e fora de si mesma. O autor atribui a ciência dessa ideia a Hegel. E então, tomando-a como base, desenvolve o argumento que aproxima estruturalmente as dimensões da linguagem e a da lei.<sup>495</sup>

No traslado da Casa de Detenção para a Colônia Correccional, Graciliano toma contato com a prorrogação do “estado de guerra” acionada pelo governo de Getúlio Vargas. A notícia vem impressa no jornal comprado pouco antes da partida. O artilheiro jurídico é a justificativa que permite prolongar o exercício do poder em defesa da segurança nacional. Ele é, além disso, a repetição do uso soberano da lei em favor da manutenção do poder. Como dito anteriormente, em pouco tempo, ele se cristaliza no recurso legal que sustenta uma ditadura por cerca de quase uma década. O escritor não poupa disposição na ofensiva com que comenta a “ignomínia”. Como veremos mais à frente, aqui se encontra o embrião da crítica a um estado de coisas denominado de “ato canalha”. O narrador faz questão de apresentar os atores históricos por ele responsáveis: “Câmara prostituída [...] Guerra a quem, malandros? A quem, filhos de umas putas?”.<sup>496</sup>

Entre outros enfoques, pretendo demonstrar e discutir a reflexão operada pela escrita nesse ponto da história. Ainda que o episódio da prisão na Colônia Correccional não possa ser comparado ao contexto da indústria da morte instalada, por exemplo, pelo nazismo<sup>497</sup>, proponho que a narrativa que o apreende dispõe, de modo pioneiro, relevantes elementos que despertam a reflexão sobre o estado de exceção. Digo mais: as imagens armadas pelo narrador, quando esse se volta para o evento do cárcere na Colônia, apresentam o drama que guarda bastante semelhança com um conjunto de circunstâncias que vêm a ser paulatinamente descritas, por Foucault, em tempo posterior. Sabemos que o trabalho do filósofo, pautado no escrutínio das maneiras de

---

<sup>494</sup> AGAMBEN, 2010, p. 27.

<sup>495</sup> AGAMBEN, 2010, p. 28.

<sup>496</sup> RAMOS, 2004, vol. II, p. 34.

<sup>497</sup> O trabalho de Agamben é um bom exemplo atual em que se pode tomar contato com as condições e com a reflexão sobre as circunstâncias dos campos de concentração e de extermínio nazistas. Cf. AGAMBEN, *O que resta de Auschwitz*, 2008 a,

“objetivação” do ser humano através de “mecanismos de sujeição” social<sup>498</sup> – da linguagem, dos esquemas topográficos às “normas” – está inserido no espaço político, que em Foucault toma a forma singular da “biopolítica”. É através das considerações a respeito do seu correlato, o “biopoder”, que, penso, pode-se lançar luz mutuamente sobre a escrita das *Memórias* e a teoria.

Agamben apenas pode propor a tese do “campo” (metonímia do “estado de exceção”) como novo paradigma político por ter atravessado o projeto filosófico de Foucault. Na companhia de Benjamin, de quem toma emprestada a noção de “vida nua”<sup>499</sup>, e de Arendt, que lhe abastece da argúcia para perceber, no calor da hora, as mudanças na estrutura político-social, Agamben pode dar continuidade ao projeto que teria ficado “inacabado”, por causa do desaparecimento de Foucault. É uma espécie de emulação respeitosa que orienta o exercício de um dos mais competentes leitores do filósofo do biopoder. Tarefa essa que não pode prescindir de qualquer dos elementos da rede conceitual já tecida,

Esse contexto reflexivo nos impõe, assim, a análise das etapas que precedem a problematização da ideia do “estado de exceção”; tanto a realizada pela escrita quanto a operada pela teoria. Como vimos, o que está em jogo nesse debate é o modo de manifestação do elemento primordial que o dinamiza. Lembro ao leitor que me referi, há pouco, à estratégia de Agamben de aproxima as estruturas da “soberania” e da linguagem. Ambas seriam revestidas de caráter paradoxal por estarem ao mesmo tempo dentro e fora de si mesmas. A soberania prescreve a lei a que pode eventualmente se sobrepor, quando da necessidade de assegurar o poder, restabelecendo-a, portanto, ao sabor da contingência. Ou seja, a soberania é ao mesmo tempo a fundação da lei e a possibilidade, estratégica, de sua suspensão. Quanto à linguagem, essa espécie de soberania-mor, ela é o domínio incontornável que se encontra presente, de modo apriorístico, em qualquer acesso ao real. “A linguagem é uma legislação, a língua é seu código”<sup>500</sup>, Barthes enuncia na aula introdutória no Collège de France. Não por acaso, num contexto em que discute a relação entre a literatura e o poder, bem como o papel do intelectual na atualidade, o crítico emenda: “a língua, como desempenho de toda linguagem, não é nem reacionária, nem progressista: ela é simplesmente: fascista: pois o

---

<sup>498</sup> FOUCAULT, 1995, p. 231-232.

<sup>499</sup> AGAMBEN, 2010, p. 176....

<sup>500</sup> BARTHES, *Aula*, p. 12.

fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer”.<sup>501</sup> A asserção é precedida do exemplo que constata a impossibilidade de emitir um predicado sobre qual objeto for sem se lançar mão do sujeito gramatical. E com toda a semelhança com a afirmação de Graciliano, de que a repressão não impedia a expressão artística, além do encontro, num mesmo espaço temporal<sup>502</sup>, do foco crítico das teorias com que venho dialogando, a discussão ainda suscita algumas questões: o que a língua, encarnação da lei da linguagem, obriga a dizer? De que ordem é esse poder da linguagem?

É nesse mesmo ambiente de reflexão sobre a propriedade “ontológica” da linguagem que retomo a companhia de Foucault para atravessar o texto de Graciliano. Afinal, o narrador das *Memórias* já enunciava, num coro com as teorias da linguagem, que havia algum limite – para a escrita – que escapava à “lei e [à] gramática”.<sup>503</sup> E ali, nessa fresta, era possível se mexer. Havia, portanto, uma possibilidade; o que, em consequência, nos tira de uma situação de absoluta violência. Nessa simples enunciação introdutória da obra, encontra-se o emblema estético-político que caracteriza a função da escrita.

Como se pode perceber, a “prática da escrita” – definição de literatura proposta por Barthes, e também por Rancière, em seu enalço – é indissociável de uma prática política. Ademais a literatura, sobretudo na modernidade, é uma espécie de “função existencial”; uma possível “ocupação” de um corpo político inserido na comunidade. Ocupação essa, porém, como vimos, marcada pelo ato crítico: causa da perturbação do arranjo preestabelecido entre a “ordem do discurso” e a “ordem dos corpos”.

Foucault denomina de “doenças do poder” as experiências totalitárias do “fascismo” e do “estalinismo”.<sup>504</sup> Agamben, por sua vez, vislumbra no efeito da instalação da máquina de governo nazista a emergência de um estado de exceção: regra do jogo político a partir desse ponto. Penso, porém, que a discussão sobre o tema do poder na escrita de Graciliano não se restringe à apresentação da circunstância concreta da prisão na Colônia. Ela permite ainda a reflexão a respeito do estado de exceção e a problematização de uma “ordem nova” política<sup>505</sup>, que tendo a aproximar das elaborações acerca do biopoder. O desenvolvimento desse raciocínio nos encaminha

---

<sup>501</sup> BARTHES, *Aula*, p. 14.

<sup>502</sup> Refiro-me às experiências totalitárias, no século 20.

<sup>503</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 37

<sup>504</sup> FOUCAULT, 1995, p. 232.

<sup>505</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 179.

para um percurso que busca lançar luz sobre os elementos que formam a rede explicativa concernente a esse campo.

Foucault localiza a compreensão da ideia de poder fora dos limites do ordenamento jurídico e do “economismo” do tipo marxista. Ou seja, o poder, na perspectiva de sua teoria descritiva, não é algo de que se tem a posse – como a força de produção ou a mercadoria – ou mesmo aquilo que se pode assumir como efeito de um “contrato”.<sup>506</sup> É, por outro lado, o exercício da possibilidade de uma influência, a influência sobre a ação de outrem. Caracteriza-se por uma “relação de forças”, que age sobre a ação do outro. Nas palavras do filósofo:

O exercício do poder não é simplesmente uma relação entre “parceiros” individuais ou coletivos; é um modo de ação de alguns sobre outros. O que quer dizer, certamente, que não há algo como o “poder” ou “do poder” que existiria globalmente, maciçamente ou em estado difuso, concentrado ou distribuído: só há poder exercido por “uns” sobre os outros; o poder só existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreva num campo de possibilidade esparsa que se apoia sobre estruturas permanentes.<sup>507</sup>

O corolário do argumento nos remete à ideia de poder como relação, ou seja, o poder “se manifesta”, assim, na contingência concreta, através das “relações de poder”.<sup>508</sup> As relações de poder se dão nesse espaço denominado por Foucault de “campo de possibilidade”.<sup>509</sup> É nele que se desenvolvem as “estratégias” através das quais elas são deliberadas ou simplesmente materializadas. O que em síntese caracteriza uma estratégia é o seu emprego dirigido a um fim estabelecido. Trata-se, no caso, da “objetivação” (racionalização) do agir: ele se volta para o controle da ação de outra pessoa ou de outro grupo. Certamente é nesse espaço, semelhante ao próprio campo de ação social, que se podem observar as conexões com “as estruturas permanentes”, apoio das emanações do poder. Porém, a que Foucault se refere quando trata de “estruturas permanentes”? Há evidências bastante claras para afirmar que não se refere a mesma ideia que foi usada para caracterizar uma série heterogênea de pesquisas realizadas na

---

<sup>506</sup> FOUCAULT, 2010, p. 13-15.

<sup>507</sup> FOUCAULT, 1995, p. 242.

<sup>508</sup> FOUCAULT, 1995, p. 242.

<sup>509</sup> FOUCAULT, 1995, p. 242.

mesma época em que Foucault desenvolvia seu trabalho.<sup>510</sup> Ao refutar a ideia de uma “providência pré-discursiva”<sup>511</sup>, sublinhando a dimensão da “ordem da lei” que caracteriza o discurso<sup>512</sup>, o filósofo define as coordenadas que traçam o campo em que inscreve sua pesquisa. Com a ponderação, Foucault descarta o aparato metafísico de uma lógica matemática a guiar a vida, optando pelo limite de uma espécie de “empirismo cego” – como ele próprio se referia a seu trabalho – atento à materialidade do discurso como acontecimento, assim como aos demais “procedimentos” de controle social.

Deve-se buscar na interseção entre discurso e lei o ponto privilegiado do “diagrama” que apresenta as relações de poder. Dele partem as linhas que perpassam os elementos do “sujeito”, das “instituições”, das “disciplinas”, dos “procedimentos” e das “tecnologias de controle”. Convencionou-se, no trabalho que comenta a obra de Foucault, a reunir tais elementos sob a categoria, proposta pelo próprio autor, do “dispositivo”.<sup>513</sup> É importante considerar que, além do aspecto discursivo, o “dito” – com as “decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos” –, a “rede” que forma o dispositivo agrega também o “não-dito”. Foucault nos lembra do exemplo das “estruturas arquitetônicas”<sup>514</sup>, numa referência às instituições da escola e da prisão, analisadas em *Vigiar e punir*. Fato que corrobora o caráter imbricado das estratégias de controle que o definem.

A cena primária, que flagra o acontecimento que transforma o “ser humano” num “sujeito”, base do argumento de Foucault, é que também me interessa. É o próprio autor que nos informa que a motivação de sua pesquisa nunca foi compreender ou estudar o fenômeno do poder. Ao contrário, seu objetivo era “criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa sociedade, os seres humanos tornaram-se

---

<sup>510</sup> Em *A ordem do discurso*, Foucault instiga, numa emulação nada velada, “os que têm lacuna de vocabulário” a afirmarem que o programa que ele apresenta para o curso no Collège de France era o mesmo que se produzia sob o nome de “estruturalismo”. O filósofo se escora no efeito vislumbrado – a “rarefação da afirmação” – que a análise do discurso por ele proposta acarretaria, em contrapartida à “monarquia do significante”. Cf. FOUCAULT, 1996, p. 70.

<sup>511</sup> FOUCAULT, 1996, p. 53.

<sup>512</sup> FOUCAULT, 1996, p. 7.

<sup>513</sup> O termo aparece formalmente em *A vontade de saber*. Cf. FOUCAULT, 2010b, p. 85. Remeto o leitor ao texto de Agamben que discute a categoria, tendo o escopo da obra como base. Aponto, ainda, um texto breve de Silvano Santiago em que o crítico discorre acerca do termo. Cf. AGAMBEN, 2009, p. 25-54; SANTIAGO, 2010, s.p.

<sup>514</sup> FOUCAULT *apud* AGAMBEN, 2009, p. 28.

sujeitos”. Logo, o foco se encontrava nos “modos de objetivação que transformam seres humanos em sujeitos”.<sup>515</sup>

Reduzido a um esquema simples, esse percurso nos leva das pesquisas sobre uma “gramaire générale” à descrição dos aparatos de disciplina implantados durante o século 18 – polícia, sanatórios, prisões.<sup>516</sup> Soma-se a esse conjunto a análise das instituições que ganham vulto e dominam a chancela do discurso da “verdade” – como a medicina, o direito e as instituições escolares. É conhecida a fórmula – “poder-saber”<sup>517</sup> – que aproxima o desejo de controle e a vontade de saber; peculiarmente revestida, no Ocidente, da “vontade de verdade”.<sup>518</sup> Nesse arranjo, presenciamos o que Foucault identifica como o período da transformação de uma forma de “poder disciplinar”, identificada ao ambiente do ocaso da ideia de soberania associada ao corpo régio, em “biopoder”. Tendo suas bases traçadas no século 19, ele se desenvolve efetivamente durante o período das guerras. Trata-se do tempo em que a preocupação com o “controle dos corpos” e das “almas” transfere-se para a vigilância e para a programação social; agora, o que está no alvo do poder é a “espécie humana”, a decisão sobre a própria vida biológica. É o contexto dos governos totalitários, particularmente o fascismo e o nazismo.

Retorno enfim ao ponto de confluência com a escrita de Graciliano. E reitero as questões que nos impõem um desvio programado em nosso trajeto. A questão principal gira em torno do poder da linguagem. Emparelhada à noção de estratégia da escrita política, ela suscita automaticamente o tema da “resistência”, abordado também por Foucault. Reservo o problema para o próximo capítulo. Impõem-se afinal a análise e a crítica das circunstâncias do poder da linguagem. Encaminhamo-nos então para a “ordem do discurso”, termo este que, penso, apresenta eficientemente o ambiente de confluência dos elementos com que venho lidando.

Lembro que propus que as várias etapas da prisão serviram de base à reflexão. Em primeiro lugar, sobre o sujeito, que se travestia na figura do autor; às vezes retratado como personagem e assumindo, ao mesmo tempo, a posição do narrador. Fato que, em minha opinião, granjeia o reconhecimento da maestria do projeto singular das *Memórias*, equilibrado entre o apuro estético e a renovação reflexiva sobre a potencialidade do discurso literário. Em seguida, postulei que a experiência do Coletivo

---

<sup>515</sup> FOUCAULT, 1995, p. 231.

<sup>516</sup> FOUCAULT, 1995, p. 231.

<sup>517</sup> Cf. DELEUZE, 2005, p. 83-87.

<sup>518</sup> FOUCAULT, 1996, p.14.

serviu de subsídio para o experimento reflexivo a respeito da racionalidade política. Ou seja, estamos, assim, na mesma trilha que critica formas específicas de “racionalidade”. Entretanto, a proximidade das noções de sujeito, de discurso e do conceito de lei, que gira em torno de ambas as categorias, nos propõe um desvio necessário. Menos por casualidade, e sim pela semelhança dos objetos que analiso, a noção de poder, como a esbocei, se impõe em forma de questionamento. A complexificação que essa rede de elementos propõe deve nos encaminhar por ora para outra narrativa. Penso que a escrita de *Infância* (1945) é um ponto de observação, na obra de Graciliano, que não pode deixar de ser examinado quando está em discussão a problemática que reúne as categorias da linguagem, da subjetividade (ou da racionalidade), a da política, e sobretudo a noção de poder. Portanto, as próximas análises se dividem entre o exame da narrativa que reconstitui a experiência do *infante* e, num segundo momento, o retorno à avaliação das circunstâncias da prisão na Colônia Correcional.

A hipótese sobre a perturbação da preestabelecida relação entre a “ordem do discurso” e a “ordem dos corpos” continua guiando a perspectiva da análise. Espero poder demonstrar que o contexto da infância capturado pela memória nos oferece um privilegiado recorte do diagrama que constitui as relações de poder às voltas com a ordem do discurso e com a emergência do sujeito em sua relação primária com a língua. Ademais, são os ambientes políticos elementares da família e da escola que dispõem, de maneira quase empírica, as imagens dos primeiros adestramentos com o alfabeto e as condições históricas que envolvem os rudimentos do juízo ético e moral. Elementos fundamentais à escrita que reconstitui a inserção da criança num ambiente em que realiza suas primeiras experiências econômicas<sup>519</sup>: afetivas, sociais e sexuais. Adentremos na *infância* do narrador e na dimensão “microfísica”<sup>520</sup> das relações de poder que a constituem.

---

<sup>519</sup> Remeto o leitor ao texto de Agamben que comenta o conceito de “dispositivo”, de Foucault. Partindo de uma análise filológica do termo grego *oikonomia*, o filósofo nos conscientiza de sua tradução, na cultura latina primeira, por “dispositio”. Conforme o autor, o conceito proposto por Foucault é tributário dessa base, jurídica e religiosa, que o caracteriza. Cf. AGAMBEN, 2009, p. 37-38.

<sup>520</sup> FOUCAULT, 2010a, p. 29. ,

#### 4.1. *Infância*, o visível e o dizível, a escola

“Não é exagero dizer que todo dispositivo é um mingau que mistura o visível e o enunciável”.<sup>521</sup> Digo, por minha conta, que talvez não seja possível ser mais claro do que Deleuze foi ao comentar a teoria do poder em Foucault. É curioso que o filósofo enuncie a frase acima num contexto em que discorre sobre os aparatos de controle da prisão. Mais especificamente, num trecho de seu texto em que está a discutir o livro que trata primordialmente das tecnologias da disciplina – *Vigiar e punir*.

Recorto-a por que ela guarda uma incrível semelhança com a narrativa de *Infância*. Observe como a perspicácia do argumento do interlocutor de Foucault ilumina o trecho inicial da narrativa:

A primeira coisa que guardei na memória foi um vaso de louça vidrada, cheio de pitombas, escondido atrás de uma porta. Ignoro onde o vi, quando o vi, e se uma parte do caso remoto não desaguasse noutra posterior, julgá-lo-ia sonho. Talvez nem me recorde bem do vaso: é possível que a imagem, brilhante e esguia, permaneça por eu a ter comunicado a pessoas que a confirmaram. Assim, não conservo a lembrança de uma alfaia esquisita, mas a reprodução dela, corroborada por indivíduos que lhe fixaram o conteúdo e a forma. De qualquer modo a aparição deve ter sido real. *Inculcaram-me nesse tempo a noção de pitombas* – e as pitombas me serviram para designar todos os objetos esféricos. Depois me explicaram que a *generalização* era um erro, e isto me perturbou.<sup>522</sup>

Do lado de Graciliano, a argúcia concernente à relação do ser vivente com a linguagem, rede constituinte da memória, é assombrosa. É certo que o relato que se propõe a reconstituir a experiência da criança que ainda não fala (o infante) ultrapassa o limite da discussão restrita ao tema do poder. A hesitação do narrador<sup>523</sup>, que desconfia da “imagem, brilhante e esguia”, discorre, na verdade, a respeito de uma concepção singular da relação entre o visível e o enunciável. Trata-se de uma relação originária, testemunha da natureza da atividade do pensamento. Ela trata também das possíveis relações entre a linguagem e o real. Para ratificar a imagem, o narrador tem que lhe

---

<sup>521</sup> DELEUZE, 2005, p. 48.

<sup>522</sup> RAMOS, 2011, p. 9. (Grifos meus).

<sup>523</sup> Cláudio Leitão já havia notado a importância estrutural da “técnica” do narrador hesitante para a narrativa memorialista. Cf. LEITÃO, 2011, p. 271-272.

assegurar o *status* da diferença: assim, é bem provável que ela seja a “reprodução” do referente, a “aparição” de um vaso vidrado cheio de frutos típicos da região.

“Certas coisas existem por derivação e associação; repetem-se, impõem-se – e, em letra de forma, tomam consciência, ganham raízes”.<sup>524</sup> A concepção inextricável de memória e de pensamento, indissociáveis, no autor, da ideia de escrita, adquire toda sua potência e clareza ao misturar, num “mingau” bem particular, os elementos da imagem, do outro e da palavra.

A hesitação é ainda uma maneira de marcar a natureza controladora da linguagem. De certo modo serve à confirmação da estreita relação entre o saber e o poder. Em outros termos, seria a consciência da apropriação da língua como aparato de controle, como dispositivo. A “reprodução” da “lembrança” da “alfaia” cheia de pitombas é “corroborada por indivíduos que lhe fixaram o conteúdo e a forma”. Acompanhando a explicação, sabemos que foi nessa época que “inculcaram” à criança a “noção de pitomba”. Por um tempo, a fórmula lhe serve para designar todo objeto esférico. Logo ela precisa ser reformulada: a criança se depara com a árvore carregada de frutos redondos e com o novo signo que designa a “laranja”.<sup>525</sup> No presente da história, o enunciado é a reconstituição do procedimento inadequado. Ele se refere à “generalização” inexata do nome da fruta e à imposição da diferença dos signos, característica do jogo da linguagem. O desvio no método do adestramento linguageiro é vivenciado com alguma perturbação.

A escolha dos verbos – fixar, inculcar –, definidores da ação dos indivíduos que intermedeiam as primeiras relações da criança com a língua, não me parece casual. No decorrer dessa cena primária, que captura o menino, de “dois ou três anos”, para dentro da comunidade dos falantes, vislumbram-se outros elementos envolvidos nas relações de poder-saber. O primeiro capítulo do livro – Nuvens – permite que se tome contato com aqueles “indivíduos” que exercem a função de incitadores da transformação do “pequeno animal”, como o próprio narrador caracteriza a personagem que o representa na infância, no sujeito que se torna depositário da lembrança. As figuras do pai e da mãe, “entidades próximas e dominadoras”<sup>526</sup>, se sobressaem. Mas se vê, além da descrição dos progenitores, o esboço das personagens que vão acompanhar o percurso da infância. A memória conserva ainda a imagem de “um velho de barbas longas”, que

---

<sup>524</sup> RAMOS, 2011, p. 27.

<sup>525</sup> RAMOS, 2011, p. 10.

<sup>526</sup> RAMOS, 2011, p. 12.

coordena o exercício da “soletração” numa “pequena escola primária da roça”. Vemos, em sua companhia, as duas irmãs do menino: uma mais nova, “legítima”, mera “insignificância”, e a irmã “natural”, Mocinha, personagem de destaque no tempo da infância. Em sua esteira, seguem outras personagens que compõem o núcleo do grupo em que a criança se desenvolve. E ali se encontram os parentes próximos, entre os quais um tio que estava de passagem, além dos avós. Ligados a eles se veem os agregados, Amaro, vaqueiro; José Baía e sinha Leopoldina. A sequência de cenas que capta “as mais antigas recordações do ambiente” em que o menino se desenvolve passa-se principalmente na “vasta sala” da “escola primária”, alargada pelo restrito foco da criança pequena. O recinto serve de pouso à família que se deslocava da pequena cidade em Alagoas para a região rural de Pernambuco. Agrupam-se assim os elementos basilares apresentados no primeiro capítulo do livro.

Subscrevendo o apontamento certo de Cláudio Leitão, que vê a composição dos capítulos introdutórios dos livros de Graciliano como prefácios camuflados<sup>527</sup>, nota-se ainda em “Nuvens” a presença especial que o pai e a mãe ocupam nas lembranças. Sabemos que ele é a pessoa responsável por induzir e acompanhar, até certo ponto, os primeiros exercícios de leitura do menino. A narrativa lhe reserva o posto, direto e indireto, de protagonista em alguns relatos – Um cinturão, Leitura, Os astrônomos, Venta-romba. A mãe, por sua vez, aparece ainda nesse capítulo como a pessoa que lhe desperta a atenção para os aspectos da linguagem. É ela quem implica com a prosódia e com as palavras alheias, diferentes das usadas no ambiente da casa. É, além disso, a protagonista da mais tenra lembrança do contato com a fábula da história do “papa-hóstia”: enredo de cunho anticlerical que era mastigado dos quatro grossos volumes que vivia a manejar.

Esse poder ao mesmo tempo “fragmentário e sinóptico”<sup>528</sup> do relato introdutório incita à proposição de uma primeira hipótese de análise. Início com a tentativa de alocar os elementos da imagem inicial, e de seu desdobramento, nos devidos lugares de um possível diagrama. Apostando na hipótese do surgimento do sujeito rudimentar da criança, que manipula seus primeiros signos linguísticos, abre-se um horizonte que propicia a reconstituição das condições históricas do acontecimento. Se o sujeito é a criança que testa a validade do nome da coisa, temos, por conseguinte, a língua como tecnologia de sujeição e o adulto – pai, mãe, avô, tio, um agregado? – como o agente,

---

<sup>527</sup> Cf. LEITÃO, 2003, p. 23-24.

<sup>528</sup> LEITÃO, 2003, p. 45.

“instrumento”, do poder disciplinar. Estamos diante do “sistema de diferenciações” através do qual o poder se manifesta.<sup>529</sup> Conforme Foucault, ele se materializa em variadas maneiras: diferença de riquezas, diferenças linguísticas, de *status* social, de apropriação da produção, inclusive a de idade, entre adultos e crianças.

Por uma coincidência que parece dispensar a natureza do acaso, sujeito, agente do poder e tecnologia de controle agrupam-se taticamente no espaço da escola. O imóvel improvisado no meio do sertão é apenas o primeiro de uma sucessão de estabelecimentos do gênero que vão marcar a infância do menino. Dos três espaços delimitados da experiência daquele tempo – a fazenda em Pernambuco, a vila em Buíque, e Viçosa, em Alagoas – a escola funciona como uma espécie de significante mestre que modula, desde o início, a relação do menino com as instâncias do poder. Especialmente o contexto que se refere à relação da criança com o mundo da linguagem e seu desdobramento: a leitura, a “educação sentimental” embasada nos livros de literatura, assim como as primeiras experiências de composição literária. Vemos a escola se generalizar no local da loja de miudezas do pai do menino. Era ali que “prendiam” a criança<sup>530</sup> em suas horas vagas da escola, e ali também onde ela desperta a curiosidade para os livros. Assim, no decorrer da narrativa, vemos ainda a escola ser transpassada por sentidos que lhe emparelham à cadeia. “Não há prisão pior que uma escola primária do interior”. O dito claro é um dos pontos em que o narrador enuncia a proximidade entre a escola e os outros locais de adestramento que a criança circula. É sobretudo a funcionalidade disciplinar que une os locais ou os aparelhos de correção; da mesma forma como acontece no texto de Foucault.

A hipótese poderia ser assim sintetizada: a conjunção das imagens da memória, agrupando os “indivíduos” que chancelam o significado das coisas e a escola, compreendida tanto no aspecto físico quanto no metafórico, forma o núcleo do diagrama que apresenta a narrativa de *Infância*.

Se tomássemos a existência e a vida social do menino como uma planta baixa, veríamos num ponto central, marcado pela “escola primária da roça”, irradiar-se uma linha tortuosa que resvala em pelo menos mais quatro instituições de educação para crianças. Apesar das discontinuidades e da longa distância de tempo, essa linha vai se cruzar, por fim, com o caminho que nos leva à Colônia Correccional da Ilha Grande.

---

<sup>529</sup> FOUCAULT, 1995, p. 246.

<sup>530</sup> RAMOS, 2011, p. 103.

Antes disso, proponho a apresentação de alguns lances produzidos por essa grande “máquina abstrata” de crítica do poder que é *Infância*. Que tipo de sujeição a confluência de infância e de escola produzia, em pleno sertão brasileiro, na virada do século 19 para o século 20? Que mecanismos disciplinares essa equação bota em curso? As questões nos encaminham para o exame dos dispositivos entrelaçados na rede que as imagens da narrativa permitem extrair.

## 4.2. *Lobisomens, religião, polícia*

Em carta de 28 de janeiro de 1936, endereçada à Heloísa, sua esposa, Graciliano anuncia a circunstância do advento do que seria um primeiro esboço de *Infância*.

O *Angústia* vai mais ou menos. Falta-me consertar umas oitenta folhas. Um dia deste, no banheiro, veio-me de repente uma ótima ideia para um livro. Ficou-me logo a coisa pronta na cabeça, e até me apareceram os títulos dos capítulos, que escrevi quando saí do banheiro, para não esquecê-los. Aqui vão eles: *Sombras, O Inferno, José, As Almas, Letras, Meu Avô, Emília, Os Astrônomos, Caveira, Fernando, Samuel Smiles*. Provavelmente me virão ideias para novos capítulos, mas o que há dá para um livro. Vou ver se consigo escrevê-lo depois de terminado o *Angústia*. Parece que pode render umas coisas interessantes.<sup>531</sup>

A semelhança de alguns títulos mencionados no trecho da carta com alguns dos 39 que figuram no livro publicado em 1945 confirma a hipótese. Pode ser que a ideia tenha vindo, na verdade, algum tempo antes. Na carta de 14 de dezembro de 1935, ele informa: “Continuo a consertá-lo”, se refere ao livro *Angústia*, “e projeto um novo romance”.<sup>532</sup> A hipótese estaria de acordo com o credo do escritor daquele tempo, que enunciava em bom tom que a fabricação de “romances” era a única atividade que lhe restava.<sup>533</sup> O dito se assemelha a uma confissão encenada da absoluta incompetência para qualquer outra atividade da vida adaptada, assim como sugere uma espécie de devoção à arte. O fato de o livro não ter saído nos moldes de uma ficção estrita poderia ser explicado, por outro lado, pela reavaliação que Graciliano parece submeter o ofício

---

<sup>531</sup> RAMOS, 1992, p. 161.

<sup>532</sup> RAMOS, 1992, p. 154.

<sup>533</sup> Carta 77, de 3 de abril de 1935. Cf. RAMOS, 1992, p. 146-147.

da escrita, após o episódio da prisão. Em 1º de março de 1937, ele enuncia, ainda através de missiva à mulher: “Não há nada mais ridículo que fazer romances em semelhantes condições”.<sup>534</sup> O autor se referia diretamente ao contexto do mercado editorial da época. A carta parte de São Paulo, durante uma viagem que Graciliano realiza na companhia de José Lins, com a expectativa de sondar o ambiente para trabalhos futuros. A frase mencionada é produto da observação do impacto quase nulo que sua literatura havia feito para além do círculo restrito dos literatos com que vem manter relação. Pode-se atribuir, além desse fato, certa lucidez melancólica, expressa no vislumbre do arrefecer da forma do romance tradicional diante das circunstâncias históricas vividas no calor da hora.

Se essa oscilação tiver pertinência crítica, o fato explicaria ademais a primeira recepção do singular livro de memórias que é *Infância*. Pois foi essa mesma hesitação categorial que pegou, mesmo o crítico mais dotado, no contragolpe que desarma o conceito preparado para saltar por cima da obra.

Ao se referir ao volume, Antonio Candido sublinha a conservação da “tonalidade ficcional” das memórias.<sup>535</sup> Havia notado, anteriormente, entre outros aspectos, o recurso utilizado pelo autor de se “elaborar como personagem”.<sup>536</sup> *Infância*, afinal, é o móbil da pertinente e conhecida fórmula que prescreve a passagem do polo da ficção para o polo da confissão. A insuficiência do “romance em atender a necessidade de expressão” seria uma das razões que explicaria o movimento da criação.<sup>537</sup>

Álvaro Lins, além de perceber a “autenticidade diferente” do livro, entre a memória e a “imaginação”, lança, a meu ver, a avaliação que mais se aproxima do cerne do projeto literário de Graciliano. Segundo o crítico, *Infância* apresenta o “uso raro do gênero memorialístico em prol da literatura”.<sup>538</sup> Por entender a literatura como “prática da escrita” e ao argumentar sobre o apagamento de fronteiras (gêneros e outras categorias literárias), realizado pelo percurso da obra de Graciliano, subscrevo a proposição: torna-se cada vez mais claro que o horizonte da escrita do autor das *Memórias* era a experimentação “técnica” e epistêmica que o discurso literário podia oferecer.

---

<sup>534</sup> RAMOS, 1992, p. 182.

<sup>535</sup> CANDIDO, 2006, p. 122.

<sup>536</sup> CANDIDO, 2006, p. 99.

<sup>537</sup> CANDIDO, 2006, p. 99.

<sup>538</sup> LINS, 1987, p. 268.

A natureza refratária da escrita, em relação ao conceito, acompanhou os apontamentos críticos. Wander Melo Miranda, por exemplo, inicia a consideração a respeito do livro apresentando-o como “livro de memórias e romance de formação”.<sup>539</sup> O exame se volta, a partir daí, para o trabalho da linguagem operado pela poética da memória. Através da incorporação do uso de “fragmentos narrativos e estilhaços de imagens”<sup>540</sup>, vemos a necessidade de se abrir – duplicando, excedendo – a compreensão da narrativa. O intento se liga ainda à consciência da libertação da leitura, realizada pelo narrador adulto, através dos olhos da personagem do menino, da univocidade do significado.

Nessa atmosfera crítica, Cláudio Leitão propõe a leitura que toma a escrita como veículo que apresenta a “formação de um escritor”.<sup>541</sup> Sem negar o material autobiográfico, ressaltado pelo viés psicologista da primeira crítica, focaliza-se e se reitera o trabalho empreendido pela “poética” da memória. Cito ainda o texto de Maria de Lourdes Oliveira. A partir da revisão crítica sobre *Infância*, a autora sistematiza o foco analítico ressaltando a relevância da apreensão do uso da “memória como linguagem”.<sup>542</sup> Essa percuciência analítica se desdobra numa leitura que capta a “geometrização do procedimento da memória”.<sup>543</sup> Proposição que guarda alguma semelhança com a hipótese que este texto pretende desenvolver. No trabalho de Maria de Lourdes Oliveira, a apreensão geométrica da escrita, como dito, se dirige para o procedimento “poético” às voltas com a memória. A interpretação do texto identifica um subjacente “processo cubista” que penetra e espelha assim o discurso memorialístico.<sup>544</sup> A crítica se torna possível a partir da observação dos “retratos” das principais personagens apresentadas, sobretudo, nos três primeiros capítulos. O processo fragmentário e modular da “técnica” toma conta de todo o tecido da escrita, posta assim definitivamente ao largo da simples reconstituição “realista” do passado infantil.

Devo seguir as linhas dessa rede que une infância, memória, linguagem e escrita. No caso deste texto, a apresentação expressa pela “máquina abstrata” do diagrama-infância procura relacionar os espaços estabelecidos para a ocupação da criança e a

---

<sup>539</sup> MIRANDA, 2004, p. 52.

<sup>540</sup> MIRANDA, 2004, p. 53.

<sup>541</sup> LEITÃO, 2011, p. 269.

<sup>542</sup> OLIVEIRA, 1992, p. 11.

<sup>543</sup> OLIVEIRA, 1992, p. 43.

<sup>544</sup> OLIVEIRA, 1992, p. 44-47.

função deles derivada. No horizonte, como se pode deduzir, encontraremos o campo onde se dão as relações de força. A disciplina é o aspecto que o caracteriza. O uso das figuras da planta baixa, da carta geográfica e da escola (como significante operatório da disciplina) não desmerece a história. *Infância* é, portanto, um *sui generis* livro de memórias, que relata literariamente a formação de um menino do sertão nordestino. Dos primeiros anos à pré-adolescência, vemos a história, transcorrida na passagem do século 19 para o século 20, que se assemelha sobremaneira com a biografia do autor que a assina.

No texto em que trata, de maneira especial, da disciplina, Foucault nos informa que, para demonstrar seus argumentos, escolheu “os exemplos” das “instituições militares, médicas, escolares e industriais”. Ressalta, em nota de rodapé, que “outros exemplos poderiam ser tomados”, e entre eles vemos o “dos cuidados da primeira infância”.<sup>545</sup>

O início da organização do poder disciplinar, no século 18, caracterizou-se numa nova forma de “economia do corpo”<sup>546</sup>. As figuras da “anatomia política do detalhe”<sup>547</sup> e da “mecânica do poder”<sup>548</sup> são usadas, pelo autor, para designar o modo de funcionamento do aparelho disciplinar: tendência da ordem que se espalha sorrateiramente pelo campo social. Para governar ou controlar é necessário, a partir de então, criar aparatos ou técnicas de subjugação que deem conta de fixar individualmente o sujeito a um esquema espaço-funcional elaborado. O crescimento da população e a constante migração para centros urbanos, entre outros fatores implicados na transformação cultural daquele tempo, acirram o ímpeto da vigilância. Sublinho a atenção dada pelo exame do autor aos esquemas espaciais e topológicos envolvidos na configuração do novo poder.

“A arte das distribuições” dos indivíduos e “o controle das atividades” apresentam sintética e exemplarmente os princípios de funcionamento da organização disciplinar.<sup>549</sup> O poder se situa nessa conjunção do controle do corpo e do controle do espaço e do tempo dos indivíduos. A disciplina prescreve sobretudo a “atividade útil” para o corpo. Espera-se desse corpo “dócil”, domesticado, inserido ademais num tecido social, a

---

<sup>545</sup> Os outros exemplos seriam, conforme Foucault, “a colonização” e a “escravidão”. Cf. FOUCAULT, 2010 a, p. 136.

<sup>546</sup> FOUCAULT, 2010 a, p. 133.

<sup>547</sup> FOUCAULT, 2010 a, p. 134.

<sup>548</sup> FOUCAULT, 2010 a, p. 133.

<sup>549</sup> FOUCAULT, 2010 a, p. 137-139.

potência da utilidade preestabelecida pela disciplina e a consequente anulação da potência política, propriedade essa que lhe é inerente.

A coleção de imagens apresentada por *Infância* problematiza a questão do poder e da disciplina por um viés bem particular. O menino de *Infância* aparece, num certo nível do discurso, como a criatura sacrificada ao ritual do poder disciplinar. Porém, a figura do narrador, responsável por intermediar as supostas experiências de um autor de memórias que teria comprovação factual na vida, curto-circuita uma vez mais o que parecia ser um discurso memorialístico simples. Aqui também está em jogo o litígio sobre as imagens e as palavras que compõem o campo de batalha da memória infantil. No processo que implica dessubjetivação e ressubjetivação constantes, o narrador emerge como síntese provisória da imagem que para o *continuum* da história, tanto em seu aspecto biográfico quanto ao que se refere à vivência coletiva da passagem do tempo. Ele é o lampejo da razão crítica (a razão do sujeito cindido) que salva, menino e autor, da vivência espectral que um contexto marcado pela incongruência impinge à lembrança de ambos.

Na escrita, o esquema do controle espacial a que a criança é submetida faz sentido apenas se tomarmos ainda como base o argumento percuciente de Foucault de que “as disciplinas criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos”.<sup>550</sup>

Atento à ideia da “formação de um escritor”, e tendo como base o significante da “escola”, proponho que o espaço privilegiado de disciplina da criança é o “discurso”, tanto em seu aspecto da ordem como em sua vocação para forjar sujeitos.

Antes de conhecer efetivamente a instituição da escola, a criança é submetida a espaços virtuais de subjugação compostos de enunciados ou normas culturais. São os “diversos elementos” utilizados para reduzir “as travessuras” do menino e encerrá-lo na “ordem”. A leitura induzida e vigiada pelo pai apresenta com o tempo novas faces dessa aprendizagem, que toma o aspecto de uma “escravidão”.<sup>551</sup> O percurso então se completa com a ida para a instituição-escola, com a eclosão dos rudimentos de uma primeira consciência do poder do “jogo das palavras”, e ainda com a constatação da entrega absoluta, já na pré-adolescência, ao amor pelos livros e pela vizinha e colega de grupo escolar Laura. Uma bela cifra que reúne o complexo da linguagem, do afeto e do

---

<sup>550</sup> FOUCAULT, 2010a, p. 142

<sup>551</sup> RAMOS, 2011, p. 110.

intelecto e se apresenta alegoricamente no lugar da literatura. Assunto que discuto mais à frente.

Iniciemos com os “lobisomens”, a “religião” e a “polícia”.

Para reduzir-me as travessuras, encerrar-me na ordem, utilizaram diversos elementos: a princípio os lobisomens, que, por serem invisíveis, nenhum efeito produziram; em seguida a religião e a polícia, reveladas nas figuras de padre João Inácio e José da Luz. Resumiram-me o valor dessas autoridades, que admirei e temi de longe, mas quando elas se aproximaram, só o vigário manteve a reputação. José da Luz desprestigiou-se logo. Não havia meio de apresentá-lo sério e firme.<sup>552</sup>

A constituição dos “elementos” primários da norma é determinada pela linguagem. A impossibilidade da constatação empírica dos “lobisomens” diminui, ou limita, o seu poder coercitivo. A “religião” e a “polícia”, por sua vez, contam com instituições sociais que derivam de uma circunstância histórica, embora distante, bastante concreta. No contexto da narrativa sobre a infância, as “figuras” através das quais o exercício de seu poder se manifesta tomam a forma do padre João Inácio e do soldado José da Luz. Essas “autoridades”, admiradas e temidas de perto, completam curiosamente o rol das personagens que formam o círculo social da criança. Não por acaso, cada um deles conta com um capítulo específico. A diminuição do “valor” da autoridade de José da Luz, de quem “não havia meio de apresentá-lo sério e firme” é aparentemente negativa. O policial “diferente” e “pachola” ganha vida através de um perfil que o pinta com cores cômicas. Mas é sobretudo a atitude subversiva do agente da lei que marca a lembrança do menino. O fato é produto de um caso simples e corriqueiro, mas que tem um impacto inesperado sobre ele. A aproximação e o encetar do diálogo com a criança pequena, numa situação que anula, ainda que temporariamente a hierarquia da “autoridade”, define a perturbação do sensível captado pela memória.

Deu-se então o caso extraordinário. O soldado pregou os cotovelos no balcão e pôs-se a conversar comigo, natural, como os viventes mesquinhos, Amaro, José Baía, os moradores da fazenda. O terror sumiu-se, a espinha gelada aqueceu-se, os movimentos surgiram.<sup>553</sup>

---

<sup>552</sup> RAMOS, 2011, p. 101.

<sup>553</sup> RAMOS, 2013, p. 107.

Na companhia do medo, vivido na perspectiva do menino, vão-se os valores que davam à figura do soldado o aspecto da violência, da maldade e da dureza nos tratos. Acompanhando a narrativa, sabemos que, nesse tempo, os adultos se dirigiam ou ao menos notavam a criança apenas quando ela estava na companhia do pai. Ainda assim, as amabilidades e as lisonjas sempre lhe despertaram a “desconfiança”. Daí a facilidade de compreender o enunciado: “Julgava-me indigno da atenção”.<sup>554</sup>

José da Luz é irmão mais velho de Capitão Lobo, de *Memórias do cárcere*. O militar que surpreende Graciliano é um dos oficiais responsáveis pelo quartel em Recife. A oferta de empréstimo ao escritor, para que ele se mantivesse durante a estadia na prisão, tem seu correlato na ação simples de José da Luz. “Esse mestiço pachola teve influência grande e benéfica na minha vida. Desanuviou-me, atenuou aquela pusilanimidade, avizinhou-me da espécie humana. Ótimo professor”<sup>555</sup> – enuncia o narrador que reconstitui a memória. Sem perder a oportunidade de inscrever o texto no campo político, ele concluiu, se referindo ao soldado: “Um anarquista”.<sup>556</sup> O episódio serve à formação de um parâmetro que ajuda a modular as relações, próximas e bastante influentes, que o escritor vai manter, a contragosto, com agentes da justiça e da lei.

O traço da personagem de Padre João Inácio é condicionado pela mesma natureza do dissenso, marca da memória. Curiosamente “a recordação do vigário” advém como uma “sombra”, que penetra obliquamente o tecido da reminiscência.<sup>557</sup> As brincadeiras do menino e de suas irmãs, no monte de milho recentemente armazenado na “inútil sala de visitas” que ganhou a função de “paiol”, formam o contexto de sua aparição. “Aquele homem tenebroso por fora e por dentro” é o “desmancha-prazeres”, instrumento da “disciplina”, que o menino fantasiava espantar, mantendo bem longe, no prazer e no “mistério” do jogo infantil.<sup>558</sup> Pois é assim que se dá o episódio em que o padre divide com as crianças o primeiro plano da cena. O vigário irrompe, como um “espectro”, a bolha mágica da brincadeira das crianças. A narrativa indica apenas o interesse do religioso pelos donos da casa. Ao perceber ser ignorado pelas crianças transidas de medo, ele sai esbravejando alguma praga, resumida no predicado duro: “Estúpidos”. O limitado repertório verbal das crianças não permite ao menino ir além da

---

<sup>554</sup> RAMOS, 2011, p. 107.

<sup>555</sup> RAMOS, 2011, p. 108.

<sup>556</sup> RAMOS, 2011, p. 108.

<sup>557</sup> RAMOS, 2011, p. 67.

<sup>558</sup> RAMOS, 2011, p. 66-67.

reação de pavor. Além do mais o padre era conhecido por sua rigidez e severidade, que não distinguem a natureza do crente, manifestadas no púlpito.

“O olho postigo [e] imóvel num círculo negro”<sup>559</sup> de padre João Inácio suscita a conjunção de alguns outros princípios do aparelho disciplinar, em particular o da “vigilância hierárquica” e o da “sanção normalizadora”.<sup>560</sup>

“A figura medonha prendia-me – e o bugalho queria sair da mancha que se alargava na cara magra, saltar em cima de mim”.<sup>561</sup> Nesse deslize metonímico que angaria a figura do vigário, a instituição da religião, Deus e o “inferno”<sup>562</sup>, o olho postigo de padre João Inácio adquire o *status* do olho do Ser Supremo. A disciplina ideal aspira à situação da vigilância permanente e imediata. O panoptismo é a tecnologia responsável por agregar essas expectativas.<sup>563</sup> Resumido no princípio “ver sem parar, e imediatamente”<sup>564</sup>, esse instrumento realiza, além disso, a desarticulação entre “ver e ser-visto”, impondo ao indivíduo, a partir da premissa do “exame”, a conduta homogênea da “norma”.<sup>565</sup> É curioso ainda que a lembrança de padre João Inácio, um ferrenho pioneiro da campanha de vacinação contra a varíola no sertão, se assemelhe tanto à circunstância do “grande treinamento” da organização disciplinar, identificado por Foucault, no contexto do combate à peste na Europa, no fim do século 17, prelúdio da modernidade.

Mas como fora dito, a recordação do religioso é perpassada pela disposição do dissenso. Num aparente raro momento de baixa da guarda da ironia, nota-se a constatação, por parte do narrador, que desperta o intento do relato honesto e desvestido do equívoco: “Padre João Inácio não sabia falar conosco. Sorrir, brincar – e as nossas almas se fecharam para ele. Em padre João Inácio, homem de ações admiráveis, só percebíamos dureza”.<sup>566</sup> A que coletivo a figura da terceira pessoa utilizada pelo narrador se refere dessa vez? Ao das crianças? Ao das pessoas de casa – familiares e agregados? De qualquer forma, o propósito do narrador, no agora da escrita, é dirigido para a perturbação da ordem que preestabelece o local, a função e os afetos que deveriam ser ocupados taticamente por cada um.

---

<sup>559</sup> RAMOS, 2011, p. 67.

<sup>560</sup> FOUCAULT, 2010 a, p.165-173.

<sup>561</sup> RAMOS, 2011, p. 70.

<sup>562</sup> Título de um dos relatos do livro. Cf. RAMOS, 2011, p. 79-83.

<sup>563</sup> Refere-se ao aparato arquitetural de vigilância, proposto por Jeremy Bentham, filósofo e jurista inglês do século 18. Cf. FOUCAULT, 2010 a, p. 190-192.

<sup>564</sup> FOUCAULT, 2010 a, p. 190

<sup>565</sup> FOUCAULT, 2010 a, p. 176-179.

<sup>566</sup> RAMOS, 2011, p. 71.

O evento que envolve padre João Inácio se presta ademais à apresentação do relacionamento ambíguo que o autor, ateu declarado, mantém com personagens religiosas. A admiração respeitosa reavaliada pelo narrador de *Infância* é um desses casos. Lembro ao leitor a figura de padre Falcão, companheiro no navio *Manaus*, e a de padre Pimentel, também em *Infância*<sup>567</sup>, este, um sacerdote de quem a criança guarda a lembrança prazerosa das lições sobre histórias bíblicas. Não se resumem entretanto a esses casos.

Acima de tudo, as lembranças iniciais do menino demonstram a inexorabilidade das relações de poder-saber, mas também os limites para sua crítica. Eles devem ser buscados na mesma rede que constitui estrategicamente o campo de possibilidades. Ou seja, o poder parece ser um “papão” ou um “monstro”<sup>568</sup>, como quer Lebrun, com que aprendermos lidar, para o bem e o para o mal, desde muito cedo. Aqui Graciliano e Foucault se encontram novamente.

Religião, polícia e as figuras generalizadas que assumem a tarefa da vigilância permanente mesclam-se e complexificam o aparelho que toma a forma de um “pequeno mecanismo penal”<sup>569</sup>.

Nesse tempo, em razão de culpas indecisas, costumavam prender-me algumas horas na loja. Sentenciavam-me sem formalidades, mas o castigo implicava falta. E ali, no silêncio e no isolamento, adivinhando o mistério dos códigos, fiz compridos exames de consciência, tentei catalogar as ações prejudiciais e as inofensivas, desenvolvi à toa o meu diminuto senso moral.<sup>570</sup>

O espaço da loja do pai se configura como o primeiro cárcere informal. Encontra-se ali o exemplo da sanção normalizadora e da prevenção da desordem, postas em prática pela disciplina. O espaço da loja, porém, apenas dá início à miríade topológica que esperava pela criança.

---

<sup>567</sup> RAMOS, 2011, p. 202.

<sup>568</sup> LEBRUN, 1994, p. 10-26.

<sup>569</sup> Uma das definições dadas por Foucault ao aparelho disciplinar. Cf. FOUCAULT, 2010 a, p. 171.

<sup>570</sup> RAMOS, 2011, p. 103.

### 4.3. *Letras, escravidão, lesões causadas pelo alfabeto*

O estabelecimento da loja do pai ainda alegoriza uma espécie de porta de entrada para o mundo do discurso, mais especificamente, para a ordenação que pretende controlar seu poder. É ali que o menino, ocupando-se com o auxílio ao pai para a acomodação dos produtos, depara-se novamente com as primeiras “letras”.

Demorei a atenção nuns cadernos de capa enfeitada por três faixas verticais, borrões, nódoas, cobertas de riscos semelhantes aos dos jornais e dos livros. Tive a ideia infeliz de abrir um desses folhetos, percorri as páginas amarelas, e de papel ordinário. Meu pai tentou avivar-me a curiosidade valorizando com energia as linhas mal impressas, falhadas, antipáticas. Afirmou que as pessoas familiarizadas com elas dispunham de armas terríveis. Isto me pareceu absurdo: os traços insignificantes não tinham feição perigosa de armas. Ouvi os louvores, incrédulo.<sup>571</sup>

É essa a recordação da criança relativa à figura do pai “naquele dia” especial. Foi na roupagem desse “tentador, humanizador”<sup>572</sup> que ele oferece ao menino a possibilidade de vislumbrar o destino de um “sujeito sabido”, como os modelos de “padre João Inácio e o advogado Bento Américo”<sup>573</sup>.

É curiosa a associação das “armas terríveis”, que figuram as palavras, com as posições hierárquicas ocupadas por padre João Inácio e pelo advogado Bento Américo. A humanizadora proposta do pai corrobora a ciência de que a “produção de discursos” é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por uma série de procedimentos que tem por objetivo conjurar seus poderes, dominar seus acontecimentos aleatórios e manter longe sua “pesada e temível” materialidade.<sup>574</sup> Ou seja, o ímpeto de induzir a emergência de “um sujeito sabido” está, por sua vez, condicionado à “ordem da lei”, que constitui o discurso.<sup>575</sup> No capítulo reservado à aprendizagem da leitura, a norma, representante do processo de controle e do procedimento de imposição da regra ao indivíduo, deixa-se apreender pelas noções da “disciplina” e da “doutrina”, como

---

<sup>571</sup> RAMOS, 2011, p. 109.

<sup>572</sup> RAMOS, 2011, p. 110.

<sup>573</sup> RAMOS, 2011, p. 110.

<sup>574</sup> FOUCAULT, 1996, p. 8-9.

<sup>575</sup> Cf. FOUCAULT, 1996, p. 9.

pensadas por Foucault. A ciência sobre as coisas de Deus, a teologia, no caso de padre João Inácio, e a jurisprudência, o tratado das leis, do lado do advogado Bento Américo são as formas escaladas para apresentarem uma faceta do “poder-saber” – as “armas terríveis” – no contexto da criança e de seu pai. As alternativas oferecidas ao menino condizem à expectativa do *status* social e à noção de *intelligentsia* da recente ex-colônia, sustentada nas figuras do pároco e do bacharel. A precaução ressabiada contra as histórias a respeito do vigário e a pouca atração do advogado, que “residia longe da vila”, despertaram-lhe, em contrapartida, a franqueza infantil diante da oferta do pai: “Respondi que não”.<sup>576</sup>

Porém, por um acaso funesto e feliz, a disposição do progenitor não cessa diante da primeira declinação do menino: “E a aprendizagem começou ali mesmo, com a indicação de cinco letras já conhecidas de nome, as que a moça, anos antes, na escola, rural, balbuciava junto ao mestre barbudo”.<sup>577</sup>

É verdade que o método do pai não se restringia à simples indução, ou mesmo a uma imposição autoritária. Na tarefa assumida como uma espécie de doutrinação profana, ele chegara por vezes a lançar mão de recursos que transbordavam a relação de poder. “No dia seguinte surgiram outras [letras], depois outras – e iniciou-se a escravidão imposta arditamente”.<sup>578</sup> O enunciado, obviamente, vai além da simples leitura da continência que define o adestramento do alfabeto. Ele expressa, além disso, o reconhecimento da prévia existência do discurso, que nos toma, e nos incita, como “num estranho castigo”, a assumir a palavra, continuar, enquanto elas existirem.<sup>579</sup> Mas no tocante à lida com as letras, imposta como uma nova atividade da existência do menino, com frequência o castigo era bem real. “E o côvado me batia nas mãos”,<sup>580</sup> o narrador sintetiza as imagens que lembram o período em que o pai assumira a função de transformar o menino num suposto “sujeito sabido”. “Um pedaço de madeira, negro, pesado, da largura de quatro dedos” é uma lembrança marcante desse tempo. Junto às duas letras, que emperravam a pronúncia no céu da boca, o antigo instrumento de medida, utilizado nos armarinhos de província, tomou a forma de um genuíno aparelho de “tortura”.<sup>581</sup>

---

<sup>576</sup> RAMOS, 2011, p. 112.

<sup>577</sup> RAMOS, 2011, p. 110.

<sup>578</sup> RAMOS, 2011, p. 110

<sup>579</sup> FOUCAULT, 1996, p. 7.

<sup>580</sup> RAMOS, 2011, p. 112.

<sup>581</sup> RAMOS, 2011, p. 112.

De certa forma, o narrador atribui a interrupção dessa rotina à desistência diante da inépcia do aluno. Fato que gera uma emoção, embora ambivalente, sentida com alívio pela criança. O motivo se equilibra com a consciência da “falta de vocação” do pai, referida antes por ele, na perspectiva do *agora* da escrita.<sup>582</sup> Sabemos que, de início, a mãe e Mocinha, a “irmã natural”, o protegem, afastando-o da loja e dirigindo as lições de soletração. Mas será Mocinha a responsável por dar continuidade ao ensino. E ainda, será ela, junto do menino, a protagonista de uma das passagens mais tocantes da narrativa. A menina “branca e forte, de olhos grandes e cabelos negros, tão bonita”,<sup>583</sup> ao ponto de fazer a criança duvidar do fato de ela ser do “seu próprio sangue”, é o protótipo em torno do qual o afeto do menino se desenvolve. Particularmente no que diz respeito à aparente ambiguidade idealizadora da figura feminina. Tal disposição parece mesclar em si as lembranças da relação amorosa e afetuosa com a irmã, na primeira infância, e, é claro, também, os retalhos de qualidades das heroínas de romances, que em breve a criança passa a consumir vorazmente. “As mulheres sempre exerceram sobre mim verdadeira tirania”, diz o narrador das *Memórias*.<sup>584</sup> Essa espécie de “monomania” em relação às mulheres explicaria assim a posição privilegiada, embora sempre conflituosa, e com laivos de tragicidade, assumida por elas em seus textos. Luísa, Madalena e Marina são exemplos inquestionáveis.<sup>585</sup> Em *Infância*, Mocinha, que teve um destino digno de um enredo moderno, antecipa, por sua vez, o encontro com Laura, que discutirei logo à frente. Antes, vejamos mais um capítulo da aprendizagem da leitura:

Afinal meu pai desesperou de instruir-me, revelou tristeza por haver gerado um maluco e deixou-me. Respirei, meti-me na soletração, guiado por Mocinha. E as duas letras amansaram. Gaguejei sílabas um mês. No fim da carta elas se reuniam, formavam sentenças graves, arrevesadas, que me atordoavam. Certamente meu pai usara um horrível embuste naquela maldita manhã, inculcando-me a excelência do papel impresso. Eu não lia direito, mas arfando penosamente, conseguia mastigar os conceitos sisudos: “A preguiça é a chave da pobreza – Quem não ouve conselhos raras vezes acerta – Fala pouco e bem: ter-te-ão por alguém”.

---

<sup>582</sup> RAMOS, 2011, p. 111.

<sup>583</sup> RAMOS, 2011, p. 164.

<sup>584</sup> RAMOS, 2004, vol. II, p. 108.

<sup>585</sup> Tratam-se, respectivamente, das protagonistas dos romances *Caetés* (1933), *S. Bernardo* (1934) e *Angústia* (1936).

Esse Terteão para mim era um homem, e não pude saber que fazia ele na página final da carta. As outras folhas se desprendiam, ressaltava-me as linhas em negrita, resumo da ciência anunciada por meu pai.

- Mocinha, quem é o Terteão?

Mocinha estranhou a pergunta. Não havia pensado que Terteão fosse homem. Talvez fosse. “Fala pouco e bem: ter-teão por alguém”.

- Mocinha, que quer dizer isso?

Mocinha confessou honestamente que não conhecia Terteão. Eu fiquei triste, remoendo a promessa de meu pai, aguardando novas decepções.<sup>586</sup>

O incipiente treino com as letras fazia a criança desconfiar da expansão do pai no que se referia ao valor das linhas traçadas no papel. No entanto, com o auxílio de Mocinha, ele consegue vencer as dificuldades, e segue, apesar de afastado da circunstância da imposição direta, o destino da sujeição às letras. Não leva muito tempo para o menino ser capturado pelos “conceitos sisudos” da primeira cartilha. Essa espécie de tecnologia do “comentário” a serviço da “disciplina”<sup>587</sup> faz suas primeiras marcas no corpo do menino. A estranha mistura do embrião de um programa ortográfico com um tipo de doutrina moral serve, no tempo da *reconstituição dos fatos*, à crítica do narrador. Ele arranja a imagem do mal-entendido infantil de forma a esclarecer as condições em que se dá o adestramento disparatado da “linguagem de doutores”.<sup>588</sup> Esse movimento tem a mesma disposição da tendência anunciada no começo da escrita. Ela é ao mesmo tempo causa e efeito do “hábito de corrigir a língua falada”.<sup>589</sup> A intervenção na linguagem, porém, não se restringe aos limites da gramática. O intento está imbuído da potência *profanadora*<sup>590</sup> que também modula, por exemplo, a enunciação de Paulo Honório. “O *S. Bernardo* está pronto, mas foi escrito quase todo em português, como você viu. Agora está sendo traduzido para brasileiro, um brasileiro encencado, muito diferente desse que aparece nos livros da gente da cidade, um brasileiro de matuto, com uma quantidade enorme de expressões inéditas, belezas que eu mesmo nem suspeitava que existissem”, o autor anuncia, através de carta à mulher, durante a composição do romance.<sup>591</sup> A estratégia profanadora passa ao largo da ideia de uma arte engajada, uma “arte social”. Estratagemas esse denunciado por Graciliano como paternalismo chinfrim

---

<sup>586</sup> RAMOS, 2011, p. 114.

<sup>587</sup> Cf. FOUCAULT, 1996, p. 21-22.

<sup>588</sup> RAMOS, 2011, p. 129.

<sup>589</sup> RAMOS, 2011, p. 18.

<sup>590</sup> Cf. AGAMBEN, 2007a, p. 65-80.

<sup>591</sup> RAMOS, 1992, p. 134-135.

e inócuo. A composição que resgata a língua como espaço comum se dá através da celebração do simulacro que marca a natureza da estética. Não se trata de realizar um texto que possa ser lido por qualquer um, reproduzindo, assim, uma ideia condescendente que infantiliza o ignorante. Aquele que já se atreveu pelas primeiras páginas de *S. Bernardo*, sabe bem do que estou falando. Trata-se, na realidade, do jogo de apresentação das imagens e das palavras que operacionaliza uma dessemelhança verossímil. A verossimilhança da *imagem*, ao contrário da lógica das ações, capta em si a imanência da coisa, não pretende simplesmente representá-la. O projeto literário de Graciliano demonstra que, embora possa parecer paradoxal, a imanência da coisa só pode ser alcançada na e pela linguagem. Surpreendentemente *Infância* é a transcendência imanente do *experimentum linguae*<sup>592</sup> por excelência de Graciliano. Certamente, no seu caso, na “língua do sertanejo”<sup>593</sup>, e num “livro agreste”<sup>594</sup>, como essa língua e esse mundo.

A consideração a respeito do projeto literário é da mesma ordem da que afirma que “conselhos” nunca “serviram para nada”.<sup>595</sup> Porém, eles não deixam de existir. A tática mais eficaz é, como postulado por Foucault, a da “rarefação da afirmação”.<sup>596</sup> Toda estratégia de resistência que se leve a sério deve saber jogar com as mesmas “armas” do seu opressor. “Fala pouco e bem: ter-te-ão por alguém”. Com um rigor estilístico singular, vizinho do “silêncio”<sup>597</sup> e da falta, Graciliano levou a relação com a língua a um nível de intimidade que desperta o fascínio e a sensação. O real se transforma num amálgama de letra e corpo. Muito em breve, o menino nota as “diferenças” que a língua produzira.

Mas os sustos esmoreceram, vieram receios diversos. Houve um transtorno, e isto se operou sem que eu revelasse que alguma coisa se havia alterado cá dentro. Pouco a pouco mudei. Arrojaram-me numa aventura, o começo de uma série de aventuras funestas. Quando iam cicatrizando as lesões causadas pelo alfabeto anunciaram-me o desígnio perverso – e as minhas dores voltaram. De fato estavam adormecidas, a cicatrização fora na superfície, e às vezes a carne se contraía e rasgava, o interior se revolia, abalavam-me tormentos indeterminados, e

---

<sup>592</sup> Cf. AGAMBEN, 2008, p. 18.

<sup>593</sup> RAMOS, 1992, p. 123.

<sup>594</sup> Cf. BAPTISTA, 2005, p. 91-95.

<sup>595</sup> RAMOS, 2011, p. 161.

<sup>596</sup> FOUCAULT, 1996, p.

<sup>597</sup> Cf. HOLANDA, 1992, p. 73-76.

semelhantes aos que me produziam as histórias de almas do outro mundo. Desânimo, covardia.

A notícia veio de supetão: iam meter-me na escola. Já me haviam falado nisso em horas de zanga, mas nunca me convencera de que realizassem a ameaça. A escola, segundo informações dignas de crédito, era um lugar para onde se enviavam as crianças rebeldes. Eu me comportava direito: encolhido e morno, deslizava como sombra. As minhas brincadeiras eram silenciosas. E nem me afoitava a incomodar as pessoas grandes com perguntas.<sup>598</sup>

A consciência de que algo havia se alterado a partir do adestramento das letras é percebido apenas de vislumbre. As primeiras “lesões causadas pelo alfabeto” denotam os rudimentos do juízo crítico do menino. Forjado na base do catecismo e das lições de soletração, seu “acesso de religião” vai ganhar, em breve, novas facetas.

Chega o momento efetivo de ir para a escola. O atordoamento do menino, que não compreende a razão de ser levado para o mesmo local destinado às “crianças rebeldes”, não tem nenhum impacto no rumo de seu destino. E a série de escolas primárias se inicia. A primeira delas é a escola de D. Maria, ainda na vila, à qual sucedem o colégio público de Maria O., na nova cidade, e as lições com o “mestiço” narciso<sup>599</sup>. Pelo menos mais um ou dois colégios serão frequentados até à idade de 11 anos. Deles deriva um quadro de “professores sem instrução”, no meio do sertão nordestino; exemplo que o escritor vai reencontrar quando ocupa o cargo de diretor da Instrução Pública de seu Estado.

#### 4.4. *Provisão de sonhos, Literatura, amor, Laura*

As “lesões causadas pelo alfabeto” e a frequência à escola promovem uma série de mudanças no menino. Elas se dão de maneira insidiosa e paulatina. E a palavra impressa é o seu motor principal. Na escola, a criança amarga a doutrinação imposta pela cartilha do “Barão de Macaúbas” e seus “conceitos sisudos”.<sup>600</sup> Em sua adjacência, porém, ela aprende o valor do “jogo de palavras”. Nos momentos de folga da função de assistente de missa, o menino se refugia no “meio das moças”, que discutiam corte e costura. É ali, ao ter o seu chinfrim “paletó cor de macaco” elogiado com entusiasmo,

---

<sup>598</sup> RAMOS, 2011, p. 118.

<sup>599</sup> RAMOS, 2011, p. 193..

<sup>600</sup> RAMOS, 2011, p. 129-130.

que se abre uma nova dimensão da linguagem para a criança. Aquele “vezo de afirmarem o contrário do que desejavam”, aquela “maneira de falar pelo avesso” mostra uma primeira factível possibilidade de fuga da pesada norma das cartilhas e das seletas clássicas: “Dissimulavam-se agora num jogo de palavra que encerra malícia e bondade. Essa mistura de sentimentos incompatíveis assombrava-me – e pela primeira vez ri de mim mesmo”.<sup>601</sup> A súbita aprendizagem da ironia marca, a partir daí, a conformação da sensibilidade e da inteligência da criança. No momento certo, mas nem sempre com o absoluto controle sobre os efeitos que ela pode provocar sobre si mesmo, o escritor saberá dela lançar mão. É o instante da aquisição de sua primeira arma, num confronto que daí em diante teria um longo caminho. Nesse ponto, o menino, seguindo à risca o observado nas lições, já é capaz de enfrentar os caixeiros e os fregueses da venda do pai. Na disputa pela pronúncia correta do nome de Samuel Smiles, por exemplo, ele, apesar de não ter a opinião levada em conta, regozija-se, solitário, diante da ignorância dos que dele zombam.<sup>602</sup> A circunstância é efeito direto da superioridade recentemente adquirida. E os livros são a sua fonte.

Como o olho humano, a vigilância da norma parece ter seu ponto cego. E é por ele que a literatura se imiscui no campo da linguagem do menino.

Descobri um folheto de capa amarela e papel ordinário, cheio de letras miúdas, as linhas juntas, tão juntas que para um olho inexperiente os saltos e as repetições eram inevitáveis. Creio que isso me apareceu depois do meu acesso de religião. Deve ter sido por aí. Os santos que se penduravam nas paredes do meu quarto cresciam demais. Diminuíram e foram substituídos pelos seres que povoavam as histórias volumosas.<sup>603</sup>

Nesse momento, os primeiros efeitos do esquema disciplinar a que a criança fora submetida se tornam mais facilmente discerníveis. Na perspectiva do menino, “a necessidade de mistério e de grandeza” explicava a atração pelos santos e pelos heróis. O crescente interesse pelos seres imaginários das histórias profanas é o primeiro efeito da intromissão de um novo registro de discurso. Uma história simples, sorrateira, que se insinua, taticamente; uma estratégia subversiva.

---

<sup>601</sup> RAMOS, 2011, p. 204.

<sup>602</sup> RAMOS, 2011, p. 211-216.

<sup>603</sup> RAMOS, 2011, p. 217.

Por que brigaram no meu interior esses entes de sonho não sei. Julgo que foi por causa de uma proibição, terrível proibição, relativa à brochura de capa amarela. Alguém a deixou na loja. Folhee-i-a devagar, soletrando, consultando o dicionário, sentado num caixão de velas.<sup>604</sup>

A história que toma a atenção da criança de maneira inesperada é a narrativa infantil *O Menino do Mato e o seu Cão Piloto*.<sup>605</sup> Trata-se de um provável conto popular que discorre acerca da aventura de uma criança perdida na floresta com seu cachorro. É interessante notar que o enredo da “história da criança abandonada” age como uma primeira força de atração da sensibilidade do menino através da característica definidora da literatura. Seu poder de projetar a experiência do outro de forma complexa desperta a empatia e a “necessidade de conhecer” o destino da criança e do cão Piloto.

Porém, nesse tempo, os saltos da dúvida e da curiosidade contam com um espaço limitado. Sabemos que o menino se refere à censura realizada pela prima Emília. No júbilo do deciframento penoso e gradual da narrativa, ele divide com a menina a experiência arrebatadora. Para sua decepção, a prima, sem qualquer hesitação, condena a história. Ele não a devia ler, o “livro era excomungado”, escrito por “um sujeito ruim, protestante”. Desarmado, o menino não tem sequer a vontade de expor sua réplica, justificada em seu espírito. E os antigos elementos da religião e da moral juntam-se ao desejo feminino, num perverso traçado normativo. Desse último, como sugerido antes, trata-se de uma primeira aparição na forma da lei.

Eu vivia numa grande cadeia. Não, vivia numa cadeia pequena, como papagaio amarrado na gaiola. Enxergara a libertação adivinhando a prosa difícil do romance [...] De repente as interdições alcançavam o mundo misterioso onde me havia escondido. Impossível mexer-me, papagaio triste e mudo, na gaiola. Quando principiava a imaginar espaços estirados, a lei vedava-me o sonho.<sup>606</sup>

No entanto, condizente com a apreensão da imanência, a materialidade do discurso da memória está sujeita a descontinuidades. E nessa brecha parece se localizar o ponto efetivo para a irrupção de uma proposta de solução de continuidade da norma.

---

<sup>604</sup> RAMOS, 2011, p. 218.

<sup>605</sup> RAMOS, 2011, p. 218.

<sup>606</sup> RAMOS, 2011, p. 220-221.

O enunciado do narrador corrobora a hipótese: já nesse ponto, um vírus da literatura estava a atuar no organismo da criança: “Apareceu uma dificuldade, insolúvel durante meses. Como adquirir livros?”.<sup>607</sup>

A partir do contato com a fábula infantil, a “necessidade de conhecer” do menino vai focalizar os objetos que guardam com aquele a característica da inutilidade e do ócio. É uma maneira de constatar a “vocação para as coisas inúteis”, herdada do av .<sup>608</sup> São também, de certa forma, as primeiras movimentac es num terreno estratégico frente   disciplina.

Três personagens se destacam no percurso da “educa o sentimental” da criança. Duas delas como agentes diretos de apresenta o e da manuten o do novo regime de discurso. Sendo a terceira o objeto privilegiado do investimento afetivo dessa experiência. Elas são respectivamente o tabelião Jer nimo Barreto, o agente do correio Mário Venâncio, e a vizinha e colega de classe Laura.

“E onde conseguir livros?”.<sup>609</sup> A questão se repete. E aqui   preciso fazer justiça   prima Emília.   a ela que a criança se dirige novamente em busca de auxílio para tentar solucionar o problema. Da delibera o, surgem alguns nomes. Recha ados os primeiros, os figur es da cidade, resta, no topo da lista, o do “tabelião Jer nimo Barreto”.<sup>610</sup> Até aí reside o auxílio da prima, que se esquiva da tarefa de intermediar o encontro entre o primo e o tabelião.   curioso que o narrador apresente o período singular de educa o da criança focalizando figuras vulgares, personagens que, ao contrário do protagonista, encontravam-se fora de uma “aristocracia” local. Mais uma vez a sele o das imagens se mostra comprometida com a modula o democrática acertada pela escrita.

A hesita o e a “inveja respeitosa”, efeito da observa o das “bonitas prateleiras” repletas de livros do escritório do tabelião, são recompensadas pelo acolhimento solícito. Vencida a timidez e já no território do tabelião, a criança se deixa conduzir por suas indica es. De “*O Guarani*”, de José de Alencar<sup>611</sup>, aos “fuzu s de Rocambole”, as leituras iniciais passam ainda por “Joaquim Manuel de Macedo” e “Júlio Verne”.<sup>612</sup>

Em poucos meses li a biblioteca de Jer nimo Barreto. Mudei hábitos e linguagem. Minha mãe notou as modifica es com

---

<sup>607</sup> RAMOS, 2011, p. 229.

<sup>608</sup> RAMOS, 2011, p. 22,

<sup>609</sup> RAMOS, 2011, p. 230.

<sup>610</sup> RAMOS, 2011, p. 230.

<sup>611</sup> RAMOS, 2011, p. 231.

<sup>612</sup> RAMOS, 2011, p. 232.

impaciência. E Jovino Xavier [diretor da nova escola] também se impacientou, porque às vezes eu revelava progresso considerável, outras vezes manifestava ignorância de selvagem. Os caixeiros do estabelecimento deixaram de afligir-me e, pelos modos, entraram a considerar-me um indivíduo esquisito. Minha mãe, Jovino Xavier e os caixeiros evaporavam-se. A única pessoa real e próxima era Jerônimo Barreto, que me fornecia a provisão de sonhos, me falava na poeira de Ajácio, no trono de S. Luís, em Robespierre, em Marat.<sup>613</sup>

Com Mário Venâncio, a educação literária será levada a territórios impensáveis pela criança àquele tempo. O menino conhece o agente do correio e dublê de poeta na escola. É lá que o rapaz exerce também a função de professor. A chegada de Mário Venâncio à cidade foi cercada de elementos ligados à literatura. O rapaz “pobre demais”, que se “notabilizou pela feiura e pelos modos esquisitos”, foi acolhido, entretanto, como “literato”.<sup>614</sup> Fato que o apresentava junto de uma aura que o predicado guardava naquele tempo. Além disso, ele aporta ali no momento da fundação da “sociedade teatral” do lugar. O mestre, poeta atuante, apresenta-se como um preceptor rigoroso e persuasivo. É dele a ideia de promover, juntos aos alunos, a “fundação de um periódico”. Sugestão levada a cabo com a ajuda do menino e do primo Cícero. Mário Venâncio escreve artigos para o jornal, promove discussões literárias, acompanha e corrige suas primeiras produções. O conto *O pequeno mendigo*, da pena do jovem escritor, logo sai no *Dilúculo*, nome pomposo dado pelo poeta ao jornal organizado pelo grupo de alunos.

O prazer atormentado da educação literária tem o seu preço. No momento em que pensa encontrar a liberdade no meio de uma edulcorada “provisão de sonhos”, abastecida pelos “livros de aventura [e] de viagens”, livros que traziam “questões em que os bons triunfavam e os malvados acabavam presos ou mortos”<sup>615</sup>, ele é pego novamente na *ordem* literária: “Isso me dava tontura e enjoo. Uma ideia clara me surgia: os romances agradáveis eram bugigangas. Em troca, exibiam-me insipidez e obscuridades”.<sup>616</sup> É a lembrança de uma das discussões literárias coletivas promovidas pelo poeta, e que se encerra ironicamente com a emergência do modelo de “Coelho Neto”.<sup>617</sup> Produto e flerte mimético da imaturidade, a imagem se equilibra na

---

<sup>613</sup> RAMOS, 2011, p. 234.

<sup>614</sup> RAMOS, 2011, p. 246.

<sup>615</sup> RAMOS, 2011, p. 247.

<sup>616</sup> RAMOS, 2011, p. 247.

<sup>617</sup> RAMOS, 2011, p. 247.

reconstituição de uma espécie de assembleia democrática. Do lado de Mário Venâncio, vemos a deixa do estado da arte: “- O naturalismo”. Na senda da nova ordem o menino se depara, entre outros, com *Casa de pensão* e *O Coruja*.<sup>618</sup> E da “cópia” ao “original”, ele se envereda pelas histórias sobre os *Rougon Macquart*.<sup>619</sup>

Nessa atmosfera conflitante, que havia bem pouco tempo deixado para trás o peso exclusivo do catecismo, o menino encontra-se com Laura. É o mesmo tempo de novas mudanças: “Aos onze anos experimentei grave desarranjo”.<sup>620</sup> A transformação do corpo, em suas “vagas exigências”, é acompanhada da necessidade de reconfiguração da identidade. A desordem característica da pré-adolescência é vivenciada através de uma circunstância que agora conjuga em si a cartilha da religião, o esboço mal traçado de um salvo-conduto rabiscado pela literatura e o emergir da sexualidade. Os pelos no corpo e as “maluqueiras” que passaram a lhe tomar o sono, efeito do chacoalhar das pulsões, são acompanhados de uma nova postura e apresentação. “Recompus gradualmente o vestuário”, informa o narrador, descrevendo a iniciativa da troca dos tamancos pelos “sapatos americanos”, e o hábito indispensável, a partir de então, do uso da gravata.

“Foi então que vi Laura, num exame”.<sup>621</sup> Ela é a personagem ideal que agencia as dimensões da experiência. A menina, cujo nome é uma espécie de anagrama destilado de *literatura*, ainda traz em si todos os predicados que a relaciona intimamente com o universo literário. Num jogo de espelhos, ou num sofisticado uso da metonímia a serviço da composição, a garota está contida na dimensão literária, da mesma forma que a apresenta.

Laura não possuía o azul e o ouro convencionais, mas dividia períodos, classificava as orações com firmeza, trabalho em que as meninas vulgares em geral se espichavam. Imaginei-a compondo histórias curtas, a folhear o dicionário, entregue a ocupações semelhantes às minhas – e aproximei-a, encareci-lhe depois o mérito – e afastei-a. Se ela estivesse próxima, não me seria possível concluir a veneração que se ia maquinando. Situei-a além dos lagos azuis, considerei-a mais perfeita que as moças do folhetim.<sup>622</sup>

---

<sup>618</sup> RAMOS, 2011, p. 248.

<sup>619</sup> RAMOS, 2011, p. 248.

<sup>620</sup> RAMOS, 2011, p.261.

<sup>621</sup> RAMOS, 2011, p. 262.

<sup>622</sup> RAMOS, 2011, p. 263.

*Laura e Literatura* são uma vez mais a expressão do poder, a forma, ainda que fantasmática, de impingir a ancoragem do desejo. O regime do discurso que se vê inexoravelmente refém do sujeito e de sua historicidade. “A imagem repelida voltava, transformava-se em ideia fixa, agradável e dolorosa”.<sup>623</sup> Ora a garota é denominada de “fantasma”, ora de “uma personagem de romance”, que “não tinha corpo”. Porém, a arte não ignora a concretude da vida. E o apelo do corpo e a importunação do fantasma íntimo agenciam-se no controle dos cordéis do menino. Tais figuras femininas são pontos de passagem num deslize metonímico que teria como origem discernível a figura da mãe. Era ela quem impingia, despercebidamente, às crianças as histórias do “Papa hóstia”. Em sua sequência, deparamo-nos com Mocinha, no auxílio afetuoso durante as lições de soletração, além da lembrança contraditória da prima Emília, instância de repressão e de incentivo à leitura durante a infância. Na companhia das heroínas dos romances, elas se conformam como o principal objeto do investimento afetivo. Laura, a literatura, as personagens de *O cortiço* ilustram a feminilidade distante, digna de veneração, e, ao mesmo tempo, a feminilidade vinda do real, que deseja.

Sob a orientação do caixeiro batizado com o sugestivo nome de Constantino, que além do mais alegava a ciência da medicina e lembrava a ameaça da loucura, o menino se convence da importância de visitar “Oflia da Conceição”.<sup>624</sup> A excursão pela zona meretrícia da cidade, apesar de reforçar o clichê do discurso acerca dessa circunstância, parece figurar, de alguma maneira, como uma espécie de libertação. A cena triste e desencantada sucede à iniciativa do menino de embrulhar e esconder o volume de *O cortiço*, no fundo de sua prateleira. A lembrança e os sentimentos por Laura não eram compatíveis com a história de “safadeza”. Por seu lado, a brutalidade com que a “forma do real”<sup>625</sup> do sexo se apresenta, paradoxalmente, liberta-o. Depois do ocorrido, vêmo-lo reestabelecendo o lugar do romance. A imagem de antes já não o importunava, e a “nuvem colorida” que representava Laura se esfuma. Ao fim de *Infância*, o modelo do “desejo da mãe”<sup>626</sup> e a distorção perniciosa da feminilidade parecem ter sofrido uma torção. Através dela se nota o desabilitar de sua potência autoritária e violenta. Antes disso, como sabemos, serão necessárias as experiências de

---

<sup>623</sup> RAMOS, 2011, p. 263.

<sup>624</sup> RAMOS, 2011, p. 267.

<sup>625</sup> Cf. SAFATLE, 2009, p. 64-68.

<sup>626</sup> SAFATLE, 2009, p. 65.

*Caetés, S. Bernardo e Angústia*. Bons tempos em que o poder se restringia ao universo dos afetos e das identificações. Bem, isso depende do ponto de vista.

#### 4.5. *Estado de exceção, Colônia Correccional*

A estratégia discriminada pela escrita vai encontrar na facticidade da prisão na Colônia Correccional sua face mais obscura. Efeito da conjunção de poder, de um aparato de lei e da “violência organizada”, o cárcere na Ilha Grande apresenta a circunstância de reflexão a respeito do “estado de exceção” e o vislumbre de uma nova ordem político-social. As movimentações nacionalistas na Europa e nos países periféricos formavam seu pano de fundo. Nessa nova rede não é possível determinar a fronteira exata de cada um dos dispositivos acionado, o que eleva significativamente sua potência e efetividade, fazendo valer a denominação categorial do “poder soberano”.

Retomo na íntegra o momento em que o narrador das *Memórias* nos apresenta o deslocamento do grupo de prisioneiros para a Colônia Correccional.

Comprei um jornal e, com esforço, repisando a leitura cheia de lacunas, agarrei a notícia infeliz: o estado de guerra ia ser prorrogado. A patifaria inicial não me deixara moça, de fato nem me perturbava o jogo de xadrez, talvez por achar-me estável no cubículo 35; nenhuma referência a ela nos papéis guardados no bolso; agora faltava-me estabilidade, era-me impossível pensar nisto ali dentro, a rolar para a ignomínia, e a renovação do ato canalha dava-me arrepios. Larguei a folha em desânimo profundo. Câmara prostituída. Mais três meses de arrocho, ficaríamos pelo menos três meses na ilha, no curral de arame farpado, na sujeira imensa.

Tento lembrar-me de qualquer coisa exterior, vista nos campos, nas plataformas das estações. Não me lembro de nada, inúteis as pessoas, inútil a paisagem. Rodávamos no meio de laranjais, observei-os no regresso. Não havia laranjais. Havia apenas a informação desgraçada: mais três meses de guerra. Guerra a quem, malandros? A quem, filhos de umas putas? Essas explosões internas causam enorme desarranjo a um organismo combatido. Não nos revolta a safadazeza, revolta-nos a estupidez. Conformismo idiota, pulhice, tudo a encolher-se na ordem – e um reconhecimento de guerra nesse marasmo.<sup>627</sup>

---

<sup>627</sup> RAMOS, 2004, vol. II, p. 34-35.

A cena é antecipada pelo quadro que flagra o instante em que o escritor toma consciência do local para onde estava sendo transferido. “- Ordem política e social?”, um dos guardas que acompanha o grupo de prisioneiros o indaga, lançando o eufemismo cristalizado pelo poder naquele tempo. Sem entender, de início, Graciliano logo fica sabendo, pela boca do agente da repressão, que o destino da Colônia era reservado a “presos políticos” ou “ladrões”.<sup>628</sup> A provável polidez dos gestos do escritor o excluía do grupo dos larápios, apesar de sua tentativa de argumentação contrária, dirigida ao policial. A imagem é exemplar ainda para a apresentação do contexto político-social do tempo. O novo local de prisão, marcado pelo desrespeito às normas humanitárias, pela absoluta segregação e pela inevitável degradação física e moral, parece ter um fim estabelecido na economia do poder. Embora o narrador destaque a “esculhambação nacional” no tocante à ausência de uma ideologia a organizar a repressão<sup>629</sup>, o espaço da Colônia Correccional serve de laboratório para as experiências do poder, ele apresenta, num tom baixo, a espécie de “local sem povo”, plano nazista em que é arquitetado a organização dos campos de concentração. Tipo de intervenção de evidente cunho biopolítico.<sup>630</sup>

A prisão pensada como estratégia política, no caso do testemunho das *Memórias*, tem sua história específica. Ela é produto da conjuntura mais ampla que dá contorno à “emergência do Estado forte” e à consolidação da figura do “chefe ditatorial”.<sup>631</sup>

Desde a revolução de novembro de 1930, Getúlio Vargas, ao assumir o governo provisório da República Nova, teve que lidar com movimentos de insatisfeitos e opositores. Conflitos com dissidentes do grupo inicial que lograra com o golpe que interrompeu a “política dos governadores”, a revolta armada de 1932, organizada pelas lideranças de São Paulo, são exemplos que desmentem a natureza pacifista e a atmosfera conciliadora do ambiente político nacional na década de 1930. Líder reconhecido pela personalidade e pelo percurso político contraditórios, Getúlio Vargas

---

<sup>628</sup> RAMOS, 2004, vol. II, p. 33.

<sup>629</sup> Opinião partilhada além do mais por alguns comentadores do contexto. Raymundo Faoro, por exemplo, refere falta de um vetor ideológico do governo autoritário, implantado a partir de 1930, ressaltando ainda sua característica de uma espécie de “ditadura pessoal”. Cf. FAORO, 2001, p. 792.

<sup>630</sup> AGAMBEN, 2008 a, p. 91.

<sup>631</sup> FAORO, 2001, p. 760.

despertou, ao longo da história, opiniões condizentes com esse quadro.<sup>632</sup> Contudo, numa leitura unânime, o político do Rio Grande do Sul apresenta, por outro lado, a encarnação do dirigente com forte apreço pelo poder. Especificamente entre 1934 e o final de 1936 (período da prisão de Graciliano na Colônia), o contexto do governo provisório foi marcado, além do mais, por uma significativa movimentação ideológica. Tratava-se da influência dos credos autoritários e totalitários vinda da Europa. O terreno privilegiado de atuação eram as esferas culturais e intelectuais. As ideias comunistas, por sua vez, representadas pelo pequeno Partido Comunista, retornado à legalidade recente, e pela Aliança Nacional Libertadora, que fazia frente opositora, no teatro democrático de transição, encenado por um curto período pelas forças autoritárias, torna-se o bode expiatório e a grande inimiga tática do governo.<sup>633</sup> A atuação no cenário nacional e a relação, com a Internacional Comunista de Moscou, de atores conhecidos, como Luís Carlos Prestes e Rodolfo Ghioldi põe a atenção do governo em alerta contra possíveis inimigos. Boris Fausto nos dá notícia da decretação da “Lei de Segurança Nacional”, em “abril de 1935”. É com base nessa lei, definidora dos “crimes contra a ordem política e social”, que “o governo dissolve [de início] a ANL [Aliança Nacional Libertadora]”.<sup>634</sup>

Nesse meio tempo, foi arquitetado e deflagrado o levante comunista, de natureza revolucionária. Tendo início em novembro de 1935, em Natal, em poucos dias, o movimento tomou setores militares da capital do país. A revolta, cujo plano havia sido informado ao governo pelo serviço secreto inglês, não se comparava nem de perto com a força da repressão planejada para contê-la.<sup>635</sup> O governo sabe aproveitar da melhor maneira tática a ofensiva: “A aventura de 1935 foi um presente dos céus para os setores da cúpula civil e militar que, desde 1930, defendiam a implantação de um regime autoritário”.<sup>636</sup> Boris Fausto ainda nos conscientiza da jogada envolvendo o constante alargar dos tentáculos do Executivo e a cooptação da força militar e do campo da lei:

Ainda no curso da revolta, o governo solicitou ao Congresso a decretação do estado de sítio, obtendo sua aprovação. A medida excepcional seria sucessivamente prorrogada até julho de 1937,

---

<sup>632</sup> José Murilo de Carvalho comenta o ambiente político-social da Era Vargas e as opiniões diversos a esse respeito. Cf. CARVALHO, 2004, p. 32-35.

<sup>633</sup> FAUSTO, 2006, p. 70-71.

<sup>634</sup> FAUSTO, 2006, p. 73.

<sup>635</sup> FAUSTO, 2006, p. 73.

<sup>636</sup> FAUSTO, 2006, p. 76.

depois de ter sido convertida em algo mais grave, o estado de guerra, previsto numa emenda constitucional de 1935.<sup>637</sup>

O diagnóstico complexo da máquina do poder, realizado por outro percuciente analista desse contexto, amplia a visão que dele se pode destacar:

Daí, na perspectiva do poder, a necessidade de um Estado orientador, alheado das competições, paternalista na essência, controlado por um líder sedimentado numa burocracia superior, estamental e sem obediência a imposições de classe. Repelido o comunismo, duramente combatido, afastadas as proposições socializantes, o rumo ditatorial será ajudado pela ideologia fascizante, num aglomerado confuso de tendências e alas.<sup>638</sup>

Ressalta-se a conformação gradual de um “Estado orientador”, fantasiado em democracia, e tendo como “espinha dorsal” o “elemento militar”, embasado num “setor dinâmico dos tenentes – de tenentes a generais”.<sup>639</sup> Estado representado pelo “líder” habilidoso, que sabe trafegar como ninguém pelo “aglomerado confuso” de um sistema burocrata singular, base de suas movimentações e chave para lidar com as dificuldades impostas pelos limites da lei. É essa disposição da ingerência, sorrateira e rizomática, do chefe executivo nas demais esferas do poder que define o contexto da discussão acerca do “estado de exceção”<sup>640</sup>: uma zona indeterminada entre a política e o direito. A penetração paulatina e a conseqüente cooptação de boa parte da máquina militar e do aparelho legislativo e econômico dão forma enfim ao poder soberano.

Num ensaio de 1921, Benjamin trata do assunto do poder como violência. O título do texto – “Sobre a crítica do poder como violência”<sup>641</sup> – traz em si, inclusive pela dificuldade de tradução<sup>642</sup>, a ambivalência do tema do poder. Nesse contexto, em particular, o fato se dá por causa de sua relação com o elemento da lei. A intervenção do filósofo num assunto marcado pela presença dos especialistas – filosofia do direito – aponta a natureza do seu trabalho. “A tarefa de uma crítica do poder pode ser

---

<sup>637</sup> FAUSTO, 2006, p. 76.

<sup>638</sup> FAORO, 2001, p. 777.

<sup>639</sup> FAORO, 2001, p. 777.

<sup>640</sup> Cf. AGAMBEN, 2004, p. 17-18.

<sup>641</sup> Há outra versão do texto em português, realizado por Willi Bolle, na década de 1980: “Crítica da violência: crítica do poder”. Sigo a fonte bibliográfica do livro de Agamben. Cf. AGAMBEN, 2004, p. 135.

<sup>642</sup> Tal dificuldade se dá por causa da ambivalência do termo *Gewalt*, que pode significar tanto violência quanto poder, ou em outra perspectiva implica, de forma indiscernível, uma zona comum entre poder e violência. O título em alemão é “Zur Kritik der Gewalt”. Cf. AGAMBEN, 2004, p. 84.

circunscrita como a apresentação das relações com o Direito e a Justiça”,<sup>643</sup> diz o autor, na entrada do texto. Em seguida, estende sua apresentação, permitindo o vislumbre da dimensão complexa do tema: “De fato, qualquer que seja a forma como uma causa atua, ela só se transforma em violência no sentido mais forte da palavra quando interfere como relações de ordem ética”.<sup>644</sup> As balizas do direito, da justiça e da ética estão ali para permitirem o desenvolvimento da argumentação do autor. Esta se estende ainda pela crítica dos “meios” e dos “fins”, no que se refere ao uso da violência e sua relação direta com a instância do direito. Não é minha intenção realizar a crítica extensa do ensaio aqui nestas páginas. Porém, é preciso entender o porquê da escolha de tais balizas, nesse momento. A complexidade dos temas, e além do mais o tom enigmático que caracteriza o ensaio, com suas investidas, por exemplo, em doutrinas teológicas – uma questão de método, em minha opinião – permitem estabelecer uma constante, em comparação com outros escritos. A inscrição do debate no campo mais amplo da ética permite relacionar a problemática posta pelo ensaio com o tema primeiro que vai marcar a recepção da obra de Benjamin após sua morte. Portanto, a crítica do poder como violência é uma etapa inicial e indispensável do projeto filosófico que desembocará nas *teses* sobre a história. Outra forma de postular a reciprocidade entre os temas da política e da ética. Lembro ao leitor o emparelhamento que este trabalho vem realizando, por sua vez, entre os espaços da política e da memória. Seguindo com Benjamin, vejamos: “A instituição de um Direito é a instituição de um poder político, um ato de manifestação direta da violência”<sup>645</sup>, diz o autor no desenvolvimento do texto. É importante lembrar o contexto da composição e da publicação do ensaio: o ambiente cultural e político entre a primeira guerra e a percepção do esboço de projetos nacionalistas de caráter autoritário na Europa, em particular, na Alemanha, a República de Weimar.<sup>646</sup> Em determinado ponto de mais clareza do ensaio, Benjamin enuncia como objetivo do texto “a questão central” sobre “a legitimidade de certos meios que constituem o poder”.<sup>647</sup> E é curioso que, ao discutir sobre uma instância de “entendimento” da qual a violência estaria excluída, seja a figura do “diálogo”, como “técnica de entendimento”, e a “linguagem” que lhe servem de modelos.<sup>648</sup> Entretanto, a

---

<sup>643</sup> BENJAMIN, 2010, p. 49.

<sup>644</sup> BENJAMIN, 2010, p. 49.

<sup>645</sup> BENJAMIN, 2010, p. 66.

<sup>646</sup> AGAMBEN, 2004, p.

<sup>647</sup> BENJAMIN, 2010, p. 51.

<sup>648</sup> BENJAMIN, 2010, p. 60.

escrita parece ter um solo concreto e imanente bem definido. E o texto o intento claro de intervenção no cenário político-cultural.

É sobretudo a incitação – polêmica – a refletir sobre a origem da sacralidade da vida humana que transporta o texto de Benjamin para o tempo atual. A quase cinquenta anos das elaborações a respeito do biopoder, iniciadas por Foucault, assombra sua lucidez profética em relação aos eventos que aconteceriam em pouco tempo. No terreno da crítica, um dos principais pontos de contato com a atualidade, como sabemos, é o trabalho de Agamben. Partindo, entre outros elementos, exatamente da investigação de uma “figura do direito romano arcaica” – o *homo sacer* –, o filósofo demonstra a ambivalência que permeia a ideia do sagrado e da lei, que o envolve. Tida pelos especialistas como “a mais antiga pena do direito romano criminal”<sup>649</sup>, a vida do *homo sacer* poderia ser sintetizada com os elementos simultâneos da “matabilidade” e da “insacrifibilidade”. Aquele que fosse pego por essa disposição legal poderia ser morto por qualquer um, sem que o ato acarretasse em sanção, tanto na esfera da legislação humana quanto na divina. Ou seja, o *homo sacer* era alguém posto “para fora da legislação humana [e, por conseguinte, da esfera política, não sendo reconhecido como membro da cidade] sem ultrapassar para a divina”.<sup>650</sup> Ele estaria entregue simplesmente a esfera da “vida nua”, sobre a qual se volta o “poder sangrento” e “mítico” do direito.<sup>651</sup>

A tarefa de investigar o contexto da vida do *homo sacer* serve a Agamben de subsídio para postular o emparelhamento com a figura do prisioneiro do campo de concentração. Lembremos que o “campo”, no trabalho do autor, é o paradigma contemporâneo da racionalidade política, e a existência, reduzida à condição da “vida nua”, do mesmo modo que no caso do *homo sacer*, assim como no do prisioneiro de Auschwitz, o efeito direto do dispositivo que se cerca da “força de lei”. E é o tema da violência que será ressaltado pelo autor quando, ao dar prosseguimento à sua pesquisa, ilumina os caminhos que tornaram o “estado de exceção” a regra do arranjo do poder na atualidade.

O contexto da discussão, entre outros locais, tem no “dossiê” que perfaz o diálogo virtual entre Benjamin e Carl Schmitt seu ponto mais instigante. Segundo Agamben, a disputa crítica girou em torno da argumentação quanto à propriedade da

---

<sup>649</sup> AGAMBEN, 2010, p. 74.

<sup>650</sup> AGAMBEN, 2010, p. 83.

<sup>651</sup> BENJAMIN, 2010, p. 68.

violência. Para o jurista (Schmitt), autor de um livro sobre a ditadura, publicado apenas um ano antes do ensaio de Benjamin, tratava-se de justificar a legitimidade do uso da violência, incorporando-a à forma da lei. Em contrapartida à violência embasada no direito, o filósofo alemão (Benjamin) propõe uma espécie de “violência pura”, associada à causa revolucionária e definitivamente fora dos limites da esfera da ordem jurídica. *Grosso modo*, na perspectiva do jurista a violência teria sua legitimidade assegurada, por exemplo, num momento de conflito interno ou de ameaça à segurança nacional: o estado de exceção seria o seu móbil. Para Benjamin, a propriedade da violência como ação humana não se encontrava, na realidade, circunscrita ao direito, existindo, portanto, uma esfera da existência para além do aparelho da lei. E assim, o trabalho sobre a violência teria a função de “desmascarar [...] a tentativa do poder estatal de anexar-se à anomia por meio do estado de exceção”.<sup>652</sup>

Segundo Agamben, encena-se através do debate intelectual uma faceta da “luta de gigantes” pelo controle da “zona de anomia” que constitui o estado de exceção.

Identificado, entre outros termos, como “ser juridicamente inominável”<sup>653</sup>, “zona de indiferenciação”<sup>654</sup>, não se trata, no estado de exceção, da simples manobra para fora da lei; ao contrário, ele consiste na suspensão estratégica da ordem jurídica, com o fim exclusivo da manutenção do poder. “Estar-fora e, ao mesmo tempo, pertencer” é o que define a “estrutura topológica do estado de exceção”.<sup>655</sup> O texto conciso de Agamben define o modo de operar do poder em sua relação com a lei: “O estado de exceção separa, pois, a norma de sua aplicação para tornar possível a aplicação. Introduce no direito uma zona de anomia para tornar possível a normatização do real”.<sup>656</sup> O caminho da história vai juntar a disposição do controle normativo, a violência, mascarada de ordem jurídica, e a “vida nua” numa forma de governo que, a despeito de assegurar o progresso da vida natural, transforma-se, em alguns locais, numa aberta tanatologia.

A escrita do livro sobre a Colônia Correcional é condicionada por esse modo de regulação do estado de exceção. E a violência é o diapasão que define, dessa vez, a seleção e o recorte das imagens. Lembremos, com Foucault, que a violência se erige

---

<sup>652</sup> AGAMBEN, 2004, p. 92.

<sup>653</sup> AGAMBEN, 2004, p. 14.

<sup>654</sup> AGAMBEN, 2004, p. 42.

<sup>655</sup> AGAMBEN, 2004, p. 57.

<sup>656</sup> AGAMBEN, 2004, p. 58.

numa estratégia que tem o objetivo de limitar, integralmente, a força do corpo ou da coisa sobre a qual incide; ela age restringindo qualquer possibilidade de resistência.<sup>657</sup> Dessa maneira, o que se ressalta no período da história sobre o cárcere na Colônia é o foco daqueles eventos marcados pelo uso da força e pela adequação do aparelho que reprime. Norma, força e violência se agrupam na organização da rotina do espaço projetado com o fim da normalização social. No caso particular da Colônia de Dois Rios, vê-se ainda o flerte chinfrim e esculhambado com a máquina de morte do governo totalitário: uma face do nosso “pequenino fascismo tupinambá”. É como admitir que os funcionários da máquina de repressão nacional se deixassem seduzir apenas parcialmente pelo desejo de ser instrumento. Enquanto nosso “pequeno fascismo” guarda a característica autóctone tupinambá, os funcionários emulam com Macunaína, para o bem e para o mal, numa antropofagia preguiçosa de se entregarem a um regime totalitário. Mais uma vez, penso não se tratar de uma simples reconstituição objetiva dos fatos, como aconteceria no intento de uma denúncia.

O narrador relembra os primeiros momentos no novo local de prisão: “éramos peças do mecanismo social – e os nossos papéis exigiam alguns carimbos. A degradação se realiza dentro da norma”.<sup>658</sup> O comentário se refere ao procedimento da repetitiva “burocracia” das prisões. Partindo dele, Graciliano empreende, por sua vez, a crítica do poder como violência. A aparentemente simples rotina da burocracia, com sua preocupação em catalogar, carimbar e por tudo em ordem, apresenta a banalidade da violência, sustentada, pois, nas “peças do mecanismo social”, os presos, certamente, mas também os “instrumentos” do poder. Assim, se a escrita apresenta a violência boçal e despropositada do anspeçada Alfeu, nos mostra ainda a cooptação daqueles presos, como Cubano, por exemplo, que podiam servir satisfatoriamente ao protocolo da disciplina carcerária. Da mesma forma, rompe, por vezes, a expectativa da adequação entre discurso e distribuição das funções, quando, por exemplo, reconhece o tratamento ético por parte do oficial responsável temporariamente pela direção da Colônia.

Uma cena, acontecida poucos dias depois da chegada do escritor à prisão, apresenta, com uma singular potência esclarecedora, a confluência da intenção de normalizar e do flerte inequívoco com a violência:

---

<sup>657</sup> FOUCAULT, 1995, p. 243.

<sup>658</sup> RAMOS, 2004, vol. II, p. 55,

Virei-me, enxerguei um tipinho de farda, de gorro branco, a passear em frente às linhas estateladas. Era vesgo e tinha um braço menor que o outro, suponho. Não me seria possível afirmar, foi impressão momentânea. Um sujeito miúdo, estrábico e manco a compensar todas as deficiências com uma arenga enérgica, em termos que me arrisco a reproduzir, sem receio de enganar-me. Um bichinho aleijado e branco, de farda branca e gorro certinho, redondo. Parecia ter uma banda morta. O discurso, incisivo e rápido, com certeza se dirigia aos recém-chegados:

- Aqui não há direito. Escutem. Nenhum direito. Quem foi grande esqueça-se disto. Aqui não há grandes. Tudo igual. Os que têm protetores ficam lá fora. Atenção. Vocês não vêm corrigir-se, estão ouvindo? Não vêm corrigir-se; vêm morrer.

Embora não me restasse ilusão, a franqueza nua abalou-me: sem papas na língua, suprimiam-nos de chofre qualquer direito e anunciavam friamente o desígnio de matar-nos. Singular. Constituíamos uma cidade numerosa, e não tínhamos nenhum direito, nem ao menos o direito de viver. Esquisita afirmação. Várias pessoas estavam ali sem processo, algumas deviam quebrar a cabeça a indagar porque as tratavam daquele jeito; não havia julgamento e expunham claro o desejo de assassiná-las. Não nos faziam ameaça vã, como notei depois. Atezanavam-me as palavras do caolho: todos iguais, nenhum direito, os soldados podiam jogar-nos impunemente no chão, rolar-nos a pontapés. E finar-nos-íamos devagar. Isto me trouxe ao pensamento a brandura dos nossos costumes, a índole pacífica nacional apregoada por sujeitos de má-fé ou idiotas. Em vez de meter-nos em fornos crematórios, iam destruir-nos pouco a pouco. Certamente era absurdo responsabilizar o Brasil, quarenta milhões de habitantes pela sentença do zarolho. Ali dentro haveria criaturas bem-intencionadas, mas não nos valeriam muito na engrenagem que nos agarra. Lembre-me do sargento de voz morna a gemer um conselho brando no escuro. Não podia alimentar-me, e esses propósitos generosos, deixavam firme a revelação dura: - “Vem morrer.” Sem dúvida. Quando chegaria a minha morte? Embora a julgasse próxima, de nenhum modo me desgostava.<sup>659</sup>

A imagem apresenta exemplarmente o contexto que é o produto do estado de exceção, efeito da suspensão tática do direito com o propósito de manter as engrenagens do governo em funcionamento. Ademais, vemos, como resultado de sua operacionalização, outros indícios da nova ordem político-social. Nela, o oficial médico figura como aquele que detém, ou assume temporariamente, o poder sobre a vida. Estamos, portanto, num terreno capturado eficientemente pela noção do biopoder.

---

<sup>659</sup> RAMOS, 2004, vol. II, p. 69-70.

#### 4.6. Outros indícios da *ordem nova*, protobiopolítica tupinambá

Foucault aponta a medicina como a técnica de controle, incorporada pelo poder, que soube realizar eficientemente o “intercâmbio” entre a “mecânica da disciplina” e o “princípio do direito”.<sup>660</sup> Numa engenhosa e perversa parceria de mútuo reconhecimento e de reforço do prestígio social, disciplina, direito e medicina se aliam: o caminho a seguir leva à conformação do novo poder. Têm como base o critério da cientificidade em uma, e a autodeclaração como centro responsável pela salvaguarda da “verdade”, por parte da outra. Com o passar do tempo, a demanda recíproca entre os elementos desenvolve uma zona indistinta; é nela que se opera, de forma clara, a potência do “saber-poder”. O contexto histórico em que se dá esse paulatino e instável diálogo, além de sua constante retroalimentação, é o solo da transformação por que passa o poder. Esquemáticamente, ela pode ser pensada como a sobreposição da forma do biopoder à forma do poder disciplinar. Nesse novo esquema, em que as técnicas de controle se imbricam e se potencializam, a figura do médico, assim como a do jurista, é um instrumento de destaque.

“Em última análise, o direito de matar é que detém efetivamente em si a própria essência desse direito de vida e de morte: é porque o soberano pode matar que ele exerce seu direito sobre a vida”.<sup>661</sup> Embora a enunciação se assemelhe à circunstância da Colônia, ela é fruto da reflexão, de Foucault, a respeito da natureza do poder do soberano, entendido aqui como o rei.

No plano da “teoria política”, por assim dizer, o poder soberano, ancorado na figura do rei, pode ser sintetizado na fórmula “fazer morrer, deixar viver”. Foucault desenvolve seu argumento demonstrando a natureza paradoxal da teoria que tenta conciliar direito de vida e direito de morte. Como visto, a conclusão é de que esse “direito” se cristaliza no arbítrio para definir a morte dos súditos. Assim funcionaria a organização do direito político do regime monárquico até pelo menos o século 19. A vida e a morte dos súditos eram um simples epifenômeno da vontade do rei. A vida não era dotada de nenhuma característica de direito natural, resguardado ao indivíduo.

---

<sup>660</sup> FOUCAULT, 2010, p. 34.

<sup>661</sup> FOUCAULT, 2010, p. 202.

Conforme Foucault, o direito político do século 19 é o momento histórico-cultural que testemunha a mudança na regra desse jogo. Na realidade, ela veio sendo elaborada desde o século 18. A discussão a respeito das possíveis formas de “contrato social” demonstra a iniciativa de limitação desse modo do poder. Girando ainda em torno do rei, ele serve como ferramenta para se penetrar no poder absoluto. Seu objetivo nasce da “necessidade” dos súditos de protegerem a própria vida, num ambiente marcado pela hostilidade e insegurança. Sem a pretensão de substituir o anterior, mas, pelo contrário, com o propósito de “completá-lo”, a nova configuração do poder é apresentada na fórmula “fazer viver, deixar morrer”.<sup>662</sup> O arbítrio sobre a morte não deixa de estar presente nessa nova conformação. E ainda que a lembrança do extermínio totalitário do século 20 seja muito forte, ele assume, com o passar do tempo, aspectos bem mais sutis, sem abrir mão da eficácia mortífera. Imbuído da tarefa de transformar a vida humana numa existência digna de se viver – “fazer viver” sobretudo os indivíduos mais aptos –, o poder se permite, assim, “deixar morrer” aqueles que continuam indesejáveis à mecânica social. É a observação do plano “das técnicas ou das tecnologias do poder” que permite perceber as diferenças, e as complementações, dos níveis de seu funcionamento. É dessa perspectiva que se pode notar a mudança: ela se dá através da incorporação de algumas tecnologias advindas da complexificação social. Como vimos, o poder disciplinar se caracteriza por seu programa de controle da “distribuição espacial dos corpos” e “do campo de visibilidade”. Seu terreno de ação é a vida individual, e seu objetivo primeiro a fabricação de sujeitos adequados à norma social. Lembremos: o contexto da emergência de uma nova forma de poder é aquele em que o médico, assim como o jurista a serviço do Estado, adquirem o status de guardião da verdade. Respalçado na técnica em que consiste seu ofício, o médico é apreendido pela rede do poder. Vontade de saber, vontade de poder e vontade de verdade se sobrepõem, de modo a não permitir a distinção da fronteira entre cada uma delas. A configuração do biopoder se deve ainda a outra circunstância histórica. Ele responde ao crescimento populacional e, sobretudo, à urbanização progressiva. Embasado na disposição investigativa controlada, o biopoder não visa mais o “controle dos corpos”, ou simplesmente a “vida dos homens”. Sua preocupação, nesse novo contexto, não é mais com o “homem-corpo”, e sim com o “homem vivo”, o “homem espécie”. Sem dispensar o objetivo do controle da multiplicidade, como planejado pela disciplina, a partir do

---

<sup>662</sup> FOUCAULT, 2010, p. 202.

“controle dos corpos”, a biopolítica tem como meta o controle, a discriminação, da “massa”. Foucault apresenta o surgimento e a proliferação das técnicas de “medição”, dos aparelhos envolvidos na atividade “demográfica” como os recursos através dos quais a nova forma de “controle” se estende à população como um organismo.<sup>663</sup>

O “exame”, caracterizado em seu “jogo de perguntas e respostas”, é uma das técnicas basilares do bom adestramento. Seu exercício implica tanto a vigilância hierárquica quanto uma espécie de sanção normalizadora. No princípio, sua finalidade era a extração da verdade do sujeito. Porém, estava sempre no horizonte de seu exercício a adequação à norma. Como bem demonstra Foucault, na contingência em que se opera o exame, o brilho da superposição entre as relações de saber e as relações de poder se deixa notar de forma singular.<sup>664</sup> É na trilha dessa função do poder que se inscreve a cooptação do médico. Seu terreno privilegiado de treinamento foi a construção dos primeiros hospitais, no século 18. Tal dispositivo serviu de laboratório para o aperfeiçoamento de uma técnica que, em pouco tempo, se generaliza a outras instituições sociais. Curiosamente é na circunstância de um exame, aspecto da repetitiva burocracia da prisão, que o narrador das *Memórias* nos apresenta o encontro entre os elementos característicos da nova forma de organização política.

Retiraram-nos do galpão, conduziram-nos a uma sala onde seríamos fichados [...] Vi de longe numerosas linhas de papel extenso, quesitos imprevisíveis que nos encheriam de espanto. Haviam-me citado um deles no Pavilhão dos Primários: “- Tem vícios secretos?” O funcionário cuidadoso ali presente, decompondo um dos meus amigos, traduzira a pergunta assim: “- É pederasta passivo?” Tinham-me falado nisso meses atrás, e parecera-me inacreditável que alguém tornasse mais cruel e mais grosseira a horrível injúria.<sup>665</sup>

Na companhia de um extrato significativo da “cidade numerosa” que formavam, Graciliano se encaminha para mais uma circunstância de fichamentos e de infundáveis questionários. Logo a personagem fica sabendo que esse aspecto adotado pelo exame era posto em prática pela figura de um médico. Surpreende a semelhança com que a lembrança do contexto do Pavilhão faz confluir exame, a figura do médico, o tema da sexualidade e a ideia de biopolítica. Em *A vontade de saber*, Foucault demonstra o uso estratégico do campo da sexualidade pelo poder. Justificado pela relevância da

---

<sup>663</sup> FOUCAULT, 2010, p. 204.

<sup>664</sup> FOUCAULT, 2010 a, p. 177-178.

<sup>665</sup> RAMOS, 2004, vol. II, p. 88.

investigação (e da repressão terapêutica) acerca da sexualidade feminina, por exemplo, e pela pedagogia da sexualidade infantil, o saldo da “ciência do sexo” rendeu a forma do eficiente “dispositivo da sexualidade”. Uma vez mais, a estratégia de fabricação de sujeitos ligados à verdade do sexo, e submetidos ao controle, num terreno da vida exclusivamente privado.<sup>666</sup> É bem provável que seja isso que o narrador almeja apresentar em sua reflexão indignada: “Não queria admitir que alguém se atribuísse o direito de me falar daquele modo. Sentia-me num enxurro, nivelava-me a ladrões, vagabundos, malandros, escórias da favela, reduzida a apanhar no chão pontas de cigarros, e, apesar de tudo, achava impossível dizerem-me tal coisa”.<sup>667</sup>

O trecho da cena apenas antecipa a expectativa da personagem quanto à possibilidade vexatória da imposição invasiva do exame. Para surpresa de Graciliano, o jovem médico que se submete à função era um “tipo educado”, a ponto de oferecer o alívio, dispondo-se a operá-lo, para resolver o problema de saúde que o atormentava na prisão. A negativa por parte do escritor não esconde a ansiedade causada pela situação, que transformava o rapaz benfeitor num algoz educado. Sem conseguir perceber se a violência havia sido efetivada em relação aos companheiros que o antecederam, Graciliano chega enfim à frente do médico. O jogo da entrevista é antecedido pela observação, na folha do questionário, do quesito temido.

A pena alcançou a injúria, suprimiu-a com um risco, desceu uma linha. Procurei os olhos do médico; estava de cabeça baixa e não parecia ter querido ser amável. A áspera delicadeza apenas significava a eliminação de um quesito inútil. Diabo. Não é difícil notar, depois de alguns minutos de conversa, que um indivíduo não é homossexual. E o médico, trabalhando no meio sórdido, conhecia essa gente, sem dúvida. Na linguagem crua, tencionava ser claro, sem rodeios. Julgava enxergar num rosto fugitivos indícios ambíguos e largava a expressão adequada; provavelmente isso não molestaria os indivíduos num lugar onde a inversão sexual era fato comum. O trabalho acabou e despedi-me em silêncio, evitando qualquer sinal de agradecimento: seria idiota agradecer não me haverem ofendido.<sup>668</sup>

É certo que o narrador reconstitui a circunstância em que a personagem delibera sobre a possibilidade de resistir à ofensa: “Evidentemente não me seria possível

---

<sup>666</sup> FOUCAULT, 2010 b, p. 101-118.

<sup>667</sup> RAMOS, 2004, vol. II, p. 89.

<sup>668</sup> RAMOS, 2004, vol. II, p. 90.

dar nenhuma resposta [...] Resolvi calar-me, embora isto me trouxesse consequências desagradáveis”.<sup>669</sup> E embora o jogo de imposição não tenha sido levado a cabo, a crítica da contingência que envolve a delegação da potência de impor o controle é evidente. Ela é composta, como venho desenvolvendo, pela presença do médico a serviço de um poder estatal, por sua localização estratégica no campo explícito de segregação social, e pela técnica sutil do exame, imposição da ancoragem do sujeito numa identidade. É curioso que dessa vez Graciliano não tenha se servido da argúcia que o fizera se impor assertivamente contra a demanda de fixação no tocante à religião. Afinal, responder, no evento da chegada ao Pavilhão dos Primários, com a enunciação que propunha a exclusão do quesito parece mais condizente com uma estratégia que sabe discernir a contingência de um exame. Ao contrário, dessa vez, Graciliano parece ter sucumbido, despercebidamente, à tática do saber-poder. E não por acaso alimenta a “verdade” fácil, e embusteira, imposta pelo dispositivo da sexualidade. Ainda que não seja possível apreender o objetivo imediato da economia do poder, que se organiza em torno da figura do médico, e incorpora o tema da sexualidade, entre outros, entender a ingerência do poder num terreno exclusivamente privado como simples estratégia normalizadora impede de percebê-la em sua dimensão complexa. E aí o que está em jogo é a luta num terreno que envolve outras variáveis.

É ainda na companhia de Foucault que podemos lançar luz sobre a rede do biopoder.

Como um poder como este pode matar, se é verdade que se trata essencialmente de alimentar a vida, de prolongar sua duração, de multiplicar suas possibilidades, de desviar seus acidentes, ou então de compensar suas deficiências? Como, nessas condições, é possível, para um poder político, matar, reclamar a morte, pedir a morte, mandar matar, dar a ordem de matar, expor à morte não só seus inimigos mas mesmo seus próprios cidadãos? Como esse poder que tem essencialmente o objetivo de fazer viver pode deixar morrer? Como exercer o poder da morte, como exercer a função da morte, num sistema político centrado no biopoder?<sup>670</sup>

Como sabemos, a resposta do filósofo é que, nesse ponto, intervém o racismo. É importante lembrar que aqui o termo não tem qualquer implicação biológica estável. Ele

---

<sup>669</sup> RAMOS, 2004, vol. II, p. 89.

<sup>670</sup> FOUCAULT, 2010, p. 214.

tem sua origem no que Foucault define como “guerra das raças”, um fenômeno do século 17. A acomodação dos grupos sociais sob a tutela de determinado governante absoluto é o seu contexto. Ela apresenta uma espécie de clivagem histórico-cultural, marcada pela distinção entre dois grupos de origem, religião ou língua diferentes. No decorrer da história, o tema assume outro sentido. Já no século 19, ele se aproxima bem do que seria a luta de classes, até se tornar, num movimento metaforizante, o que o filósofo chama de “racismo de Estado”.<sup>671</sup> O que está em jogo na guerra que se estende à política é a subjugação do outro. Foucault nos mostra que, na contemporaneidade, ele pode assumir aspectos múltiplos, condicionados por uma contingência complexa e singular.

Assim é fácil entender a enunciação do narrador quando ele diz: “Enfim não nos enganavam. Estávamos ali para morrer”.<sup>672</sup> No entanto, é preciso compreender que a morte, referida pelo narrador, e também por Foucault, tem aspectos que vão além da simples eliminação efetiva do inimigo. O relato das *Memórias*, em nenhum momento, apresenta a descrição de episódio que refira observação direta de homicídio. Quando acontece, ela tem como origem o ponto de vista de um terceiro, como o exemplo do relato de Chermont sobre o assassinato no porão do navio que trazia prisioneiros para o Pavilhão. A morte na Colônia tem a face da negligência médica diante do prisioneiro que rogava “pelo amor de Deus” por uma “injeção de morfina” para aliviar a dor da chaga aberta que lhe comia o baixo ventre.<sup>673</sup> É também a morte do homem sem “direito”. É sobretudo a morte política dos “novecentos homens num curral de arame”.<sup>674</sup> Na falta de uma ideologia racista organizada, como o plano de extermínio dos judeus e de seus descendentes, o “racismo” da repressão à brasileira tem como alvo um conjunto de inimigos que pode ser apresentado sob o epíteto do oficial que anunciava o destino dos prisioneiros à chegada à Ilha. Os inimigos do “pequeno fascismo tupinambá” são aqueles que não “tem protetores”, entre eles, certamente, encontravam-se “presos políticos” (comunistas e dissidentes), além dos “ladrões”; mas também, como se pode deduzir, os indivíduos sem distinção social, aqueles que viajam nos porões de navios, e vislumbram bem de longe os passageiros da primeira classe. É essa heterogeneidade confusa que circunscreve os oprimidos de nossa história.

---

<sup>671</sup> FOUCAULT, 2010, p. 65-66.

<sup>672</sup> RAMOS, 2004, vol. II, p. 74.

<sup>673</sup> RAMOS, 2004, vol. II, p. 152-153.

<sup>674</sup> RAMOS, 2004, vol. II, p. 71.

“Demais já podemos enxergar luz a distância, emergimos lentamente daquele mundo horrível de treva e morte. Na verdade estávamos mortos, vamos ressuscitando”.<sup>675</sup>

Na companhia dos espectros que redundaram da experiência no porão da ditadura mal disfarçada e no campo da Colônia de Dois Rios, o narrador das *Memórias* vai contar sua versão da história. No curso do trabalho, o conjunto daqueles que não tinham a proteção dos poderosos se amplia. E a narrativa se abre à “solidariedade a todos os infelizes que povoam a terra”.<sup>676</sup>

---

<sup>675</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 35.

<sup>676</sup> RAMOS *apud* FACIOLI, 1987, p. 72.

## 5. Estratégias II: o uso e a potência da língua

O ser da literatura seria o *ser* da língua onde esta se furta às ordenações que dão aos corpos vozes próprias para colocá-los em seu lugar e em sua função: uma perturbação na língua análoga à perturbação democrática dos corpos quando só a contingência igualitária os põe juntos.

Jacques Rancière, *Políticas da escrita*

Como a escrita de Graciliano escapa dos limites da prisão? Como ela opera na circunstância que se erige na forma do domínio? É hora, portanto, de discutir a respeito das estratégias de resistência utilizadas pela escrita da memória.

Ao nos referirmos ao primeiro sentido indicado [de estratégia], podemos chamar “estratégia de poder” ao conjunto dos meios operados para fazer funcionar ou para manter um dispositivo de poder. Podemos também falar de estratégia própria às relações de poder na medida em que estas constituem modos de ação sobre a ação possível, eventual, suposta dos outros. Podemos então decifrar em termos de “estratégias” os mecanismos utilizados nas relações de poder. Porém, o ponto mais importante é evidentemente a relação entre relações de poder e estratégias de confronto. Pois, se é verdade que no centro das relações de poder e como condição permanente de sua existência, há uma “insubmissão” e liberdades essencialmente renitentes, não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica, então, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta, sem que para tanto venham a se superpor, a perder sua especificidade e finalmente a se confundir.<sup>677</sup>

Os sentidos de “estratégia” estabelecidos por Foucault são complementares. Como reiterado acima, ela toma, por vezes, o aspecto dos “meios empregados para se chegar a um fim”. É ainda a “maneira pela qual num jogo um parceiro age em função

---

<sup>677</sup> FOUCAULT, 1995, p. 248.

daquilo que ele pensa dever ser a ação dos outros, e daquilo que ele acredita que os outros pensarão ser a dele”.<sup>678</sup> Por fim, ela assume a forma do “conjunto de procedimentos” utilizado num confronto, tendo sempre a finalidade de minar a potência de ação do adversário.

As estratégias de poder discriminadas pela escrita corroboram as premissas da teoria. Além disso, as alimentam, e as iluminam. Vimos que, sobretudo a partir da modernidade, o poder se exerce através de mecanismos que vão além da força. Agregando tecnologias advindas da transformação social, ele vai por em foco a fabricação de sujeitos. Sua principal estratégia é a subjetivação. Através dela fixa-se o indivíduo numa identidade. O campo privilegiado em que se dá o combate é a linguagem, sendo o discurso o espaço pelo qual se luta. Geralmente, a tática da subjetivação, um fenômeno incontornável, é usado, porém, por aquele que se encontra em vantagem estratégica, como recurso de um programa de governabilidade mais amplo, cuja intenção é mascarada. Nesse campo de “combate” mutante, travam-se lutas infundáveis. E ele assume aspectos variados. Na escrita de Graciliano, inicia-se com o contexto limitado da política circunscrita ao ambiente da família e do grupo escolar, e se desemboca, por fim, no ambiente da administração pública estadual, no círculo periférico de discussão cultural e nas engrenagens da repressão do governo autoritário. Nesse trajeto, acompanha-se a estratégia de subjetivação que captura o indivíduo na promessa da identidade de um “sujeito sabido”. Ele seria aquele apto a manejar as “armas terríveis”, que metaforizam as palavras. Em sua esteira, seguem a adequação à identidade do “pequeno burguês” e do funcionário do Estado, do pretense “literato” provinciano de carreira, e ainda do “político” bissexto, que logo desiste da função, diante da ciência da inadequação ao cargo.

Desenvolvo a partir de agora algumas considerações que pretendem fornecer a síntese provisória do percurso de análise que acompanhamos juntos. Para isso, procederei ao seguinte método. Promovo o espelhamento do recorte das proposições crítico-teóricas que foram nossas aliadas e do recorte das imagens da memória que apresentam os momentos singulares de intervenção. Como se pode deduzir, sobressaem-se as batalhas em torno da contingência em que se opera a subjetivação, assim como a contingência que apresenta a aspiração ao ato de assumir o poder, e, por conseguinte, o desejo de se firmar como a lei do discurso e a verdade histórica. O uso

---

<sup>678</sup> FOUCAULT, 1995, p. 247.

estratégico da memória e a incitação ao litígio constante das imagens e palavras são, em resumo, as movimentações do lado da resistência.

### 5.1. O uso estratégico da subjetivação: o homem que *faz livros*

O enfrentamento da estratégia da subjetivação não pode se dar, num primeiro momento, sem a correlata estratégia da dessubjetivação. Esse foi o tema da discussão do capítulo dois. Agora é preciso lançar luz sobre o ato crítico (e ético) que envolve a operação responsável por discriminar o movimento que envolve subjetivação e dessubjetivação recíprocas.

A escrita da memória é a estratégia de enfrentamento mais ampla adotada por Graciliano. O uso singular do memorialismo em prol da escrita implica no enfrentamento de outras técnicas de controle. Vimos que o discurso memorialista do autor de *Infância* não atende às expectativas tradicionais do gênero. Ele não se amolda ao pacto do discurso autobiográfico, e muito mesmo à intenção “do vencedor”, que perfaz a cronologia de determinado período de sua vida ou reconstitui os fatos de determinado evento que presenciara. Desde os romances em primeira pessoa, o recurso da memória foi reiteradamente lançado como uma espécie de crítica do contexto da “sujeição”. Na escrita essencialmente ficcional, a composição dos narradores dá início ao percurso da crítica sobre a propriedade do sujeito e de suas relações com o real. O procedimento da escrita (literária) é estruturalmente dotado da característica reflexiva. E sabemos que os narradores dos romances iniciais são também os responsáveis pela efetiva escrita da narrativa que recebemos. O literato provinciano e sem caráter, o senhor de terras embrutecido e o funcionário público cindido em duas ordens histórico-culturais resolvem escrever sobre sua vida tendo o aparente intuito da busca de uma identidade possível. O saldo do empreendimento é condicionado pela fratura que marca a experiência pessoal de cada um, assim como pela fratura que condiciona a relação com a linguagem. Ainda assim, o texto mantém a dívida estreita com a noção de *autobiografia*; a esta, como sabemos, associa-se facilmente a ideia de teleologia. Trata-se do que Foucault denominou de “organização da gênese”. Segundo o filósofo, “o pequeno *continuum* temporal da individualidade-gênese parece ser mesmo, como a individualidade-célula ou a individualidade-organismo um efeito e um objeto da

disciplina”.<sup>679</sup> O tempo linear é o molde que atende a essa expectativa. Se o caso de Paulo Honório, na espécie de “romance de formação” que se torna *S. Bernardo*, é o que mais facilmente permite a observação dessa característica, *Angústia* é o experimento-limite com o discurso ficcional. Manejando a escrita pelas táticas da encenação e da recursão<sup>680</sup>, o autor implode a forma do texto. O final da história que nos reporta direta e automaticamente a seu início libertará, a partir de então, e definitivamente, a escrita do jogo da concatenação de ações ou da lógica representacional. Para isso, será necessária uma nova concepção de sujeito. Depois do *estilhaçamento* do sujeito-indivíduo, que conseguia apreender e se aproximar da “ilusão autobiográfica” apenas através dos fragmentos<sup>681</sup>, é hora de pensar uma nova configuração para o ser que vai ocupar o lugar da enunciação.

Que mudança se opera com a migração para o experimento aberto da memória? É esse ponto que, penso, permite a observação de outra tática de resistência. Que diferença há então entre a reconstituição da escrita da memória e a ficção memorialista? O primeiro ponto que identifico é a singularidade do processo de dessubjetivação e subjetivação implicado. Porém, essa face da estratégia é intrínseca à nova configuração do tempo, que advém dela. Nesse caso, a opção pelo uso da estratégia memorialista permite a conformação de um narrador que agencia o intercâmbio da experiência entre a personagem dita protagonista (além do mais, reflexo do autor e do narrador), vamos dizer assim, e as demais personagens. O tempo da escrita da memória é o tempo múltiplo (e coletivo) da reminiscência. A linha do tempo não atende à demanda de representação dessa experiência temporal. A constelação seria uma eficiente figura capaz de apresentá-la. Nela cada evento é iluminado pela potência da recordação, em dependência direta com a perspectiva que se adota no presente, que agora serve como mero ponto de ancoragem. O novo desenho encena o que já me referi como sendo uma espécie de sacrifício da figura do autor, entendido aqui como o elemento da convenção cultural que representa aquele que escreve.<sup>682</sup> Como vimos no capítulo dois, na esteira

---

<sup>679</sup> FOUCAULT, 2010 a, p. 155.

<sup>680</sup> WALTY, 2012, p. 151-159.

<sup>681</sup> MIRANDA, 1992, p. 50-55.

<sup>682</sup> É curioso que nos títulos convencionalmente classificados de “memórias”, o autor não grafie em nenhum momento o nome próprio. Ao contrário do que acontece em relação a outras personagens “reais”, tanto no livro sobre a infância quanto no que reconstitui o evento da prisão. Em *Memórias do cárcere*, por exemplo, ele opta pelo vocativo “- Ó, fulano.”, quando precisa encenar sua suposta presença na narrativa também como personagem. No limite, o recurso propicia a indecidibilidade da leitura, no tocante à sua inscrição num gênero determinado. Memórias, ficção, autobiografia? Refuncionalização do gênero memorialista?

da discussão sobre a propriedade do autor, não importa quem fala, mas sim em que circunstância, e com que finalidade, é possível entrar no espaço da enunciação. No processo em questão é como se o movimento da subjetivação e da dessubjetivação tivesse completado um giro inteiro. O indivíduo que se vê no umbral que marca o intervalo entre o discurso e a língua vislumbra uma fresta. Assim, pode se decidir pela máscara (o autor de memórias, por exemplo) que melhor lhe convém. Está aí uma forma de intervir no processo de subjetivação, e, por conseguinte, de se posicionar no campo de combate que a escrita desenha com palavras e imagens.<sup>683</sup>

O problema central do poder não é o da “servidão voluntária” (como poderíamos desejar ser escravos?): no centro da relação de poder, “provocando-a” incessantemente, encontra-se a recalcitrância do querer e a intransigência da liberdade. Mais do que um “antagonismo” essencial, seria melhor falar de um “agonismo” – de uma relação que é ao mesmo tempo, de incitação recíproca e de luta; trata-se, portanto, menos de uma oposição de termos que se bloqueiam mutuamente do que de uma provocação permanente.<sup>684</sup>

Uma cena singular apresenta a montagem do momento de decisão e a reflexão sobre a necessidade de intervir no campo da história que vivenciava.

Chegávamos a cancela. E experimentei de chofre a necessidade imperiosa de expandir-me num clara ameaça. A desarrazoada tentação era tão forte que naquele instante não me ocorreu nenhuma ideia de perigo.

- Levo recordações excelentes, doutor. E hei de pagar um dia a hospitalidade que os senhores me deram.

---

<sup>683</sup> AGAMBEN, 2009, p. 50-51.

<sup>684</sup> FOUCAULT, 1995, p. 245.

- Pagar como? Exclamou a personagem.
  - Contando lá fora o que existe na Ilha Grande.
  - Contando?
  - Sim, doutor, escrevendo. Ponho tudo isso no papel.
- O diretor suplente recuou, esbugalhou os olhos e inquiriu carrancudo.
- O senhor é jornalista?
  - Não senhor. Faço livros. Vou fazer um sobre a Colônia Correccional. Duzentas páginas ou mais. Os senhores me deram assunto magnífico. Uma história curiosa, sem dúvida.
- O médico enterrou-me os olhos duros, o rosto cortante, cheio de sombras. Deu-me as costas e saiu resmungando:
- A culpa é desses cavalos que mandam para aqui gente que sabe escrever.<sup>685</sup>

A imagem reconstitui o instante passado pouco antes da saída da Colônia Correccional. O diálogo despretensioso com o médico que dirigia a instituição é rico em sugestões relativas ao modo de lidar com o poder que ia além da violência organizada. Ao responder negativamente à pergunta que tentava fixa-lo numa identidade condizente com aquele que exerce a atividade da escrita, Graciliano se esquivava habilidosamente das amarras da subjetivação. Além do mais, a jogada define seus meios e seu fim. Não sendo jornalista, seu trabalho não teria o intento precípua da comunicação ou da denúncia, e, sobretudo, não se apresentava como guardião da lei da verdade. A resposta genérica com que se apresenta reforça sua intenção. Ao contrário do que se espera o autor não se identifica com o rótulo que dá contorno a uma individualidade, como seria o caso do escritor, do romancista ou do literato. Ele prefere se apresentar com o nome da *função* que caracteriza a atividade da escrita.

O receio de cometer indiscrição exibindo em público pessoas que tiveram comigo convivência forçada já não me apoquentava. Muitos desses antigos companheiros distanciaram-se, apagaram-se. Outros permaneceram junto a mim, ou vão reaparecendo ao cabo de longa ausência, alteram-se, completam-se, avivam recordações meio confusas – e não vejo inconveniência em mostrá-los. Alguns reclamam a tarefa, consideram-na dever, oferecem-me dados, relembram figuras desaparecidas, espicaçam-me por todos os meios. Acho que estão certos: a exigência se fixa, domina-me.<sup>686</sup>

---

<sup>685</sup> RAMOS, 2004, vol. II, p. 158.

<sup>686</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 35.

O narrador que emerge da circunstância da recordação tem clareza de que a prática da escrita é um ato indissociável da comunidade. Assim, ele está ainda a serviço de uma força. Trata-se da força de resistência, à qual se põe a serviço. A prática que dela deriva, como postula Rancière, figura idealmente como o exercício da literatura a partir da modernidade. A comunidade da memória é formada pelo conjunto heterogêneo de indivíduos: “Há entre eles homens de várias classes, das profissões mais diversas, muito altas e muito baixas, apertadas nelas como estojos”. O mérito do discurso memorialista de Graciliano é romper os limites do enquadramento que captura cada uma das personagens. E assim se torna mais clara a declaração que escamoteia a tática da superação do procedimento de subjetivação e de dessubjetivação, que acarretava numa forma espectral de vida do sujeito. Reitero a imagem do uso estratégico da subjetivação: um novo modo de subjetivação, uma subjetivação qualquer, livre da individualização imposta pela máquina do poder, aberta à modulação democrática da comunidade da lembrança.

Desgosta-me usar a primeira pessoa. Se se tratasse de ficção bem, fala um sujeito mais ou menos imaginário; fora daí é desagradável adotar o pronomezinho irritante, embora se façam malabarismos por evitá-lo. Desculpo-me alegando que ele me facilita a narração. Além disso não desejo ultrapassar o meu tamanho ordinário. Esgueirar-me-ei para os cantos obscuros, fugirei às discussões, esconder-me-ei prudente por detrás dos que merecem patentear-se.<sup>687</sup>

A intervenção nas funções da língua é o ponto chave da estratégia. A mesma motivação fazia Benjamin incitar os trabalhadores da escrita.

Por isso, Aragon tem razão quando afirma, em outro contexto: “o intelectual revolucionário aparece antes de tudo como um traidor à sua classe de origem”. No escritor, essa traição consiste num comportamento que o transforma de fornecedor do aparelho de produção intelectual em engenheiro que vê sua tarefa na adaptação desse aparelho aos fins da revolução proletária.<sup>688</sup>

---

<sup>687</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 37.

<sup>688</sup> BENJAMIN, 1994, p. 136.

O contexto do pronunciamento é o combate à escalada do fascismo, que se generalizava, em formas particulares, sobre a Europa. A discussão a respeito da aderência da arte a aspectos comprometidos com a “tendência” político-ideológica, bem como a manutenção da qualidade técnica, é o seu pano de fundo. A opinião de Benjamin era a de que a arte relevante deveria se posicionar na confluência das duas exigências. Daí a lembrança do surrealista francês, seguida da profissão de fé, até então, na revolução proletária. Porém, as questões deixadas pelo filósofo são a verdadeira provocação à prática da escrita.

Consegue promover a socialização dos meios de produção intelectual? Vislumbra caminho para organizar os trabalhadores no próprio processo produtivo? Tem propostas para a refuncionalização do romance, do drama, da poesia?<sup>689</sup>

Uma disposição parecida marca a lembrança do diálogo entre a personagem de Graciliano e o representante dos prisioneiros que formavam o conjunto dos manifestantes do levante comunista. Depois de atender à demanda de revisão da correspondência que os presos planejavam enviar a um deputado, Graciliano responde com ironia a sugestão que o revestia prospectivamente, no governo revolucionário, da função de interlocutor com ministros e gente do alto.

- Meu amigo, você está equivocado. Eu não sou burguês, não exploro ninguém. Se fosse burguês não estaria aqui. Não pertencço a nenhuma classe, vivo numa camada vacilante, sem caráter. E nunca me entendi com ministros, ando muito longe dos ministros.<sup>690</sup>

Vejamos então outro modo de intervir nos mecanismos da língua. Penso que a refuncionalização da escrita é a principal característica da tática de Graciliano. E algumas vezes, para ela se tornar efetiva, é necessário apenas desativar qualquer noção de valor de uso a ela associado, como num jogo. Sabemos que esse termo, em outras línguas como o inglês e o francês, por exemplo, designa, além do mais, a brincadeira das crianças. Seria uma forma de subscrever o enunciado que propõe que a literatura é uma “brincadeira elevada”?<sup>691</sup>

---

<sup>689</sup> BENJAMIN, 1994, p. 136.

<sup>690</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 100.

<sup>691</sup> ADORNO, 2003, p. 61,

## 5.2. *Experimento sem verdade*, memória, potência, história

Rancière descreve de maneira eficiente a contingência em que se dá a intervenção na língua. Percebo a semelhança com o contexto que corrobora a estratégia da composição de Graciliano.

A literatura não existe nem como resultado de uma convenção nem como efetuação de um poder específico da linguagem. Ela existe na relação entre uma posição de enunciação indeterminada e certas fábulas que põem em jogo a natureza do ser falante e a relação da partilha dos discursos com a partilha dos corpos.<sup>692</sup>

Qual a implicação do arranjo do narrador da escrita da memória? Em torno de quê se dá o combate no território que envolve o discurso e a escrita? No tocante à liberdade que deriva do posicionamento flutuante do *locus* enunciativo, a escrita no *agora*, implodindo o *continuum* da história, promove uma vez mais a intervenção na experiência do tempo. É como se ela operasse o seu próprio “estado de emergência”, suspendendo estrategicamente a lei que liga a verdade à cronologia dos fatos.

Aqui nos aproximamos de Benjamin novamente.

A tradição dos oprimidos nos ensina que o "estado de exceção" em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; com isso, nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerado como uma norma histórica. O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no século XX "ainda" sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável.<sup>693</sup>

---

<sup>692</sup> RANCIÈRE, 1995, p. 45.

<sup>693</sup> BENJAMIN, 1994, p. 226.

Nesse caso, a mensagem de Benjamim não pode ser mais clara. Trata-se de pensar uma nova história, uma nova maneira de escrever a história. Posiciono a estratégia de Graciliano na confluência das intenções que caminham para esse objetivo.

Fazendo eco as considerações acerca da intervenção na língua, Rancière expande o domínio da questão que envolve os elementos “técnicos” da composição. Em seu enalço é que se pode propor o questionamento: em que termos se dão a disputa em torno dos critérios da verdade e da falsidade, no tocante ao discurso e à história, entendida aqui amplamente como o relato do processo temporal?

É com a invenção de novas máquinas de escrita que o “discurso do alto” deve, incessantemente, se proteger dos próprios efeitos de disseminação [...] A literatura é o modo do discurso que se institui quando a recusa da mentira pura e simples da mimese poética leva à discussão sobre a verdade ou a falsidade da escrita.<sup>694</sup>

Graciliano propõe uma questão parecida, tendo como base a linguagem própria a escrita literária. Trata-se de um fragmento de *Infância*. A lembrança apresenta a reflexão de segunda mão do narrador que tem como solo a presença da personagem (o menino) num enterro. Celebrava-se a morte de um colega de classe. Perambulando pelo cemitério, a criança se depara com um “ossuário”, localizado na fresta de um muro. Lá ele se vê diante de alguns esqueletos; o crânio de um deles, que parece fitá-lo, é o responsável pela reflexão no momento da escrita.

Estas letras me pareciam naquele tempo confusas e pedantes. Mas o artifício da composição não exclui a substância do fato. Esforcei-me por destrinçar as coisas inomináveis existentes no meu espírito infantil, numa balbúrdia. É por terem sido inomináveis que agora se apresentam duvidosas. Afinal não me surgiam dificuldades. Haviam-me exposto várias lendas. Vencida a resistência inicial, pusera-me a confirmá-las. Negava-as de repente em globo, sem análises. Não me embaraçava em dúvidas. Tinha dito *sim*; entrava a dizer *não*: uma caveira motivava o desmoronamento [...] Os fantasmas voltaram, abrandaram-me a solidão, sumiram-se pouco a pouco e foram substituídos por outros fantasmas.<sup>695</sup>

---

<sup>694</sup> RANCIÈRE, 1995, p. 13

<sup>695</sup> RAMOS, 2011, p. 192.

A “indiferença” e “imobilidade” da caveira parecem ter feito mais do que libertar a criança das “lendas” compostas pelas “almas do outro mundo”. No caminho que liga o sentido (sensível) à palavra, dá-se um curto-circuito: “Tinha dito *sim*; entrava a dizer *não*”. O esforço por “destrinçar as coisas inomináveis” no “espírito infantil” não garante a estabilidade da semelhança, propiciada pelo “inteligível” de uma “Ideia”. Além do mais, reconhecer que o produto final da composição que “não exclui a substância do fato” redundaria num “fantasma”, é, pois, uma maneira de subscrever a relação inextricável entre imanência e linguagem. É ainda um modo singular de intervir na questão da teoria da representação, que tem na “Ideia” platônica sua base. Curiosamente é atentando ao que não se pode perceber<sup>696</sup> que o narrador se abre para uma concepção “estética” do real.<sup>697</sup> Se os primeiros fantasmas representam a ideia da morte, suscitada pela presença da caveira, os posteriores serão uma forma de celebrar a presença real dela, num “simulacro” que se dissemina, uma constante que atravessa toda a existência.

É instrutivo pensar como se opera a contraposição dos “pontos de claridade” que caracterizam a “angústia” da escrita da experiência da memória em relação ao “sol platônico” da Ideia<sup>698</sup>, que asseguraria a semelhança e a verdade.

Como sabemos, a opção de Graciliano é pela diferença. Comentando ainda sobre o processo da escrita da lembrança infantil, ele diz: “Certas coisas existem por derivação e associação; repetem-se, impõem-se – e, em letra de forma, tomam consciência, ganham raízes”.<sup>699</sup>

Agamben nos conscientiza de que a disputa sobre o “ser puro” da metafísica ocidental teria seu paralelo no terreno da política. Neste, o “estado de exceção”, a “zona de anomia”, como a define o filósofo, seria o móbil de uma das faces dessa “luta de gigantes”. Em termos gerais, é como se o direito e a linguagem tivessem a necessidade de instaurar uma “zona anômica”, para incidir seus poderes sobre o mundo da vida. O controle do “espaço vazio” que daí se deriva seria a razão de todo o empenho do conflito. *Grosso modo*, em cada caso em particular, ele teria o aspecto da “ideia”, ou do ser puro, e também do *logos*; ou ainda, o do discurso, e o da “lei”, sob o controle do “estado de exceção”.<sup>700</sup>

---

<sup>696</sup> “As imagens [que] também seriam gastas pelos vermes”. Cf. RAMOS, 2011, p. 201;

<sup>697</sup> Cf. DELEUZE, 1974, p. 264-267.

<sup>698</sup> RANCIÈRE, 2011, p. 287.

<sup>699</sup> RAMOS, 2011, p. 27.

<sup>700</sup> Cf. AGAMBEN, 2004, p. 92-93.

Que tipo de resistência pode se pensar diante desse quadro? Que consequências ele traz para a contingência da escrita da memória? O uso estratégico da subjetivação foi o primeiro movimento tático de intervenção. Agora é preciso discriminar, como bem lembra Agamben, o “jogo” que busca desativar os poderes da lei do discurso. É preciso atentar como a escrita propõe tornar inativo o poder que se firma no significado e na “vontade de verdade”; uma forma singular de poder-saber derivada do embate em torno da definição do “ser” de verdade, assim como da “verdade” do discurso”.

O que abre uma passagem para a justiça não é a anulação, mas a desativação e a inativação do direito [...] Um dia, a humanidade brincarà com o direito como as crianças brincam com os objetos fora de uso, não para devolvê-los a seu uso canônico e, sim, para libertá-los definitivamente dele. O que se encontra depois do direito não é um valor de uso mais próprio e original e que precederia o direito, mas um novo uso, que só nasce depois dele.<sup>701</sup>

Como se opera o jogo da escrita da memória em seu próprio estado de exceção? Seria pertinente pensar num uso estratégico da “vontade de saber”, que suspenderia, assim, a unívoca “vontade da verdade” dos fatos e dos documentos?

Afirmarei que sejam absolutamente exatas? Leviandade. Em conversa ouvida na rua, a ausência de algumas sílabas me levou a conclusão falsa – e involuntariamente criei um boato. Estarei mentindo? Julgo que não. Enquanto não se reconstituírem as sílabas perdidas o meu boato, se não for absurdo, permanece, e é possível que esses sons tenham sido eliminados por brigarem com o resto do discurso. Quem sabe se eles aí não se encaixaram com intuito de logro? Nesse caso havia conveniência em suprimi-los, distinguir além deles uma verdade superior a outra verdade convencional e aparente, uma verdade expressa de relance nas fisionomias. Um sentido recusou a percepção de outro, substitui-a. Onde estará o erro?<sup>702</sup>

Discutindo a categoria aristotélica da possibilidade, Agamben nos demonstra que a potência só pode adquirir toda sua efetividade quando assegura, apenas e ao mesmo tempo, a possibilidade do *não*.<sup>703</sup> Figura primeira do pensamento, no tocante à escrita não se trata de dizer, exclusiva e definitivamente, a verdade dos fatos; trata-se

---

<sup>701</sup> AGAMBEN, 2004, p. 98.

<sup>702</sup> RAMOS, 2004, vol. I, p. 36.

<sup>703</sup> AGAMBEN, 2008 b, p. 19.

sobretudo de se abrir à possibilidade do dizer; o que está em jogo é o discurso enquanto acontecimento. Conforme Agamben, trata-se de um “experimento sem verdade”. O conceito usado por Walter Lüssi para designar a escrita de Robert Walser é alçado a “paradigma da experiência literária” pelo filósofo italiano:

[...] dado que não só na ciência, mas também na poesia e no pensamento se preparam experimentos. Estes não concernem simplesmente, como os experimentos científicos, à verdade ou à falsidade de uma hipótese, o verificar-se ou não verificar-se de alguma coisa, mas põem em questão o próprio ser, antes ou para lá do seu ser verdadeiro ou falso. Estes experimentos são sem verdade, porque neles a verdade é posta em causa.<sup>704</sup>

É com alguma ambivalência que Graciliano justifica a superação do critério da falta dos apontamentos que fizera durante a prisão. Sim, eles fariam falta durante a escrita. No entanto, o narrador das *Memórias* decide que talvez tenha sido um bom negócio seu extravio: “as coisas verdadeiras poderiam não ser verossímeis”. Mas o que parece estar em questão dessa vez não é a simples natureza mais filosófica da literatura em contraposição à história. Trata-se do empenho da escrita em se imiscuir na questão sobre a natureza mesma da verdade, seja filosófica, histórica ou poética. A memória é o centro agenciador desse embate. Livrando-se das notas colhidas durante o cárcere, o narrador se abre à grande assembleia que figura a reminiscência. No palco da lembrança desfilam os espectros dos homens de várias classes metidos em seus estojos. A memória admite aqui toda sua característica de potência de um experimento de reconstituição do tempo. E a escrita, por sua vez, oscilando entre o eu irritante, necessário à composição, e a terceira pessoa que marca a impessoalidade do texto da memória, é a encenação em ato do litígio permanente das imagens e palavras. A escrita da memória é a incitação a um combate, o escape ao governo das possibilidades do uso da língua, da recordação e do tempo.

Trata-se de redescobrir o sangue que secou nos códigos, e, por conseguinte, não, sob a fugacidade da história, o absoluto do direito: não reportar a relatividade da história ao absoluto da lei da verdade, mas, sob a estabilidade do direito, redescobrir o *infinito da história*, sob a fórmula da lei, os gritos da guerra, sob o equilíbrio da justiça, a dissimetria das forças.<sup>705</sup>

---

<sup>704</sup> AGAMBEN, 2008 b, p. 33.

<sup>705</sup> FOUCAULT, 2010, p. 47. Grifos meus.

O combate dá continuidade à política, Trata-se de um experimento que constitui em pensar as possibilidades de novas formas de vida em comum.

## Referências bibliográficas

### ***Textos de Graciliano Ramos***

RAMOS, Graciliano. *Caetés*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

RAMOS, Graciliano. *S. Bernardo*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

RAMOS, Graciliano. *Angústia*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005.

RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

RAMOS, Graciliano. *Insônia*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004, vol. I e II.

RAMOS, Graciliano. *Viagem*. Rio de Janeiro: Record, 2007 a.

RAMOS, Graciliano. *Linhas tortas*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005 a.

RAMOS, Graciliano. *Viventes das Alagoas*. Rio de Janeiro: Record, 2007 b.

RAMOS, Graciliano. *Alexandre e outros heróis*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1998.

RAMOS, Graciliano. *Cartas*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

RAMOS, Graciliano. *Garranchos*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

### ***Textos literários e textos crítico-teóricos***

ADORNO, Theodor. A posição do narrador no romance contemporâneo. In: *Notas de literatura I*. São Paulo: Ed. 34, 2003, p. 55-63.

ADORNO, Theodor. O ensaio como forma. In: *Notas de literatura I*. São Paulo: Ed. 34, 2003, p. 16-45.

AGAMBEN, Giorgio. *A comunidade que vem*. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

AGAMBEN, Giorgio. Barteby, ou Da Contingência. In: *Barteby. Escrita da potência*. Lisboa: Assírio e Alvim, 2008 b, p. 7-49.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. Experimentum linguae. In: *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008, p. 9-18.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer – o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

AGAMBEN, Giorgio. Infância e história: ensaio sobre a destruição da experiência. In: *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008, p. 19-78.

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz*. São Paulo: Boitempo, 2008 a.

AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007 a.

AGAMBEN, Giorgio. Tempo e história: crítica do instante e do contínuo. In: *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008, p. 109-127.

ARISTÓTELES. *Arte poética*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

ASSMANN, Jan. Introducción: “Qué es la “memoria cultural?”. In: *Religión y memoria cultural – Diez estudios*. Buenos Aires: Lilmod, Libros de la Araucaria, 2008, p. 17-50.

BADIOU, Alain. Introdução. In: *O ser e o evento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Ed. UFRJ, 1996, p. 11-25.

BAPTISTA, Abel Barros. Na torre da igreja uma coruja piou: autor ficcional e a ficção do livro em ‘São Bernardo’, *Revista Colóquio/Letras*, n, 129-130, jul 1993, p. 159-182.

BAPTISTA, Abel Barros. *O livro agreste: ensaio de curso de literatura brasileira*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2005.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 49-53.

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, s.d.

BARTHES, Roland. O efeito do real. In: *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, 1987a, p. 131-136.

BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BARTHES, Roland. Prefácio. In: *Sade, Fourier, Loyola*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. IX-XIX.

BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, Roland (Org.). *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes, 1976, p. 19-60.

BASTOS, Hermenegildo. *Memórias do cárcere: literatura e testemunho*. Brasília: Ed. UnB, 1998.

BENJAMIN, Walter. A imagem de Proust. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 36-49. (Obras escolhidas vol. I).

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 114-119. (Obras escolhidas vol. I).

BENJAMIN, Walter. O autor como produtor. Conferência pronunciada no Instituto para o Estudo do Fascismo, em 27 de abril de 1934. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 120-136. (Obras escolhidas vol. I).

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221. (Obras escolhidas vol. I).

BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: COSTA LIMA, Luiz. *Teoria da literatura em suas fontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, vol. 2, p. 689-704.

BENJAMIN, Walter. Sobre a crítica do poder como violência. In: *O anjo da história*. Lisboa: Assírio e Alvim, 2010, p. 49-71.

BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire. In: *Charles Baudelaire. Um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 103-149. (Obras escolhidas vol. III).

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 222-234. (Obras escolhidas vol. I).

BENTO, Conceição Aparecida. A prisão e a escrita: desagregação e agregação em *Memórias do cárcere*. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n. 12, 2008, p. 217-238.

BENVENISTE, Émile. A linguagem e a experiência humana. In: *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes Editores, 2006, p. 68-80.

BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes Editores, 2006, p. 81-90.

BHABHA, Homi. O compromisso com a teoria. In: *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 43-69.

BHABHA, Homi. Disseminação: o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna. In: *O local da cultura*. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1998, p. 198-238.

BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. UnB, 1997, vol. 1 e 2.

BOSI, Alfredo. A escrita do testemunho em *Memórias do cárcere*. In: *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 221-237.

BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1988.

BRAYNER, Sônia. *Graciliano Ramos*. Coleção Fortuna Crítica 2. (Direção de Afrânio Coutinho). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil: 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

BRUNACCI, Maria Izabel. *Graciliano Ramos: um escritor personagem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Edusp, 2006.

CANDIDO, Antonio. A revolução de 30 e a cultura, *Novos Estudos*, São Paulo, abril 1984, p. 27-36.

CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CARPEAUX, Otto Maria. Visão de Graciliano. In: GARBUGLIO, José Carlos et. all. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Ática, 1987, p. 243-248.

CARVALHAL, Tânia Franco. Literatura comparada: a estratégia interdisciplinar. In: *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n. 1, 1991, p. 9-21.

CARVALHO, José Murilo de. Vargas e o problema da conciliação: entre liberdade e igualdade, *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 210, nov. 2004, p. 32-35.

CHAUÍ, Marilena. Apresentando o livro de Lefort. In: LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 9-14.

COELHO, Willy Carvalho. Memória, literatura, poder: projeção de dados sobre a relação em Graciliano Ramos, *Literatura e Autoritarismo*, Dossiê 06: Imagem e Memória, p. 87-201. Disponível em: [http://w3.ufsm.br/grpesqla/revista/dossie06/art\\_14.php](http://w3.ufsm.br/grpesqla/revista/dossie06/art_14.php).

COLÓQUIO GRACILIANO RAMOS. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 2008,

COMPAGNON, Antoine. *Literatura para quê?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

CORNELSEN, Élcio; VIEIRA, Elisa; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Orgs.). Imagem e memória: uma relação fundamental. In: *Imagem e memória*. Belo Horizonte: Ed. FAE/UFMG, 2012, p. 9-19.

COSTA LIMA, Luiz. Um estudo de caso: as *Memórias do Cárcere*. In: *História, ficção, literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 354-364.

CPDOC/FGV. BARATA, Agildo. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>

CPDOC/FGV. BONFIM, Antônio Maciel. [Miranda]. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>

CREELEY, Robert. *A um (As one)*. (Organização Régis Bonvicino). São Paulo: Ateliê Editorial, 1997.

CULLER, Jonathan. Narrativa. In: *Teoria Literária: uma introdução*. São Paulo: Beca Produções Culturais Ltda, 1999, p. 84-94.

DELEUZE, Gilles. As estratégias ou o não-estratificado: o pensamento do lado de fora (poder). In: *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005, p. 78-100.

DELEUZE, Gilles. Platão e o simulacro. In: *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 259-271.

DELEUZE, Gilles. Um novo cartógrafo (Vigiar e punir). In: *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005, p. 33-56.

DERRIDA, Jacques. *Esta estranha instituição chamada literatura – Uma entrevista com Jacques Derrida*. (pdf)

DERRIDA, Jacques. O phármakon. In: *A farmácia de Platão*. São Paulo: Iluminuras, 1991, p. 43-64.

DICIONÁRIO POLÍTICO – LIGA DOS COMUNISTAS. Disponível em: [http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/k/kun\\_cohen\\_bela.htm](http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/k/kun_cohen_bela.htm)

DIDI-HUBERMAN, Georges. A imagem crítica. In: *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Ed. 34, 1998, p. 169-200.

DIDI-HUBERMAN, Georges. En el ojo mismo de la historia. In: *Cuando las imágenes toman posición*. Madrid: Antonio Machado Libros, 2008, s.p.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Forma e intensidade. In: *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Ed. 34, 1998, p. 201-231.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Image et lisibilité de l'histoire. In: *Remontages du temps subi – L'oeil de l'histoire 2*. Paris: Les Éditions de Minuit, 2010, p. 11-24.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

DUARTE, Rodrigo. *A arte*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

FACIOLI, Valentim. Um homem bruto da terra: biografia intelectual. In: GARBUGLIO, José Carlos et. all. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Ática, 1987, p. 23-106.

FACIOLI, Valentim. Dettera: ilusão e verdade. Sobre a (im)propriedade de alguns narradores de Graciliano Ramos, *Revista do IEB*, v. 35, 1993; p. 43-68.

FAORO, Raymundo. A emergência do Estado forte e o chefe ditatorial. In: *Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001, p. 760-794.

FAUSTO, Boris. *Caderno CEBRAP 10 – Pequenos ensaios de história da República: 1889-1945*. São Paulo: Cebrap. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/biblioteca-virtual/biblioteca-virtualexibe.php?i=28>

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas, o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERRATER MORA, José. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Loyola, 2001.

FLAUBERT, Gustave. *Três contos*. Porto Alegre: L&PM, 2006.

FLORENT, Adriana Coelho. *Graciliano Ramos em seu tempo: o meio literário na era Vargas*. São Paulo: Terceira Margem, 2011.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade – curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. Entrevista com Michel Foucault. In: *Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise* (Ditos e escritos I). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999, p. 300-312.

FOUCAULT, Michel. Escritas de si. In: *O que é um autor*. Lisboa: Edições 70, s.d., p. 128-160.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I – A vontade de saber*. São Paulo: Graal, 2010 b.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor. In: *Estética: literatura e pintura, música e cinema* (Ditos e escritos III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 264-298.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica, para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2010 a.

FREUD, Sigmund. *Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, CD-ROM.

FREUD, Sigmund. Um distúrbio de memória na Acrópole (1936). In: *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, vol. XXII, CD-ROM. (Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud).

FREUD, Sigmund. O trabalho do sonho. In: *A interpretação do sonho (1900)*. Rio de Janeiro: Imago, cap. VI, vol. IV, CD-ROM. (Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud).

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Prefácio: Walter Benjamin ou a história aberta. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 7-19.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Não contar mais? In: *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva/Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994 a.

GARBUGLIO, José Carlos et. all. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Ática, 1987.

GARCIA, Érica de Lima Melo. *A experiência da infância em Graciliano Ramos*. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Estudos Literários da Universidade Federal de Minas Gerais, 2010. (Tese de Doutorado em Literatura Brasileira).

GIANNOTTI, J.A. *Lições de filosofia primeira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GIMENEZ, Erwin Torralbo. Graciliano Ramos, uma poética da insignificância, *Estudos Avançados*, v. 23, n. 67, 2009, p. 231-250.

GINZBURG, Jaime. Impacto da violência e constituição do sujeito: um problema da teoria da autobiografia. In: CASA NOVA, Vera. (Org.). *Ética e imagem*. Belo Horizonte: C/Arte, 2010, p. 27-35.

- GROYS, Boris. Introdução. In: *Arte poder*. (pdf)
- HOLANDA, Lourival. *Sob o signo do silêncio: Vidas secas e O estrangeiro*. São Paulo: Edusp, 1992.
- ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: COSTA LIMA, Luiz (Org.). *Teoria da literatura em suas fontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, vol. 2, p. 955-987.
- LACAN, Jacques. *O seminário, livro 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- LAFETÁ, João Luiz. O mundo à revelia. In: *A dimensão da noite*. São Paulo: Ed. 34, 2004, p. 72-102.
- LEBRUN, Gérard. *O que é poder?* São Paulo: Brasiliense, 1994.
- LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e memória*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992, p. 421-483.
- LEITÃO, Cláudio. *Líquido e incerto: memória e exílio em Graciliano Ramos*. Niterói/São João Del Rei: Ed. UFF/UFSJ, 2003.
- LEITÃO, Cláudio. Posfácio. In: RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro: Record, 2011, p. 269-282.
- LEJEUNE, Philippe. O pacto autobiográfico. In: *O pacto autobiográfico: de Rousseau a internet*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008, p. 13-112.
- LINS, Álvaro. Valores e misérias das vidas secas. In: GARBUGLIO, José Carlos et. all. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Ática, 1987, p. 261-268.
- MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. VII-XXIII.
- MAIA, Pedro Moacir. *Cartas inéditas de Graciliano Ramos a seus tradutores argentinos, Benjamin de Garay e Raul Navarro*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- MALARD, Letícia. *Ensaio de literatura brasileira: ideologia e realidade em Graciliano Ramos*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1976.
- MARQUES, Reinaldo. Literatura comparada e estudos culturais: diálogos interdisciplinares. In: CARVALHAL, Tânia Franco (Org.). *Culturas, contextos e discursos: limiares críticos no comparativismo*. Porto Alegre: Ed. da UFRS, 1999, p. 58-67.

- MILLER, Jacques-Alain. As prisões do gozo, *Opção lacaniana*, n. 54, maio 2009, p. 13-26.
- MIRANDA, Wander Melo. *Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1992.
- MIRANDA, Wander Melo. *Graciliano Ramos*, São Paulo: PubliFolha, 2004.
- MIRANDA, Wander Melo. Memória de arquivo, *Ipotesi*, v. 4, no. 2, jul-dez, 2000, p. 49-56.
- MIRANDA, Wander Melo. *Nações literárias*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2010.
- MIRANDA, Wander Melo. Uma poética da falta. In: *Colóquio Graciliano Ramos*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 2008, p.33-48.
- MORAES, Dênis de. *O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- NESTRÓVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Orgs.). Apresentação. In: *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000, p. 7-12.
- OLIVEIRA, Maria de Lourdes. *Cacos da memória: uma leitura de Infância, de Graciliano Ramos*. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 1992. (Dissertação de Mestrado em Literatura Brasileira).
- OTTE, Georg. *Linha, choque e mônada: tempo e espaço na obra tardia de Walter Benjamin*. Belo Horizonte: Programação de Pós-graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 1994. (Tese de Doutorado em Literatura Comparada).
- PINTO, Manuel da Costa. A escrita do aniquilamento. São Paulo, *Folha de S. Paulo, Ilustrada*, 12 julho 2008.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>.
- PÓLVORA, Hélio. Posfácio: Viventes das Alagoas e outros viventes. In: RAMOS, Graciliano. *Viventes das Alagoas*. Rio de Janeiro: Record, 2007b, p. 223-234.
- PROUST, Marcel. *No caminho de Swann*. Rio de Janeiro: O Globo / São Paulo: Folha de S. Paulo, 2003.
- RAMOS, Clara. *Mestre Graciliano: confirmação humana de uma obra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- RAMOS, Ricardo. *Graciliano: retrato fragmentado*. São Paulo: Siciliano, 1992 a.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Ed. 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. El poeta en el filósofo – Mallarmé y Badiou. In: *Política de la literatura*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2011, p. 269-302.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 a, p. 367-382.

RANCIÈRE, Jacques. O efeito de realidade e a política da ficção. *Novos Estudos*, São Paulo, mar 2010, p. 75-90.

RANCIÈRE, Jacques. *O destino das imagens*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. *O inconsciente estético*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

RANCIÈRE, Jacques. Política de la literatura. In: *Política de la literatura*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2011, p. 15-44.

RANCIÈRE, Jacques. *Política da arte*. (Palestra proferida no evento: São Paulo S/A, práticas estéticas, sociais e políticas em debate, situação #3: estética e política). São Paulo, Sesc Belenzinho, 17 a 19 de abril de 2005. Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/Sesc/conferencias/subindex.cfm?Referencia=3562&ID=206&ParamEnd=6&autor=3806>.

RANCIÈRE, Jacques. Preludio. In: *Aisthesis – Escenas del régimen estético del arte*. Buenos Aires: Manantial, 2013, p. 9-16.

RIBEIRO, Gustavo Silveira. *Abertura entre as nuvens: Infância, de Graciliano Ramos*. São Paulo: Annablume, 2012.

RIBEIRO, Gustavo Silveira. *O drama ético na obra de Graciliano Ramos: leituras a partir de Jacques Derrida*. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012 a. (Tese de Doutorado em Literatura Comparada).

RIBEIRO, Renato Janine. *A Democracia*. São Paulo: PubliFolha, 2005.

RIBEIRO, Renato Janine. *A República*. São Paulo: PubliFolha, 2001.

RIBEIRO, Renato Janine. Democracia versus República: a questão do desejo nas lutas sociais. In: BIGNOTTO, Newton. *Pensar a República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 13-26.

SAFATLE, Vladimir. *Lacan*. São Paulo: PubliFolha, 2009.

SAFATLE, Vladimir. Materialismo, imanência e política: sobre a teoria da ação de Giorgio Agamben. In: SEDLMAYER, Sabrina; GUIMARÃES, César; OTTE, Georg (Orgs.). *O comum e a experiência da linguagem*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007, p. 91-126.

SANTIAGO, Silviano. A parcimônia do seco, o fascínio do sólido. In: *Colóquio Graciliano Ramos*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 2008, p.15-32.

SANTIAGO, Silviano. Apresentação. In: CARVALHO, Lúcia Helena. *A ponta do novelo: uma interpretação de Angústia de Graciliano Ramos*. São Paulo: Ática, 1983, s.p.

SANTIAGO, Silviano. *Em liberdade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SANTIAGO, Silviano. Posfácio. In: RAMOS, Graciliano. *Angústia*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005, p. 287-300.

SANTIAGO, Silviano. Poder de coerção e vida social. São Paulo, *Estadão, Caderno S2 Sabático*, 17 abril 2010. Disponível em: <http://digital.estadao.com.br/download/pdf/2010/04/17/S2.pdf>. Acesso em junho de 2010.

SANTIAGO, Silviano. O narrador pós-moderno. In: *Nas malhas da letra*. Rio de Janeiro: Rocco, 2004, p. 44-60.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHNAIDERMAN, Boris. Duas vozes diferentes em *Memórias do cárcere?*, *Estudos Avançados*, São Paulo, jan-abr 1995, p. 332-337.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. In: NESTRÓVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Orgs.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000, p. 72-98.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Imagens do trauma e sobrevivência das imagens: sobre as hiperimagens. In: CORNELSEN, Élcio; VIEIRA, Elisa; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Orgs.). *Imagem e memória*. Belo Horizonte: Ed. FALE/UFMG, 2012, p. 63-81.

SENNA, Homero. Revisão do Modernismo. In: BRAYNER, Sônia. *Graciliano Ramos*. Coleção Fortuna Crítica 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 46-59.

SILVEIRA, Joel. *Na fogueira: memórias*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

SOUZA, Eneida Maria de. *Crítica Cult*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. A República e o Sertão. Imaginação literária e republicanismo no Brasil, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 82, set. 2008, p. 133-147.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. Travessia – A narrativa da República em Grande Sertão: Veredas. In: BIGNOTTO, Newton. *Pensar a República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 155-178.

TACCA, Oscar. *As vozes do romance*. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.

TEIXEIRA, Ivan. Angústia e seus autores. São Paulo, *Folha de S. Paulo, Mais*, 07 mar 2004.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-163.

TODOROV, Tzvetan. *A literatura em perigo*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.

WALTY, Ivete. Encenação e recursão no romance *Angústia*, de Graciliano Ramos, *Aletria*, v. 22, n. 3, set-dez, 2012, p. 151-159.

WOOD, James. *Como funciona a ficção*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

ZIZEK, Slavoj. *Como ler Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.